TÓPICOS EM

Ciências Sociais

Volume 5

Editora Poisson

Editora Poisson

Tópicos em Ciências Sociais
Volume 5

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2020

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
Msc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T674
Tópicos em Ciências Sociais – Volume 5/ Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2020

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-008-8
DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8

Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1. **Ciências Sociais 2. Sociedade. 3. Serviço Social I. Título**

CDD-300

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (BIG): Entre a desarticulação de uma agenda e a emergência de se preencher os espaços deliberativos com as vozes do campo 07

Daniel Neto Francisco, Lucimar Ferraz de Andrade Macedo, Shirlene Consuelo Alves Barbosa, Lamounier Erthal Villela

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.01

Capítulo 2: Soja e logística de exportação no contexto de uma nova reestruturação regional no Amapá 19

Anderson Maycon Tavares Lameira, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, Otávio do Canto

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.02

Capítulo 3: Questões agrárias e dinâmicas socioterritoriais: Conflitos entre camponeses e sojicultores no Município de Balsas, Maranhão – Brasil 29

Vanderson Viana Rodrigues, Eliezer Henrique da Silva Sousa, Ademir Terra

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.03

Capítulo 4: Mineração e Assentamento da Reforma Agrária: Conflitos, território e (des) envolvimento no Município de Conceição do Araguaia-Pará 37

Lucilei Martins de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.04

Capítulo 5: Assentamentos Rurais no Brasil: Estudo de caso do PA Bom Sucesso II, Flores de Goiás-GO 46

Isabel Paula Souza, Gabriel Miranda Paranaíba Bernardes

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.05

Capítulo 6: Processos de des-re-territorialização: O Acampamento Apyka'y em Dourados–MS, Brasil 52

Ana Paula Archanjo Batarce, Márcia Yukari Mizusaki

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.06

Capítulo 7: (RE) construção da identidade do lugar entre os Povos do Campo e Indígenas de Mato Grosso com a implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional -EMIEP 67

Euzemar Fátima Lopes Siqueira, Gerson Ribeiro da Rosa, Sebastião Ferreira de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: A pandemia do Covid-19 e o Sistema Único de Assistência Social: Indutores de novos tempos para o Serviço Social 78

Fatima Catunda Rocha Moreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.08

Capítulo 9: Oficinas Socioeducativas na Saúde Mental: Uma intervenção necessária..90

Alecsonia Pereira Araújo, Williana do Nascimento Menezes, Rafael Nicolau Carvalho, Danielle Viana Lugo Pereira, Edna Tânia Ferreira da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.09

Capítulo 10: A atuação da DEAM como política pública de enfretamento da violência contra mulher em Ilhéus/Bahia..... .98

Emanuela Pereira Correia, João José dos Santos, Kátia Oliveira Pinto, Gilayane Ferreira dos Santos, Dartagnan Plínio Souza Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.10

Capítulo 11: Assistência à saúde da mulher sob a perspectiva dos familiares: Alguns elementos analíticos..... 111

Rafael Nicolau Carvalho, Rafaela Soares de Oliveira, Alecsonia Pereira Araújo, Danielle Viana Lugo Pereira, Edna Tânia Ferreira da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.11

Capítulo 12: Da proteção do trabalho da gestante e da lactante pós reforma trabalhista 120

Renata Reis de Lima

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.12

Capítulo 13: Reflexões sobre a moeda social e seu poder de comercialização em comunidades 135

Bruno Silvestre Silva de Souza, Marcelo Pereira Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.13

Capítulo 14: Memória e história da primeira confecção da cidade de Cianorte: "Cheina Indústria de Confecção de Roupas"..... 145

Ronaldo Salvador Vasques, Fabrício de Souza Fortunato, Marcia Regina Paiva de Brito, Thayla Caroline Raimundo Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.14

SUMÁRIO

Capítulo 15: A exposição do real no positivismo comteano e no marxismo: Um estudo conceitual 152

André de Souza Santos, Maria Cristina Gomes Machado

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.15

Capítulo 16: O tempo produzido na sociedade moderna 163

Alexandre de Almeida Martins

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.16

Capítulo 17: A vontade (Punitivista) popular rumo à celeridade arbitrária do processo penal e ao direito penal do inimigo 173

José Bruno Martins Leão

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.17

Capítulo 18: Comparação e validação na análise de agrupamento no índice de desenvolvimento humano (IDH) dos estados Brasileiros 186

Mácio Augusto de Albuquerque, Emanuela Rodrigues do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-008-8.CAP.18

Autores: 203

Capítulo 1

Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (BIG): Entre a desarticulação de uma agenda e a emergência de se preencher os espaços deliberativos com as vozes do campo

Daniel Neto Francisco
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo
Shirlene Consuelo Alves Barbosa
Lamounier Erthal Villela

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (BIG), e o processo de manutenção e busca de novas ações coletivas promovidas no âmbito do território em questão. Isto porque mesmo diante o cenário de desarticulação institucional e corte de investimentos ligados as políticas territoriais voltadas à agricultura familiar, foram promovidas ações que buscam a permanência do espaço de diálogo e ações territoriais. Neste sentido, apesar dos conflitos presentes e das fragilidades na efetivação dos processos participativos, busca-se apresentar ações concretas no sentido prático da gestão e do controle social por meio da esfera pública colegiada. Para isto, foram utilizadas fontes bibliográficas das atas do Colegiado e a representação de falas de agentes sociais participantes da BIG. Principalmente, por meio de ações no sentido de manter a capacidade dialógica do colegiado rural. E, ao mesmo tempo, desenvolver ações no sentido de fortalecer as representações dos trabalhadores rurais em espaços locais como: feiras, chamadas públicas (como o PPA e o PNAE). No entanto, apesar de tais ações fortalecerem a participação e a inserção dos agentes territoriais nas tomadas de decisões locais, a participação efetiva destes nas políticas públicas municipais ainda é incipiente, e, pouco institucionalizadas. Além de se evidenciar um recuo na agenda de políticas voltadas para a emancipação dos pequenos agricultores, e, principalmente, das comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Colegiados, Territórios, Baía da Ilha Grande.

1. INTRODUÇÃO

A política dos Territórios da Cidadania abriu espaço para a produção de políticas públicas rurais voltadas para a ótica das dinâmicas territoriais e as especificidades locais. Dentro desta perspectiva o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) propunham a implementação e a formulação de políticas voltadas para as diferentes realidades e contextos rurais do Brasil. Dentro desta perspectiva, os chamados "Territórios da Cidadania" se fortalecem como ações práticas do governo federal nas esferas locais. A partir da proposta de promover novos modelos de desenvolvimento rural pautados pela participação social dos agentes territoriais, comunidades tradicionais e institucionalidades colegiadas que congregam os entes públicos e privados.

Contudo, o processo de esvaziamento do MDA, atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, evidencia o processo de descontinuidade – não apenas institucional – das políticas de cunho territorial no país. Tal processo não se dá apenas pela redução de uma agenda, mas também, na escolha e valorização de outra, a do agronegócio, favorecendo, principalmente, os grandes proprietários de terras. A partir desta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar o caso específico do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (BIG) e o processo de manutenção e busca de novas ações colegiadas por meio da intercessão entre a parceria do NEDET (Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Para isto, será apresentada a perspectiva da política de desenvolvimento do NEDET-BIG; o processo de interlocução entre o NEDET, a UFRRJ, e a própria dinâmica de fortalecimento dos lações associativos e participativos dos municípios que compõem o Colegiado da Baía da Ilha Grande. Metodologicamente foram realizadas pesquisas de campo junto as reuniões do Colegiado da Baía da Ilha Grande nos anos de 2016 e 2017. Para tratamento dos dados coletados com os membros do colegiado, utiliza-se da ótica da análise de conteúdo em Bardin (1977), por meio de categoriais analíticas de discurso, promovidas conforme a periodicidade de determinados termos como: igualdade de participação e inclusão participativa. Além de pesquisa bibliográfica e telematizada junto a fontes de dados primários como: IBGE, FIRJAN, entre outros órgãos e fontes oficiais do governo.

2. AS POLÍTICAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO POR MEIO DA GESTÃO SOCIAL

As políticas implementadas por meio da formação dos chamados Territórios da Cidadania ganharam espaço na agenda do governo federal, principalmente, a partir de 2008 com o chamado projeto dos "Territórios da Cidadania". Que tinham como objetivo implementar em áreas rurais, políticas de desenvolvimento endógeno, balizadas pelas especificidades territoriais de cada localidade.

Tal plano de ação por si tem uma nova forma de promoção de políticas públicas federais, distanciando-se da perspectiva clássica *top down*, centralizada e com pouca flexibilidade de operacionalização nas esferas locais. De acordo com a própria cartilha da política dos Territórios da Cidadania, projetada pelo governo federal:

> O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (BRASIL, 2017, p. 2).

A política dos territórios segue assim dois elementos bastante relevantes em seu processo de execução: a descentralização na tomada de decisões e a implementação de vias participativas nos territórios em que se insere. Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, a qual apresenta uma nova orientação pró-participação que trouxe, entre outras coisas, a descentralização administrativa – transferência de responsabilidades decisórias para as unidades subnacionais (estaduais e municipais) – como uma importante mudança no processo de relação da sociedade civil com o Estado por meio da participação.

Diante de tais características, pode-se notar que as políticas territoriais se figuram em torno da promoção da participação social estimulando debates, reflexões e formulação de políticas públicas. Consoando-se a perspectiva da gestão social, que orienta processos participativos de tomadas de decisões. Desta forma, é necessária a construção coletiva de espaços de governança territorial que promova a interconexão de agentes do Estado, da sociedade civil e do mercado.

A gestão social é conceituada por Tenório (1998) como um campo do conhecimento de fundamentação crítica, pois retoma o pensamento a si mesma. E agrega novos olhares a realidade social em que se insere. No caso específico da gestão social como modelo de ação, orienta-se uma perspectiva em torno da configuração de uma ação comunicativa. O que para Tenório (*op. cit.*) nada mais é do que: a "ação racional voltada para o entendimento" (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Ou seja, os espaços de diálogo e participação concebidos pela ótica das políticas territoriais e a promoção de canais de debates, como os colegiados, são valorizados no sentido de favorecer reflexões e discussões sobre as ações voltadas para determinado território. Desta forma, Fischer (2011) observa que:

> A gestão social do desenvolvimento territorial compreende problemas oriundos de alta complexidade que demandam ações convergentes de profissionais oriundos de organizações tão distintas quanto uma prefeitura, uma empresa, uma cooperativa ou um movimento associativo, o que resulta em um grupo multicultural, multi institucional de grandes diversidades, convergente nas práticas de trabalho e na gestão de diferentes escalas territoriais (FISCHER, 2011, p. 201).

A territorialidade deve ser multicêntrica e multidimensional, sendo assim, capaz de dar voz, por exemplo, aos pequenos agricultores familiares; as comunidades tradicionais pesqueira, quilombola e indígena e aos diversos interesses que compõem, também, os cenários dos territórios rurais. Dentro desta perspectiva, a participação e a formulação de uma governança ativa deve balizar o processo de tomadas de decisões local. Sendo as localidades, capazes de contribuir com a formulação de políticas que favoreçam também a permanência e o desenvolvimento rural, desmistificando assim, a ideia do desenvolvimento como algo unicamente ligado à urbanização, aos processos de capital e fomento industrial. Fischer (2011) observa que o desenvolvimento territorial neste espectro multidimensional é mais amplo e complexo, e, deve congregar os mais diferentes agentes deste território. Dessa forma, busca-se romper com a herança histórica de um Estado centralizador e autoritário que impunha de cima para baixo, as suas diretrizes políticas. E, ainda, com a compreensão do rural como o lugar do atraso, incapaz do progresso econômico e social.

Neste sentido, Tenório e Kronemberger (2016) ressaltam a importância da cidadania deliberativa como um fator promotor do interesse público, voltando-se para o bem-comum. A cidadania deliberativa deve se dar por meio da inclusão dos mais diversos segmentos territoriais no processo de planejamento, formulação, implementação e até avaliação de políticas públicas, isentando o processo de gestão dos territórios dos interesses particulares e unilaterais. Vigil e Fernandez (2012) destacam a relevância de se aprimorar os instrumentos de governança, como entes que sejam mais efetivos no sentido de promover um diálogo que permeie os agentes locais. Analisando o caso mexicano, Canto Chac (2008) retoma o paradoxo diante o processo de fomento a democracia participativa, que ganha um tom de otimismo acadêmico e, ao mesmo tempo, nota-se uma escassa intervenção real da sociedade nos processos decisórios de políticas públicas. Ponto crucial para a efetivação das práticas comunicativas (SIEBENEICHLER, 2003), fundamentais para a efetivação de uma lógica compartilhada dos territórios.

Nesta seção o debate sobre a configuração das políticas promovidas sobre a ótica da dialogicidade e da participação acabam versando sobre o elemento dos territórios. Desta forma, na próxima seção o conceito sobre o elemento "território" será melhor abordado.

2.1. ÓTICAS CONCEITUAIS ACERCA DOS TERRITÓRIOS

Nas décadas de 1960 e 1970 alguns autores passam a discutir o elemento do território refletindo principalmente a questão de ações de desenvolvimento e os conflitos gerados por estas (SAQUET, 2010). Ao transcender a perspectiva analítica da geografia física, que busca uma análise unidimensional dos territórios como um conceito de práxis natural Bagnasco (1978), Dematteis (1970), Raffestin (1993), dentre outros autores, abrem o campo de discussão sobre os elementos sociais que permeiam as unidades territoriais. E, ao reconhecer que existe uma série de elementos sociais que se fazem diretamente ligados à

produção do espaço geográfico, amplia-se a percepção de complexidade do território como um elemento socialmente construído e mutável em si. Harvey (2005) contribui neste pensamento ao afirmar que:

> Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considera-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes ad hoc, redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo dos processos sociais (HARVEY, 2005, p. 142).

O conceito de território é múltiplo e tem sido observado a partir de diferentes óticas e vertentes teóricas. Saquet (2010) vai além, ao destacar a característica pragmática da multidimensionalidade do território, que abarca uma série de manifestações nas realidades sociais por meio de diversas formas de domínio: de informações, dos espaços, do econômico, e das dimensões técnicas e produtivas. Mas que também comporta uma ampla gama de possibilidades de promoção de um desenvolvimento pela via endógena, tanto pelo capital social constituído neste espaço em questão, quanto pela especificidade geográfica que cada território possuí. Pode-se dizer assim, que os territórios são únicos em suas essências constituintes: aportes físico-naturais, elementos sociais, institucionalidades sócio-políticas e dinâmicas técnico-produtivas.

A partir de uma contribuição sob o prisma analítico da geografia política Raffestin (1993) ressaltou a importância dos elementos políticos na configuração dos territórios como espaços de poder. Poder este que segundo Saquet (2010) é produto das relações sociais, sendo variável a cada momento. Cabe ainda destacar que o poder apresentado nos territórios não é um objeto, ou uma instituição dotada de vida em si mesma.

De tal forma, um mesmo território pode apresentar uma gama complexa de relações de poder entre os indivíduos que o compõe. Por isto, deve-se notar a relevância das interfaces institucionais presentes sobre cada campo em observação, uma vez que os territórios podem apresentar diferentes "campos de poder". O conceito de campos de poder de Foucault (1978), relacionando o conceito de poder às relações estabelecidas entre os agentes. Dentro desta concepção, Saquet (2010) resume que:

> O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas... enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de trunfos de poder (SAQUET, 2010, p. 33).

Pode-se sintetizar que o poder exercido sobre dado território tem duas características intrínsecas. A primeira refere-se ao intuito de controlar dada relação, tendo os "trunfos de poder" importante papel no processo de dominação das relações socioterritoriais ali constituídas. E que podem se manifestar por meio das leis institucionalizadas, por meio dos meios e modos produtivos e pela própria definição e ocupação deste espaço. O segundo elemento que igualmente compõe o território é a territorialidade que se deriva deste.

Para Lima (2016) a territorialidade pode ser definida como: "*a expressão do poder da sociedade na conformação do espaço geográfico (territorial)*" (LIMA, 2016, p. 28). E seguindo este prisma teórico pode-se ir um pouco mais além do simples território como unidade geográfica. E transbordar assim para um modelo de reflexão onde o poder se manifesta por meio da ação dos agentes territoriais e se constituem na definição de uma territorialidade que é viva e construída. Assim, Raffestin (*op. cit.*) auxilia na observação do conceito de territorialidade:

> (...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

A territorialidade expressa o poder de ação dos agentes sobre o espaço que estes configuram. As relações entre os diferentes atores, sejam estes, entes do poder público, privado ou sociedade civil, e que proporcionam relações de produção e (re)produção social.

Cabe destacar a diferença conceitual entre os conceitos de governo e governança. Kooiman (1993) observa que a governança é a resultante dos processos de intervenção e interação social, política e institucional, envolvendo estruturas institucionais e processos decisórios. Sendo o Estado e os demais agentes públicos (autarquias, fundações, e demais órgãos públicos) um componente deste somatório de agentes. Com vias a este debate, abre-se uma profunda discussão sobre o papel do ente estatal, em seus diversos níveis, como elemento motor da territorialidade.

Para um determinado segmento de autores o papel do poder público como promotor da governança é fundamental. E ao analisar o processo de configuração das políticas de estratégias de desenvolvimento regional no âmbito da União Europeia (UE), Ferro (2004) nota que a interação dos Estados-membros no processo foi um ponto essencial. Principalmente para que a UE chegasse a estabelecer o Europa 2000, documento que lança as bases de uma política regional supranacional.

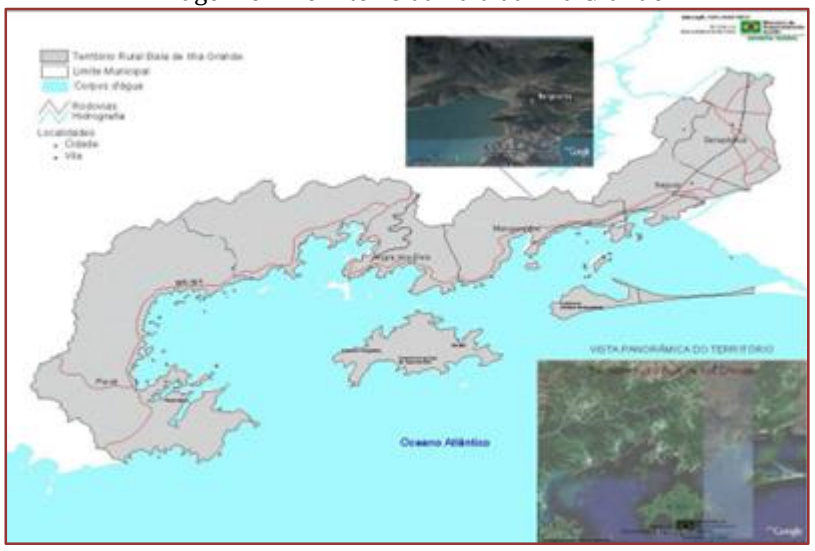
Sobre outro olhar, Tendler (1998), ao analisar políticas públicas locais de diversos segmentos como extensão rural e saúde pública, acaba ressaltando a função do poder público como agente capaz de promover uma intervenção em dados territórios.

2.2. O TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE E O COLEGIADO TERRITORIAL RURAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE (BIG)

O Território da Baía da Ilha Grande é composto por seis municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica e Rio Claro. Juntos, os seis municípios somam uma população estimada em: 517.833 habitantes (IBGE Cidades, 2018). Villela, et. al. (2014) notam que a bananicultura é predominantemente forte no município de Itaguaí, contudo, outras culturas locais são bastante expressivas como a do coco e da laranja. Além de outras culturas que apresentam lavouras temporárias como: mandioca, feijão, cana-de-açúcar, milho e soja em grãos (IBGE, 2016).

A região da Baía da Ilha da Grande apresenta uma diversidade de biomas: manguezais, restingas e porções da Mata Atlântica são os principais deles. Também se nota a presença de Áreas de Preservação Ambiental (APAs) e territórios tradicionais, como quilombos e reservas indígenas. A figura abaixo apresenta o mapa do território da BIG em sua composição inicial, de acordo com o recorte territorial realizado pelo MDA, incluído os municípios de: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica.

Imagem 01. Território da Baía da Ilha Grande



Fonte: UNACOOP (2016).

No ano de 2016 o município de Rio Claro passa a integrar a composição do Colegiado Territorial Rural da BIG, com uma representação por meio da Secretaria de Meio Ambiente. E expandiu assim o perímetro do território da BIG, promovendo o reconhecimento de uma integração entre os produtores locais de Rio Claro e Mangaratiba já efetivo. Atualmente o município de Paracambi vem buscando se inserir junto ao colegiado, haja vista que a localidade também possui grande conexão com os produtores do território,

inclusive com a participação da União das Associações e Cooperativas de pequenos produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOP), que também faz parte do colegiado.

O Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande foi constituído por meio da política de fomento aos territórios rurais, promovida pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na época foram instituídos outros dois territórios rurais no estado do Rio de Janeiro: Território Rural do Noroeste Fluminense e Território Rural do Norte Fluminense.

No caso especifico do território da BIG a chamada pública do CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 – para a implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Por meio desta chamada o Laboratório de Pesquisa de Desenvolvimento Territorial (LPDT)[1] se inseriu no projeto fomentando um assessoramento ao Colegiado da BIG, já existente.

Sobre as pautas levantadas pelo colegiado da BIG torna-se relevante destacar principalmente questões referentes: a) as feiras de produtos orgânicos e a inserção dos agricultores locais nestes espaços; b) inserção dos agricultores locais em políticas locais como o PAA e o PNAE; e, c) elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PTDRSS).

A respeito do primeiro ponto: as feiras de produtos orgânicos e a inserção dos agricultores locais nestes espaços, as deliberações do colegiado da BIG vem articulando desde 2015 a inserção de produtores de Mazombinha, município de Itaguaí-RJ no Projeto da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ. Apesar de pequena a iniciativa é uma ação prática de inserção dos agricultores do entorno da universidade em canais de comercialização de alimentos orgânicos e/ou em transição agroecológica. Iniciativa que promove não apenas um estimulo à comercialização em circuitos curtos de produtores orgânicos e práticas agroecológicas existentes no território, como também incentiva os agricultores convencionais para a transição agroecológica, além do estímulo à inclusão de novas unidades de produção de alimentos mais sustentáveis. Nesse sentido a agroecologia se apresenta como uma possibilidade com importantes contribuições no resgate do conhecimento tradicional, com uma complexa estrutura nas formas de lidar com as questões ambientais na produção de alimentos, sendo uma peça chave na questão da sustentabilidade. Essa caracterização reforça a importância de ações calcadas em novos olhares, novas perspectivas, que irão contribuir efetivamente com o campo e a cidade de forma que possa ser alcançada a melhoria da qualidade de vida da população. Dentre as falas dos(as) agricultores(as), pode-se destacar:

> A feira tem auxiliado na promoção dos produtos locais e tem ajudado nossa comercialização porque é um evento que já está no nosso calendário de todas as semanas. (Fala 01).
>
> As iniciativas de incluir nossa produção ali e juntar nossas ações em uma feira aqui mesmo, dentro da Universidade é bom porque nos fortalece. Agora conhecemos o que é produzido pelos outros produtores, trocamos experiências e produtos e temos a feira como um canal importante de divulgar nosso trabalho. (Fala 02).
>
> Temos a dificuldade de vir para a feira, mas ela tem nos ajudado bastante. É um meio de estar sempre perto dos nossos clientes e tendo uma regularidade que a gente precisa pra manter a produção. Apesar de ainda estarmos inseridos em outras ações a feira é um projeto muito bom, e que já muito importante pra nós. (Fala 03).

Vale destacar que a promoção da feira é uma iniciativa recente, mas que tem promovido sinergias locais; um importante canal de comercialização, promoção e manutenção da produção local. Além de estabelecer contato direto entre os produtores em questão com os clientes, evitando a utilização de atravessadores e a formação de circuitos que desprestigiam o protagonismo dos agricultores como agentes participantes. No que tange a inserção dos agricultores em políticas locais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos casos específicos dos municípios de Itaguaí e Seropédica:

[1] O Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT) é um grupo de pesquisas coordenado pelo professor Lamounier Erthal Villela da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com integrantes dos programas de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) e de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT).

> O PAA surge como uma oportunidade para a manutenção da nossa atividade, mas ainda não contamos só com isso para a nossa sobrevivência, por isso realizamos feiras, vendemos nossos produtos para conhecidos (...) (Fala 01).
>
> A iniciativa do PPA e de parceria com a própria rural é um caminho que se ainda estamos construindo e esperamos que isso só cresça, porque é bom pra nós e pra Universidade (Fala 02).

Pode-se perceber pelas falas dos agricultores acima, que as iniciativas do PAA ainda se demonstravam frágeis e que outros canais são utilizados para a venda e comercialização de seus produtos. Como destaca Kraemer (2018) a legislação brasileira preconiza que chamamentos públicos como o PNAE devem ser publicados e publicizados, mensalmente, por meio de jornais de circulação local e, em mural de local público. Contudo, ressaltam-se os problemas frequentes na realização deste processo de forma aberta, transparente e que efetive a participação dos produtores rurais. Esta é uma questão que envolve a promoção de editais e chamamentos, que devem, em suma, garantir o processo público isonômico a todos. Mas, na realidade, esta institucionalização depende muito das capacidades (e vontades) locais das secretarias que desenvolvem as ações (GRISA, et. al., 2010; KRAEMER, 2018).

Entretanto, vale destacar que a partir de 2016 a dimensão territorial perde espaço, sucessivamente com a extinção do MDA, que passa a ser denominada: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Inclusive, com o fim do financiamento das ações de apoio ao Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande. O que trouxe grande dificuldade para a manutenção dos encontros de todos os representantes do território, uma vez que ficaram escassos os recursos de passagem e alimentação. Como destaca Ramos (2019): "*na 5ª Reunião Ordinária de junho de 2016 foi pactuado pelo plenário que as suas atividades teriam continuidade*" (RAMOS, 2019, p. 79).

Para isto, a manutenção das atividades de assessoria do NEDET-BIG passou a ser realizada, por meio da institucionalização da extensão universitária do grupo junto à UFRRJ. Onde originou o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT): "*alinhando as práticas de pesquisa, ensino e extensão universitárias, de forma institucionalizada*" (PEPEDT, 2017, p. 03). Neste novo modelo, manteve-se a organização das reuniões periódicas do Colegiado com subsídios dos próprios integrantes, e, principalmente, por meio da articulação solidária dos participantes. Contudo, as dificuldades gregárias prejudicaram a participação de muitas comunidades, principalmente, dos segmentos das comunidades tradicionais. Outro aspecto a ser ressaltado é que neste modelo, houve dificuldade de reunir os representantes de todos os municípios nas reuniões territoriais. O que se evidenciou, na prática, é que reuniões em Paraty acabam atraindo e trazendo agentes sociais do entorno para a discussão; enquanto reuniões em Seropédica (no outro extremo do território) acabavam atraindo outros agentes locais. Elemento que também dificulta o processo de governança territorial, pensando a BIG como um todo.

Apesar das fragilidades na produção efetiva das políticas de inserção dos agricultores locais, percebe-se a instancia do Colegiado como um importante espaço para discussão deste cenário. E, para a construção de uma esfera pública que trata das demandas territorializadas e para a construção de uma agenda de controle social. O que promove a articulação dos agentes locais em torno de suas demandas, necessidades e deficiências, como no caso do acesso à editais e chamadas públicas; e de questões referentes à impactos de ações empresariais no território.

Como ações efetivas de controle social, pode-se evidenciar a prática da: ação coletiva em torno de um problema comum, que ganha eminencia na agenda dos segmentos locais; que reivindicam ações e posicionamento do Estado. Como exemplo prático deste controle social tratado no plenário do Colegiado, no o ano de 2017, foi estabelecida a discussão por meio de agriculturas representantes de Mazombinha, Itaguaí- RJ, onde houve a denúncia sobre o projeto de reativação de uma pedreira na comunidade, fator que prejudicaria a localidade, com o fechamento da Escola Municipal Camila Cuquejo. Além do risco de contaminação dos mananciais e corpos hídricos da região, principalmente do rio que abastece grande parte da população e da produção agrícola local. Por meio do apoio e atuação do Colegiado Territorial Rural da BIG o projeto de reativação da pedreira não deu continuidade.

Um segundo caso, se refere à reunião do Colegiado realizada em 2018, no município de Angra dos Reis (RJ). Onde foi apontado, por meio do Instituto Chico Mendes (ICM-BIO), a existência de projetos de empresas petrolíferas na Baía da Ilha Grande, de promover transbordo de petróleo na região. A atividade foi considerada um perigo pelos presentes, e, decidiu-se acionar as prefeituras e o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ). Com o intuito de brecar este projeto.

No meio do ano de 2017 a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sediou, no campus de Seropédica, o lançamento do Plano Safra para o triênio de 2017-2020. Evento realizado a partir da articulação institucional da Reitoria com a então Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Rio de Janeiro. A reunião também celebrou a entrega de 100 permissões de uso do "Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar" (SIPAF). O SIPAF é um instrumento que permite distinguir os produtos oriundos da agricultura familiar, e pode ser um meio de viabilizar uma maior capacidade de comercialização e de inclusão econômica e social dos pequenos produtores familiares. Tem a premissa de agregar valor a este produto, que uma vez certificado, tem validade de cinco anos, podendo ser renovado. Neste sentido, o Plano Safra cumpre sua função social, de agregar, promover autonomia e capacidade produtiva aos pequenos agricultores(as) locais.

O primeiro Plano Safra nasce em 2003 com o objetivo de promover uma dotação orçamentária no vulto de 5,4 bilhões de reais para o (PRONAF). E sua relevância está na provisão de um orçamento especial para as ações voltadas ao PRONAF. De acordo com a Secretaria de Governo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar:

> (...) desenvolve-se em pequenas propriedades, com a utilização direta da mão de obra familiar. Voltado para a melhoria da produção de alimentos, a garantia de abastecimento e estabilidade dos preços aos consumidores e a geração de renda aos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros entre os financiamentos rurais e uma das menores taxas de inadimplência entre os tomadores de crédito do país (BRASIL, 2017).

Como mostra a figura abaixo, o lançamento do Plano Safra 2018-2020 promove não apenas a institucionalização de diversos agricultores por meio do selo da agricultura familiar. Mas também promove a interação destes com outros agentes que promovem as políticas no âmbito do governo, e, também os órgãos de pesquisa, assessoria, extensão rural e extensão universitária, como a própria universidade. Processo de integração que é essencial para a construção de práticas dialógicas em torno dos problemas e das possibilidades do território.

Imagem 02. Lançamento do Plano Safra na UFRRJ:

Fonte: LPDT (2017).

A possibilidade de celebrar o Plano Safra (PS) (2018-2020)) no Território da Baia da Ilha Grande possibilita com que haja maior capacidade de interação entre os agentes que compõe o território e, possibilita também que a universidade cumpra sua função social ao receber os(as) agricultores(as) em suas dependências. Além de representações do poder público dos municípios envolvidos, a universidade e os agricultores locais; também estavam participando do evento: representantes do ITERJ[2], da EMBRAPA[3],

[2] Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).
[3] Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ).

do NEDET-BIG/UFRRJ[4], do INCRA[5], da Assessoria Especial de Uso Social da Terra/UFRRJ, da Casa da Agroecologia/UFRRJ; entre outros.

No período de lançamento do PS-2018 já não se comtemplavam os aportes institucionais, financeiros e políticos capitaneados pelos MDA e pela SEAD. No bojo deste processo também houveram mudanças pragmáticas quanto à orientação de ações por meio da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Rio de Janeiro (DFDA-RJ), que passou a encaminhar ações voltadas aos agricultores sob dois alinhamentos: a) ações localizadas junto as secretarias de agricultura (estadual) e dos municípios; b) reorientação dos financiamentos de produção, comercialização e investimentos da agricultura por meio de editais. Tais elementos são destacados por meio da própria ata da reunião da Baía da Ilha Grande sua estrutura orçamentária de 2018 toda a gama de ações projetadas para a promoção de ações territorializadas, por intermédio dos Colegiados Territoriais. E com o fim do MDA, esta agenda se esvaziou ainda mais. Não havendo recursos para promover as articulações e a gestão cooperada das organizações produtivas dentro do próprio território, e, nem mesmo, o envolvimento dos coletivos das comunidades tradicionais e das associações rurais. Atividades que tinham forte impacto no incentivo à participação de representantes das comunidades indígenas e quilombolas da BIG. Assim como, de algumas comunidades caiçaras, como os pescadores da Restinga da Marambaia, município de (Mangaratiba- RJ).

Logo, o processo de ruptura do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), também denominado como PRONAT, enfraquece, principalmente a participação ativa destes segmentos das reuniões, discussões e atividades do Colegiado Territorial Rural da BIG.

No plano nacional, todo um coletivo de vozes ficou de fora da agenda governamental com a retirada da pauta territorial das políticas do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). E, mais recentemente, com o próprio redimensionamento do que no Plano Safra 2020-2022, que apesar de ganhar maior volume de recursos, se demarca em um posicionamento de apoio e financiamento, principalmente, aos setores mais estruturados da produção agrícola (por meio do PRONAF e do PRONAMP[6]). O Plano Safra 2018 tinha um orçamento total de 27 bilhões de reais. No Plano Safra 2020, o orçamento destinado ao PRONAF soma 31,22 bilhões de reais (BRASIL, 2020, p. 07).

A desarticulação de políticas essenciais para o acesso dos pequenos agricultores familiares e a mobilização de formas de gestão local destas produções são pautas não atendidas neste processo. Na prática, deve-se observar nos anos futuros se este incremento orçamentário foi, de fato, acessado pelos pequenos produtores rurais. Agenda que abre um importante campo de análise frente as transformações do arcabouço de políticas institucionais do Brasil. Uma vez que já se reconhece as dificuldades e limitações dos pequenos produtores rurais em acessar as políticas governamentais por meio de instrumentos burocráticos, como as aquisições de crédito e a falta de assessoria, principalmente para aqueles que nunca demandaram o programa (REZENDE, 2006). Inclusive, é necessário apontar as fortes limitações de crédito em setores específicos da agricultura familiar, como nos ramos da produção orgânica ou agroecológica se não houverem políticas complementares de incentivo à certificação e à legalização das propriedades, para o acesso destes aos canais de crédito devido (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001; SPANEVELLO, MATEE, BOSCARDIN, 2016), apesar de existir no Brasil a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012) e a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 8.625, de 18 de novembro de 2019)

Mattei (2006) aponta a necessidade de refletir sobre as desigualdades produzidas pela implementação do PRONAF, que vinha sendo acessado, principalmente, pelos agricultores das regiões mais ricas do país. Apesar do Programa estabelecer diferentes linhas de crédito, com o objetivo de alcançar um maior panorama da agricultura familiar, é necessária a condução de políticas que alinhem: a) divulgação do programa, suas linhas de crédito, possibilidades e obrigações derivadas com a contratação do mesmo; b) orientação e assistência técnica para a obtenção dos recursos; e, c) aproximar o programa das realidades e vivencias do panorama agrícola dos povos tradicionais e das comunidades com práticas específicas (indígenas, quilombolas, faxinalenses, entre outros).

Além disto, o padrão vigente da agenda institucional deixa de lado as emergências e demandas territoriais. Abandonando o modelo de articulação, promoção e desenvolvimento com base na governança dos agentes territoriais (LIMA, 2016). Deixando um vácuo institucional nos espaços deliberativos constituídos anteriormente.

[4] Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET-BIG).
[5] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
[6] Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural.

Um ponto que deve ser aprofundado nesta questão é a promoção de canais de comunicação e dialogicidade para que as instituições e agentes locais tenham a capacidade de executar ações conjuntas em prol do desenvolvimento local. E, vencer desafios como a distância entre as comunidades e municípios. Processo de articulação capaz de estabelecer redes de ações e laços (institucionais e territoriais) que se mobilizem em torno de objetivos comuns (e pelo bem compreendido) (GRANOVETTER, 1973; CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2013). Na perspectiva de Granovetter (1973) estes laços "*fracos*", podem assim ser denominados por não induzirem articulações em prol da manutenção e fomento de práticas patrimonialistas. Mas buscam empreender um modelo de ação orientado pela lógica coletiva, e o desenvolvimento pela construção conjunta de novas ideias e formas de saber e de fazer.

As ações de incentivo a agricultura familiar podem promover uma expansão desta rede sócio-técnica, promovendo assim, iniciativas endógenas em prol dos interesses dos agricultores locais. E, promover ações que consolidem a produção dos agricultores locais, como o PAA junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por exemplo. Uma oportunidade para canalizar a produção destas comunidades tradicionais locais, e, ao mesmo tempo, incentivar sua permanência das atividades produtivas rurais. No entanto, deve-se ressaltar o papel limitado, apesar de relevantes, destas ações sem uma mobilização institucional das próprias secretarias municipais de agricultura. Um dos pontos de tensão em tela é a pouca capacidade efetiva deste modelo orientar transformações nos padrões produtivos, de compra e de venda de produtos; favorecendo a agricultura familiar e a produção das comunidades tradicionais, que permanecem, em suma, excluídas deste processo. Outra questão envolve a própria efetividade de compromisso dos entes públicos locais na pactuação deste modelo inclusivo em favor dos modelos de produção mais sustentáveis.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se denota em um primeiro prisma é a pouca capacidade de manutenção do arcabouço institucional, frente ao processo de retirada das políticas territoriais da agenda do governo federal brasileiro. Tal processo de desconstrução da agenda territorial remete ao período de impeachment da Ex-presidente Dilma.

Por um lado, evidencia-se que ainda faltam condições básicas para o pleno exercício da cidadania participativa nas escalas locais, fatores como: a) falta de recursos para descolamentos; b) falta de canais e acessibilidade aos processos participativos; e, c) escassez de financiamento efetivo são apontamentos que indicam dificuldades e limitações nos processos de articulação territorial. As distâncias entre alguns municípios da BIG podem ser um bom exemplo dos desafios encontrados, como é o caso dos municípios de Paraty e Seropédica, com cerca de 300 quilômetros de distância entre esses municípios. Por outro lado, a existência de pouca articulação dos agentes locais, seja pelas barreiras institucionais locais; pelo desinteresse dos governantes e secretarias; e, de outros agentes que compõem o território. No caso do Colegiado da Baia da Ilha Grande, pode-se notar que o processo de fomento de uma instancia de governança territorial é um avanço no sentido de institucionalizar um espaço de participação ativa destas comunidades tradicionais do território diante a agenda pública local.

A inclusão dos trabalhadores rurais em suas múltiplas faces e sistemas organizativos (associações, coletivos, movimentos sociais rurais, entre tantos outros) fomenta o acesso destes agentes locais a tomar parte nos processos decisórios de formulação e implementação de políticas públicas. Processo que não apenas corrobora para a promoção de uma democracia participativa mais efetiva, mas que também vai de encontro a outros dois processos importantes. O primeiro deles é o aumento da legitimidade das políticas setoriais promovidas na escala local, que devem não apenas dar voz a estes agentes; mas também, promover um sistema participativo que gere transformações efetivas de escopo, de objetivo, de métricas avaliativas ou de execução nos projetos públicos debatidos. O segundo processo que tal participação deve promover é o próprio fortalecimento da cultura do controle social e da *accountability*, promovidos pela perspectiva de institucionalizar canais e instrumentos que estimulem a responsabilização na condução de políticas públicas.

Contudo, apesar da prospectiva de incremento das possibilidades e vias de acesso dos agricultores locais do território da BIG em políticas voltadas para a pequena produção rural e assistência técnica, o que se nota é que tais iniciativas ainda possuem um cunho incipiente no que diz respeito a capacidade de incluí-los como agentes participantes de forma ativa na esfera da construção de políticas territoriais locais.

A promoção do Plano Safra alinhado a implementação de políticas que buscam congregar questões com: a interação e a autonomia da agricultura familiar e tradicional na localidade tinham um papel fundamental.

Em um primeiro ponto, sob a perspectiva de induzir um caminho de desenvolver estes segmentos, sem, necessariamente, igualá-los aos demais tipos e movimentos de produção rural (como os pequenos conglomerados empresariais de produção), ou, até mesmo, os agricultores de médio porte. Sendo estes últimos, um segmento específico de produtores, que em vias práticas estão mais incluídos modelos de gestão mais capitalizadas e com maior acesso à assistência técnica e a financiamentos públicos e privados.

O programa de selos da agricultura familiar são iniciativas relevantes no contexto de fortalecimento do campo e da produção de meios para a permanência das atividades dos agricultores rurais. E, ainda, para o desenvolvimento destes como categorias organizadas de produção. A partir de ações que englobam: i) associativismo e ação sociopolítica mobilizadora; ii) práticas socioambientais que visam a manutenção dos biomas e da vida rural; e, iii) segmentação de mercado por meio da diferenciação de seus produtos como orgânicos e/ou agroecológicos.

Entretanto, o que se denota é a total desarticulação da agenda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) diante os principais gargalos frente as dimensões dos territórios, comunidades tradicionais e da produção agrícola familiar. Até mesmo, pela pouca institucionalidade dos órgãos que deveriam atender estes segmentos no acesso à assessoria técnica.

Destacam-se então, a necessidade de fortalecimento das vias de inclusão dos agricultores familiares e demais componentes do território da BIG nas esferas de produção das políticas territoriais. O que tem um potencial de estimular práticas coletivas endógenas, fortalecendo ações e conexões com os agentes do território. Além da perspectiva de fortalecer, por meio das práticas dialógicas, o controle e a gestão social, diante o compartilhamento das mesmas problemáticas, que podem incitar alternativas de forma coletiva. O Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande se mostra assim como uma ferramenta em potencial, no sentido de promover canais de integração e participação dos agentes locais nos espaços decisórios de planejamento, implementação e avaliação de políticas territoriais como o Plano Safra, PAA, PNAE, entre outras. Além, de ser um espaço onde podem ser projetadas novas iniciativas, visando o atendimento as demandas colocadas pelos integrantes do território.

REFERÊNCIAS

[1] BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: um paradigma per l'anlisi territoriale. In: MESSORI, M.; TRIGILLA, C.; BAGNASCO, A. Le problematiche dello sviluppo italiano. Milano: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.

[2] BRASIL. SECRETARIA DE GOVERNO. Plano Safra da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/plano-safra-da-agricultura-familiar Acessado em: 24 de agosto de 2017.

[3] ___ Territórios da Cidadania. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf Acessado em: 27 de agosto de 2017.

[4] CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 18, n. 3, 2001. p. 69-101

[5] CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. (Orgs.). Gestão social: epistemologia de um paradigma. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2013.

[6] CANTO CHAC, M. Gobernanza y participación ciudadana en las políticas públicas frente al reto del desarrollo. Política y cultura, n. 30, p. 9-37, 2008.

[7] DEMATTEIS, G. Rivoluzione quantitativa e nuova geografia. Laboratorio di Geofrafia Economica. n. 5, Università degli Studi di Torino. Torino, 1970.

[8] FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC, 2011.

[9] GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. The American Journal of Sociology, v. 78 (6), 1973.

[10] GRISA, C.; et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Retratos de assentamentos, v. 13, n. 1, 2010. p. 137-170

[11] HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. Annablume, 2005.

[12] IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. Disponível em : https://cidades.ibge.gov.br/: acesso em 17/04/2019.

[13] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Regiões Geográficas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/33_regioes_geograficas_rio_de_janeiro.pdf Acessado em: 08 de setembro de 2017.

[14] KOOIMAN, J. (Ed.) Modern Governance: Government-Society Interactions. London: Sage, 1993.

[15] KRAEMER, C. F. B. Gestão e controle social no programa nacional de alimentação escolar: casos no território rural da Baía de Ilha Grande - RJ. 2018. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro PPGCTIA/UFRRJ). Seropédica, UFRRJ, 2018.

[16] LIMA, V. C. S. Desenvolvimento Territorial Endógeno em Ambientes de Montanhas: estudos de casos em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ). Seropédica, 2016.

[17] MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. 2006.

[18] RAMOS, D. A. L. O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores. (Tese de dourado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA) UFRRJ, Seropédica. 2019.

[19] RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

[20] REZENDE, G. C. de. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n. 1, 2006. p. 47-78

[21] SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. 2 Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

[22] SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.

[23] SIEBENEICHLER, F. B. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

[24] SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Polis. Revista Latinoamericana, n. 44, 2016.

[25] TENDLER, J. Bom governo nos trópicos: uma visão crítica. Revan, 1998.

[26] TENÓRIO, F. G. Social management: a conceptual perspective. Revista de administração pública, v. 32, n. 5, p. 7, 1998.

[27] TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (Orgs.) Gestão Social e Conselhos Gestores. v. 3. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

[28] UNACOOP. UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS USUÁRIAS DO PAVILHÃO 30. Diagnóstico Territorial: Território da Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: http://unacoop.org.br/unac/wp-content/uploads/2014/02/diagterritorial.pdf Acessado em: 15 de outubro de 2016.

[29] VIGIL, J. I.; FERNÁNDEZ, V. R. Gobernanza y regiones en perspectiva crítica: un abordaje para la construcción de políticas públicas. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 53, 2012.

[30] VILLELA, L. E.; DA COSTA, E. G; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí (RJ) face a megaprojetos em implementação no local. Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 16, n. 2. 2014.

Capítulo 2

Soja e logística de exportação no contexto de uma nova reestruturação regional no Amapá

Anderson Maycon Tavares Lameira
Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Otávio do Canto

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a produção de grãos no Amapá e apresentar a posição geoestratégica do Estado dentro do contexto modal de exportação de commodities brasileiras. A forte experiência adquirida pelo Brasil nos últimos 40 anos na produção de alimentos, fortalecida pelos investimentos realizados em pesquisas para melhorar a qualidade genéticas das variedades de grãos utilizados no país, através do avanço de técnicas de produção aliados a transformação do território em uma grande monocultura de grãos. Essa opção fez do Brasil um forte produtor e exportador de alimentos, com destaque para a soja, que é o grão mais cultivado no país, cuja produção justifica-se pela forte demanda de mercados principalmente para a produção de ração animal e também como insumo para biocombustíveis envolve vários módulos do sistema produtivo. No Brasil a pulverização desse grão inseriu no mapa de produção áreas sem tradição agrícola, mas que possuíam potencial e estavam dentro de um contexto geoestratégicos para tal fim e se disseminaram por todo o território nacional. Para a elaboração deste artigo foram utilizadas fontes de pesquisas primarias e secundarias e realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como consultas aos arquivos dos órgãos fundiários e de licenciamento ambiental do Amapá. Como resultados parciais é possível perceber a importância da localização estratégica do Amapá no contexto modal de exportação de commodities nacionais e construção de uma estrutura logística para a produção de grãos.

Palavras-chave: Soja. Fronteira. Exportações. Amapá.

1. INTRODUÇÃO

Para atender as demandas por alimentos, sobretudo do mercado internacional, o Brasil vem se destacando na produção de grãos principalmente, soja, arroz e milho. Dentre esses produtos a soja é a que mais ganha mercado, pelo papel desempenhado no campo alimentício em virtude do elevado teor de proteína e lipídeos e ser uma *comoditties* mundial. Entre os principais derivados da soja, o farelo se tornou o principal componente para a produção de ração animal e o óleo vegetal está presente na alimentação humana, contudo a soja também já vem sendo utilizada na produção de combustíveis.

Nas últimas três décadas a produção de soja vem ganhando destaque no cenário nacional, em 2016 o Brasil produziu mais de 99 milhões de toneladas do grão[7], em pouco mais de 33 milhões de hectares. A área plantada com soja representava 56% do total da área plantada no Brasil e se consolidou como o principal produto de exportações agrícola nacional.

As experiências mais relevantes com o cultivo do grão tiveram início na região Sul[8], tendo a década de 1970, um marco temporal muito importante para aumentar a atividade, a busca por novos espaços levou a atividade a se expandir para a região centro-oeste, transformando-a na maior produtora de grãos do país, sendo o estado do Mato Grosso o maior produtor do grão, somente na safra 2015/2016 o estado foi responsável por cerca de 26 milhões de toneladas, o equivalente a 1/4 do que foi produzido de soja no Brasil nesse período.

A expansão da soja para a região centro-oeste também é marcada por novas formas de organização espacial das áreas produtoras, particularmente no que tange ao tamanho médio das propriedades. Segundo afirma Fernandez (2007), a atividade era desenvolvida em pequenas propriedades no sul do Brasil, com média de 16,8 hectares enquanto que na região centro-oeste a média das propriedades ultrapassava 660 hectares. Esta característica presente no centro-oeste brasileiro impacta diretamente na utilização do bioma cerrado, que passa a ser fortemente utilizada para o desenvolvimento da lavoura de soja.

O propósito do trabalho é fazer uma reflexão sobre o processo de expansão da soja no Brasil e como o processo de modernização deste cultivo incorporou novas terras ao processo produtivo, englobando regiões com parcas tradições agrícolas, porém enxergadas como pontos modais nas rotas de exportações produto agrícolas, como é o caso do estado do Amapá.

2. DO MUNDO PARA O BRASIL

É do final do século XIX, em 1882 realizou-se o primeiro registro oficial sobre o cultivo de soja no Brasil, no estado da Bahia onde foi cultivada, de forma experimental, por um agricultor na expectativa de adaptar a variedade importada dos EUA. Esse primeiro registro oficial foi publicado no Boletim do Instituto Agronômico de Campinas – IAC em 1989 pelo professor Gustavo D'Ultra da Escola de Agronomia da Bahia (FERNÁNDEZ, 2007).

Após a primeira experiência, mal-sucedida em solo nacional, outros registros foram feitos, no século XX, em São Paulo. Os responsáveis foram os imigrantes japoneses que plantavam a soja em pequenas hortas domésticas com o intuito de produzir de alimentos tradicionais da cozinha oriental. Na região sul do Brasil, a soja foi introduzida no mesmo período, mas foi a partir de 1935, que a produção começa a ser intensificada. Entre o período que se estendeu entre 1940 e 1970 a produção de soja praticamente se restringia somente ao estado do Rio Grande do Sul (FERNÁNDEZ, 2007).

Inicialmente a utilização desse produto se restringia a alimentação animal e como forrageira, a partir de avanços tecnológicos foi possível identificar o alto valor proteico e de lipídeos favorecendo a sua utilização na produção de ração para animais e para a produção de óleos vegetais utilizados na alimentação humana. Essa evolução ligada a sua utilização também beneficiou o interesse para o cultivo do alimento.

[7] De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a estimativa para a produção brasileira de grãos para 2017 é de 222,9 milhões de toneladas, sendo 107,6 bilhões de toneladas somente de soja. Isto significa um incremento de 12,8% a mais que em 2016. Ver <http://www.conab.gov.br/conteudos.php/conteudos.php?a=1252&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>. Acessado em 06 de abril de 2017.

[8] Os primeiros registros sobre a soja no Brasil datam de 1882, tendo a primeira experiência no estado da Bahia, os grãos eram oriundos do EUA, contudo os estudos não prosperaram em virtude principalmente da falta de adaptação ao clima local (BIKEL, 2004; COSTA, 2012; FERNÁNDEZ, 2007)

A expansão da soja no Brasil está ligada sobretudo ao avanço tecnológico, fato este que ficou conhecido como Revolução Verde que, segundo Schlesinger (2008), é a utilização de agroquímicos e a ampla utilização de maquinários agrícolas, fortemente apoiado pelo governo através de créditos subsidiados, favoreceu a produção de soja em escala comercial, estas ações marcaram a história da produção de soja no país, o autor também chama atenção para a utilização do grão como produto a ser usado como cultura de rotação no período do verão nas plantações de trigo no sul país, passando a ocupar espaços ociosos periodicamente.

Os resultados apresentados pela utilização de soja como cultura rotativa ao trigo foram satisfatórios. Assim, na década de 1970, Brasil vê nas exportações de soja para o mercado internacional uma saída para minimizar os impactos negativos na balança comercial gerados principalmente pela elevação do preço do petróleo. Nessa perspectiva, o governo brasileiro apoiou o avanço da soja em território nacional, expansão essa marcada principalmente pela concessão de créditos subsidiados, aplicação de recursos na melhoria da infra-estrutura e especialmente por investimentos em pesquisas (SCHELESINGER, 2008).

Outra marca registrada da influência governamental para o grande avanço da soja no Brasil foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária – EMBRAPA em 1973, instituição voltada para o apoio de projetos agropecuários e desenvolvimento de tecnologias para o campo. Em 1975 foram criadas a EMBRAPA Soja e a EMBRAPA Cerrado[9], a primeira tinha o objetivo de possibilitar o desenvolvimento do grão em todo o país, a segunda estava voltada para a geração e difusão de tecnologias que proporcionassem a ocupação do cerrado brasileiro (BICKEL, 2004).

O avanço tecnológico foi fundamental para a dispersão da soja para outras regiões, o melhoramento genético voltado para a busca de novas variedades e o desenvolvimento de técnicas apropriadas para o desenvolvimento da agricultura no cerrado estão ligados a essa equação, entretanto a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER é também mais um elo dessa corrente, pois foi responsável por disseminar e auxiliar os produtores rurais na utilização dos avanços tecnológicos do período (BICKEL, 2004).

O início do desenvolvimento da agricultura de grão, especialmente de soja, no centro-oeste brasileiro também é marcado por ações governamentais, programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO criado em 1975 e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER criado em 1974 estão entre os elementos fortalecedores dessa atividade.

O PRODECER é o resultado de um convênio firmado entre Japão e Brasil em 1974, que tinha como objetivo a injeção de recursos financeiros para o aperfeiçoamento da produção de grãos no cerrado. Este acordo foi estimulado principalmente pela queda da produtividade internacional despertando nos japoneses a necessidade de buscar novos fornecedores de alimentos, o programa tinha como público alvo principalmente médio proprietários que se dedicassem a somente a produção de grãos (PARANAIBA, 2012).

O programa POLOCENTRO se assemelhava bastante ao PRODECER, tinha como objetivo o desenvolvimento da agricultura na região centro-oeste visando uma ocupação e utilização racional e ordenada daquele espaço comportando uma produção em escala empresarial. O programa oferecia uma linha de credito com juros muito baixos e possuía uma diversificação de implantação, os recursos poderiam ser utilizados para: cobrir despesas com a regularização fundiária, desmatamento, eletrificação rural, aquisição de equipamento, entre outros (PARANAIBA, 2012).

Com o estimulo exacerbado do governo para a expansão da soja por todo o Brasil, o centro-oeste, o cerrado, vira a nova fronteira agrícola daquele período. Os avanços tecnológicos, os incentivos financeiros aliados a abertura de uma nova fronteira agrícola, caracterizada principalmente pelos baixos custos para a aquisição de terras transformaram os estados do centro-oeste em verdadeiros celeiro produtivos. Contudo as disponibilidades de créditos aos agricultores tiveram também seus problemas, segundo Bickel (2004)

> As políticas de crédito subsidiado implementadas entre 1970 e o início da década 1980 beneficiaram, significativamente, aos agricultores modernos e politicamente mais influentes. Entretanto, um problema observado foi o

[9] A EMBRAPA SOJA está localizada no município de Londrina-PR, e tem como seu principal proposito desenvolver tecnologias para a produção de soja no Brasil. A EMBRAPA CERRADO está localizada em Brasília-DF e foi criada com o objetivo de desenvolver o centro-oeste dentro da perspectiva dos sistemas agrícolas adequados para o Cerrado brasileiro.

> endividamento de parte dos beneficiários do Prodecer II e III, devido à inflação e aos juros elevados durante as turbulências econômicas dos anos 80. Com a recessão e o necessário ajuste macro-econômico dos anos 80, a disponibilidade de crédito, bem como sua parte subsidiada, foram gradativamente reduzidas (Bickel, 2004, p. 20).

Com a consolidação da agricultura nos estados do centro-oeste brasileiro sendo concretizada, restava aos "novos agricultores" buscarem novos eixos de penetração, dessa forma outros vetores eram construídos e desenhados, vetores esses que estavam direcionados para o norte do país, para as Amazônias. Esta região que já comportava a indústria madeireira, empreendimento pecuários e minerais também tinham seus fragmentos de cerrado reclamados à recepcionar a monocultura de grãos.

2.1. DO CENTRO-OESTE PARA ÀS AMAZÔNIAS[10].

A década de 1990 foi marca pela chegada da soja na região norte, a adaptação do cerrado para atividades agropecuárias elevou a pressão sobre o bioma, os preços que eram cobrados pela terra se elevaram provocando altas consideráveis que refletiam nos custos de produção. A procura por novos espaços, aumentou o interesse pela criação de uma nova fronteira agrícola11. É com a entrada da soja no estado do Mato Grosso que a Amazônia tem o seu espaço aberto para o início da atividade (COSTA, 2012).

Segundo Costa (2012)

> Um dos fatores mais importantes que contribuiu para a rápida expansão das lavouras de soja nos estados amazônicos foi o grande "estoque" de terras, com características favoráveis à implantação das lavouras comerciais, a preços reduzidos. O mercado de terra nas áreas de fronteira sofre grande influência da ação dos agentes locais, que atuam no sentido de reduzir a mobilização de capital na aquisição de novas áreas. (COSTA, 2012, p.02)

O ciclo produtivo da soja na Amazônia se utilizou de áreas degradadas, principalmente pastagens abandonadas, isso seria um bom sinal se houvesse apenas a substituição da atividade, mas de fato o que ocorria, ou ainda ocorre, é a simples substituição e consequentemente a migração da atividade pecuária para áreas virgens.

> Em áreas de floresta amazônica, o plantio de soja tem se concentrado em áreas de pastagens, reduzindo assim os custos de implantação desta monocultura. Entretanto, a ocupação de áreas de pastagem está deslocando a pecuária para novas áreas de floresta, o que representa um estímulo indireto ao desmatamento (ALENCAR *et al*. 2004, p. 14)

As primeiras plantações de soja na região norte se estabeleceram nos Estados do Pará, Roraima e Amazonas, primeiramente o interesse estava voltado para os fragmentos de cerrado desses estados e aos poucos foi se voltando para áreas de floresta densa já convertidas e abandonadas tanto pela pecuária como pela agricultura familiar (BICKEL, 2004). A consolidação da atividade econômica na região vem provocando efervescentes conflitos socioambientais inerentes ao avanço da atividade, que pressiona, expropria e açoita a população desses locais.

Segundo Costa (2012) uma dos fatores que favoreceram o início da sojicultora na Amazônia é o que ela denomina como de "estoque de terras", na região a dificuldade, ou até mesmo a falta de disposição do governo em dar destinação[12] a territórios, mantendo-os sob a tutela das instituições públicas provocaram grandes pressões sobre essas regiões, áreas onde a densidade demográfica eram baixas ou quase nula, ou até mesmo territórios que já haviam sofrido intervenções, a exemplo de pastagens abandonadas, justificam o avanço da atividade.

---

[10] Na tentativa de referendar as multiplicidades existentes na chamada Região Amazônica, trataremos a mesma no plural, Amazônias, conforme sugerem Maués (1999), Gonçalves (2001) e Lopes (2012), deixando clara a existência de uma heterogeneidade em diversos aspectos, no social, no econômico, nos ambientes físicos. Faz necessário quebrar paradigmas, mudar conceitos, e desvelar a grande importância que as amazônias possuem.

[11] É um termo comumente utilizada para caracterizar a ação de ocupação de novas áreas voltadas para a práticas agropecuárias.

[12] O termo "destinação" em programas de regularização fundiária visa explicitar a quais finalidades o território irá servir, a exemplo da criação de Unidades de Conservação, implantação de projetos de reforma agraria, demarcação de territórios quilombolas, indígenas ou até mesmo a propriedade privada.

A aquisição de terras na fronteira agrícola moderna, favoráveis para o desenvolvimento da atividade, diminui consideravelmente os custos de capital empregados na aquisição ilegal de novas áreas, favorecendo assim o direcionamento desses recursos para o processo produtivo, e como fronteira agrícola moderna entende-se

> [...] áreas ocupadas por atividades agrícolas com alto conteúdo tecnológico e organizacional (em termos de uso de insumos e maquinário, formas de crédito e comercialização, armazenamento, beneficiamento e transporte) em substituição à pecuária extensiva, a formas tradicionais de cultura (particularmente a pequena produção familiar de origem ancestral ou de frentes de ocupação) e / ou à cobertura vegetal original. (CASTILLO 2007, p. 38)

É durante o processo de apropriação da terra que um ilícito bastante conhecido é praticado, na tentativa de legitimar a posse de áreas para o plantio de grãos, a grilagem de terras públicas é realizada, e em boa parte dos casos conta com a facilitação de agentes públicos e privados. O processo de grilagem de terras públicas acaba acontecendo de forma linear, as atividades se sucedem, extração de madeira, pasto e agora soja, segundo o IPAM (2006)

> A pecuária e, mais recentemente, a soja são, na maior parte do tempo, sucedâneas da extração madeireira e consolidam a privatização de áreas públicas. O esgotamento da madeira conduz ao loteamento e à revenda de terras (não tituladas ou até em terras indígenas, como no caso dos Apiterèwa), cujos lucros muito freqüentemente financiam os custos da expansão da pecuária (IPAM, 2006, p. 35).

Com o crescimento desenfreado da atividade agropecuária na Amazônia, em especial da agricultura de grãos, novas áreas passam a ser cooptadas pelo capital agrícola. Estados que não despertavam interesse dos produtores, principalmente por deficiências em relação a infraestrutura e estarem fora dos eixos de escoamento da produção, começam a provocar o interesse em suas terras, desta forma uma "nova fronteira agrícola" na região norte começa a ser disputada.

O atual modelo agrícola, historicamente implementado no Cerrado, mormente na região centro-oeste, nas últimas décadas vem sendo orientado por vetores de expansão direcionado para as amazônias, apresentando-se como a "salvação para o desenvolvimento do campo". Esse modelo pouco sustentável ameaça à biodiversidade da região, uma vez que devasta ou estimula a devastação de grandes áreas verde, traz consigo problemas sociais graves, banalizados pelo estado sob o estigma de números e cifras.

A produção agropecuária representa hoje grande parte do que é produzido no país, somente no ano de 2015, período marcado por forte crise financeira no Brasil, o PIB agropecuário teve alta de 1,8%, enquanto o PIB nacional sofreu retração de -3,8% comparado ao ano anterior. Nesse ano o PIB do agronegócio registrou a soma de R$ 263,6 bilhões elevando o percentual 21,4% para o patamar 23% do PIB nacional (NOVAES, 2016).

As atividades agropecuárias são muito dinâmicas e fortemente imbrincadas aos movimentos do mercado respondendo a cada agitação ou ação, de fato nos últimos anos a Amazônia se transformou em território da agricultura comercial, aos poucos a atividade vai se infiltrando pelas brechas da floresta na tentativa de ganhar ainda mais espaço. A organização territorial da região, por hora, obriga a atividade a buscar novos lugares e é nessa busca intensa por espaço que o Amapá se apresenta como trincheira a ser superada na floresta.

Ao longo das últimas três décadas, a pressão sobre os recursos naturais e principalmente sobre o espaço amazônico tem se tornado um atrativo para várias atividades ligadas ao campo. Fatores como a grande reserva de áreas, a fragilidade no sistema de fiscalização dos recursos, a precariedade do processo de regulação do solo e principalmente os baixos preços cobrados pela terra tem favorecidos o estabelecimento de empreendimentos do ramo agropecuário (COSTA, 2012). Todos esses fatores relatados também podem ser observados no Amapá.

2.2. AMAPÁ: UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Desde a década de 1970, Brasil começou a registrar fortes migrações internas estimuladas principal pela busca de novas áreas que pudessem suportar a prática da agricultura de grãos, sendo o principal deles a soja. O conhecimento obtido pelos sulistas, que haviam adquiridos com décadas de experiências somou-se aos investimentos em pesquisas e tecnologias fortemente estimuladas pelo Governo Federal que ao longo tempo adotou um modelo agroexportador elegendo a soja um de seus principais produtos de mercado, incitou a abertura de novas fronteiras de produção.

Com dominação do centro-oeste pela a agricultura moderna, fomentada tanto pelo capital público como pelo capital privado, o desenvolvimento do cultivo de soja não demorou a se expandir, segundo Hasse (1996)

> Segundo o Censo Agropecuário do Brasil, a área de lavouras cresceu de 19 milhões de hectares em 1950 para o máximo de 55 milhões em 1989. O maior crescimento individual foi o da soja. Nenhuma planta, nem mesmo o café, avançou tão rapidamente no Brasil. Foi como uma explosão. Ela chegou ao primeiro milhão de hectares em 1970 e, apenas 15 anos depois, já cobria 10 milhões de hectares. Em 1989, bateu recorde de área, com mais de 12 milhões de hectares (HASSE, 1996)

A rápida ocupação territorial do centro-oeste pela soja não demorou a provocar a abertura de novas fronteiras[13], a proximidade com a Amazônia, sua localização estratégica para o escoamento do produto, a ocupação de áreas desocupadas utilizadas anteriormente pela agricultura ou pastagem e o grande estoque de terras favoreceram o rápido crescimento da atividade (COSTA, 2012), atualmente a região norte superou 1,5 milhão em área plantada com o grão segundo a Produção Agrícola Municipal do IBGE.

A ocupação do espaço amapaense pela soja, transformou-o em uma região de novas oportunidades para o agronegócio de grão o elevou a um outro patamar, o de nova fronteira agrícola. O principal alvo do agronegócio no Amapá o Cerrado, tido como espaços vazios, desocupados, estas áreas passaram a serem trabalhadas como novas fronteiras agrícolas em virtude do aperfeiçoamento técnico-cientifico que possibilitou incorporar esses espaços na agricultura nacional.

Entende-se por fronteira agrícola o movimento de atividades que (re)qualifica novas áreas, estimuladas pelo avanço tecnológico que equilibra as variáveis presentes na agricultura comercial, outros elementos também chamam atenção para esse deslocamento, principalmente no que concerne a logística que muitas vezes inviabilizam o desenvolvimento da atividade (BERNARDES, 2006).

O deslocamento da atividade na direção da franja da fronteira agrícola também pode ser justificado pela entrada do Amapá na rota de exportações de grãos. O período entre 2002 e 2012, marcado como experimental[14], registra-se sensivelmente a chegada de uma frente de pioneira que proporciona transformações territoriais, marcas sobretudo por uma maior presença da agricultura de grãos no Amapá.

Para Martins (2012) a frente pioneira pode ser entendida:

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, (...). A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 2012 p. 135/136)

Essa lacuna de tempo que diz respeito a entrada e a retomada da agricultura de grãos foi fundamental para que alguns ajustes espaciais fossem concretizados, a principal região produtora de soja no Amapá está localizada entre os municípios de Macapá e Itaubal, que carecia de infraestrutura, principalmente a

[13] Sobre este aspecto, para Bernardes (2006) o termo deve ser entendido "no contexto de mundialização da economia, que institui uma nova divisão territorial do trabalho, a natureza é reavaliada e valorizada de acordo com as novas tecnologias. Em se tratando do cerrado, o mesmo se constitui uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistem interesses diversos de ordem econômica, política e ambiental, envolvendo as escalas local, regional, nacional e planetária" (p.13).

[14] Em 2002 temos os primeiros registros de grãos no cerrado amapaense e o ano de 2012 é tido como referencial para o plantio, como características mais comerciais, tendo seus registros contabilizados na safra de 2013.

rodoviária, que dificultaria o escoamento da produção, podemos citar como obras estruturantes a pavimentação parcial das rodovias AP - 070 e AP - 340.

2.3. REGULAÇÃO E LOGÍSTICA

Também é durante esse período que ações voltadas para a fixação da atividade foram tomadas, dentre elas a edição de legislação apropriada, que flexibilizaria o processo de licenciamento, visando diminuir a burocracia e dar celeridade na emissão de licenças para atividades. A Licença Ambiental Única – LAU[15] é uma modalidade de licenciamento editada para atender basicamente atividades agrosilvopastoris e minerais de pequeno e médio impacto ambiental. A edição dessa legislação também desobrigou a comprovação de títulos de domínios das propriedades que seriam objetos desse tipo de licenciamento, documento esse que para outros tipos de licenciamento era obrigatório.

Podemos considerar também outros ajustes realizados durante esse período de inercia produtiva, ações de fortalecimento agroestratégico[16] marcada pela criação e implantação da Companhia Norte de Navegação e Portos - CIANPORT[17], empresa do ramo de logística instalada no município de Santana. Esse projeto empresarial deve operar barcaças com capacidades de 3 mil toneladas, que irão interligar os terminais de Santana-AP e Miritituba-PA, dando origem a uma nova matriz multimodal responsável por escoar os grãos produzidos na região da BR-163.

Dentro desse arranjo modal está previsto a materialização de um Terminal de Uso Privado – TUP, na Ilha de Santana, local onde a empresa possui cerca de 20 hectares de terras ondem pretendem montar suas instalações que devem contar com equipamentos para descarga, esteira transportadora, estrutura para carregamentos de navios, armazéns para grãos e indústria de processamento.

O empreendimento faz parte de um arranjo logístico, que busca diminuir os custos com o escoamento das comoditties produzidas na região centro-oeste e ao longo da BR-163, passando pelo porto de Miritituba, localizado no município de Itaituba, no estado do Pará até seu mercado consumidor. Como parte desta estruturação o Porto de Santana, já recebeu a construção de 3 silos com capacidades de armazenamento de 18 mil toneladas de grãos.

Outros motivos também podem ser apontados para justificar esse período de transição, além do fator infraestrutura, a ausência de organizações produtivas e vantagens competitivas também influenciaram nesse sistema. O fator terra também pode ser considerado, é durante esse intervalo que os arranjos fundiários foram sendo formatados, haja vista que uma das características da sojicultura é o grande latifúndio.

A transformação do campo no Amapá é notória, principalmente no cerrado, principal alvo dessa atividade, mas é ao longo da rodovia AP-070 que essas transformações ficam mais perceptíveis, as áreas onde antes eram formadas por pequenas propriedades com características familiares, cederam espaço para o cultivo de grãos onde visualmente é dificultoso a identificação dos limites das novas propriedades. O aparecimento de grandes propriedades no cerrado do Amapá, gera desconfiança, os baixos preços cobrados pela terra, possibilitou a formação de grandes áreas por compra, contudo paira sobre algumas áreas a possibilidade de terrem sido griladas, ação facilitada em virtude do deficiente sistema de fiscalização e destinação das instituições competentes.

2.4. DO AMAPÁ PARA O MUNDO: NA ROTA DE EXPORTAÇÕES DE GRÃOS, "UM PROLONGAMENTO DA BR-163".

A rodovia BR 163 é considerada a maior rodovia em extensão do país, com aproximadamente 3.467 km, na década de 1970 teve início sua construção ainda durante o Regime Militar (1964-1985). A rodovia inicia no estado do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, se estendendo até o município de Santarém, que se destaca como importante polo portuário no estado do Pará.

[15] Criada pela Lei Complementar nº 070 de 09 de janeiro de 2012, que altera o artigo 12 da Lei Complementar nº05/1994

[16] Termo utilizado por Almeida (2011), tenta explicitar os diversos mecanismos utilizados pelos agentes do agronegócio na busca pela defesa dos interesses da atividade.

[17] A empresa CIANPORT é formada por empresários mato-grossenses: Cláudio Zancanaro, proprietário da Agrosoja e Marino Franz, dono da Fiagril.

Esta rodovia vem se apresentando como importante corredor de escoamento de produtos oriundos do centro-oeste direcionados tanto para a região sul, para portos localizados no estado do Paraná e para a região norte, este último com destaque para os portos de Miritituba-PA, localizado no município de Itaituba, Porto de Santarém, no município de Santarém ambos localizados no Rio Tapajós estado do Pará e o Porto de Santana, localizado no município de Santana, canal norte do Rio Amazonas estado do Amapá.

Os grandes investimentos logísticos empregados nessa região transformaram-na em uma grande força de atração redirecionando o vetor de exportação de grãos, principalmente, pela diminuição de custos de transportes rodoviária, deixando assim os produtos nacionais mais competitivos para disputar espaços em mercados internacionais, entretanto os investimentos em infraestrutura rodoviária não acompanharam os investimentos realizados, a BR-163 sofre com o descaso do Governo Federal, parte desta rodovia compreendida entre o Mato Grosso e o estado do Pará, algo próximo dos 192 km não está pavimentado o que gera graves transtornos para a atividade.

Figura 1 - Elaborado pelos autores, 2020.

Os fatores tempo e distância influenciam na opção pelo vetor de exportação, um exemplo é o transporte de grãos oriundos de Sorriso – MT, principal produtor do centro-oeste, caso a opção de transporte seja feita em direção ao porto de Santos – SP a distância a ser percorrida é de aproximadamente 2.000 km, se a opção for os portos localizados no interior do estado do Pará, a exemplo de Santarém, a distância se aproxima dos 1.360 km, representando uma diminuição equivalente a 35% da distância a ser percorrida.

É claro que o fator infraestrutura ainda é um enorme obstáculo a ser superado, as dificuldades que o trecho que cruza o estado do Pará apresenta, principalmente com a falta de pavimentação gera grandes prejuízos para os transportadores, durante o período seco os perigos são atenuados principalmente pela presença de buracos e poeira, e durante o período invernoso os atoleiros representam os maiores empecilhos para escoar a safra de grãos via região norte.

Os lentos investimentos em infraestrutura rodoviária na BR-163 também repercutem no estado do Amapá, tendo vista que ainda não foi possível ser concretizado os investimentos que são previstos para a implementação de macroinfratrutura de logística, e sobre tudo a possibilidade de se instalar no estado empresas esmagadoras que iniciariam o processo de verticalização da produção no estado. O porto de

Santana já recebe embarcações de outros estados com carregamentos de soja, principalmente do estado do Amazonas com destino ao município de Barcarena no estado do Pará.

É possível que os investimentos logísticos possam ser implementados a medida que o potencial do estado seja utilizado em sua plenitude, segundo o ZEE Cerrado, estimasse que possam ser incorporados algo em torno de 400 mil hectares de cerrado. A entrada na soja nos campos do Amapá também pode representar uma mudança no sistema produtivo, principalmente no campo, representada pelo cultivo de soja em áreas antes ocupadas por eucalipto.

Recentemente a empresa AMCEL maior detentoras de terras no cerrado central do estado anunciou a incorporação de 20 mil hectares de terras para produção de grãos, essa atitude pode fortalecer a produção de alimentos no Amapá, segundo os diretores da empresa também é possível que o novo projeto produtivo se estenda para o setor de produção de energia com processamento de biomassa[18].

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presença da agricultura comercial nas amazônias é um fato concreto, a busca por novas áreas para a apropriação e expansão da atividade, principalmente para atender demandas externas, não tem barreiras, o Amapá está inserido no que se entende como a última fronteira para o agronegócio, entretanto a atividade ainda busca sua consolidação.

Embora o momento diferenciado vivido pelo Amapá no que concerne à agricultura de grãos seja entendido como embrionário, em virtude da sua fase de instalação ainda está sendo planejada, outros elementos que correspondentes ao circuito produtivo começam a refletir horizontes mais promissores para o desenvolvimento da atividade no estado.

Obras de infraestrutura demonstram o direcionamento dado pelo estado perante ao agronegócio, a pavimentação das rodovias AP-070 e AP-340, melhorou o acesso a uma importante região para a produção de soja, a construção de silos para o armazenamento de grão, a elaboração de um zoneamento para o Cerrado com vista para sua ocupação, o estimulo a empresas ligadas a atividade se instalarem no Amapá, em virtude de sua posição geoestratégica, transparece novos horizonte para o estado.

A entrada da empresa AMCEL no mercado de produção de grão, estimulado, sobretudo pelo comercio de alimentos, também confirma o direcionamento dado ao setor primário, o Estado também teve papel importante já que desde o ano de 2015 vem articulando estratégias para o fortalecimento dessas atividades no Amapá.

O agronegócio é uma realidade no Amapá, contudo é necessária a elaboração de políticas públicas mais claras, que discutam economia local, mas também se voltem para a realidade socioambiental do estado. É preciso investir em programas de regularização fundiária com vistas ao pequeno proprietário e a comunidades tradicionais do cerrado, vislumbrando minimizar os conflitos sociais baseados na propriedade.

REFERENCIAS

[1] ABREU, Elder. Governo apoia a entrada da AMCEL no mercado de grãos. <http://bit.ly/2qogE1u>. Acessado dia 25/04/2017

[2] ALENCAR, A. et al. Desmatamento na Amazônia: indo além da "emergência crônica". Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. 2004.

[3] BICKEL, U. Brasil: expansão da soja, conflitos sócio ecológicos e segurança alimentar. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn, Alemanha, 2004. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/04/safra-de-graos-2015-2016-atingira-209-milhoes-de-toneladas. Aacesso 03/02/2017.

[4] BERNADES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. In. BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. (Org) Geografias da Soja: BR-163 Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2006.

[5] CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE. v. 3, p. 33-43, 2007

[18] http://www.sead.ap.gov.br/conteudo.php?id=14286

[6] CASTRILON FERNANDÉZ, A. J. Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. 2007.262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2007.

[7] COSTA, S. M. G. Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas: expansão da sojicultura e valorização fundiária. VI Encontro Nacional da Anppas. 2012.

[8] SCHLESINGER, Sergio. Soja: o grão que segue crescendo. 2008. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas. <http://www.campo.com.br/proceder/>. Acessado dia 05/02/2017.

[9] PARANAIBA, A. C. Agroindustrialização e incentivos fiscais estaduais em Goiás. 2012. 138 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos.

[10] Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Série Estudos, v. 8. Brasília: MMA, 2006. 108 p.

[11] MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2012. NOVAES, V. PIB da agropecuária tem alta de 1,8% em 2015. Disponível em: http://bit.ly/28NPCHB.

[12] HASSE, G. O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Capítulo 3

Questões agrárias e dinâmicas socioterritoriais: Conflitos entre camponeses e sojicultores no Município de Balsas, Maranhão – Brasil

Vanderson Viana Rodrigues
Eliezer Henrique da Silva Sousa
Ademir Terra

Resumo: Os conflitos agrários entre camponeses e produtores de commodities integrados ao agronegócio no município de Balsas, no estado do Maranhão, têm sua gênese na década de 1970, ligada às políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares. A chegada de novos moradores ao município mudou o modo de vida da população local – os camponeses, pois trouxeram consigo culturas, hábitos e tradições oriundos da sua terra natal, no sul do país. Todavia, o cultivo mecanizado em áreas de cerrado, com topografia plana, e com rápida correção mineral, foi o elemento novo mais significativo trazido por esses migrantes, com repercussões tanto no meio rural, quanto no urbano. A territorialização desse novo ator social fez emergir novos e contundentes conflitos socioterritoriais que seguem até os dias atuais e se tornam cada vez mais complexos, ou seja, a nova atividade desenvolvida no campo, além de não incluir os camponeses, provoca mudanças quantitativas e qualitativas significativas no meio ambiente e na sociedade.

Palavras-chave: Conflitos agrários; Questão agrária; Campesinato.

1. INTRODUÇÃO

No presente texto nos propomos analisar a conjuntura conflituosa do campo instalada no Maranhão e em especial no município de Balsas - MA, seus impactos e os enfrentamentos sociais em decorrência das sobreposições territoriais, as quais vêm provocando inúmeras mazelas sociais, tendo como cenário o agravamento dos confrontos e conflitos envolvendo camponeses e sojicultores do município, neste sentido, busca-se entender o posicionamento dos governos estadual e municipal. Baseando-nos em dados primário e secundários, à luz do materialismo histórico dialético que nos ajuda compreender as ações de tais agentes presentes no território em análise (MARX, 1978; NETTO, 2011; TERRA, RODRIGUES, 2018).

Inicialmente, nos debrucemos sobre alguns pontos centrais que balizam este trabalho, como: campesinato, território e questão agrária. A discussão inicial foi direcionada à forma conceitual/metodológica visando compor os elementos que deram nexos às análises que empreendemos do objeto proposto. Assim, tal discussão se deu de modo preliminar, ou seja, sem a pretensão de aprofundamento em tais conceitos. Salientamos ainda que não buscamos separar cada elemento indistintamente, pois cada um faz, dialeticamente, parte de uma mesma realidade concreta, assim sendo, trata-se tão somente de um recurso didático visando a exploração do fenômeno que ora estamos analisando.

Chama-nos a atenção a respeito da realidade camponesa, de sua organização e das implicações do avanço da monocultura de grãos no município de Balsas, a marginalização e invisibilidade dos camponeses como consequência da territorialização e espacialização do agronegócio regional, sobrepondo-se às áreas de uso dos camponeses, pois "para se territorializar no campo, o capital expropria, violenta, escraviza, mata! Novas dinâmicas naturais também são criadas a partir dessas relações sociais, que modificam o espaço por meio de diferentes formas de desterritorialização e reterritorialização" (SODRÉ, 2015 p. 15).

A falácia da reforma agrária; a violência dos agentes públicos atuantes no território, nas diferentes escalas de governo, evidenciados nos registros de conflitos; a seletividade do Estado na elaboração das políticas agrícolas e sociais, que continuamente dilacera a cidadania no campo; a passividade e conivência do Estado diante do quadro de abandono e expulsão dos camponeses e povos originários dos seus territórios, tornam cada vez mais relevante o vigor das lutas agrárias atuais.

Entendemos que os movimentos sociais de luta e resistência, com o intuito de ajudar a manter firme o direito ao uso e a posse legal da terra, tem sido de grande importância no município de Balsas. A participação da sociedade maranhense e da comunidade de intelectuais sensíveis à causa camponesa é fundamental no sentido de subverter a atual realidade, mesmo que tal empreitada se apresente como utópica. Salienta-se que a luta pela/na terra tem se tornado cada dia mais difícil e complexa, tendo em vista a fluidez da influência dos empresários do agronegócio nas diversas escalas de poder.

Os camponeses que tiveram seu território e consequentemente o seu modo de vida afetado, contraditoriamente os (re)criam através da luta pela/na terra, com diferentes mecanismos que lhes asseguram a permanência e o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. No contexto das novas territorialidades forjadas por imposição do capital, por meio deste trabalho, realizamos uma análise dos processos de luta pela/na terra no assentamento Gado Bravinho, localizado no município de Balsas. Especificamente, procedemos um levantamento dos elementos que dão corpo à questão agrária local, uma vez que o território é também resultado de um processo histórico carregado de poderes.

2. CONFLITOS E A LUTA PELA/NA TERRA NO MARANHÃO

O processo geohistórico que envolve os conflitos pela/na terra no estado do Maranhão é carregado de sobreposições territoriais, onde os interesses da elite política, econômica e social do estado, dos quais alguns são oriundos de outras regiões do país, são contemplados com as facilidades criadas no contexto da abertura de terras para inserção destes novos agentes sociais.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1985 foram registrados 71 conflitos no campo maranhense, dos quais teriam resultados em dois assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra no município de Imperatriz, trabalhadores este que tinham em comum o fato de serem migrantes expulsos do oeste do Estado. Isso ocorreu por conta da grilagem de uma área denomina Fazenda Pindaré, (mais tarde dividida entre os grupos da VARIG, SHARP, CACIQUE, MESBLA e Pão de Açúcar) que no ano seguinte recebeu o nome de "Fazenda Criminosa", em função do assassinato de vários outros trabalhadores rurais (CPT, 1986, p. 32).

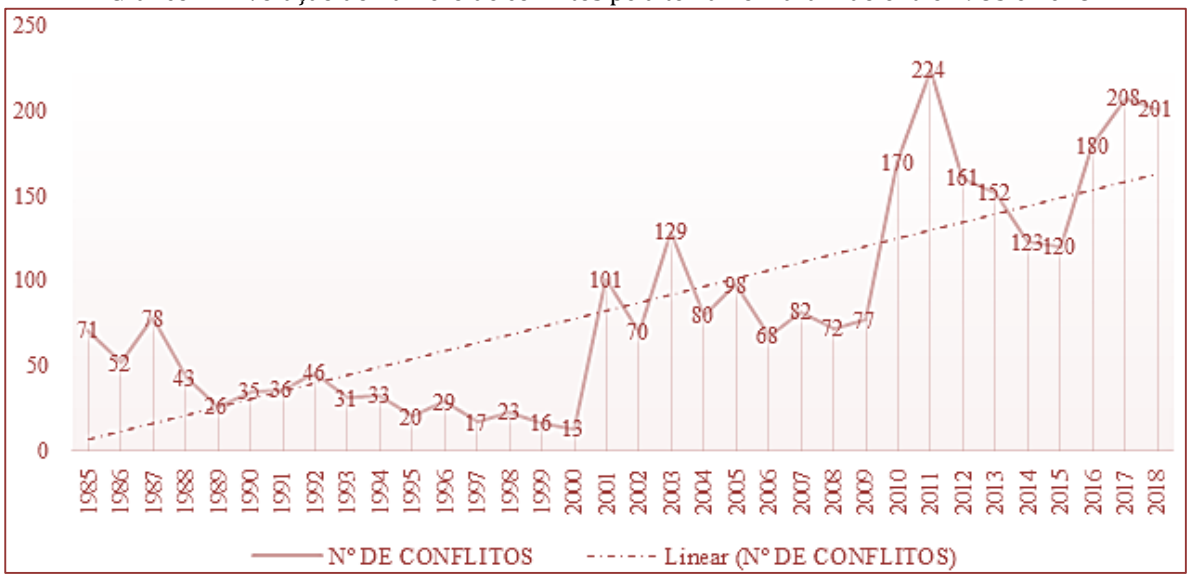
Segundo Schilling (2005), [...] a reforma agrária deve realizar a democratização da propriedade permitir o acesso e fixação do homem na terra, como proprietário e não como servo, inclusive dos trabalhadores rurais, além disso, devem ser indispensavelmente, amparado pelo regime de garantias jurídico-sociais [...]. (SCHILLING, 2005, p. 233)

Os problemas decorrentes da grande concentração de terras nas mãos de poucos persistem até os dias de hoje no estado do Maranhão, muitos camponeses que dependem da terra para a produção e sua reprodução social, não dispõe deste meio de produção para desenvolver suas atividades, pois os incentivos públicos e a legislação têm beneficiado o agronegócio que, a cada ano, aumenta seus domínios territoriais, enquanto os camponês são expropriado dos seus territórios, que desta forma não conseguem manter seu modo vida, por meio do extrativismo e cultivo de lavouras diversificadas para subsistência sua e da família.

Segundo Silva e Cunha (2012) O direito à terra tem sido uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. As lutas extrativistas não ficaram atrás nessa empreitada reivindicatória. Os conflitos em torno dos babaçuais também somaram números alarmantes. Parte desses conflitos podem ser visualizados na região do Mearim, a qual pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no estado. (SILVA; CUNHA, 2012, p. 05)

O Maranhão convive com um aumento progressivo no número de conflitos territoriais, segundo dados da CPT, no estado entre 1985 e 2017, ocorreram cerca de 2.884 conflitos por terra (Gráfico 1) envolvendo cerca de 251.703 famílias. A grande maioria ocorreu em comunidades tradicionais da zona rural, onde estão sendo implantados grandes empreendimentos.

Gráfico 1 - Evolução do número de conflitos pela terra no Maranhão entre 1985 e 2018



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 1985 a 2018
Org.: RODRIGUES, 2019

A luta por terra no Maranhão é uma das maiores do Brasil, realidade comprovada não só na atualidade como também ao longo da história deste Estado. Evidencia-se também que, os conflitos agrários, ocorrem em áreas que são agricultáveis, que são disputadas pelos grandes produtores para a implantação de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados à grande lavoura capitalista – o agronegócio, que para tanto expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtora de soja e milho.

Fernandes (2008) afirma que para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. (FERNANDES, 2008, p. 02).

Para Moreira (2005), nos conflitos rurais opõem-se grandes proprietários e camponeses ao redor da questão da reforma agrária. A forte concentração da propriedade rural herdada do período colonial, e que atravessa sem mudança as transformações fundamentais do século XIX - a independência, a abolição da escravatura e a república - agora é questionada por um campesinato que começa a ser expulso do campo por conta das mudanças com que a agropecuária responde as demandas urbanas e da industrialização, reagindo o campesinato com a pressão pela partilha e redistribuição mais equânime da propriedade rural, que equilibre as relações no campo e modernize socialmente as relações agrarias. (MOREIRA, 2005, p. 19)

3. AGENTES E PROCESSOS TERRITORIAIS EM BALSAS/MA

O uso das terras do cerrado maranhense para a agricultura técnico científico globalizada surge entre 1971 e 1974 quando foram iniciados os primeiros estudos no estado para testes com os solos e a adequação das sementes:

> através do Departamento de Pesquisa e Experimentação – DEPE da secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA através de convenio firmado com a SUDENE [...]. em 1978 a Empresa Agropecuária do Estado do Maranhão – EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisas com soja – CNPSo/ EMBRAPA ampliou a iniciou um programa de pesquisa com soja cujo finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Microrregiões distintas [...], de maneira que no início de 1980 a SAGRIMA elaborou o documento intitulado ´Subsídios do para um Programa de Expansão da Cultura da Soja no Estado do Maranhão´ com o objetivo de [...] fortalece a economia agrícola estadual através da expansão da cultura da soja, implementar a oferta de matéria prima ao parque industrial de oleaginosas e abrir novos espaços a exportação da economia estadual, com vista ao mercado regional. (FERREIRA, 2008, p. 101 e 102)

A partir de 1995, no sul de Maranhão toma-se relevante a fase III do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)[19], que tinha como objetivo tornar as áreas de cerrado do Maranhão e do Tocantins (norte de Goiás) mais produtivas aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional, o programa visava, fundamentalmente, a implantação de agricultores familiares de médio porte que não possuíam sua própria terra, cuja seleção desses produtores se deu principalmente, por cooperativas de cada região. O programa tinha algumas peculiaridades como: Os produtores adquiriram todos os insumos necessários à produção tais como: terra, máquinas agrícolas, residência, instalações, recursos para custeio etc.

Esse programa equivale ao Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), implantado a partir de julho de 1996, incorporando inicialmente, uma área de 80 mil hectares, a qual segundo Giordano (1999):

> [...] com exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan Internacional Corporation Agency - JICA) (GIORDANO, 1999, p. 114).

Essas políticas resultaram na implantação do cultivo da soja e milho destinados à exportação e desenvolvido por empresas como a Agropecuária e Industria Serra Grande Ltda. (AGROSERRA), VARIG Agropecuária, CUTRALE, CARGIL e a CEVAL (FERREIRA, 2008), estes grupos empresariais se instalaram no município de Balsas, atraídos pelo baixo Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) da soja, contudo essas empresas, para aumentar a produtividade, necessitaram de tecnologia, pesquisa, energia elétrica e áreas planas que permitissem o uso de máquinas modernas.

[19] O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, foi um programa que estabelecia a relação entre Brasil e Japão para o desenvolvimento agrícola em áreas do cerrado brasileiro. Teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, e encerrou-se em 2001. (BRASIL, 2019)

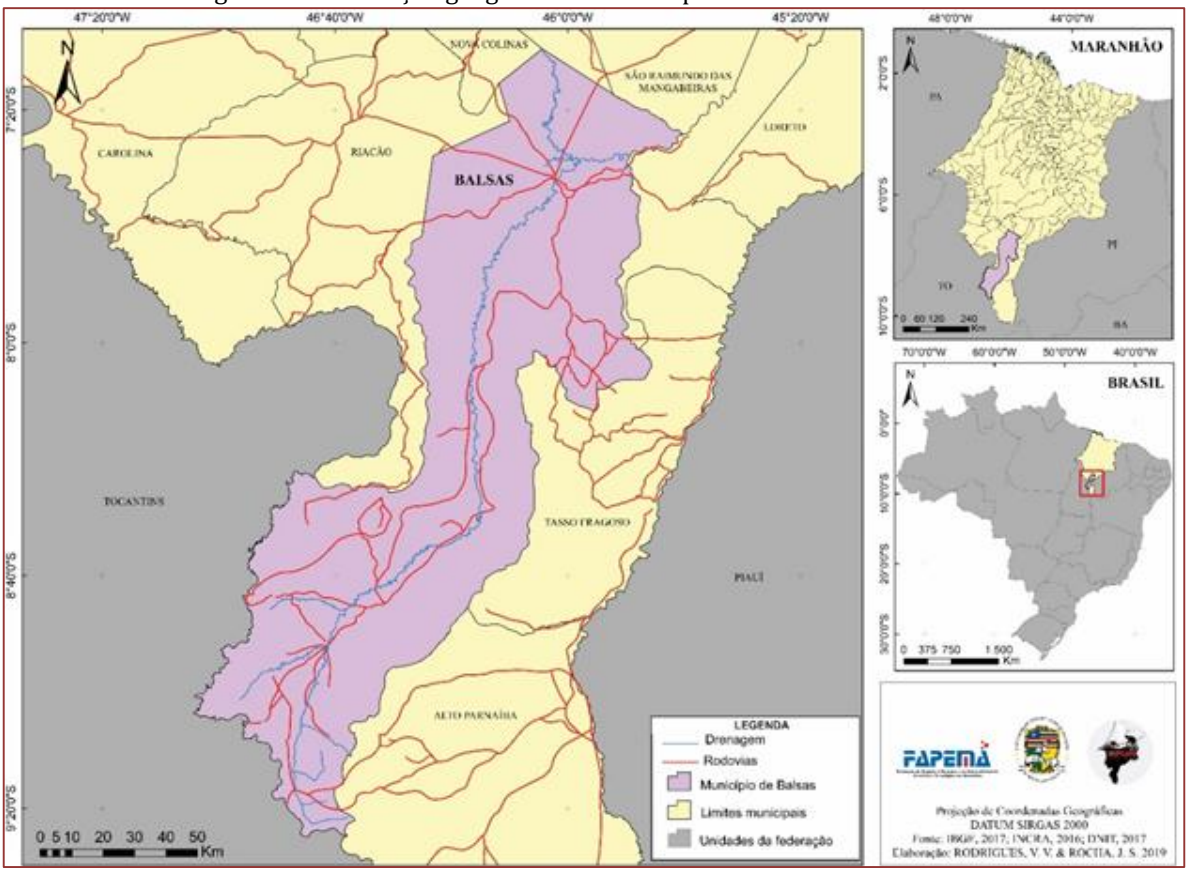
Assim, por várias razões, as lavouras modernas vão encontrar em Balsas as condições ideais para seu desenvolvimento, um importante fator será a disponibilidade de terras planas nas áreas das chapadas, que até então não eram utilizadas pelos camponeses, pois estes preferiam se instalar nas áreas de "baixões" para o desenvolvimento de suas atividades de subsistências, cujas as áreas eram mais úmidas e pela maior disponibilidade de nutrientes mais aflorados.

Na prática, o programa PC-GEBAL, teve uma destinação diversa daquela que foi teoricamente planejada, uma vez que o modelo de produção adotado não incluiu os camponeses, senão pelas características peculiares que este grupo social apresenta, como modo de vida e condições materiais, mas principalmente, porque a despeito do programa preconizar atender aos agricultores familiares médios, a intenção era beneficiar outro tipo de produtor como se pode vislumbrar na atualidade.

É neste contexto que o município de Balsas foi sendo modificado e transformado "num espaço nacional de economia internacional" (SANTOS, 1996, p. 244) por conta da sojicultura, que atraiu e continua atraindo cada vez mais empreendimentos voltados para o mercado de *commodities*. Localizada nas coordenadas geográficas: Latitude 07º 31' 57" S, Longitude: 46º 02' 08" W, e Altitude de 247m em relação ao nível médio do mar. Tem uma população estimada em 94.779 habitantes no ano de 2018 pelo IBGE, e com uma densidade demográfica 6,36 hab./km^2, ocupando 13.141,733 km^2. Está a uma distância aproximada de 711 km em relação a São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Balsas possui uma localização geográfica (Figura 1) estratégica, uma vez que é cortado pelas rodovias transamazônica (BR 230), e pela BR 324 além da MA 140, localização esta que entre outros fatores, explica o fato de ser hoje uma das principais áreas de produção agrícola do estado, processo este desencadeado a partir do Plano de Colonização Nacional na década de 1970 como já destacado anteriormente.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Balsas no Maranhão



Fonte: IBGE, 2017; DNIT, 2017
Org.: RODRIGUES & ROCHA, 2019

A cidade é a terceira maior do estado do Maranhão, e o município possui maior extensão territorial do Estado, em Balsas se concentra o maior número de empreendimentos responsáveis pelo desenvolvimento do setor agrícola mecanizado da Microrregião dos Gerais de Balsas e do Estado, nele estão instaladas concessionárias de máquinas e implementos agrícolas, armazéns e silos para grãos, escritórios de empresas que compram as safras dos agricultores, e comercializam no mercado externo em grande parte, estão instaladas também inúmeras de revendas de insumos agrícolas, escritórios de empresas de assistência técnica, transportadoras e muitas outras empresas fundamentais para a cadeia do agronegócio. Tais característica são resultado de um conjunto de ações das distintas esferas de governo, as quais doravante passamos a discorrer.

Assim os atributos que cercam o município de Balsas são atraentes à expansão do agronegócio uma vez que a localização do município o agrega características exigidas por esta atividade econômica, uma delas é a interligação das rodovias no município o que o torna privilegiado por facilitar o escoamento dos grãos até o complexo portuário de São Luís, este que é o quinto porto em movimentação de carga do Brasil, e que serve 10 estados brasileiros (ANTAQ, 2015) é uma das mais significativas vantagens da região requeridas pelo agronegócio, o que tornou o município de Balsas o principal produtor da soja do Maranhão, contudo essa produção também tem se estendido para municípios de Tasso Fragoso e Riachão localizados na Microrregião Gerais de Balsas – MA, e mais recente para a Mesorregião do Leste Maranhense e a Mesorregião do Oeste Maranhense.

4. MONOPOLIZAÇÃO TERRITORIAL E OS CONFLITOS EM BALSAS/MA

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região do município de Balsas, é um conflito que se dá de forma muitas das vezes encoberta e sem chamar a atenção para a sociedade em geral, pois só é percebido na comparação dos números.

Contudo, a luta dos camponeses contra o crescimento do agronegócio sobre seus territórios é para ele como uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e também de produção para assim ser o compositor da sua própria história, e não submeter sua vida aos caprichos do grande capital, que esmaga o seu lugar e sua cultura.

Esse conflito é entendido como "[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção" (CPT, 2008, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá na forma encoberta/escondida, mas a forma violenta do conflito é a mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas.

Em Balsas o número de conflitos por terra no período de 2001 a 2018 soma 52 (cinquenta e duas) ocorrências, que obteve alguns picos nos anos de 2008 e 2010 (Gráfico 2) quando foram registrados 7 (sete), conflitos por disputa de terras entre camponeses e os representantes do agronegócio.

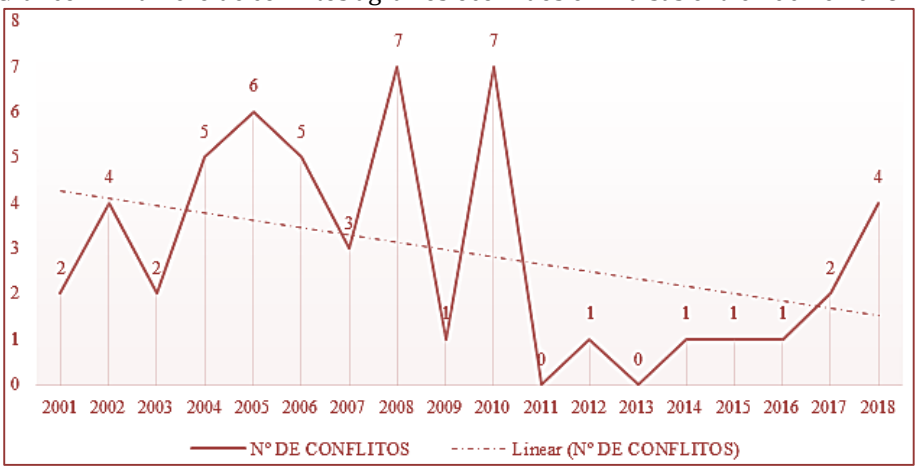
Nos últimos anos a ocorrência de conflitos registrou uma queda em Balsas, mudança que é explicada pela espacialização do agronegócio para outros municípios da região e também para outras regiões do Estado, entretanto nos últimos dois anos (2017 – 2018) registra-se uma elevação das ocorrências no município, ligadas principalmente às mudanças arbitrárias dos limites das propriedades por parte dos latifundiários, ameaças por parte dos jagunços, invasões a áreas pertencentes aos assentamentos rurais, bem como e apropriação de áreas baixas das chapadas para constituírem-se em áreas de reserva legal das áreas produtoras de commodities.

As ocorrências que são decorrentes de áreas de assentamento rurais do INCRA, são provocadas na maioria das vezes por conta da aquisição das terras próximas ao assentamento pelos fazendeiros para implantação de campos de produção de soja, o que provoca inúmeros problemas para os moradores dos assentamentos.

Um grande problema que tem provocado inúmeros conflitos é a proibição da criação dos animais livremente nas áreas de chapada, que, é um dos componentes do sistema de produção praticado pelos camponeses. Nesse sistema de produção, as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum (a chapada). Na situação atual ocorre o inverso, pois como os campos de soja não são cercados, a criação de animais é que deve ser limitada, e quando esses animais não são presos e entram em áreas das fazendas de grãos, eles são mortos a tiros, e jogados às margens das estradas perto

de comunidades que estejam próximas as áreas de plantio para servir de exemplo e amedrontar os camponeses da área.

Gráfico 2 - Número de conflitos agrários ocorridos em Balsas entre 2001 e 2018[20]



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2001 a 2018
Org.: RODRIGUES, 2018

Como forma de resistência e de rebeldia algumas entidades de classe e de apoio aos camponeses que sofrem com esses conflitos e confrontos chama a atenção no tocante a sua busca por dar visibilidade a essas comunidades, assim temos a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, e a Associação Camponesa – ACA, que buscam dar força e visibilidade aos camponeses que sofrem com o avanço do agronegócio no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os conflitos socioterritoriais que afligem os camponeses do município de Balsas/MA, compreendemos que a dinâmica da conjuntura ligada ao agronegócio, tem sido como uma mão invisível que liga todos os conflitos que ali tem se instalado, entendemos que a negligência dos órgãos públicos materializada principalmente na falta de assistência técnica e o isolamento desta comunidade é fruto de um conjunto de fatores demandados pelo capital do agronegócio, sobre o território local que tem se subvertido às demandas da economia.

Apesar das particularidades que se fazem presente nas discussões travadas sobre o território, a questão agrária e os conflitos agrários no estado do Maranhão e no município de Balsas compreendemos quem há um ligação com escalas maiores, a níveis estaduais, federais e mundiais, assim podemos afirmar que as adversidades pelas quais passam os camponeses de Balsas e do assentamento Gado Bravinho são análogas às condições de vida de milhares de famílias camponesas brasileiras.

Assim compreendemos que o desejo por melhores condições de vida é o que induz os camponeses a buscarem mesmo em condições de precariedade e de subalternidade, lutar pela autonomia territorial para seus familiares, pois seu interesse não visa a acumulação econômica mais sim cultural, social, alimentar e em certa medida político, estando em constante movimento de criação e transformação do [20]território, conforme suas concepções, sonhos e relações culturais com a terra.

[20] Escolhemos este recorte temporal de 18 (dezoito) anos pois em 2001 foi realizado o primeiro registro de conflito agrário no município de Balsas. Em maio de 2001 duas famílias camponesas foram ameaçadas por jagunços... em junho do mesmo ano essas famílias foram expulsas de terras ao sul da sede do município por jagunços a mando de um fazendeiro, que algum tempo depois instalou um campo de soja no local (CPT, 2002).

REFERENCIAS

[1] ANTAQ. Boletim Informativo Aquaviário: 3º Trimestre 2015, São Paulo, 2015. Disponível em:<http://www.antaq.gov.br/portal/Estatisticas_BoletimPortuario.asp> Acesso em: 03 de jan. 2019.

[2] CPT. Comissão pastoral da Terra. Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia 2008. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 05 jan. 2019.

[3] Conflitos no campo Brasil. Goiânia, 1986.

[4] Conflitos no campo Brasil. Goiânia: Edições Loyola, 2002.

[5] Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 1985 a 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3 alves.pdf.> Acesso em: 30 de mar. de 2019.

[6] Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 2009 a 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3 alves.pdf.> Acesso em: 30 de mar. de 2019.

[7] FERNANDES, B. M. Entendo nos Territórios dos Territórios. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) Campesinato e Território em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

[8] FERREIRA, A. J. A. Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

[9] GIORDANO, S. R. Competitividade Regional e globalização. São Paulo: Departamento de Geografia, USP. 1999. Doutorado em Geografia. (Tese)

[10] MARX, K. "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte." In: Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

[11] MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). Boletim paulista de geografia, número 83, São Paulo – SP, dez. 2005.

[12] NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. Expressão Popular, 1.ed. – São Paulo, 2011.

[13] SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

[14] SCHILLING, P. Do "Caminho Brasileiro" de Reforma Agrária – 1962 In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão agrária no Brasil: O Debate Tradicional – 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

[15] SILVA, S. D. et al. A ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO BRASIL: o Matopiba e os desafios de proteção ambiental no Cerrado. Estudios Rurales, vol. 8, Nº Especial (Octubre) 2018, CEAR-UNQ. Buenos Aires; pp. 145-178.

[16] SODRÉ, R. B. AS (RE) FORMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA MARANEHNSE: multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim – MA, (monografia) UEMA; São Luís – MA, 2015.

[17] TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas Maranhão. In: SANTOS, L. C. A. et al. (Org.) Geografia: Trabalho, sociedade e meio ambiente. EdUEMA, São Luís, 2018.

Capítulo 4

Mineração e Assentamento da Reforma Agrária: Conflitos, território e (des) envolvimento no Município de Conceição do Araguaia-Pará

Lucilei Martins de Oliveira

Resumo: Neste trabalho apresenta-se a disputa pela terra no sul do Pará nos dias atuais envolvendo empresas mineradoras, fazendeiros e agricultores clientes da Reforma Agrária. Esse embate tem acirrado o conflito pelo fato de ter excluído os posseiros que estão na terra há mais de 10 anos do Projeto de Assentamento Capivara criado pelo INCRA através da Portaria 25 de 14 de outubro de 2016. Os lotes excluídos do referido PA todos possuem ocorrência mineral e o fazendeiro diminuiu a área que estava negociando com o INCRA para negociar diretamente com a empresa Horizonte Minerals. Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa e utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O resultado demonstrou que intensificaram as tensões no campo com o fim do processo de sondagem do níquel laterítico e o início da fase de exploração desse minério. Os agricultores que estão na área de interesse da mineradora não tem informações precisas e agora nem o acompanhamento do INCRA para esclarecer quais as famílias que serão reassentadas. As ações realizadas nesse processo são dos movimentos sociais que assessoram juridicamente esses posseiros e cobram uma posição dos órgãos competentes e do Ministério Público frente ao descaso com que é tratada essa população local que está no entorno do Projeto Araguaia Níquel no município de Conceição do Araguaia - PA.

Palavras-chave: Latifúndio; Mineração; Reforma Agrária; Conflito.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos em torno da disputa pela terra como um processo contínuo na Amazônia Oriental. Durante as décadas de 1970 e 1980 o embate era com as fazendas agropecuárias que se instalaram na região, e expulsaram os posseiros, antigos moradores que estavam na área, e cultivavam uma agricultura de subsistência.

Atualmente os agricultores assentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encontram diante de um novo adversário as empresas mineradoras transnacionais que se multiplicam nos diversos municípios no sul e sudeste do Pará. Entre os municípios minerados encontra-se: São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Água Ázul do Norte, Rio Maria, Floresta do Araguaia e Conceição do Araguaia. O primeiro caso foi o de Ourilândia do Norte com extração do níquel pelo grupo canadense Canico Resource Corporation através da subsidiária Mineração Onça Puma Ltda, que desestruturou o Projeto de Assentamento Campos Altos atingindo mais de 300 famílias.

A implantação do Projeto Araguaia Níquel através do grupo inglês Horizonte Minerals, no município de Conceição do Araguaia – PA, atingirá dois Projetos de Assentamento, sendo um o mais antigo do município com mais de três décadas de criação, e o outro recentemente legalizado, em outubro de 2016 após 10 anos de posse de 60 agricultores. Além de mais de 200 famílias de posseiros que ainda estão em processo de implantação dos assentamentos pelo INCRA.

É importante destacar que os conflitos nessas áreas sempre foram acompanhados pela intervenção do Estado, seja financiando grandes fazendas para as empresas nacionais, seja autorizando a exploração mineral pelas empresas transnacionais. Nesse sentido verifica-se que o sul e sudeste do Pará que ainda é palco do latifúndio e da violência no campo envolvendo a disputa pela terra, e agora se depara com a expansão da mineração envolvendo novos atores nesses conflitos.

Esse trabalho é resultado das pesquisas realizadas na área rural do município de Conceição do Araguaia através do Fórum Permanente de Discussão sobre a Mineração promovido pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Tocantins (LCP), Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e agricultores familiares residentes nas áreas de interesse do Projeto Araguaia Níquel.

A presente pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, instrumentalizando várias técnicas segundo esta metodologia. Ao contrário da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa "é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais" (FLICK, 2004, p. 28).

Nesse sentido foi realizada a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental foi feita a partir de documentos como Decretos, Relatórios Oficiais de órgãos como: INCRA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Processos Administrativos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Foi coletado também documentos dos movimentos sociais entre eles a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara-PA, a Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Tocantins (LCP) que atuam em Conceição do Araguaia e Redenção, que registraram acontecimento importantes como reunião com a superintendência do INCRA de Marabá, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e a Unidade Avançada do INCRA em Conceição do Araguaia (UACA), assim como as atas do Fórum Permanente de Discussão sobre a Mineração em Conceição do Araguaia-PA. .

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas com os seguintes atores sociais: agricultores que serão diretamente atingidos pela mineração, técnicos do INCRA, funcionários da empresa mineradora, integrantes de movimentos sociais que acompanham ou acompanharam esse processo. A pesquisa está classificada como um estudo de caso, visto que há particularidades específicas: "os estudos de caso visam exploram, deste modo, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextuado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico" (CHIZZOTTI, 2011, p. 136). Para o referido autor o estudo de caso pode ser único e singular ou abranger uma coleção de casos, como está acontecendo com a implantação da mineração em vários municípios no sul e sudeste do Pará.

Na primeira parte desse artigo será direcionado para as políticas públicas direcionadas para a Amazônia com um corte específico para o sul e sudeste do Pará, para interpretar os fatos em relação a situação local e as políticas regionais implantadas pelo governo federal. Posteriormente buscando entrelaçar a teoria à pratica buscou trazer os conceitos de conflitos socioambientais e o desencadeamento de atores envolvidos nesse processo. Analisou-se como uma região rica em matéria prima, abundância de terras ainda é palco de sangrentos massacres como ocorreu em 24 de maio de 2017 em que foram assassinados 10 posseiros

na Fazenda Santa Lúcia, pela própria Polícia Militar no município de Pau Darco no sul do Pará. Por fim traz a localização do Projeto Araguaia Níquel e os conflitos desencadeados a partir da finalização do processo de sondagem e prospecção mineral avançando para a fase de implantação do projeto e a concentração de terras para a Mineradora Horizonte Minerals para efetuar a extração do níquel laterítico.

2. O ESTADO COMO GRANDE FORMULADOR DE POLÍTICAS DE DES(ENVOLVIMENTO)

O processo de ocupação da Amazônia foi estimulado pelo governo federal para ocupar os "espaços vazios" que havia na região. Até a década de 1960 o acesso para o sul e sudeste do Pará era feito principalmente pelo rio Araguaia e Tocantins. Durante o ciclo da borracha a migração ocorria de forma natural e bastante significativa, uma espécie de reforma agrária espontânea de trabalhadores rurais de várias regiões do país para as terras devolutas do Pará. Entretanto, a partir da década de 1970 com a construção da rodovia federal Belém-Brasília que ligou o sul do Pará com as outras regiões do país esse fluxo se intensificou. "Estabelecer ligação, por terra, entre Guaraí, que se acha sobre essa rodovia, e Couto Magalhães, à margem do Rio Araguaia, começou a crescer o afluxo de populações de origem rural para as terras indígenas e devolutas do sul do Pará (IANNI, 1979, p.11).

Outra rodovia que colaborou na intensificação do processo de migração foi a PA-150 que liga Marabá a Conceição do Araguaia que na primeira metade dos anos 70 tornou-se um local de intenso e desorganizado assentamento e desmatamento. "O governo do estado tentou reservar as margens da estrada para os pequenos agricultores, mas estes logo venderam seus lotes para médios pecuaristas, a maioria proveniente da Bahia e Minas Gerais, ou foram expulsos pelos grileiros de terras e seus pistoleiros" (SCHMINK & WOOD, 2012, p. 210).

Nesse mesmo período criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), e o governo colocou à disposição de latifundiários e fazendeiros estímulos e favores fiscais e creditícios. Assim proporcionou o crescimento do latifúndio e empresas agropecuárias de extrativismo e mineração. O Estado como um grande formulador de política de desenvolvimento, por sua vez é pressionado por grupos políticos e por empresa estrangeiras a aderirem aos interesses do capital, desfavorecendo assim as classes populares (HALL, 1991).

O Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 1970, foi propagandeado pelo governo como uma política pública em benefício da agricultura familiar. No entanto, segundo Castro (2008, p. 14), esta política "parecia mostrar que o Estado, a par dos privilégios concedidos até então exclusivamente ao setor empresarial, garantiria também espaço considerável à pequena produção agrícola em seus projetos". Como o governo havia incentivado anteriormente diversos grupos econômicos com subsídios para as empresas agropecuárias se instalarem na Amazônia, ainda apresentou o referido programa como direcionado para a agricultura familiar.

Dessa forma a abertura de rodovias e o PIN foram utilizados para remover os trabalhadores rurais de outras regiões de tensão social para a Amazônia. Nessa linha de análise dos excluídos do sistema de produção capitalista, Martins (1995, p.115) destaca que "muitos dos posseiros que entraram no norte do Mato Grosso e no sul do Pará já haviam sidos expulsos mais de uma vez em Goiás e no Maranhão". O autor destaca também que os posseiros por sua vez aceitaram a possibilidade de se deslocar para frente de expansão aliviando muitas vezes as tensões nas áreas já ocupadas pelos empreendimentos capitalistas.

No fim da década de 1970 havia surgido uma nova configuração fundiária no sul e sudeste do Pará com predominância de grandes fazendas agropecuárias incentivadas pelo governo federal. Em Conceição do Araguaia a SUDAM financiou o projeto Agropecuária Nazareth e a Cia Vale do Rio Cristalino – Agropecuária, Comércio e Indústria com uma área de 140.000 hectares. No estado do Pará a SUDAM financiou 212 projetos que representou 37% do financiamento da Amazônia Legal (OLIVEIRA, 1987).

Após o incentivo as grandes fazendas agropecuárias e a criação de gado foi criado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que enfatizou a importância atribuída à exploração mineral, no qual permitiu a elaboração do Programa Grande Carajás (PGC). "O maior projeto do país que visa o desenvolvimento integrado, indústria-agropecuária, com uma área de 895.265 Km^2. Esta área representa 10,6% do território nacional, e um total de 241 municípios sob a influência do referido programa" (LOUREIRO, 2004, p.298). O PGC foi formulado a partir do documento Amazônia Oriental – Um projeto nacional de exportação elaborado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Na época a CVRD era uma empresa estatal que facilitou a formação das multinacionais que se instalaram na região para extração mineral direcionada para exportação.

Todavia o crescimento da violência rural na Amazônia exatamente na área do PGC preocupou o governo e "simultaneamente, contudo, o problema cada vez mais grave da violência rural não podia ser ignorado [...] porque dava ao Brasil uma publicidade internacional sumamente desfavorável" (HALL, 1991, p. 52). Com o objetivo de resolver esse impasse foi criado para atuar em duas áreas de acirrado conflito o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) através do Decreto presidencial nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, que ficou responsável pela titulação das terras e colonização de uma área de 45 milhões de hectares. A presença dos militares e as instalações de quartéis em várias cidades demonstraram a atuação do Estado para promover a "ordem" e a "segurança" a favor do grande capital.

Dessa forma foram criadas condições para um crescimento capitalista internacionalmente integrado na Amazônia, com a participação do capital estrangeiro. Para isso implantou-se uma infraestrutura com captação de recursos financeiros, que foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo moderno apoiado na mineração industrial (COELHO & MONTEIRO, 2007).

A primeira empresa do PGC a se instalar na região foi a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na Serra dos Carajás - complexo de minério de ferro- que fica localizada a 160 km da cidade de Marabá, no estado do Pará. Alguns estudiosos sobre esse assunto apontaram as mudanças sociais e físico-ambientais no entorno da grande mineração "a pressão pela terra fez intensificar a luta pela terra. Para Hall (1991, p. 95) o Programa Grande Carajás "é apenas o exemplo mais recente de um desenvolvimento em larga escala da região que trouxe pouco progresso para a maioria da população rural da Amazônia Oriental [...]". As consequências apontadas pelo autor foram a forte repressão em termos da perturbação, provocando também a perda do sustento.

As desigualdades regionais aumentaram com a má distribuição espacial dos recursos financeiros" (COELHO & MONTEIRO, 2007, p. 35). É importante destacar que o estímulo dado à atividade mineradora de grande porte contribuiu para ampliar o debate sobre os efeitos socioambientais para a região, assim como intensificou a polêmica discussão sobre a relação entre mineração industrial e desenvolvimento regional.

Destaca-se aqui que no fim da década de 1980 os posseiros começaram a enfrentar essa situação e como forma de protesto ocuparam as fazendas obrigando o INCRA e o GETAT a tomar uma atitude frente aos intensos conflitos envolvendo fazendeiros e grileiros e posseiros. Como resultado desses enfrentamentos foi surgindo uma nova estrutura fundiária e as antigas fazendas agropecuárias foram paulatinamente dando lugar a agricultura familiar que assumiu a liderança nessa nova situação. O município de Conceição do Araguaia que na década de 1970 se transformou num espaço do latifúndio, atualmente possui o maior número de assentamento da reforma agrária.

Com a diversificação dos minérios para além da Serra dos Carajás, inicia-se um processo de instalação de grupos monopolistas internacionais nessa região. Inicialmente o grupo canadense Canico Resource Corporation, através da empresa subsidiária Mineração Onça Puma começou em 2003 a exploração do níquel laterítico no município de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Felix do Xingu-PA. O grupo australiano Troy Resources através da subsidiária empresa Reinarda Mineração Ltda iniciou em 2004 a exploração do ouro em Floresta do Araguaia e Rio Maria-PA. E a subsidiária do grupo inglês Horizonte Minerals a empresa Araguaia Níquel Mineração Ltda, iniciou a escavação no município de Conceição do Araguaia-PA, em 01 de junho de 2017 conforme divulgado no Portal Canaã.

Por isso os conflitos socioambientais necessitam ser analisados desde a forma de ocupação de determinado espaço bem como as relações estabelecidas em diversas escalas: local/regional, nacional e global. E o que se tem assistido nessa região é o descaso desses grupos internacionais que se escondem atrás de subsidiárias para não serem responsabilizadas pelos problemas socioespacial e ambiental.

2.1. IDENTIFICANDO O CONCEITO PARA EXPLICAR A REALIDADE

O empreendimento minerário visa territorializar e impor uma racionalidade, segundo Coelho *et al* (2002 p. 163) "esta *(empresa mineradora)* sempre encontra maneiras legítimas de fiscalizar e regular as vidas dos moradores do próprio território e do entorno(...)". Essa característica é presente no território em estudo, pois eles irão explorar o minério no assentamento Joncon Três Irmãos e Capivara, porém já existem outras localidades ao entorno do assentamento que estão em fases de prospecção para também atender ao mercado capitalista de produção.

Segundo Wanderley (2009) num primeiro momento a empresa de mineração atende aos objetivos negociados com o estado, num segundo momento ela cria mecanismo próprios para controle territorial e social, o que implica na vida do camponês.

O portal da empresa Horizonte Minerals afirma que o Projeto Araguaia Níquel extrairá o níquel laterítico e adotará medidas sustentáveis, proteção a biodiversidade, tratamento de toda a água utilizada, bem como filtrar os poluentes emitido pela mineração. Quanto a comunidade onde será o palco da extração afirma-se que serão maximizadas oportunidades de emprego, capacitação aos moradores da área de atuação da empresa, e que os atingidos serão reassentados. Nesse viés percebe-se que a empresa não apresenta claramente quais medidas serão adotadas quanto ao reassentamento dos agricultores,e nem quais as áreas com precisão que são de interesse da empresa.

O Projeto de Assentamento (PA) Joncon Três Irmãos, onde os primeiros moradores já estão vivenciando as ações executadas pelo Projeto Araguaia Níquel. Alguns agricultores possuem inúmeras sondas em seus lotes agrícolas, porém nunca foram indenizados conforme estabelece o art. 27 do Código de Mineração. Os assentados afirmam que não vão deixar seus lotes, porque não vão perder 30 anos de trabalho na terra, evidenciando a tensão e o conflito na área.

Paul Little apresenta os conflitos socioambientais como um campo de estudo e de ação política, "cada ator social tem sua própria forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entram em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social do conflito ambiental" (LITTLE, 2004, p.108).

Nesta perspectiva os conflitos socioambientais necessitam ser analisados desde a forma de ocupação de determinado espaço bem como as relações estabelecidas em níveis regional, nacional e global. E "em nome de uma concepção industrialista de progresso, desestruturaram-se as condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados, e destruíram-se direitos de populações inseridas em formas sociais de produção não-capitalistas (ACSELRAD, 2009, p. 123).

Acselrad (2009, p. 139) contribui para refletir sobre os conflitos entre população local e empresas mineradoras: "Em que condições tende a ocorrer uma reação às imposições dos grandes empreendimentos? Em geral, a posteriori, quando o mal está feito [...]". O referido autor aponta possibilidades de antecipar essa reação impedindo a degradação do ecossistema, através de informações disponível sobre os riscos e impactos, na análise crítica dos projetos e modelos de desenvolvimento, bem como a busca de alternativas.

O que se tem assistido nessa região é que quando a situação se torna insustentável no entorno do projeto, as medidas de mitigações previstas no EIA/RIMA apresentados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) para tentar amenizar esses impactos socioambientais, não são executadas a tempo de diminuir os impactos. As empresas tentam se eximir da responsabilidade e o que tem ocorrido com frequência são os protestos e lutas de grupos diretamente ou indiretamente afetados que buscam a manutenção das condições de vida e sua reprodução social.

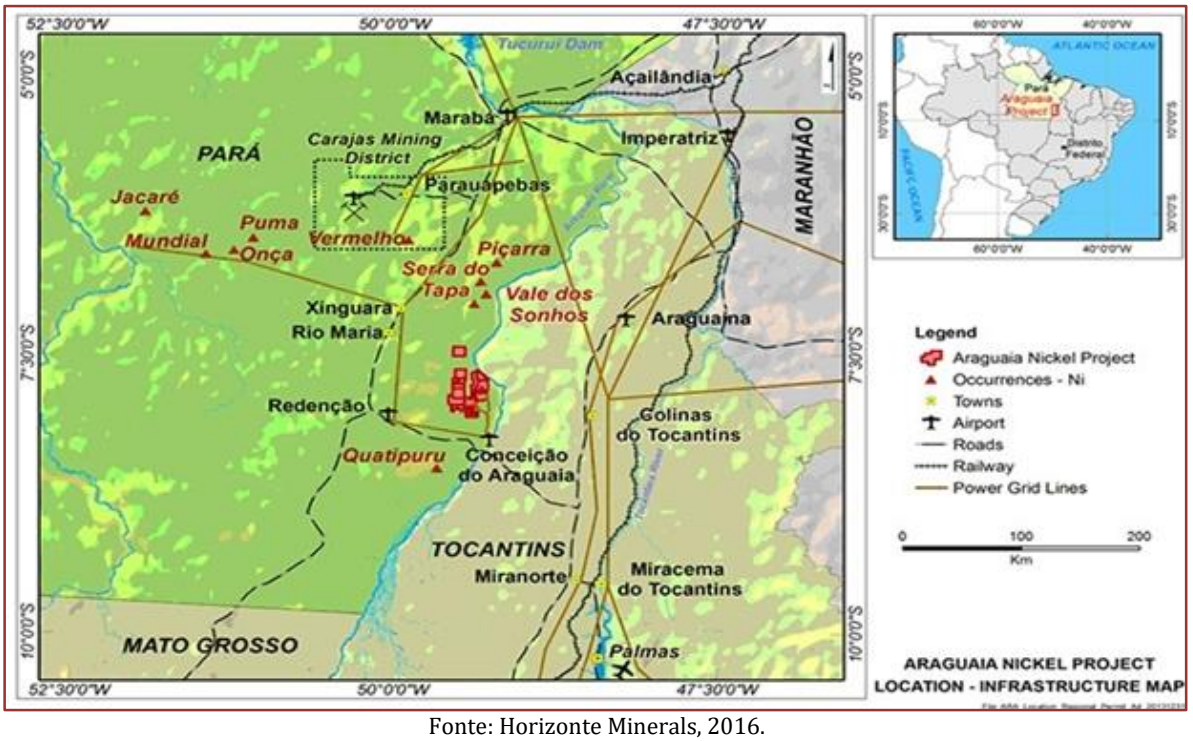
É importante destacar a violência com que essas manifestações são tratadas. O massacre dos posseiros da Fazenda Santa Lúcia no município de Pau Darco - PA retrata com precisão como é tratada a luta dos trabalhadores sem-terra pelo Estado. A morte de 10 trabalhadores rurais pela Polícia Militar e a falta de assistência às famílias das vítimas demonstram o braço forte do Estado em defesa do latifúndio.

A mobilização entre os grupos sociais, Acselrad (2009, p.131) classifica como uma luta por Justiça Ambiental, na tentativa de cobrar do Estado uma ação efetiva frente a omissão de determinados órgãos: "lutando contra a sua remoção ou fixação compulsória, ou contra a inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça, coleta, pesca e agricultura". Essas ações críticas dos diversos atores sociais instigam medidas dentro do próprio Estado ampliando a compreensão de que a questão ambiental não representa necessariamente um entrave ao desenvolvimento, mas anseia por um modelo de desenvolvimento que seja mais democrático e inclusivo.

2.2. A CHEGADA DA MINERAÇÃO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

A empresa inglesa Horizonte Minerals iniciou em 2003 o processo de sondagem e prospecção mineral na área rural do município de Conceição do Araguaia na localidade denominada Lote Oito (08) que fica a 25 km do centro urbano.

A empresa subsidiária Araguaia Níquel Mineração Ltda apresentou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMA) o Projeto Araguaia Níquel, localizado no município de Conceição do Araguaia, destacando que o projeto fica a 200 km da rodovia federal BR-153 possibilitando o acesso ao Porto de Itaqui em São Luiz-MA. Destaca a boa localização do projeto e que as rodovias serão o principal caminho para o recebimento dos insumos e exportação da liga ferro-níquel. Veja a rota do minério no mapa abaixo:

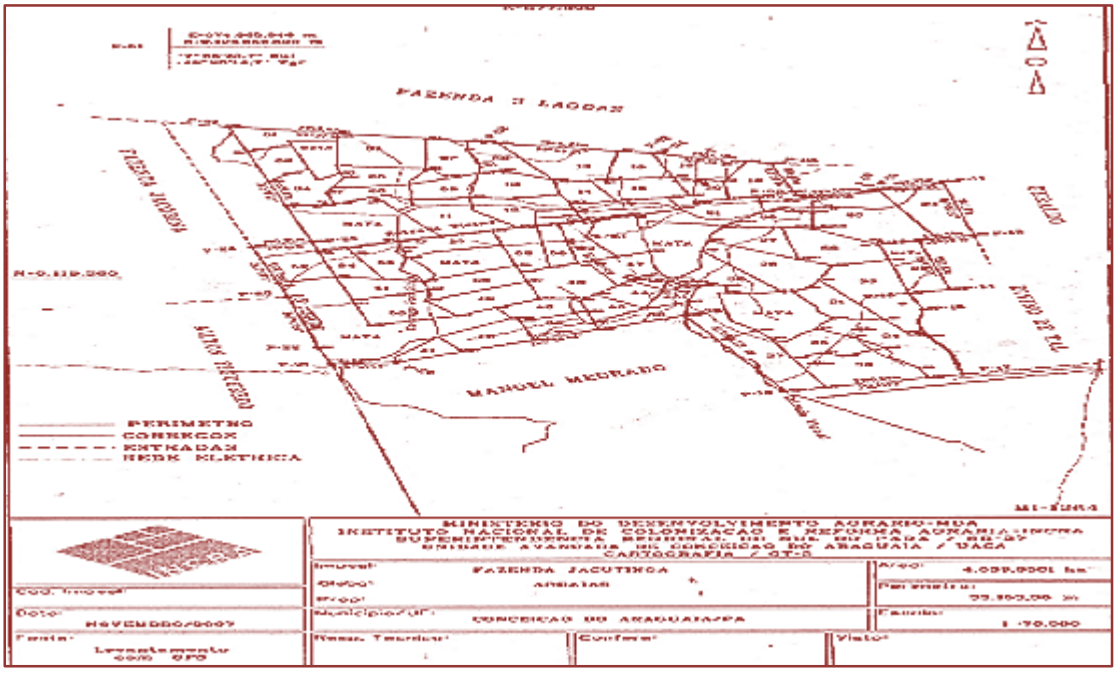


Fonte: Horizonte Minerals, 2016.

O projeto atingirá diretamente a agricultura familiar através do Projeto de Assentamento (PA) Jocon 3 Irmãos e o Capivara, assim como outros assentamentos que ainda estão em processo de regularização há mais de 10 anos. De acordo com os relatórios fornecidos pelo INCRA/UACA atualmente o município de Conceição do Araguaia possui aproximadamente 30 assentamentos.

O Projeto de Assentamento Joncon3 Irmãos é um dos mais antigos da região, foi implantado há 30 anos. O referido assentamento foi criado através da portaria de nº 670 de 07 de agosto de 1987, com uma área de 25.211, 789 hectares com capacidade para 420 famílias. Já o PA Capivara é o mais novo foi criado em 14 de outubro de 2016 através da Portaria nº 25 do INCRA que havia sido aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 20 de abril de 2009. Os camponeses haviam ocupado essa área em 2005 e só em 2016 que o assentamento foi formalmente legalizado.

Além dos PAs já consolidados nessa área o projeto impactará aproximadamente 200 famílias de trabalhadores rurais que ocuparam as Fazendas: Jacutinga, Talismã, perfazendo uma área de 4.000 hectares. Esses posseiros também já estão nos lotes há mais de 10 anos e até o momento esses assentamentos ainda não foram efetivados. O INCRA/UACA tem ciência do caso da Fazenda Jacutinga/ Talismã desde 01/07/2002 quando foi dada a entrada no processo através do número de identificação 54600.001602/2002-14. Veja no mapa abaixo a distribuição dos lotes agrícolas na área da Fazenda Jacutinga/Talisma:



Fonte: INCRA/UACA, 2016.

O que se percebe é que o INCRA após ter afirmado em várias reuniões que o processo estava em andamento e que resolveria o caso da Fazenda Jacutinga/Talismã, na verdade ocultou que a ocorrência mineral inviabilizaria a área para Reforma Agrária.

Atualmente os agricultores seja dos PAs consolidados ou das ocupações se encontram diante de uma nova situação de insegurança porque de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto Araguaia Níquel será necessário o remanejamento de várias famílias. O INCRA já afirmou em audiência na Vara Agrária de Redenção que Conceição do Araguaia não possui mais área para realizar assentamento no município. Existe um clima de tensão diante de todas essas preocupações.

O processo de sondagem e prospecção mineral nos lotes agrícolas tem aumentado a tensão e insegurança aos agricultores do PA Joncon3 Irmãos, Capivara, Jacutinga e Talismã. Isso porque no dia 23 de maio de 2016 a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) anunciou a concessão da Licença Ambiental Prévia (LP) para o Projeto Araguaia Níquel e em junho de 2017, finalizou o trabalho de prospecção mineral e sondagem que vinha sendo realizado desde 2003, passando agora para o processo de extração do níquel. Até o presente momento nenhum agricultor foi informado se está ou não na área de pretensão da empresa inglesa Horizonte Minerals. O INCRA ainda não se posicionou para fazer a avaliação dos lotes dos assentados que estão na área solicitada pela empresa para realizar a desafetação.

O conflito mais latente no momento é referente ao recém criado PA Capivara, porque o dono da fazenda que negociou com o INCRA, diminui 612 hectares exatamente na área em que foi registrado a ocorrência mineral, excluindo dessa forma 08 agricultores que estão produzindo em seus lotes há mais de 10 anos. A situação é tensa porque os agricultores afirmam que não vão sair de suas terras e o dono da fazenda já está circulando com o representante da mineradora Horizonte Minerals com proposta de indenizar com R$ 20.000,00 (vinte mil Reais) por cada lote. Foi marcada para o dia 29 de agosto de 2017 uma audiência para decidir sobre a reintegração de posse solicitada pelo dono fazenda no Fórum da Vara Agrária de Redenção-PA.

Nesse processo o INCRA ainda não informou com precisão onde fica a área que foi diminuída do processo inicial da Fazenda Capivara, os agricultores receberam direto intimação para a audiência em Redenção-PA. Esse fato tem levado esses agricultores a pedirem ajuda a entidades como a Liga dos Camponeses Pobres do Pará e Tocantins (LCP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara que prestarão assessoria jurídica nesse processo, na tentativa de assegurarem suas terras. As referidas entidades tem procurado dialogar com o INCRA da 27ª Regional de Marabá para resolver esse problema.

De acordo com os agentes da LCP que acompanham o caso, o INCRA nunca demarcou essa área inclusive a divisão dos lotes foi feita pelos próprios posseiros, e mesmo com essa divergência no tamanho da área ainda não foi feito nada para delimitar com precisão a área do PA Capivara. No entanto, em reunião com o INCRA na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia-PA (UACA) o técnico que acompanha o processo propôs o remanejamento dos oito agricultores para outra área. Esse fato demonstra que o INCRA sabe que é essa área que tem ocorrência mineral que foi diminuída do processo inicial, porém não fala abertamente como forma de não enfrentar a situação de tensão que cresce nessa área.

3. CONCLUSÃO

O que se pode constatar é que mesmo antes do início da extração do minério, as empresas transnacionais produzem impactos negativos sobre as famílias de agricultores no sul e sudeste do Pará. As empresas criam mecanismos para controlar e pressionar a vida dos agricultores que estão na área de interesse da mineradora. Além do clima de tensão e instabilidade a saída da terra acarreta prejuízos materiais e imateriais provocando rupturas na economia, na forma de vida e na cultura destas populações.

Em município como Ourilândia do Norte, que foi feita 03 etapas de remanejamento de agricultores, muitos deles não conseguiram comprar outra terra com as mesmas condições que possuíam. Outros ainda foram reassentados em lotes de pura pastagem, contando com água só do poço perfurado próximo da sua moradia. E em situação mais desvantajosa ainda foram os que tiveram que continuar a "marcha para o oeste" em busca de terras longínquas com menor preço. De fato são expropriações da população campesina, isto é, a separação do trabalhador de sua propriedade, das condições de realização de seu trabalho e que transforma o meio social de subsistência em capital.

Diante dessa situação os agricultores clientes da reforma agrária ou posseiros tem procurado se organizar através de entidades e movimentos sociais rurais na luta pelos seus direitos. Agricultores que negociaram com empresas mineradoras tem compartilhado suas experiências em reuniões como o Fórum Permanente de Discussão sobre a Mineração, e outros eventos promovidos nessa região com objetivo de relatar os prejuízos sofridos e alertar os demais companheiros a negociarem de forma coletiva com vista a amenizar os prejuízos gerados pelas instalação e operação dos projetos minerários. Entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem prestado assessoria jurídica aos agricultores em situações como reintegração de posse solicitada pelo fazendeiro que negociou sua terra com o INCRA para a consolidação do PA Capivara, e posteriormente com instalação da mineradora no município diminuiu a área em processo com o INCRA, tem vista que a empresa mineradora poderá lhe proporcionar maior lucro.

Constata-se enfim que há uma desestruturação das condições materiais de existência e reprodução social. As negociações com as empresas mineradoras ocorrem em condições de desigualdade social, econômica e política, destroem-se os direitos de quem não possui uma produção capitalista. Dessa forma assiste-se a desterritorialização das famílias camponesas em nome de uma concepção industrialista de progresso, que na verdade não respeita e nem beneficia a população local.

REFERÊNCIAS

[1] ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é Justiça Ambiental?. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

[2] COELHO, M.; LOPES, A. SILVA, A. SILVA, F.; FONSECA, H.; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entorno no Espaço da Mineração em Carajás/ PA-Amazônia Oriental. In.: TRINDADE Jr. S.C. et al (Org.). Cidade e Empresa na Amazônia: Gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. Pag. 137-169.

[3] CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

[4] COELHO, Maria Célia Nunes.; e MONTEIRO, Maurílio de Abreu. (orgs). Mineração e reestruturação espacial da Amazônia.Belém:UFPA/NAEA, 2007.

[5] FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Sandra Netz. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

[6] HALL, A. L. Amazônia Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa grande Carajás. Rio de Janeiro, 1991.

[8] IANNI, Otávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

[9] LITTLE, Paul E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. Anais Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) Indaiatuba, maio de 2004.

[10] LOUREIRO, Violeta Refkalefsky.Amazonia: Estado Homem Natureza. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2004. (Coleção Amazoniana, 1)

[11] MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

[12] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas – SP: Papirus, 1987 (Educando).

[13] SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. De Rios para Estradas. In: Conflitos sociais e formação da Amazônia. Belém. Ed. Ufpa, 2012, p.201.

[14] WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. especial, p. 475-509, 2009.

Capítulo 5

Assentamentos Rurais no Brasil: Estudo de caso do PA Bom Sucesso II, Flores de Goiás-GO

Isabel Paula Souza
Gabriel Miranda Paranaíba Bernardes

Resumo: A criação de assentamentos rurais, além de grande importância social tem uma importância econômica, pois permite que uma população possa produzir alimentos para si mesma, e ainda ser responsável por parte do abastecimento de outras. O presente trabalho realizou a análise dos dados do Projeto de Assentamento – PA Bom Sucesso II, que até a presente data ainda não estava regularizado, em função da divergência entre o Laudo de Vistoria e Avaliação "Fazenda Bom Sucesso", e o Parecer Técnico Referente à Viabilidade Técnica do assentamento. Assim, buscamos gerar um diagnóstico do assentamento, analisando como a disparidade entre os laudos impacta a vida do assentado. A análise deste caso demonstra a necessidade de um melhor planejamento, principalmente na avaliação do potencial da terra para fins de reforma agrária. Os dados levantados parecem insuficientes para uma adequada tomada de decisão tendo em vista que famílias já residem no local, e esperam que o assentamento seja efetivado

Palavras-chave: Assentamento rural, Viabilidade técnica, Planejamento territorial.

1. INTRODUÇÃO

O inicio da história dos latifúndios brasileiros remonta à criação da Lei de Terras de 1850, conforme dito por Gonçalves (1984), esta lei, juntamente com o fim do regime das sesmarias determinou que a posse da terra se daria através da compra, o que tornou impossível a aquisição de terras pela maior parte da população, principalmente pelos colonos, que acabavam de chegar no país para servir de mão-de-obra rural, substituindo os escravos devido à proibição do tráfico negreiro. Logo, a única opção que a população de renda mais baixa teria era de se submeter aos proprietários, resolvendo o problema destes e consolidando a "vocação agrícola brasileira" dando inicio à oligarquias fundiárias exportadoras. Com o avanço da técnicas de produção juntamente com relações de produção como colonatos, foreiro e meeiros, combinando assim minifúndios e latifúndios.

Para Silva (1998) a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960 e 1970 foi bastante acelerada. Essa expansão destruiu milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra. O que nos demonstra que grande parte dos problemas de concentração não só de terra, como também de riqueza e poder no país iniciaram-se com políticas que favoreceram os que já tinha poder impossibilitando que haja qualquer tipo de equilíbrio social, proveniente da ascensão da classes mais baixas.

De acordo com Leite et al. (2004) os assentamentos rurais criam a possibilidade de acesso ao direito básico de habitação e inserção no mercado de trabalho às famílias que originalmente não teriam essas condições, possibilitando a garantia da subsistência e de comércio. Assim, a criação de assentamentos além de grande importância social tem também uma importância econômica, pois permite que uma população possa produzir alimento para si mesma e ainda ser responsável por parte do abastecimento de outras. Além de, como nos demonstra Medeiros e Leite (2004) os assentamentos melhoram a condição de vida dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, movimentação bancária entre outros fatores, comprovando que os assentados têm um peso positivo na dinâmica do desenvolvimento regional.

A instalação das famílias é o início da vida no assentamento, é quando a família recebe sua gleba para explorar e morar, logo após, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA começa os investimentos em obras de infraestrutura nos assentamentos. O PDA é um estudo realizado pelo INCRA com a participação da comunidade, assim, o estudo faz um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade. (INCRA, 2017)

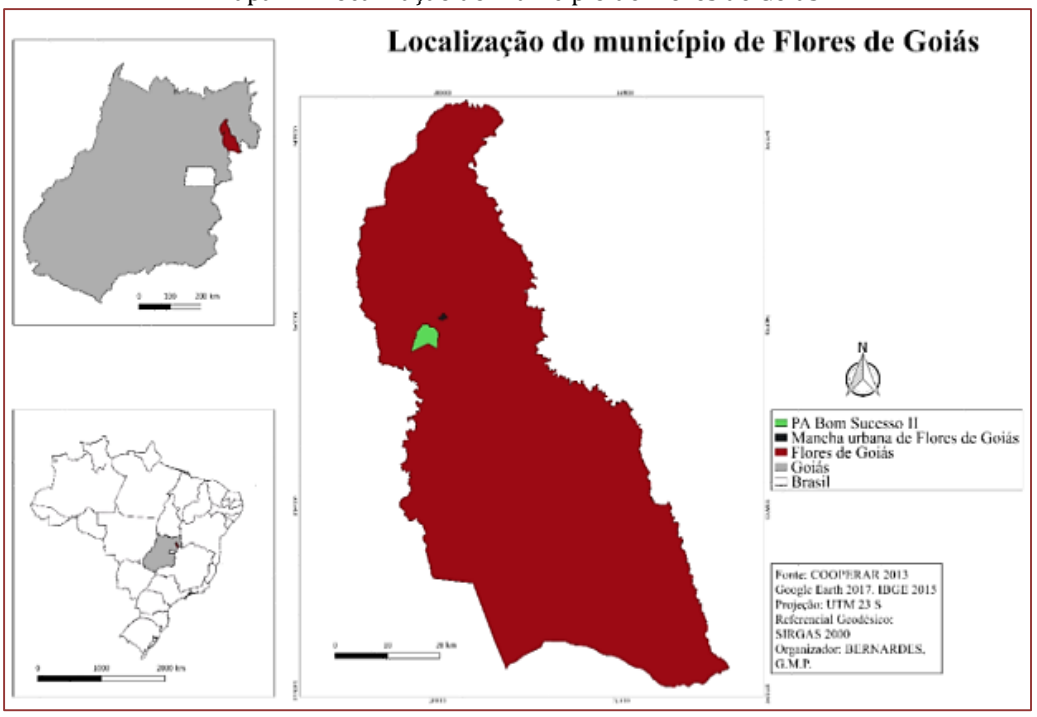
Tendo em vista estas considerações o presente trabalho busca realizar o levantamento dos dados do Projeto de Assentamento – PA Bom Sucesso II que até a presente data não está regularizado devido a divergência entre o Laudo de Vistoria e Avaliação "Fazenda Bom Sucesso" realizado em 2004 e o Parecer Técnico Referente à Viabilidade Técnica do assentamento emitido em 2014. Dessa maneira, o estudo busca explanar acerca do diagnóstico do assentamento e como isso impacta a vida do assentado frente a essa disparidade e as necessidades para alcançar os objetivos do assentamento.

Para elaboração deste trabalho foi realizado um estudo comparativo entre os Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) de 2003 e de 2013 do Bom Sucesso II, além de consulta a bibliografias que abordem o assunto a fim de espacializar e compreender a atual situação do respectivo PA.

2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA:

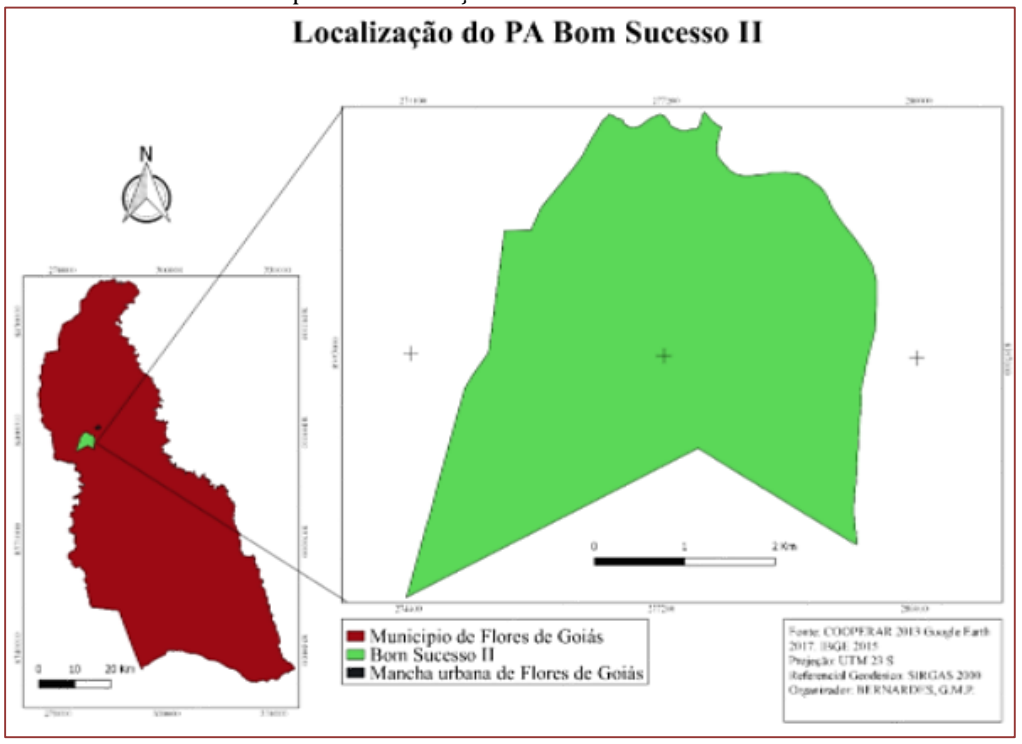
O município de Flores de Goiás está localizado cerca de 240 km de Brasília e 440 km de Goiânia (Mapa 1), é formado por uma população rural e jovem, têm aproximadamente 14 mil habitantes e 21 assentamentos com cerca de 2 mil famílias (Cooperar, 2013). A economia da região é basicamente oriunda do meio rural e na agricultura familiar se sobressaem os produtos dos assentamentos. A região do município está localizada no Nordeste Goiano, Freitas (2004) apud Bittencourt et. al (2005) aponta que a inserção do Nordeste Goiano na divisão regional do trabalho não é significativa no processo de produção de riquezas no Estado, o que a torna a região com as piores condições de vida da população.

Mapa 1 – Localização do município de Flores de Goiás.



O PA Bom Sucesso II está localizado na Fazenda Bom Sucesso a aproximadamente 9 km de distância do município de Flores de Goiás (Mapa 2). O decreto de desapropriação foi dado em 2003 e três anos depois a imissão de posse tendo como área total 1.573 hectares sendo que 20% dessa área são destinadas a Reserva Legal. É possível observar através da interpretação dos mapas elaborados que o assentamento rural Bom Sucesso II é maior que toda a mancha urbana da cidade Flores de Goiás, ainda, segundo o censo do IBGE (2010) o Produto Interno Bruto (PIB) do município, demonstra que a maior parte vem da agropecuária, o Censo Agropecuário de 2006 aponta um área de 35.700 ha de áreas com espécies florestais variadas (árvores e palmáceas) usadas para lavoura e criação de animais.

Mapa 2 – Localização do PA Bom Sucesso II.



Fonte: Elaborado pelos autores

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o PDA realizado no ano de 2013 a população rural de Flores de Goiás é aproximadamente 73%, significantemente maior que a urbana, que é cerca de 26%. É possível observar através do Mapa 2 que a área da do PA Bom Sucesso II é significativamente maior que a mancha urbana da cidade de Flores de Goiás. Assim, o retorno do crescimento da população rural coincide com a criação da maior parte dos PA's, dessa forma, pode-se considerar que a política de Reforma Agrária, em conjunto com outros aspectos socioeconômicos, contribui para o acréscimo da população rural no município.

De acordo com a COOPERAR (2013) o PDA foi elaborado baseado em duas diferentes perspectivas, embora, complementares. A primeira reflete a dimensão formal do processo de implementação dos assentamentos rurais no país, buscando atender às exigências e determinações do INCRA e os determinados órgãos ambientais responsáveis. A segunda diz respeito ao processo de reflexão pelas famílias assentadas a respeito de sua condição de vida, dos desafios enfrentados, de seus sonhos e planos. Sendo assim, o trabalho baseou-se na interface de metodologia que levou em consideração o desejo e a opinião das famílias assentadas, estimulando a participação ativa das mesmas na etapa do diagnóstico e mediando o processo de construção das prioridades coletivas da população em relação aos desafios apresentados pela realidade. Ademais, o fortalecimento do canal de diálogo com os órgãos do poder público local e estadual torna-se fundamental enquanto ação estratégica no sentido de garantir a implementação do PDA, o que faz parecer que tenha sido feito da melhor maneira possível, garantindo que os assentados consigam a partir do PDA uma ascensão social, conforme o previsto garantindo assim a função social da terra, diferente dos latifúndios que são resquícios de uma sociedade excludente.

Em 2013 as famílias assentadas não causavam danos ambientais graves ou mesmo transformações significativas na área por não estarem residindo em suas parcelas. Consta no PDA que devido o assentamento não possuir parcelas demarcadas a exploração agrícola é muito pequena e a pecuária tem maior importância. Consta no PDA que 46 % da área é coberta por Latossolos distróficos por apresentar alta acidez por alumínio e ser pobre em nutrientes, como cálcio magnésio e potássio, fundamentais para o desenvolvimento de plantas o que torna um limitante para exploração agrícola em escala comercial. O mesmo documento aponta que as áreas de APP e reserva legal não estavam cercadas e os gados dos moradores transitavam livremente por essas áreas causando compactação do solo e princípios de erosões.

No PA Bom Sucesso II a obtenção de renda das famílias assentadas é composta principalmente de atividades realizadas fora da área dos lotes, seja por diárias realizadas no PA, em fazendas vizinhas, ou de atividade dentro da cidade de Flores de Goiás. Algumas pessoas declararam receber benefício social, aposentadoria entre outros, muitas das famílias ainda não cultivam seu lote por diversos fatores, como por não existir o parcelamento dos lotes e a ausência de energia elétrica e de água potável. Principalmente por esses motivos são poucas as pessoas que declararam que sua renda é oriunda do cultivo do seu lote. (COOPERAR,2013)

As atividades produtivas no assentamento são realizadas de forma desordenada nos arredores dos barracos. A demora em realizar o parcelamento dos lotes cria vários entraves tanto para a produção agrícola em escala comercial quanto para a produção de animais. A criação de animais de grande e médio porte fica praticamente inviabilizada por necessitar de pastos cercados. Como a criação de animais de médio e grande porte não é uma opção viável econômicamente, as famílias do assentamento buscaram na criação de aves, pela facilidade de possuir galinheiros próximos às casas, uma solução devido ao seu baixo investimento e a um relativo retorno financeiro.

O PDA - PA Bom Sucesso II traz como plano de ação para a organização do assentamento a proposta de estabelecer 63 parcelas sendo trabalhadas individualmente em regime familiar explorando a potencialidade de todas as áreas. As APP's e as Reservas Legais serão demarcadas respeitando a legislação ambiental vigente, sendo que para a Reserva Legal será destinada as áreas mais preservadas.

Ainda é proposta a utilização de uma área coletiva no núcleo para que as famílias possam se reunir para fazer almoço coletivo, melhorar o entrosamento das famílias; uso e reformas das estruturas existentes; parque infantil, campo de futebol, igrejas, posto de saúde; construção de agroindústria; setores de produções; centro comunitário e reuniões (COOPERAR, 2013).

Frente às dificuldades já encontradas na instalação do PA Bom Sucesso II no ano de 2014 foi divulgado um parecer técnico que aponta para alguns problemas de implantação deste PA, são colocados como pontos de impedimento o baixo percentual de terras propícias à exploração agropecuária; impedimentos

ambientais legais sobre a área do imóvel; espacialidade e dispersão da APP no imóvel; e baixa fertilidade natural do solo (INCRA, 2014).

O parecer técnico de 2014 referente à viabilidade do PA considerou que a porcentagem de terras com melhor potencial agrícola é insuficiente para a continuidade da implantação de um projeto de reforma agrária. Sendo a área da fazenda incapaz de suprir as necessidades que um assentamento rural requer, pois o mesmo não possui recursos naturais suficientes para que estes não se esgotem no futuro. Ainda é apresentada a questão ambiental como relevante sendo que a área está sujeita a várias restrições condicionantes impostas pela sensibilidade ambiental e pela sua importância à preservação e à proteção ao meio ambiente.

Assim, tendo como consideração as divergências dos resultados dos documentos e a já instalação mesmo que precária de famílias na área do assentamento é importante repensar as políticas públicas e como elas podem impactar a vida do assentado. Como reflexão inicial tem-se que o crescimento da população rural no município onde está inserido o assentamento comprova que os PA's estão proporcionando uma qualidade de vida e renda financeira para famílias da região, assim, a consolidação do PA Bom Sucesso II agrega mais força para a agricultura familiar e melhoria de vida para mais famílias.

Contudo é evidente que a falta de divisão das glebas e de infraestrutura no assentamento impede ao assentado dar início às atividades agrícolas. Esse problema relatado no PDA (Cooperar, 2013) se agrava com a divulgação do relatório técnico (Incra, 2014) que aponta problemas para a continuidade do assentamento na área, frente a estas questões e ao fato de já existir um esboço de assentamento e uma expectativa das famílias beneficiadas o presente estudo aponta para a necessidade de acompanhamento do caso do assentamento e a readequação das glebas para as áreas que apresentem capacidade de uso da terra bem como a realocação das famílias para outros assentamentos existentes na região.

De acordo com Niederle (2015), a discussão em torno dos índices de produtividade dos latifúndios parou, já que eles deveriam ser utilizados para a reforma agrária, o que levou a parar também uma reflexão maior sobre a "função social da terra", devido ao fato de ter privilegiado apenas os aspectos produtivos agrícolas, e não os de cunho social e ambiental.

Atualmente a terra é vista como um insumo agrícola, uma mercadoria, a agricultura produz matéria-prima e não alimento e o rural perde assim o sentido enquanto lugar de vida, para tornar-se em espaço de produção, com grandes monoculturas que geram assim a concentração de renda a agricultura moderna. Dessa maneira, ancorada pela obsessão por produtividade a agricultura moderna tornou-se incapaz de reconhecer os inúmeros ecossistemas e outras formas de produção que conservam parcelas significativas de bens culturais e ecológicos que caracterizam a diversidade do mundo rural brasileiro.

Como aponta Mattei (2014) a agricultura familiar desempenha um papel que vai além dos aspectos meramente produtivos, em regiões em que predomina este tipo de agricultura existe uma maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente, cenário totalmente oposto ao que se observa das áreas ocupadas pelo agronegócio. Isso revela uma perspectiva de produção mais sustentável e ainda a inserção social e econômica dos assentados antes tidos como marginalizados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste caso demonstra a necessidade de um melhor planejamento, principalmente na avaliação do potencial da terra para fins de reforma agrária. Os dados levantados parecem insuficientes para uma adequada tomada de decisão sobre questões como: capacidade de suporte da área para fins agrícolas; distribuição e tamanho mais adequado das glebas; restrições e potencialidades dos solos; separação das áreas por fragilidade ambiental ou potencial de degradação; locais mais adequadas para servirem de áreas de empréstimo e construção de estradas.

Mesmo diante da dificuldade apontada pelas questões técnicas é necessário se ater ao fato que já residem famílias no local do PA, dessa maneira, o planejamento para o futuro do assentamento deve ser em torno dessas mesmas famílias a partir das características físicas que demonstrem ser mais viáveis para o manejo e preservação da área.

É importante ressaltar mais uma vez que a agricultura familiar vai de contramão ao viés do produtivismo exacerbado e acelerado do agronegócio que resume-se a produção de grãos que maioritariamente são voltados para a pecuária intensiva e para a exportação. A reorganização do PA Bom Sucesso II tende a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar que tende a ter uma produção diversificada que

visa buscar uma harmonia ambiental utilizando modos de produção orgânica e agroecológica a base de energia renovável.

Por fim é necessário advertir sobre a falta de preparação por parte dos órgãos em que compete à reforma agrária, tendo como exemplo o PA analisado neste trabalho, onde se evidencia uma grande imperícia na sua implementação, afetando sobretudo o futuro dos assentados. Ainda, evidenciar que valorizar a agricultura familiar oriunda de assentamentos rurais significa conhecer a origem dos alimentos e inserir social e econômicamente indivíduos capacitados, contudo antes desprovidos de terras e oportunidades.

REFERÊNCIAS

[1] BITTENCOURT C, et al. Nordeste goiano, distorções no desenvolvimento econômico estadual. 2005

[2] COOPERAR, Cooperativa de Trabalho em Assessoria à Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária. PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PA Bom Sucesso II. Flores de Goiás: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, 2013. 141 p.

[3] FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo. 2.ed São Paulo: Hucitec (1999).

[4] GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais - SOCII, 1984.

[5] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Laudo de Vistoria e Avaliação "Fazenda Bom Sucesso". Brasília, 2004. 32 p.

[6] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Parecer Técnico Referente à Viabilidade Técnica do PA Denominado: Bom Sucesso II. Flores de Goiás, 2014. 39 p.

[7] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Assentamentos. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/assentamentosinstala>. Acesso em: 24 maio 2017.

[8] LEITE, Sérgio; et al. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

[9] MARTINS, José de Souza. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

[10] MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014

[11] MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

[12] NIEDERLE, PAULO ANDRÉ . A agrobiodiversidade como recurso estratégico nos novos mercados agroalimentares. In: Juliana Santilli, Patrícia Goulart Bustamante, Rosa Lía Barbieri. (Org.). Agrobiodiversidade. 1 ed. Brasília, 2015, v. 1, p. 51-80.

[13] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2.ed, 1997.

[14] OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia das lutas no campo. Conflitos e violência; Movimentos sociais e resistência; Os sem-terra e o neoliberalismo. Contexto, 2005.

[15] SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa SCT, Cirad, UFPB, 2002.

[16] SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. Expressão Popular, 2010.

[17] SILVA, J. F. G. O que é questão agrária. 18. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998. 114p .

[18] STÉDILE, João Pedro. A questão agrária na década de 90. UFRGS Editora, 2004.

Capítulo 6

Processos de des-re-territorialização: O Acampamento Apyka'y em Dourados–MS, Brasil

Ana Paula Archanjo Batarce
Márcia Yukari Mizusaki

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral analisar os processos de des-re-territorialização vivenciados por uma família extensa Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, nos movimentos de retomada e perda de suas terras tradicionais, seu tekoha. O nosso enfoque será no acampamento Apyka'y localizado na BR 463 que liga Dourados a Ponta Porã. Abordaremos como metodologia de pesquisa, o que se chama de combinação metodológica, ou seja, o uso de metodologias diversificadas de análise, com o intuito de aprofundar o conhecimento. Utilizaremos a pesquisa documental, a pesquisa empírica, tradução de entrevistas do idioma Guarani para o Português, utilização de imagens que identifiquem o processo de des-re-territorialização. A partir da memória coletiva da família que vive no Apyka'y, e especificamente da liderança, iremos analisar a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional.

Palavras-chave: Território, Des-re-territorialização, Kaiowá, Apyka'y.

1. INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, grande parte da população brasileira ignora a presença da diversidade dos povos indígenas que vivem no país. Estima-se que no século XVI, com a chegada dos europeus, existiam 1000 povos indígenas somando entre dois e quatro milhões de pessoas. Na atualidade, segundo dados antropológicos (AGUILERA URQUIZA, 2016; CUNHA, 2009) e o censo de IBGE (2010), existem o total de 305 etnias, falantes de 274 línguas e dialetos distintos, distribuídos em 80% dos municípios brasileiros. O censo utilizou como metodologia a autoidentificação dos sujeitos para definir "quem é índio e quem não é".

Segundo o censo do IBGE (2010), a população indígena é de 896,9 mil pessoas, o que perfaz 0,47% da população total brasileira. Os Estados que se destacam são: o Amazonas, com 168.680 (mil) e o Mato Grosso do Sul, com 77.025 (mil). Desse total, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na área rural. Importante ressaltar que a população rural se refere em sua maioria, à população indígena que vive em Reservas e/ou Terras Indígenas, e que neste conjunto total, não estão contabilizados povos indígenas brasileiros considerados "índios isolados", nem os indígenas que estão em processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural e, consequentemente, ainda não estão se autodeclarando como tal (IBGE, 2010).

Do total de 77.025, no estado do Mato Grosso do Sul, estão territorializadas em Reservas e Terras Indígenas 61.158 pessoas e fora delas 15.867. As etnias Guarani e Kaiowá, representam 56,3% da população indígena no estado, ou seja, 43.401 pessoas. Além dessas etnias predominantes também existem outras como: Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Chamacoco, Kadiwéu e Atikum (MOTA, 2015).

A perda territorial para os Guarani e Kaiowá, que denominamos aqui de desterritorialização (HAESBAERT, 2007) tem implicações profundas, pois sem o *tekoha* (*teko* – modo de ser e *ha* - lugar) - lugar onde realiza o seu modo de ser – compromete-se a existência desse povo, com modos de ser e de existir bastante distintos da sociedade capitalista envolvente. Dessa forma, o *Tekoha* não esta unicamente ligado à terra, pois ele estabelece relação com a estrutura social e política desses povos (AGUILERA URQUIZA E NASCIMENTO, 2013). Por isso, as retomadas significam suas lutas pela recuperação do modo de ser tradicional.

Desse modo, compreendemos que ese conflito é territorial. O território é analisado a partir de Haesbaert (2001, p. 118) que integra as três vertentes básicas presentes na concepção: a jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder; a cultural, que prioriza a dimensão simbólica-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no conflito entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Nesse sentido, a história nos evidencia como as relações de poder exercidas por diferentes sujeitos sociais, delimitam e produzem territórios, cujo espaço, já estava ocupado por outros grupos humanos a partir de territorialidades distintas da lógica capitalista. Haesbaert (2004, p.127) denomina processos de des-territorialização/reterritorialização. Entendemos des-territorialização como o processo de perda do território, a reterritorialização como "movimento de construção do território" (ibidem). Para este autor não existe o processo de desterritorialização sem acontecer o processo de reterritorialização, por isso, des-re-territorialização.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os processos de des-re-territorialização vivenciados por uma família extensa Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, nos movimentos de retomada e perda de suas terras tradicionais, seu *tekoha*. Como Pereira (2007, p. 5), compreendemos que esses movimentos de retomada constituem-se em *"... estratégias de sobrevivência física e de reprodução de formas de expressão cultural"* dos povos indígenas. O nosso enfoque será no acampamento Apyka'y localizado na BR 463 que liga Dourados a Ponta Porã.

Abordaremos como metodologia de pesquisa, o que se chama de combinação metodológica (WINCHESTER AND ROFE, 2010), ou seja, o uso de metodologias diversificadas de análise, com o intuito de aprofundar o conhecimento. Utilizaremos a pesquisa documental, a pesquisa empírica, confecção de mapa da área, tradução de entrevistas do idioma Guarani para o Português, utilização de imagens que identifiquem o processo de des-re-territorialização.

A partir da memória coletiva da família que vive no Apyka'y e, específicamente, da liderança, analisamos a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional.

2. A COMBINAÇÃO METODOLÓGICA

A busca por conhecer nossa temática de pesquisa, a partir da realidade socioespacial de uma familia extensa Guarani-Kaiowá, possibilita definir as técnicas ou os instrumentos de análise que auxiliarão nas possíveis respostas aos questionamentos do trabalho (NETTO, 2009). Para isso, existe um acervo de técnicas que podem ser utilizadas, como a pesquisa bibliográfica e documental, análise textual, observação sistemática e participante, entrevistas e instrumentos quantitativos, entre outras.

A associação dessas técnicas auxiliam no desvendamento das respostas que buscamos. Dessa maneira, procuramos neste artigo revelar parte do processo de des-re-territorialização das familias Kaiowá do acampamento Apyka'y. Para tanto, utilizamos na análise a chamada "combinação metodológica", (WINCHESTER AND ROFE, 2010), proposta que se baseia no uso de metodologias diversificadas de análise. Assim, as diferentes formas de coleta de dados e análise, apresentadas nesse trabalho, buscaram a compreensão da realidade social dessas famílias indígenas em situação de acampamento e vulnerabilidade social, em processo de des-re-territorialização.

Utilizamos como técnica de pesquisa: o levantamento documental e bibliográfico, baseado nos trabalhos de Pereira (2007), Bastos (2014) , Mota (2015), Crespe (2009, 2015), das obras de Rogério Haesbaert e de reportagens locais; realizamos entrevista semiestruturada com a liderança do grupo indígena do acampamento "Apyka'y"; aplicamos questionários aos membros pertencentes à familia extensa e que vivem nesse 'Tekoha" e realizamos levantamento de imagens (fotografías) retiradas por terceiros, além dos nossos próprios registros fotográficos.

No levantamento documental e bibliográfico, identificamos pesquisas realizadas sobre esse acampamento, que abordavam o processo de retomada do "*Tekoha*", ou seja, retomada do território tradicional. Na dissertação de Crespe (2009) encontramos um trabalho de etno-história, onde aborda os procesos de retomada e formação dos acampamentos indígenas, especialmente no municipio de Dourados. É importante referência para a compreensão do movimento dos Guarani e Kaiowá de retomada de suas terras tradicionais. Em sua tese (Crespe, 2015) trata do impacto do processo de colonização do Mato Grosso do Sul meridional sobre os Guarani e Kaiowá, abordando também o acampamento *Apyka' y*. Bastos (2014) também trata do *Apyka'y*, ao abordar as disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra.

Nosso recorte temporal é o período de 2013 a 2017, pois o período anterior já foi abordado pelas autoras supra e também, por representar o último período em que essas pessoas foram des-re-territorializadas, ação que culminou na efetivação de despejo realizada em julho de 2016. Com a definição do recorte temporal, procuramos informações referentes a esse período nos jornais locais.

Em seguida, partimos para a realização da pesquisa empírica propriamente dita. Para analisar o processo de des-re-territorialização ocorrido no período proposto, realizamos trabalho campo com objetivo de entrevistarmos a liderança do acampamento, assim como, o levantamento quantitativo demográfico das famílias que vivem nesse *Tekoha* e os registros fotográficos fundamentais para compreensão do processo.

A entrevista se realizou em formato não estruturado, cuja liderança, uma senhora de 78 anos, dona Lurdes[21], nos contou como tem sido a sua vida nesse território de retomada, enfatizando o processo de des-re-territorialização ocorrido no dia 06 de Julho de 2016 (despejo), dia marcado pela ação do cumprimento do mandado de reintegração de posse da área que estava sendo ocupada pelas famílias indígenas, no interior da Fazenda Serrana.

Importante salientar que contamos com a presença de uma mulher indígena bilíngue na realização da entrevista, ou seja, uma mulher falante do Guarani e falante do Português, porque a questão linguística representava uma barreira na apreensão do processo como um todo, pelo fato de a liderança, de idade avançada, possuir certa dificuldade com a língua portuguesa. Por isso consideramos a importância de entender o outro a partir do seu modo de vida, da sua cultura e da sua língua Guarani.

[21] Para garantir o anonimato das pessoas envolvidas na pesquisa qualitativa, utilizaremos nomes fictícios.

Dessa maneira, utilizamos a "*Nĕe*", a oralidade a partir da memória coletiva da família que vive no *Apyka'y*, e especificamente da liderança, para podermos analisar a ocupação/expropriação/retomada de um território tradicional. Utilizamos como instrumento da coleta dos dados, filmagem e registros fotográficos em câmera fotográfica, gravação de voz em celular e anotações em caderno de campo.

Em relação à obtenção dos dados de caracterização demográfica, elaboramos previamente um pequeno questionário com perguntas fechadas referentes à idade, gênero, etnia e escolaridade. A aplicação do questionário se realizou conjuntamente com a entrevista, pois sabíamos previamente que seriam poucas pessoas e que teríamos tempo hábil para realização dessas duas modalidades de pesquisa.

As fotografias utilizadas no decorrer da discussão são provenientes de várias fontes e que representam tanto momentos anteriores quanto momentos posteriores à ocorrência do despejo. As fotografias de Cathy Mcilwaine são resultado do trabalho de campo ao acampamento *Apyka'y*, um dia após a destruição de todos os barracos pelo incêndio que ocorreu em 23/08/2013. Os registros fotográficos de Emerson Guerra evidenciam o momento exato da ação do despejo, ocorrido no dia 06 de julho de 2016. Também utilizamos os nossos registros fotográficos (autoras). Os diferentes momentos registrados por pessoas diversas nos evidenciam a dinâmica do processo de des-re-territorialização,

Salientamos ainda, que o registro fotográfico é "um instrumento que ampara a pesquisa, possibilitando a leitura de um determinado lugar e de um determinado momento histórico" (BATARCE, 2016, p.43). A fotografia nos permite visualizar uma série de eventos sociais, políticos, culturais e econômicos. Por outro lado, "as fotografias também revelam os locais e suas funcionalidades, além de estabelecer um diálogo entre o mundo conceitual e o mundo vivido das pessoas" (BATARCE, 2016, p. 44), o cotidiano, elas expressam a contradição da alegria e do sofrimento

A possibilidade de utilizar diferentes técnicas de pesquisa para coleta de dados possibilitou explorar mais a fundo o processo de des-re-territorialização.

2.1. APYKA'Y – FACES DA PERVERSIDADE NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO

O acampamento *Apyka'y* localiza-se na BR 463, no km 6, na margem direita da rodovia sentido Ponta Porã (figura 1).

Figura 1 – Localização do acampamento Apyka'y na BR 463 – Km 6

Fonte: Crespe, 2015

O questionário realizado com as pessoas do acampamento permitiu evidenciarmos algumas características demográficas dessa família extensa que luta por esse *tekoha*.

Observamos que é comum entre os Guarani e Kaiowá a sua autoidentificação étnica, como o autorreconhecimento em ser ou não Kaiowá 'puro', que era o caso de todos os membros dessa família extensa.

No momento da pesquisa, o acampamento era composto pelos seguintes membros. Dona Lordes, de 78 anos, que tem como primeira língua o Guarani e segunda língua o português, porém não sabe ler e escrever nem o Guarani e nem o português. Ela diz entender o português mais ou menos e é a liderança desse grupo. Samuel, de 11 anos, seu neto, vive com ela. Tem como primeira língua o Guarani e segunda língua o português. Não escreve Guarani e agora que esta frequentando a escola Franklin Luiz Azambuja, no primeiro ano do ensino fundamental, esta aprendendo a ler e escrever o português. Nilton Carlos Souza, filho de dona Lordes, de 42 anos, tem como primeira língua o Guarani e segunda língua o português. Também não sabe ler e escrever nem o Guarani e nem o português. Ele diz entender mais ou menos o português. Não frequentou a escola. Débora Lopes, esposa do Nilton, de 24 anos, tem como primeira língua o Guarani, fala bem o Guarani e escreve o Guarani, entende pouco e escreve pouco o português. Ela frequentou a escola até o ensino médio. As crianças, filhas(o) de Nilton e Debora, Samanta, João e Vania, com 7 anos, 5 anos e 2 anos respectivamente. Apenas Samanta está frequentando a mesma escola do seu primo Samuel. Eles vão para escola de ônibus escolar. Ronaldo Lopes e Creumar Lopes são os pais de Debora, ambos com aproximadamente 49 anos, falam bem Guarani, entendem pouco e falam pouco o português.

Já por essas poucas informações iniciais, é possível verificarmos a importância da cultura guarani para essa família extensa, inclusive os jovens, pois relataram que a língua principal entre eles é o guarani. Sendo a língua um importante instrumento de comunicação social e sendo sua cultura marcada pela oralidade, demonstram que entendem pouco a língua colonial.

Segundo estudos de Crespe (2009), o *tekoha* liderado por Lurdes Cavanha pertencia a um antigo *tekoha guasu*[22] denominado Lima Campo. Conforme estudo realizado pela autora quando de sua dissertação de mestrado, a primeira tentativa de retomada do seu antigo tekoha teria ocorrido por volta de 1990, mas teriam sido impedidos pelo proprietário. Desde essa primeira tentativa, muitos dispersaram, mas a família de dona Lurdes vem lutando pela retomada, mudando-se de lugar para outro, sempre nas proximidades do antigo *tekoha*, conforme vão sofrendo as ações de despejo. A autora destaca que o lugar por eles escolhido para acampamento não é um lugar qualquer, mas sim, um lugar onde há pessoas do grupo que possuem parentes que viveram no lugar.

A origem dessas famílias é relatada pela autora:

> Parte dos índios acampados afirma ser proveniente de um tekoha denominado Jukery, que viveram até por volta do final da década de 1980. A partir disto, devido aos conflitos que passam a ter com o proprietário da fazenda que se instala no tekoha, as parentelas se dispersaram na região entre Ponta Porã, Dourados, Laguna Carapã e Caarapó, principalmente em reservas e fazendas. A data aproximada da saída da familia de Lurdes do antigo tekoha é no final da década de 1980, presumida em uma conversa que tive com Sandra, filha de Lurdes, em dezembro de 2007. Na ocasião ela afirmou que não se lembrava da vida no antigo tekoha. Isto porque, segundo ela, quando eles foram expulsos da área, ainda era muito pequena. Segundo a mãe, que se fazia presente na conversa, Sandra ainda era um bebê de aproximadamente um ano. Assim, ao perguntar com quantos anos estava na atualidade, responderam que estava com dezenove,idade que aparentava mesmo ter. A partir de tais dados estabeleci a hipótese de que a saída deles do Jukery se deu no final de 1980, dado compatível com as informações que fui coletando sobre o grupo em depoimentos e documentos (CRESPE, 2009, p. 48).

Para compreendermos o início desse processo de retomada, dona Lurdes também nos relata:

> P. Quem foi a liderança que começou o processo de retomada?
>
> Lurdes - Minério Cavanho que comandava, que orientava os indígenas pra que elas possam lutar, pra não desistir. Vai orientando, vai falando sobre a importância e também em relação a cultura. Esse Minério Cavanho que era o

[22] Segundo Crespe (2009, p. 49) "... o *tekoha guas*u seria um extenso território formado por alguns *tekoha* que mantém entre si relações comunitárias estabelecidas por laços de parentesco ou alianças políticas".

> principal que orientava. Era o meu pai. (entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Por meio de suas memórias, dona Lurdes, foi narrando também, as dificuldades enfrentadas nesse proceso de retomada do território tradicional:

> Simplesmente eu não conheço as pessoas que tavam aqui já. Eu queria falar que no começo a gente tava em cem famílias procurando o território pra gente. E desses cem sobraram só nós lutando, porque muitos indígenas desistiram por medo, voltaram em aldeia que já ta fixamente como Amambai, Paranhos, aqui de Dourados Bororó, muitos desistiram e foram pra lá procurando condições de vida pra morar e ter o próprio canto, mas dessas cem famílias o que sobraram foram eu e os meus filhos, continuando lutando, porque sabemos que tem o cemitério que é nosso direito de morar e de tirar o nosso próprio local pra morar. Eles estavam, cada um vieram de outras aldeias e souberam que iam ser despejados, que o pessoal vinha sem dó pra retirar. Então eles ficaram com medo e a maioria foram abandonando seu local, muitos vieram de Amambai, daqui de Dourados mesmo, de Paranhos e de Tacurú. Aí formaram essas cem famílias. Daí quando souberam que iam ser despejados novamente, foram abandonando de novo o local. (entrevista realizada por BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Ao buscarmos a compreensão dos processos de retomada da família de dona Lurdes, verifica-se que a trajetória é marcada por momentos de conflito, violência e tensão com proprietários de terra, que vêm acompanhados, por vezes, de ações de despejo e mortes. Dona Lurdes nos relata que desde o início do processo de retomada, já ocorreu a morte de seis membros de sua família, na maioria, vítimas de atropelamento e uma por envenenamento. Crespe (2015) nos dá maiores detalhes sobre o ocorrido: Ilário Caires de Souza, 50 anos, seu esposo, morto por atropelamento; Alzira Melita, 90 anos, por envenenamento; Sidnei Caires de Souza, 35 anos, filho, morto atropelado por um ônibus que transportava trabalhadores da usina de cana; Vagner Freitas, 16 anos, atropelado na BR 463; Gabriel Lopes, 4 anos, neto de dona Lurdes, atropelado; Reginaldo Caires de Souza, 24 anos, neto de dona Lurdes, morto por atropelamento.

Dona Lurdes relata também ameaças sofridas por empresa de segurança que prestava serviços à usina São Fernando, situação que também foi identificada por Bastos (2014). A empresa referida é a GASPEM Segurança Ltda, que inclusive em 2013, sofreu ação judicial do Ministério Público Federal para cancelamento do seu registro, após denúncia do Conselho dos Guarani e Kaiowá, denominado *Aty Guasu*, de que a Gaspen teria ameaçado a comunidade do *Apyka' y* (MPF, 29/08/2013). Em 2015, o juiz federal substituto Fábio Kaiut Nunes, da 1ª vara de Justiça Federal em Dourados-MS, negou o pedido de indenização por danos morais coletivos ao proprietário da empresa e ainda, o arquivamento da ação e que o pagamento dos honorários advocatícios fossem pagos pelo MPF, no valor de R$ 3.000,00 (MPF, 09/06/2015).

Atualmente, no levantamento demográfico que realizamos (setembro de 2017) restam nove pessoas nesse acampamento de retomada, cinco adultos e quatro crianças. O nosso recorte temporal começa em 2013, quando a família ocupa parte de uma área que reconhecem como sendo território tradicional, após grande incêndio (fotografia 1) que ocorreu no dia 23 de Agosto de 2013. A referida foto foi cedida por Cathy Mcilwaine, professora de Geografia do Kings College, em Londres. Segundo Crespe (2015) esse incêndio destruiu o acampamento em que moravam, o que os teria motivado a ocupar essa terra tradicional.

Dessa maneira, foram reconstruir seus barracos de lona e madeira do lado oposto da rodovia ao qual se encontravam, ocupando uma área para dentro da cerca, dentro da propriedade privada, da fazenda Serrana. Esse latifúndio reivindicado está arrendado para a usina São Fernando, de propriedade de José Carlos Bumlai.

Fotografia 1 – Incêndio que atingiu o acampamento Apyka'y – 2013

Fonte: Macilwaine, 2013

Nas fotografias 2 e 3, é possível perceber a distribuição espacial do acampamento, a plantação de cana ao seu redor e uma pequena porção da mata ciliar que recobre o córrego "Curral de Arame"e o acampamento Apyka'y.

Por meio de um conjunto de imagens, buscamos ilustrar alguns fatos recentes desse processo de retomada feitos a partir de fotografias que foram retiradas pelas próprias pesquisadoras ao longo do processo em que acompanhamos a família da dona Lurdes e também por imagens cedidas por Emerson Guerra, pesquisador da UFRRJ, que no momento do despejo também se encontrava no local, em uma atividade de campo, além de outros levantamentos realizados. Apesar de tratarem-se de imagens, é possível termos também certa compreensão da situação de barbárie e dos momentos de tensão vividos por essa família extensa.

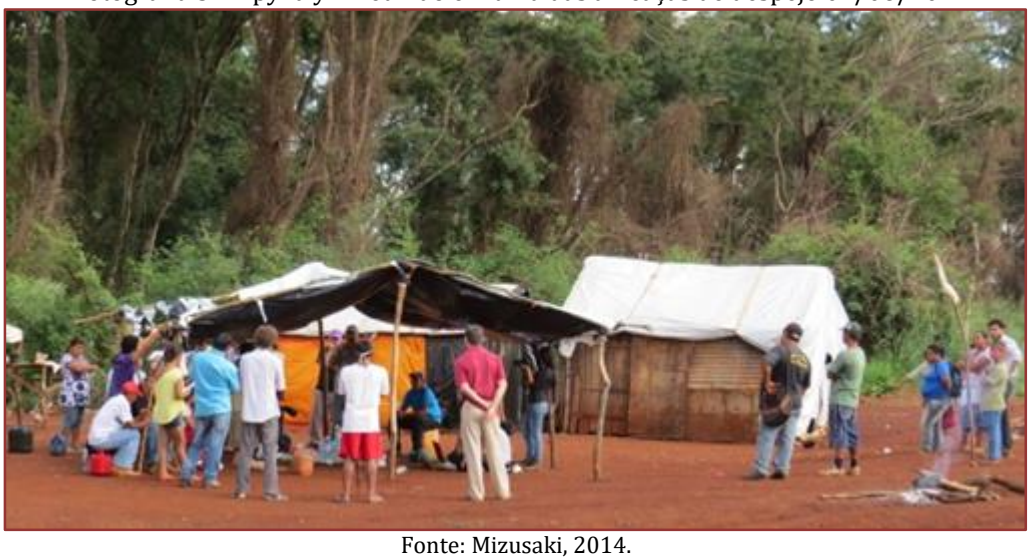
Na fotografia 2, temos uma vista parcial do acampamento, situada entre uma área de mata e a plantação de cana-de-açúcar. Na cerca, temos faixas, com manifestações de apoio ao processo de demarcação e contra a ação de despejo da família.

Fotografia 2 –Acampamento Apyka'y ao fundo entre área de mata e plantação de cana-de-açúcar

Fonte: Mizusaki, 2014.

À medida em que a situação da família de Lurdes ia sendo publicizada, crescia o apoio da sociedade civil organizada - ação facilitada pela proximidade com a cidade de Dourados - que a cada ameaça de despejo, deslocava-se ao local, prestando apoio e solidariedade à causa.

. Fotografia 3 – Apyka'y – Reunião em uma das ameaças de despejo 04/06/2014



Fonte: Mizusaki, 2014.

Na fotografia 4, registramos um momento tenso ocorrido no acampamento, um incêndio na plantação de cana-de-açúcar, cujo fogo já estava próximo aos barracos e dona Lurdes, muito preocupada. Na ocasião, após várias tentativas, conseguimos acionar o corpo de bombeiros, que deslocou-se ao local e conseguiu controlar o fogo.

Fotografia 4 - Fogo em plantação de cana-de-açúcar se aproximando dos barracos de lona

Fonte: Mizusaki, 2016

As fotografias 5 a 9 são imagens que representam a ação do Estado no último despejo sofrido pela família da dona Lurdes, ocorrido em 6 de julho de 2016. São imagens que também ficarão marcadas para sempre na nossa memória. Todo esse aparato policial foi deslocado para despejar cinco adultos e quatro crianças, debaixo de chuva. A família foi pega de surpresa, não estavam esperando tal ação e tiveram seus barracos destruídos com um trator de esteira e os seus pertences, jogados às margens do outro lado da rodovia.

Na foto 6 podemos observar a presença de outras lideranças indígenas, que acompanhavam atentamente o despejo. Apoio e solidariedade entre os Guarani e Kaiowá

Fotografia 5 - Ação policial no despejo da família de dona Lurdes, em 06/07/2016.

Fonte: Guerra, 2016

Fotografia 6 – Ação policial de despejo da família extensa de dona Lurdes. Outras lideranças indígenas acompanham atentamente a ação

Fonte: Guerra, 2016

Fotografia 7 – Vista parcial da ação dos policiais no despejo da família extensa de dona Lurdes

Fonte: Guerra, 2016

A decisão da ação de despejo foi dada em favor do proprietário da fazenda Serrana, Cássio Guilherme Bonilha Tecchio. Foi estabelecido um prazo de cinco dias para o cumprimento da ordem judicial e o despejo foi realizado de forma forçada sem o fornecimento de alternativas de reassentamento para essas famílias que se encontravam no *Apyka'y*. Para obtermos mais detalhes sobre o processo de despejo, Dona Lurdes, nos conta como ocorreu:

> Lá eles pegaram de surpresa, ninguém avisou nada, ninguém sabia, nem o pessoal da FUNAI sabia, nem o procurador. E quando eles souberam a gente já tava aqui. Ninguém soube de nada, entraram cedo, pegaram todos nós de surpresa. Sessenta policial vieram pra nos retirar. Perdemos tudo, a nossa casa, animais, galinha, porco. Vinte e cinco galinhas, três porcos. O que ficaram lá eles pegaram e não recuperemos nada. Eu tinha quarenta e oito eternit, pegaram, amassaram, passaram com o trator em cima.
>
> No dia que vieram, os policiais pegaram e levaram as minhas coisas, levaram móvel, o que eu tinha, deixou lá na FUNAI e da FUNAI, ligou o pessoal de lá falando assim porque que eu mandei as minhas coisas lá? Eu tinha que pegar de volta, aí eu falei assim que não era eu que mandei as minhas coisas na Funai e o pessoal da FUNAI mandou trazer de novo as minhas coisas que o policial levou de mim. (dona Lurdes. Entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Foram nessas condições que dona Lurdes e sua família sofreram o despejo ocorrido em julho de 2016. Sem esperar, perderam tudo o que tinham plantado, seus animais de criação, seus barracos, destruídos pelo trator de esteira (foto 8). Em poucas horas, cinco adultos e quatro crianças estavam abandonadas na beira da estrada, sem ter o que comer e nem onde morar. Na foto 9, registra-se esse momento de despejo dos pertences. Foi uma das cenas mais tristes que já pudemos observar ao longo dessa nossa trajetória.

Fotografia 8 - Trator de esteira destruindo os barracos de lona

Fonte: Guerra, 2016

Fotografia 9 - Pertences de dona Lurdes e família sendo despejados do outro lado da rodovia

Fonte: Guerra, 2016

Atualmente, o local onde o grupo de dona Lurdes acampava, foi ocupado, com a construção que aparenta ser a casa de um vigia (foto 10).

Fotografia 10 – Vista parcial do local onde a família extensa ocupava e lutava pela retomada

Fonte: Batarce, 2017

Já nas fotos 11 e 12, ilustramos as casas de madeira onde vivem atualmente dona Lurdes e sua família extensa.

Após o desepejo houve uma campanha de membros da sociedade civil organizada para a construção de uma casa de madeira coberta com sapé para a dona Lurdes, que mora com seu neto Samuel,e outra casa para seu filho Nilton, casado com Debora que tem três filhos: Samanta, João e Vania. Os país de Debora, Creuma e Ronaldo, tambem vivem com eles.

Fotografia 11 – À frente, casa de dona Lurdes e ao fundo, casa do Nilton

Fonte: Batarce, 2017

Fotografia 12 – Vista parcial das casas do acampamento Apyka' y

Fonte: Batarce, 2017

Quando fomos realizar a entrevista com dona Lurdes, em setembro de 2017, ela se encontrava apreensiva, relatando que queriam removê-la para Bodoquena-MS:

> O Tiago falou que vai vir as três horas, ele falou já tirou você de lá, porque vai levar para Bodoquena? Vai levar todo mundo, o índio [...] o sem terra não sei aonde que vai colocar [...].
>
> É conseguimo lá na Bodoquena terra [...].
>
> Mandei mensagem para o Elói.
>
> Me tirar daqui, não lá para Bodoquena eu não vou não.
>
> Vamo entrar lá, agora não vou saber não, é para morrer memo [...].
>
> Eu não vou sair daqui não, eu não vou ficar longe do meu pai [...]
>
> (LURDES, entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017)

Com essa fala que dona Lurdes nos recebeu em sua casa no acampamento *Apyka'y* no dia 03 de setembro de 2017. Ela se apresentava apreensiva com a possibilidade de mais uma remoção forçada. Nas margens da rodovia BR 463, na altura do quilômetro 6, essa familia extensa, atualmente com nove integrantes, vive constantemente todos os tipos de medo, o da violência física, psicológica, emocional, ambiental, vive a fome, a falta de água, vive a exclusão social, a expropriação do seu território tradicional.

Finalizamos esse trabalho com as palavras de dona Lurdes, cuja mensagem final é de luta, resistência, pedido de apoio e esperança para conquistar o *tekoha*:

> A minha última palavra agora é que eu continuo lutando, que nem meu marido lutô, que ele foi morto, eu to no mesmo caminho lutando e a minha última palavra eu peço ajuda, que pelo menos se alguém pudesse nos ajudar pra ter o nosso canto, pra ter o nosso lar, a gente que ter o nosso canto e ficar quieto e agora o que ta querendo retirar de novo a gente, levando pra bem longe e a gente nunca vai ter futuro assim, a gente nunca vai ter um bom lar, plantação, mas o meu sonho é plantar mandioca, feijão, e então a gente vai perdendo, e eu também já to ficando senhora já, e daqui uns tempo, não vou tar aqui, então o que que vai ficar de herança para os meus filhos. Eu não tenho nada. Essas são as minhas palavras.
>
> Com tudo isso que a gente já viveu, já sofreu demais, eu não desisto, eu continuo nessa luta, por mais que seja difícil eu tento ser forte o máximo possível, pra que eu possa continuar, lutando, batalhando. E eu peço ajuda, a vocês, a pessoas

> que pode nos ajudar. A pessoa que vê a minha história pra que possam nos ajudar e pelo menos entender a nossa história e a gente sabe que aqui existe um cemitério, todo mundo sabe disso, todos os indígenas sabe, então com a certeza disso, eu não desisto, eu acho que ficar aqui, mesmo que eles venha querer nos matar, a gente vai morrer aqui.
>
> Eu to tentando plantar, mandioca, milho, feijão, que quando teve o despejo eu perdi tudo, e eu tento recuperar e muitos indígenas têm a sua própria aldeia, tem o seu próprio lar. E as pessoas querem nos despejar de novo, então eu vou perdendo aquilo que eu planto, aquilo que eu conquistei até agora, e então tudo que eu quero, pra mim agora, é ter um lar, pra que eu possa recomeçar de novo minhas plantações, e eu sei que os meus pais já estão no céu e tudo que eu quero é ser livre.
>
> Seis vezes, (foram despejados) muito tempo, muito tempo. Da retomada pra cá a gente já ta um ano aqui e lá no outro a gente tava a quatro anos já. E aqui agora já ta fazendo um ano. (dona Lurdes. Entrevista concedida a BATARCE e MIZUSAKI, em 03/09/2017).

Nesses vários processos de des-re-territorialização sofridos por essa família extensa, dona Lurdes e sua família seguem resistindo, pelo desejo de liberdade, pelo bem viver, numa luta diária para permanecer no local, para sobreviver com pouca comida, às vezes ao som de tiros, que relatam ouvir de vez em quando.

Essa é uma das faces ocultas do processo de expansão e intensificação da agricultura capitalista em Mato Grosso do Sul, que está muito longe de ser chamada de moderna.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul vêm sendo expropriados de seus territórios tradicionais no contexto do avanço das frentes de expansão e de intensificação da agricultura capitalista. Violências, conflitos, disputas, expropriações tem acompanhado esse processo, revelando a face perversa desse modelo excludente.

Apyka'y, *Kurusú Amba, Guaiviry, Passo Piraju, Ñu Verá, Guyrakamby' i, Yvy Katu* são nomes de acampamentos de retomadas dos Guaranis e Kaiowás que, quando aparecem na mídia, vêm acompanhados de contextos de extrema violência, como o assassinato de Nizio Gomes (2011), liderança do acampamento Guaiviry, localizado no sul de Mato Grosso do Sul, município de Aral Moreira.

A perversidade, os interesses dos proprietários de terra, de usinas de cana de açúcar e a omissão do Estado tem se revelado como principais dimensões presentes nessa disputa territorial, demonstrando os interesses de classe contidos nessa complexa trama de relações territoriais. E o *Apyka'y* é a prova viva dessa perversidade, não tão oculta, mas que muitos se recusam a enxergar.

Assim *Apyka'y* se insere nessa complexa luta pelo *tekoha,* da luta pelo território tradicional. Nesse contexto de disputa territorial, marcado pela perda do território indígena tradicional, em que Haesbaert (2004, p. 127) denomina de proceso de des-territorialização, e pelo movimento de construção do território, chamado de reterritorialização, é que ocorre o proceso de des-re-territorialização, pois para este autor não existe o proceso de desterritorialização sem acontecer o proceso de reterritorialização. Dessa forma, evidenciamos por meio da pesquisa empírica e documental como esse processo temo corrido no acampamento *Apyka'y* nos últimos quatro anos e como isso tem afetado a vida de uma família extensa Kaiowá na busca do territorio tradicional – *tekoha*.

REFERÊNCIAS

[1] AGUILERA URQUIZA, A. H.(org) Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016.

[2] AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. Povos indígenas e as Questões da territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

[3] BATARCE, A. N. A. Imigração brasileira para o Reino Unido: o trabalho das mulheres em Londres e os processos de identificação/diferenciação. Tese (doutorado em Geografia). Rio Claro – SP: UNESP, 2016.

[4] CRESPE, A.C.L. Acampamentos indígenas e ocupações – novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no municipio de Dourados-MS (1990-2009). Dissertação (mestrado em História). Dourados-MS: UFGD, 2009.

[5] CRESPE, A.C.L. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekohá à reserva, do tekoharã ao tekohá. Tese (doutorado em História Indígena). Dourados-MS: UFGD, 2015.

[6] CUNHA, M.C. (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[7] BASTOS, T.C.F. As disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra no municipio de Dourados-MS: os acampamentos indígenas como perspectiva de resistência e luta pela terra. Dissertação (mestrado em Geografia). Dourados-MS: UFGD, 2014.

[8] HAESBAERT, R. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, L.R. Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

___ O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

[9] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico – 2010. Disponível em: < http://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: Junho/2017.

[10] MOTA, J.G.B. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekohá. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia)

[11] NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: SERVIÇO SOCIAL. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

[12] PEREIRA, L.M. Mobilidade e procesos de territorialização entre os Kaiowá atuais. In: História em reflexão. Revista eletrônica de História. Dourados-MS:UFGD, v. 1, n. 1, jan/jun, 2007.

[13] WINCHESTER H. P. M; ROFE, M.W. Qualitative Research and Its Place in Human Geography. In: HAY, I. Qualitative Research Methods in Human Geography. Canada: Oxford University Press, 2010.

NOTÍCIAS EM SITES DA INTERNET

[1] DORTA, F. PF e PM cumprem reintegração de posse e retiram índios de área conhecida como Curral de Arame. Dourados News. Dourados, 06/07/2016. http://www.douradosnews.com.br/dourados/pf-e-pm-cumprem-reintegracao-de-posse-e-retiram-indios-de-area-conhecida-como-curral-de-arame. Acesso: 08/09/2017

[2] LEONEL, J. Indígenas 'desaldeados' perdem barracos em incêndio. Dourados Agora. Dourados, 24-08-2013. http://www.douradosagora.com.br/dourados/indigenas-desaldeados-perdem-barracos-em-incendio. Acesso: 08/09/2017

[3] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MS quer fechamento de empresa de segurança envolvida na morte de indígenas. In: www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/08/mpf-ms-requer-fechamento-de-empresa-de-seguranca-envolvida-em-morte-de-liderancas-indigenas. 29/08/2013.

[4] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. In:www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2016/06/decisão-livra-dono-da-gaspen-de-paga-r-480-mil-a-vitimas-de-violencia-em-ms. 09/06/2015.

[5] VERAO, F. Incêndio leva 8h para ser controlado e deixa rastro de destruição. Dourados Agora. Dourados. 23/08/2013. http://www.douradosagora.com.br/dourados/incendio-leva-8h-para-ser-controlado-deixa-rastro-de-destruicao. Acesso: 08/09/2017.

Capítulo 7

(RE) construção da identidade do lugar entre os Povos do Campo e Indígenas de Mato Grosso com a implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional -EMIEP

Euzemar Fátima Lopes Siqueira
Gerson Ribeiro da Rosa
Sebastião Ferreira de Souza

Resumo: O Estado de Mato Grosso, vem passando por um processo de transformação em sua paisagem natural, especialmente a partir de 1970 com a implantação de projetos colonizadores. O avanço desse processo, vem impactando as estruturas sociais, culturais e econômicas dos povos do Campo e Indígena. A partir de 2007, foram implantados os Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nas escolas estaduais. O objetivo desse trabalho foi de identificar o significado desses cursos, como forma de garantir a re (construção) da identidade do lugar diante dessa mudança. A metodologia utilizada foi a de pesquisa social, com a finalidade de compreender o significado da implantação de um curso profissionalizante. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental e levantamentos de dados. Observou-se a importância desses cursos profissionalizantes como forma de garantir a permanência desses jovens nas regiões de origem, novas perspectivas profissionais e resistência a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

Palavras-chave: Educação Profissional, Povos do Campo, Povos Indígenas.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso vem passando por um processo de transformação em sua paisagem natural, especialmente a partir de 1970 com a implantação de projetos colonizadores, incentivados por políticas governamentais de ocupação desse território. Nesse período foram criados o Programa Nacional de Integração Nacional (PIN), o Proterra e o Prodoeste, como estratégia de inserir Mato Grosso na política de integração nacional. A proposta era incorporar vastas áreas tidas como desocupadas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do país. A criação desses projetos associados a agropecuária, impulsionou o surgimento de vários municípios atrelados a essa produção econômica. (MORENO, 2005). Assim junto a esse processo de colonização, expandiram-se projetos de agricultura empresarial (agronegócio). Esses caracterizam-se pelo emprego de modernas tecnologias de produção, da monocultura em grandes propriedades com fins de exportação. Ao mesmo tempo dessa expansão, constituíram-se junto a esses locais, pequenas comunidades camponesas, com forte tradição de vinculação à terra e de identidade própria. Nestas, a produção ocorre com o uso de técnicas e saberes tradicionais em pequenas propriedades e pela variedade de produtos destinada principalmente ao consumo familiar. Também nesses espaços já habitavam cerca de 43 etnias indígenas, sendo o Estado de Mato Grosso, o segundo em diversidade étnica do país. Cada etnia apresenta uma cosmovisão e percepção própria do lugar que habita. Assim, o avanço desse modelo econômico hegemônico de uso e ocupação da terra, vem impactando sobremaneira o ambiente e afetando diretamente as estruturas sociais, culturais e econômicas desses dois povos distintos, de forma a provocar a supressão da identidade do lugar. A partir de 2007, como proposta de política pública de educação, foram implantados os Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nas escolas estaduais do Campo e Indígena de Mato Grosso. Ressaltamos que o destaque para os alunos indígena ocorre por ser um segmento que tem política especifica relacionada a educação escolar indígena.

Essa nova concepção de educação profissional ocorreu com a mudança no cenário político ideológico nacional a partir de 2002, com o início do governo Lula. Assim o Decreto Federal nº 5154 de 2004 (BRASIL, 2004) vai estabelecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e posteriormente foi incorporado à Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) através da Lei 11.741/2008. A proposta do Decreto 5.154/2004 era de tal forma que o horizonte do Ensino Médio é a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Frigoto et al, 2005). Para as populações do campo, esses cursos tem a perspectiva da formação humana, não se limitando às necessidades do mercado e no desenvolvimento rural sustentável. A proposta dessa educação profissional no campo, com a oferta de cursos técnicos, é a de oferecer aos jovens que vivem no campo uma qualificação que lhe possa garantir qualidade de vida e de sua comunidade. As naturezas desses cursos estão centradas na integração curricular da chamada base nacional comum (ensino regular) com a base profissional (ensino técnico). Nas Comunidades indígenas, está fundamentada nos princípios da escola intercultural que visa oportunizar ao aluno indígena e suas comunidades acesso aos conhecimentos técnicos e científicos, de forma que, a formação contribua na efetivação de ações de gestão territorial, na produção e manejo de alimentos, na sustentabilidade econômica, ambiental e social de suas terras. Em 2017, eram ofertados os Cursos Técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente nas escolas do Campo e de educação escolar Indígena da rede estadual. Nas escolas do Campo, a oferta ocorria em 10 escolas com

488 matrículas. Nas escolas indígenas eram 10 escolas com 350 alunos matriculados, com atendimento das seguintes etnias: Arara, Cinta Larga, Xavante, Rikbatsa, Mebengokre, Terena, Equipem, Juruna, Mundurucu , Camaiurá, Aura, Kiko, Kyzy (MATO GROSSO, 2017). Assim o objetivo desse trabalho foi de identificar o significado dos Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, como forma de garantir a re (construção) da identidade do lugar, diante do avanço da modernização agrícola, entre os povos do campo e indígena. O estudo observou desde a implantação e implementação dos Cursos Técnicos de EMIEP até a atualidade, a transformação e reafirmação do sentido de lugar, advindos da compreensão da proposta deste formato de ensino médio.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada foi a de pesquisa social, mirando na abordagem dos aspectos subjetivos, com a finalidade de compreender o significado da implantação de um curso profissionalizante para essas comunidades. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, levantamentos de dados junto as instituições envolvidas na implementação destes cursos técnicos. Também se utilizou relatórios e documentos do assessoramento técnico pedagógico realizado nas escolas envolvidas.

Em seguida optou-se pela técnica de pesquisa de observação direta, através de entrevistas semi-estruturada ou não estruturada. A entrevista é "uma técnica muito utilizada nas áreas das Ciências Humanas e Sociais na busca de informações (tanto subjetivas como objetivas), diretamente com os atores sociais com sujeitos-objetos da pesquisa" (PRETI, 2014, p.123). Desse modo, essa técnica é a que mais se aproxima dos objetivos propostos na pesquisa. Também pelo fato de ser semi-estruturada permite a flexibilização e ampla liberdade para o entrevistado expressar-se. Outro elemento fundamental nessa técnica é a observação, pois está presente desde a formulação do problema, na análise dos dados, mas, sobretudo na fase de coleta. Na investigação social a observação é o ponto de partida, sendo privilegiada nos trabalhos antropológicos e etnográficos, assim:

> Observar não é o sinônimo de "olhar". É destacar algo especificamente de um conjunto (de pessoas, animais, objetos). Observar um fenômeno [...] significa que determinado fenômeno (simples ou complexo), está sendo abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estruturado em seus atos, atividades, significações, relações. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparenciais e mais profundos, até captar, se possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismo, de relações (TRIVIÑOS, 1987, p.153).

Entretanto, observação apresenta vantagens e limitações ao que se pretende investigar. Ela permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas, depende menos da introspecção ou da reflexão e mostra a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevista elaborado. Por outro lado, o entrevistado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no entrevistador, fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador e vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador (PRETI, 2014).

Assim, seguindo a técnica de entrevistas foram elaborados questionários direcionados aos alunos, professores e gestores do Curso Técnico de Agroecologia. As questões estavam baseadas na percepção dos envolvidos e a na importância deste curso para a

comunidade. Estas entrevistas ocorreram no período de 2015 a 2016. Nesta etapa da pesquisa, os questionários somente foram enviados às escolas de Educação do Campo.

Também foram utilizados relatórios e documentos resultantes das ações de assessoramento técnico pedagógicos junto as escolas de Educação do Campo e de Educação Escolar Indígena. Essa atividade é uma rotina da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), que assim busca acompanhar o desenvolvimento e implementação dos Cursos Técnicos de EMIEP nas escolas atendidas. O atendimento ocorre com a visita in loco dos técnicos da Gerência de Educação do Campo ou da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena da Seduc-MT. Na realidade de Mato Grosso, a maioria destas escolas estão localizadas em áreas isoladas ou distantes de centros urbanos. Mesmo diante desse quadro, de dificuldade de locomoção ou acesso, todas as escolas com oferta de Curso Técnico receberam o assessoramento técnico pedagógico.

Os números de matrículas e sua evolução foram obtidos junto ao sistema Sigeduca da Seduc-MT com dados referentes a número de alunos e turmas dos Cursos Técnicos de EMIEP (2017)

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Estado de Mato Grosso encontra-se na região Centro-Oeste do Brasil, centro do continente Sul-americano (Figura 1). É o terceiro maior estado em área da federação brasileira com uma área de 906.807 Km^2 (Higa, 2005). Tem como limites os estados do Amazonas e Pará (Norte); Tocantins e Goiás (Leste); Mato Grosso do Sul (Sul) e Rondônia e Bolívia (Oeste). A sua população estimada é de 3.344.544 habitantes (IBGE, 2017). A sua capital Cuiabá está localizada no Centro-Sul do estado e tem uma população de 590.118 habitantes (IBGE, 2017).

A extensão territorial de Mato Grosso, localizado na porção central da América do Sul, entre as latitudes de 8° a 19 LS e de 51° a 62 LW, lhe impõe certas características específicas dos Climas Continentais das latitudes intertropicais da América do Sul. Uma das principais propriedades climatológicas desta realidade, é estar justamente situado numa área de transição entre os Climas Tropicais Continentais, composto com Cerrado, e os Climas Equatoriais Continentais integrados com a Floresta Amazônica (Tarifa&Sette,2000).

Nos limites territoriais de Mato Grosso estão contidos três grandes domínios biogeográficos, os Cerrados, a Floresta e o Pantanal, os quais se encontram inseridos na região de clima tropical e equatorial, apresentando diversidade de paisagens decorrentes das variações climáticas ao longo do ano em função da atuação dos diversos sistemas atmosféricos e das interações entre superfície e atmosfera (Schwenk, 2005).

Pela classificação de Ross (1996), o relevo de Mato Grosso apresenta três tipos de unidades geomorfológicas: os planaltos, a depressão e as planícies, que foram identificadas em cinco grandes categorias e compartimentadas em subunidades. Essas unidades estão divididas da seguinte forma: Planaltos (em bacias sedimentares, em intrusões e coberturas residuais de plataforma, em cinturões orogênicos), Depressões (em periféricas e marginais) e Planícies (em planícies e pantanais).

A hidrografia mato-grossense tem como características gerais a presença de uma densa e importante rede fluvial com rios que pertencem a três das maiores bacias hidrográficas brasileiras: bacia Amazônica, bacia Platina e bacia do Tocantins. Apresenta

rio de planalto, com cachoeiras e corredeiras que se tornam mais numerosas à medida que se dirigem para o norte, onde as rochas do embasamento cristalino são mais expostas. Possui lagoas de erosão pluvial e de barragem fluvial, notadamente no Pantanal (Maitelli, 2005)

Figura 1 – Localização de Mato Grosso

Fonte: IBGE, 2000 apud Higa (2005)

4. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

A paisagem natural em Mato Grosso vem passando por um processo de transformação, impulsionado pela implantação de projetos colonizadores, especialmente a partir de 1970. Tais projetos foram incentivados por políticas governamentais de ocupação desse território. A proposta era incorporar vastas áreas tidas como desocupadas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do país. Os motivos dessa proposta estavam vinculados a de ordem externa conjugados a fatores internos, como a diversificação do parque industrial o forte crescimento urbano verificado no país nas décadas de 1950 e 1960, passaram a impor novas formas de inserção da agricultura no circuito do capitalismo industrial. A construção de Brasília, em 1960, e o início da implantação de rodovias de integração (Belém-Brasília e Brasília-Acre) representaram um avanço no processo de integração do Centro-Oeste e da Amazônia à economia nacional. As estratégias para a implementação dessa política foram traçadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND – 1972/74 e II PND – 1975/89) dos governos militares. Basearam-se principalmente na expansão da fronteira econômica nacional o Planalto Central e vales úmidos do Nordeste e Amazônia, para

ampliar o mercado interno com a incorporação de novas áreas e, ao mesmo tempo, aproveitar a mão-de-obra abundante. Nesse período foram criados o Programa Nacional de Integração Nacional (PIN), o Proterra e o Prodoeste, como estratégia de inserir Mato Grosso nessa política de integração nacional. Também na programação do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia, no período de 1975-1979, foram criados também programas setoriais ou regionais geridos por instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal. Em Mato Grosso nesse segmento, foram criados os programas Poloamazônia, Polo Centro e Propano, que causaram impactos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para a reordenação do espaço territorial do Estado. A criação desses projetos associados a agropecuária, impulsionou o surgimento de vários municípios atrelados a essa produção econômica. (MORENO, 2004). Em 1980, o censo registrou um recorde de crescimento da população de Mato Grosso, aumentando 85,79% em relação a 1970, totalizando 1.138.691 habitantes. Os fatores que contribuíram para esse significativo aumento da população e estimularam um grande fluxo migratório de todas as regiões do Brasil para Mato Grosso, destacam-se:

- - A construção das rodovias federais: BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-070, (Cuiabá-Brasília) e BR-364 (Cuiabá – Porto Velho);
- - Os projetos de colonização, de iniciativa privada e pública;
- - O baixo preço da terra agricultável;
- - Os programas federais de incentivos fiscais e de desenvolvimento regional

A consequência dos incentivos fiscais na Amazônia Legal, foi a degradação ambiental provocada pelos desmatamentos para a implantação dos projetos agropecuários, além de um eficiente mecanismo de corrupção, concentração de renda e de terra.

5. O EMIEP E SUA IMPLANTAÇÃO EM MATO GROSSO

A Lei 9394, conhecida como LDB de 1996, colocou que a essência da educação profissional está em sua especificidade que, ao mesmo tempo, deve estar articulada com a educação básica, a educação profissional de nível técnico deve, portanto, articular-se com o ensino médio (Regattieri&Castro,2009). Em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do decreto federal nº 2.208 vai ocorrer a separação entre a educação profissional técnica e o ensino médio. Com a mudança no cenário político ideológico nacional a partir de 2002 no governo Lula, vão ocorrer novamente alterações na educação profissional do nível médio. Assim o Decreto Nº 5.154 de 2004 revogar o anterior e vai estabelecer novo formato para a educação profissional no nível técnico. Esse ocorrerá através da articulação da base profissional com o ensino médio através das seguintes formas: integrada, concomitante, subsequente e contínua. A forma integrada atende o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e posteriormente foi incorporado na LDB através da Lei 11.741/2008. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional trata-se de um curso único, de matrícula única, realizado de forma integrada e interdependente, não sendo possível concluir o Ensino Médio de forma independente do ensino técnico de nível médio e, muito menos, o técnico sem o ensino médio. Nesse sentido, cabe observar que:

> [...]o desenvolvimento da articulação na forma integrada exige uma nova e atual concepção, não podendo e nem devendo significar uma volta simplista à forma da revogada Lei 5.692/1971, que coloca componentes da educação profissional no lugar de componentes do ensino médio, empobrecendo o então segundo

> grau. Significa, sim, manter a garantia ao ensino médio sua missão, com carga horária mínima de educação geral que propicie o cumprimento dos objetivos de uma etapa final e de consolidação da educação básica, que inclui ´a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando´, e os conhecimentos que possibilitem ´o prosseguimento de estudos´, tanto no nível da educação superior quanto na educação profissional que, desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, conduz o cidadão a um habilitação profissional em um mundo do trabalho e sociedade em constante mutação. (Cordão&Aur, 2005 apud Regattieri&Castro,2009, p.28)

A proposta do Decreto 5.154/2004 era de tal forma que o horizonte do Ensino Médio é a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Frigoto et al, 2005). A politecnia é entendida como o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna (Barreto&Menocin, 2007). Assim esse "ideário da politécnica buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade [...], esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas" (Frigoto et al, 2005, p.37)

Para Ramos (2004), a possibilidade de construção de um novo projeto de ensino médio no sentido da formação omnilateral exigia superar sua histórica vinculação –mediada ou imediata – com o mercado de trabalho e tornar os sujeitos educandos o centro das finalidades dessa etapa da educação básica.

Nessa proposta espera-se que o aluno obtenha formação humana, consciência crítica e uma profissão. Desenvolva o senso de autonomia e esteja preparado para avanços nos estudos. Dessa forma ajude no preparo para a Vida e o Trabalho. Vida em seu sentido pleno, e trabalho como princípio educativo, não no mercadológico. Assim conforme Frigoto (1989) apud Ramos (2004), assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalho implica:

> Superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho, implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestações de vida e, portanto, educativo (Frigoto,1989, p.8).

Na Educação do Campo e na Educação Escolar Indígena, o projeto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional vai encontrar um terreno fértil para seu desenvolvimento, pois nela estão especificidades que garante isso, através da contínua vinculação da teoria com a prática. A partir disso ocorre o constante diálogo entre as áreas do conhecimento, um dos princípios e concepção do EMIEP.

Em Mato Grosso, as discussões sobre o EMIEP começaram logo após a publicação do Decreto 5154/2004, que envolveram a Secretaria de Estado de Educação –Seduc, e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia –Secitec, que resultaram numa parceria para essa implantação. Em janeiro de 2007, foi oficializada a Gerência de Educação do Campo do Estado de Mato Grosso, vinculada à Secretaria de Estado de Educação. Essa gerência vai contribuir sobremaneira para esse processo de implantação de educação profissional, agora pela perspectiva de uma escola do campo. Nesse mesmo ano se iniciaram os Cursos Técnicos em cinco escolas estaduais, dentre elas estava a Escola

Estadual de Campo Ouro Verde, do Município de Alta Floresta com o curso de Administração Rural.

Em 2008, foi editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.302, o Programa Brasil Profissionalizado que promovia o financiamento e a assistência técnica, no sentido de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio nas redes públicas estaduais. Também, ao fortalecimento da educação científica e humanística por meio da articulação entre a formação geral e a educação profissional, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Nesse mesmo ano, a Seduc fez convênio com o Ministério da Educação/FNDE visando à implantação do Programa no Estado de Mato Grosso. Assim esse convênio vai permitir uma gradativa expansão dos cursos técnicos na rede estadual como veremos adiante. A partir desse momento, a Gerência de Ensino Médio Integrado-Seduc conjuntamente com Gerência de Educação do Campo vai começar a implantação dos cursos técnicos em outras escolas de diferentes municípios. Como observado anteriormente, o primeiro curso profissionalizante foi o de Administração Rural, depois incluíram-se os de Administração, Agroecologia e de Meio Ambiente. A oferta desses cursos naquele momento estava relacionada à capacidade de apoio do Programa Brasil Profissionalizado, já que esses cursos técnicos previam apenas a constituição de um acervo bibliográfico atualizado e de poucos laboratórios específico para experimentos. A escolha das escolas para oferta dos cursos, como já verificado anteriormente estava relacionada à dinâmica da economia local, a estrutura física já existente e a demanda de alunos. Já a escolha do curso era de decisão da comunidade local, respeitando aos arranjos produtivos e vocações locais e regionais.

Em 2017, eram ofertados os Cursos Técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente nas escolas do Campo. Essa oferta ocorria em 10 escolas com a matrícula de 480 alunos (Mato Grosso, 2017). Destacava-se também entre essas unidades escolares, a Escola Estadual Terra Nova no município de Terra Nova do Norte e Escola Estadual Jaraguá no município de Água Boa com oferta do Curso de Agroecologia no formato de Pedagogia da Alternância. Nessa proposta, o desenvolvimento das alunos ocorre aproveitando-se o tempo escolar e o tempo comunidade com a alternância.

Os cursos de Ensino Médio Integrado a Educação profissional- EMIEP, oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer de Mato Grosso, para comunidades indígenas, foram pensados a partir de demandas das comunidades, discutidas com as mesmas e implantados em 2012. Os cursos Técnico em Agroecologia, em pauta, foi planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio e dentre seus objetivos possibilitar os alunos a pensar e discutir a sustentabilidade econômica, social e ambiental em suas terras. A oferta do EMIEP nas escolas de educação indígena tem como fundamento a preparação do indivíduo para a atuar em sua comunidade na sustentabilidade econômica, ambiental e social e não a preparação para a competição no mundo do trabalho. Em 2017 eram atendidos 350 alunos oriundo de várias etnias indígenas distribuídos em todo o território Mato-grossense (Mato Grosso, 2017)

6. A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO LUGAR COM A IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE EMIEP

Observou-se com os resultados a importância desses cursos profissionalizantes, para as duas diferentes comunidades com uma forma de se garantir a permanência dos jovens

do campo e indígenas nas regiões de origem. Estabeleceram-se novas perspectivas profissionais para esses jovens, construídas a partir da realidade local e no sentido de transformá-la positivamente. Também contribuiu como forma de resistência e enfrentamento a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

A reconstrução da identidade do lugar está intrinsicamente relacionada com o movimento existente dentro do processo da forma como se deu a construção da oferta dos cursos de EMIEP nas escolas localizada no campo onde o trabalho acontece como o princípio educativo para os jovens estudantes, as legislações brasileira buscam desde da aprovação da LDB nº 9394/1996 trazer o trabalho como princípio de acordo com Gramsci(1981) propõe uma escola unitária tratando a instrução e o trabalho com único na formação do ser humano em sua formação plena sendo esta capaz de produzir e gestar a sua ação, para isso este sujeito deveria ter o conhecimento tanto das leis da natureza como das relações humanas que regulariza a vida na sociedade.

Boff (2014) nos aponta que o pensar agroecológico contribui para a reorganização da compressão humana em suas interações com o conjunto dos seres, condições naturais e possibilidade sociais e econômicas para as convivências no contexto amazônico. A partir desta reflexão as 10 unidades escolares localizadas no Campo em Mato Grosso e após consulta junto à comunidade local, optaram pelo curso de agroecologia. Sempre buscando trabalhar na perspectiva da agroecologia social.

Em seus diversos territórios as escolas se organizaram de maneira a atender os princípios propostos pelo ensino médio. Podemos perceber isso no exemplo da Escola Estadual Terra Nova do município de Terra Nova do Norte. Esta escola trouxe em sua organização os instrumentos da pedagogia da alternância com os cadernos de vivencia, a instituições de tempos comunidades onde todos os conteúdos científicos são trabalhados junto à comunidade local, garantindo desta forma que o que se aprende seja atestado junto as famílias.

A exemplo do que acontece com as Casa de Família no estado do Espirito Santo, o município de Terra Nova do Norte criou a associação dos pais, para contribuir com a gestão da escola, e a produção e comercialização realizada junto a escola é realizada na cooperativa do município Coopernova.

Nas escolas do Campo e Indígena, os Trabalho de Conclusão de Curso são voltados para pesquisa de caráter cientifica, onde o aluno busca resolução de problemas de maneira agroecológica, de forma a beneficiar a comunidade local. Nesse caminho, algumas escolas organizam seminários envolvendo toda a comunidade com objetivo de apresentar este trabalho com as pesquisar voltadas para as questões locais. Um fator relevante nesta ação é a desenvoltura dos alunos para apresentar essa pesquisa.

Em ações agroecológicas podemos citar a produção de biofertilizanes e caldas orgânicas como objetivos de apresentar formas alternativas de controlar a infestação de insetos bem como doenças provenientes de fundos, bactérias e vírus desenvolvidos pelos estudantes. Assim com a criação de Unidades de produção Agroecológicas, laboratórios de aulas práticas diárias que são desenvolvidas nas residências dos estudantes com o objetivo de incluir a família na aplicação dos conhecimentos científicos aprendidos.

Segundo Souza (2009) exemplos supracitados demonstra que a resistência se estabelece pelo conjunto de relações sociais (experiências), práticas socioespaciais e suas acepções

sobre o trabalho e o valor da terra que não no sentido do privado, e sim como um modo de vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações têm como base aspectos sociais, econômicos e a construção de conhecimento na perspectiva critica. Neste sentido pode se dizer que os alunos do campo e indígenas, a partir das formações nos cursos técnico de EMIEP demonstram maior grau de consciência sobre o espaço que eles ocupam, sobre aspectos sócio econômico as relações de produção que se estabelece como: a comercialização a agregação de valores de um mundo globalizado.

Outro aspecto a ser destacado refere-se a questão indentitária onde os alunos se reconhecem como indivíduo camponês ou indígena, refletindo sobres valores tradicionais e sabres do cotidiano com ações e interações em escala local e global

Muitas vezes essas reconstruções se traduzem em uma reformulação de técnicas e de valores numa perspectiva contemporânea.

Observou-se a importância desses cursos profissionalizantes como forma de garantir a permanência desses jovens nas regiões de origem, novas perspectivas profissionais e resistência a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

Embora saibamos que a construção dos processos de identidade tenha aspectos dinâmicos e diferenciados entre os povos do campo e indígena, permite-nos compreender as transformações advindas com essa formação integrada. Percebe-se essa mudança especialmente nos aspectos culturais produtivos.

REFERÊNCIAS

[1] BARRETO, Taniamá Vieira da Silva. MENOCIN, Milton. Educação do Campo no Programa Brasil Profissionalizado**.** Texto apresentado no Seminário de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Cuiabá: 2007.

[2] BOFF. Leonir Amantino Educação do Campo no Portal da Amazônia: Entrelaçamento Ético-Político-Estético. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Seção Arquivos. Disponível em<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154.Pdf>Acesso em 09 mai. 2017.

[4] FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: In: RAMOS, Marise Nogueira. FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. 1ed. São Paulo: Cortez, 2005.

[5] GRAMSCI, Antonio. Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

[6] IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Banco de Dados**.** [online]. Disponível em < https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mt/panorama> Acesso em 05 de set.2017.

[7] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Sistema de Gestão Educacional. Cuiabá: 2017.

[8] MAITELLI. Gilda Tomasini. A hidrografia no contexto regional. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 272-274.

[9] MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 9.

_____. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 34-51.

[10] PRETI, Oreste. Fundamentos de Pesquisa Científica na Educação do Campo/Oreste Preti. Fascículo 4. Cuiabá: UFMT, 2014.

[11] RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA. Maria (org.). Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC.SEMTEC,2004.

[12] ROSS, Jurandir Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: EdUSP, 1996.

[13] SCHWENK, Lunalva Moura. Domínios Biogeográficos. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 250-251.

[14] SETTE, D. M.; TARIFA, J. R. O holorritmo e a gênese dos climas no Mato Grosso– Brasil, In: Simpósio brasileiro de climatologia geográfica, v. 4, Rio de Janeiro, 2000.

[15] SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. Agrária (São Paulo. Online), [S.l.], n. 10-11, p. 99-130, dec. 2009. ISSN 1808-1150. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: 25 sep. 2017. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-13

[16] REGATTIERI, Marilza. CASTRO, Jane Margareth (Org.). Ensino Médio e Educação Profissional: Desafios da integração. Brasília: UNESCO, 2009. 270 p.

[17] TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Capítulo 8

A pandemia do Covid-19 e o Sistema Único de Assistência Social: Indutores de novos tempos para o Serviço Social

Fatima Catunda Rocha Moreira

Resumo: Procede a uma reflexão sobre a influência da pandemia mundial da Covid-19 e do Sistema Único da Assistência Social como indutores de um novo tempo no exercício profissional do Serviço Social. Procura, também, reconhecer as dimensões sócias históricas da profissão, no campo da assistência social como política pública constitucionalmente assegurada. Em seguida, se expressam, sucintamente, alguns avanços, bem como os principais instrumentos legais que orientam o trabalho dos assistentes sociais, no exercício da prática profissional da Política de Assistência, bem como algumas considerações ao final.

Palavras-Chave: Estado. Assistencia Social. Serviço Social. Politicas Sociais. Sistema Unico de Assistencia Social. Pandemia covid-19.

1. INTRODUÇÃO

> "A contradiçao é a raiz de todo movimento e vitalidade, pois somente ao conter em si uma contradiçao, uma coisa se move, tem impulso e atividade." (HEGEL: 1993, p. 208).

Iniciando a análise desta temática, é preciso explicitar que empreender uma reflexão sobre o Serviço Social e sua correlação com Sistema Unico da Assitencia Social (SUAS) [23] - e com a assistência social, como politica pública constitucionalmente assegurada - é um desafio, principalmente quando se pretende compreender em seu âmbito a prática do assistente social e a sua relação com o Estado, as politicas públicas e a realidade social.

Alem disso, quando se coloca o Serviço Social na ambiência das praticas assistenciais, as, contradições e ambiguidades emergem com rótulos históricos que configuraram o pensamento tradicional prevalecente sobre a profissão. É como diz Guerra (1999), ao pensar a intervenção profissional, isto requer a compreensão de que

> [...] a profissionalidade do Serviço Social esta cotidianamente construida, conduzida e reconstruida no movimento entre conservadorismo e renovaçao que mobiliza a intervenção. (P. 13).

Por este motivo, é impossível desenvolver esta análise sem mencionar a trajetória, tanto do Serviço Social como da assistência e da benemerência, cujos primórdios tem suas bases na legitimidade da igreja, na caridade e na solidariedade aos pobres, aos necessitados, aos frágeis e incapazes.

O pensamento dominante da sociedade burguesa era de que a problematica social, os males sociais, precisavam ser tratados de maneira reintegradora, atomizada e reformadora de caráter, pois a pobreza e esses problemas residiam no caráter da pessoa.

Nesse sentido, sentia-se a necessidade de uma profissão que buscasse atender a estas demandas, realizando o tratamento dos males sociais[24]

A igreja já não dava conta da pauperização da força de trabalho com a expansão do capital e o auge da Revolução Industrial. A benemerência foi sendo apropriada pelo Estado, direcionando a solidariedade social da sociedade civil.

E sobre essa perspectiva, Martinelli (2000) expressa que o surgimento da profissão de assistente social é "[...] fruto da iniciativa particular de varios setores da burguesia, fortemente respaldados pela igreja catolica e tendo como referencial o Serviço Social europeu". (P.121).

Assim, os anos de 1930 presenciam o surgimento da profissão gestada nesta realidade, e como um dos desdobramentos do movimento do apostolado laico, onde a questão social se revela como consequência do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade.

---

[23] "O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Do mesmo modo, todos os Estados, comprometidos com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e cofinanciamento propostos, assinaram pactos de aperfeiçoamento do Sistema". (MDS: 2005).

[24] Poderíamos neste aspecto interpretar a concepção do individuo nessa sociedade consubstanciada na filosofia do "laisssez –faire" e das clássicas leis do ajustamento, mas se tomarmos a interpretação de Marx na *Introdução à Critica da Economia Politica*, sobre o individuo na sociedade teremos: " nesta sociedade de livre concorrência, o individuo aparece desprendido de laços naturais, que em épocas históricas remotas fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado [...] veem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da Historia, porque o consideravam como um indivíduo conforme å natureza-dentro da representação que tinham da natureza humana- que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza". (MARX:1978 , p 103-104).Dentro desta perspectiva, as relações materiais são basicamente as relações de produção da vida que compreendem as relações do homem com a natureza e dos homens entre si; mas a individualidade é diluída na situação de classe, uma classe que se define sempre em relação à outra. Esse assunto pode ser consultado em : MARX, Karl. Cartas de Marx a J.Weydemeyer. *In* IANNI, Octavio, Karl Marx: Sociologia, Coleção Grandes Cientistas, Ática Ed.!984

Esse momento em que aflorou o Serviço Social como profissão, depara a compreensão da época de que a pobreza era tratada e problematizada como "caso de policia" e não como "caso de política", no seio da questão social. Os aparelhos repressivos tratavam a pobreza como disfunção social. E a profissão, segundo Netto (1991), caracterizava-se por uma "prática empirica, reiterativa, paliativa e burocratizada", seguindo uma "etica liberal burguesa de correção".

As politicas sociais eram instrumentos amortecedores de tensões sociais e apareciam como aquelas que viriam a proporcionar a igualdade entre todos. Era destinada à clientela "carente" e ou incapaz, buscando adaptar ou integrar a pessoa ou estabelecer o controle e o funcionamento social.

Nessa percepção, é interessante ressaltar Faleiros, ao acentuar que:

> ["...] ao implantar politicas sociais com intenção de reintegrar os desviados sociais, estes são marcados pela própria existência dessa politica social em relação ao desvio, agora definindo oficialmente como anormal". (1982 ;p 57).

A nuança assumida por essa atitude foi associar a prática ao discurso da igualdade de oportunidades, apontando para o funcionamento de um Estado Benfeitor, que privilegia o individualismo e o utilitarismo sob a capa de benesse, do favor e da outorga.

Apesar, de suas origens, e a despeito de confusões no senso público, a assistência social luta para não se igualar a ações contingenciais e fragmentadas, ao assistencialismo e à benemerência da sociedade.

Neste contexto, a Assistência Social "[...] atuou como matriz genética de politicas sociais como a saúde, inicialmente voltada para "indigentes" e ate mesmo na segurança social". (SPOSATI: 1995; p 7).

Isto bem caracteriza uma sociedade determinada pela produção da vida material no conjunto da ideologia dominante, onde o conflito significa a busca de solução entre os grupos. E, sua reprodução e difusão, fazem parte do aparato que forma o exercício do controle social.

2. LINHA DO TEMPO CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA

Seguindo a linha do tempo, foi criada em 1936 a primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, no Centro de Estudos e Ação Social, posteriormente incorporado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e no Rio de Janeiro, em 1937, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos anos que se seguiram, registrou-se a instituição de vários cursos de Serviço Social.

O impulso dado pela criação das escolas foi muito importante para a sistematização, não somente, do ensino do Serviço Social, como também para seu processo de profissionalização e institucionalização.

Nos anos de 1940, consolidou-se a burguesia industrial e cresceu o proletariado brasileiro. Essa realidade decorre de uma política econômica marcada pela industrialização, articulada com o desenvolvimento do capitalismo no País, o crescimento da classe operária, a consolidação do espaço urbano e os conflitos decorrentes da relação capital x trabalho.

O Estado criou, então, nesse período, as instituições estatais, paraestatais e autárquicas, na seara da assistência social, com a finalidade de integrar as reivindicações da classe trabalhadora mediante políticas sociais, executadas por estas instituições. Os profissionais de Serviço Social são os agentes executores das políticas sociais junto ao proletariado urbano.

Instalado o Estado Novo, fixou-se o marco da consolidação do mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais. Nesse período, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) na lógica do seguro social, a Legião Brasileira de Assistência-LBA e o Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS. Pelas instituições patronais, vieram SESI, SESC e SENAI. Advieram, também, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário-mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas que, embora tenham um cunho social, contêm ambiguamente um caráter controlador e paternalista.

As politicas sociais se desenvolvem, mas, como assinala Chiachio, elas não podem se dissociar da

> "[...] forma como se constitui a sociedade capitalista e os conflitos e contradições que decorrem do processo de acumulação, nem as formas pelas quais as sociedades organizaram respostas para enfrentar as questões geradas pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas." (2006:13).

As décadas que se seguiram registraram o Serviço Social e as práticas assistenciais envoltas num projeto societário reformista e conservador sob influência de bases filosóficas do neotomismo, positivismo e funcionalismo estrutural.

O método de intervenção era voltado para ratificar a realidade de uma sociedade harmoniosa e naturalmente equilibrada. E, nem de longe, o método era utilizado para, segundo Netto (1991) , o "desvelamento da realidade".

Nos anos de 1950, a profissão passou pela ampliação dos seus espaços de legitimação, desde a regulamentação do ensino de Serviço Social pela Lei número 1889, de 13 de junho de 1953, regularizando os objetivos do ensino, sua organização e os requisitos dos diplomas de assistente social.

Dois anos depois, veio o reconhecimento do direito de exercício profissional, com a lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Não só este fato do reconhecimento profissional deu *status* e fortaleceu o Serviço social, como também a expansão da política econômica, tendo como medida social de relevância a regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social. O Serviço Social então expandiu seu mercado de trabalho nacional.

Nesse período, também foi criado o primeiro Curso de Serviço Social do Estado do Ceará, a em 25 de março de 1950:

> "A criação do Curso de Serviço Social ocorre no contexto socioeconômico e político dos anos 1950, momento histórico que caracterizava o Estado do Ceará como unidade federativa pobre, cuja economia estava fundada na agro exportação e no processo de industrialização voltado para o beneficiamento de produtos agrícolas como: algodão, cera de carnaúba, oiticica e mamona. Nessa mesma década o governo Federal reconhecendo a crise da região Nordeste, cria instituições que não só estimulam, mas até financiam o desenvolvimento industrial nordestino, dentre as quais estão o Banco do Nordeste (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)." (UECE: 2015; P)

Era um período em que havia a preocupação dos países norte-americanos de combater o comunismo na América Latina, principalmente pós-revolução cubana de 1959. Foram criados então programas de assistência internacional, como a Aliança para o Progresso, em 1960, e, dentre eles a implementação, pela ONU, do "Desenvolvimento de Comunidade" (DC).

> "Essa influência imprime um caráter técnico-científico ao Serviço Social, referenciado no paradigma do funcionalismo – sem romper, no entanto, com a herança católica de base europeia – e na interação com as Ciências Sociais, trazendo para a profissão uma preocupação com o conhecimento da realidade social brasileira pela Sociologia, Filosofia, Antropologia e Psicologia Social. A base de legitimação da profissão se desloca para os setores empresariais e para o Estado, no âmbito das políticas sociais, exigindo-se um profissional com qualificação técnica e científica, que construam respostas à questão social dentro da realidade brasileira". (UNIRIO:2009; p 7).

Nesses trabalhos em comunidades, os assistentes sociais passaram a atuar juntamente com a militância católica de esquerda. Com base nessa vivência, muitos profissionais foram influenciados e passaram a questionar o trabalho social unicamente assistencial, sem possibilidades de mediação. Foi a chamada "Geração 65" dos profissionais do Serviço Social.

As discussões no seio da profissão questionavam a concepção do mito da neutralidade cientifica, mostrando que a produção cientifica revela os traços da sociedade onde ela se elabora, pressupondo um quadro teórico carregado de significações politico-ideológicas. Ganhou corpo a visão do Estado recoberto por ideologias de reprodução das relações econômicas sociais e politicas.

Foi aí o marco de um novo momento para o Serviço Social - o desaguar das discussões que levaram a um movimento de reconceituação do ofício.

Diversos seminários de teorização aconteceram, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais-CBCISS. Esses encontros ocorreram no Rio de Janeiro, Minas Gerais, especificamente em Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Deles resultaram documentos que balizaram as reflexões, os debates e os estudos teórico-práticos da época. Era o Serviço Social em busca da cientificidade.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social[25] estabeleceu-se como "divisor de águas" na trajetória da profissão. Constituiu-se numa ruptura, numa rejeição ao modelo de atuação centrado na pessoa, isolado de uma estrutura social, inspirado no serviço social Dos Estados Unidos. O movimento buscou adequar a profissão à problemática dos países latino-americanos. Essa busca envolvia o marco referencial teórico, os modelos metodológicos adequados às exigências dessa realidade e assegurar a integração teórico-prática e elaboração de uma literatura autônoma.

Nesta contextura, reapareceu o debate sobre a prática da assistência social, desvelando sua perspectiva contraditória no interior do confronto de classe com o Estado perpassado pelas contradições de classe, defendendo os interesses do estrato dominante.

A assistência social enfrentou contradição de seu rótulo benemerente, onde o usuário era transformado e assumia a categoria de assistido ou favorecido e não como um cidadão de direito aos serviços sociais. Confundia-se assistência social com caridade da igreja e ajuda aos pobres necessitados.

O Estado também possuía, no entanto, um espaço outro no sentido de incorporar os interesses, as demandas da classe dominada - mesmo estando em defesa da classe dominante. Para manter o seu poder e/ou legitimar-se, o Estado assumiu posicionamentos diversos conforme a força de pressão ou recuo dos movimentos sociais, da correlação de forças sociais que se estabelecia. Ou, como diz Yasbeck (1985),

> "Nos momentos em que as forças populares se mobilizam e chegam a por em jogo a hegemonia do Estado, ha expansão das politicas assistenciais e nos momentos em que as forças dominadas estão desmobilizadas, desorganizadas, enfraquecidas, as politicas assistenciais são reduzidas". (P. 87).

Também aflorou nas discussões a categoria da *mediação*, configurando as maneiras pelas quais o Estado incorporou os interesses da classe dominada. E nesse meio está o Serviço Social.

> "Mediação, portanto, é a categoria que dá direção e qualidade à prática, baseada no método dialético marxista, resultado de um processo dinâmico e ativo desenvolvido pela interação entre as pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, instituições, enfim uma rede de associações em que o usuário é tido como sujeito engajado na construção de sua própria história. A função do Assistente Social é intervir facilitando e mediando essa construção, puxando os vários fios alternativos que darão origem a alternativas". (VERGARA: 2014; p 5).

Em 1977. o Estado cria o Ministério da Previdência e Assistência Social. A assistência vincula-se ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, mas, não há uma unidade dentro desse sistema para cuidar desta política e os recursos são praticamente inexistentes, levando-a a ser a "prima pobre" das politicas publicas. A assistência passou a ser discutida conforme afirma Sposati (1995):

> "A Assistência Social - uma ação produzida e conduzida pela rede de solidariedade da sociedade civil, aliada no Brasil a um Estado repressor- perdurou por muito tempo como mecanismo essencial no trato da questão social". (P. 7).

As teorias de Marx despertaram o Movimento de Reconceituação, e, também, o seio da profissão. O conceito de materialismo histórico formulado pela corrente teórica althusseriana[26]- com suporte em interpretações da obra de Karl Marx, passou a exercer intensiva influência nas discussões da possibilidade de transformação social intermédio da práxis.

---

[25] " Entendemos a Reconceituaçao como um movimento de mudanca nos fundamentos filosoficos e cientificos do Serviço Social, num esforço de busca de respostas adequadas a problematica social do contexto latino americano [..] vem se caracterizando por um processo de revisao critica do servico social em todos os seus niveis e em todos os seus aspectos. Levantam-se questionamentos sobre objeto, objetivo, ideologia e metodo. [...] tal processo nao pode ser tomado como resultante de uma crise interna e isolada do proprio Serviço Social como disciplina profissional, mas ao contrario ela reflete toda uma linha de questionamento da propria Ciencia Social em seu processo de constituiçao, traduzindo as influencias das mais diferentes correntes epistemologicas contemporaneas " (MACEDO: 1981 p 24).

[26] Para detalhes sobre o estruturalismo, ver: DOSSE, François. História do estruturalismo. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993 Sobre a influência do estruturalismo althusseriano no Brasil,

Ver : SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. *In*: MORAES, Joaquim de. História do Marxismo no Brasil, volume III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

Ver :PORTELLI, Huges. Gramsci e o Bloco Histórico. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

Apareceu, também, todavia, a perspectiva revolucionária na concepção materialista de Antônio Gramsci e seus conceitos: *filosofia da práxis,* de *hegemonia*, *de bloco historio e de intelectual orgânico*, teorizados pelo marxista italiano. O pensamento de Marx e as formulações teóricas da obra de Gramsci contribuíram para dar impulso à profissão e para a identificação da ideia de sociedade, e, no interior da profissão, como um terreno de lutas, ou melhor, da historia como um processo, marcado por contradições e disputas políticas. Segundo Sposati (1995),

> "[...] no final da década de 70 quando o processo de Reconceituação só Serviço Social sai das teias do estruturalismo althusseriana [.] a assistência é enxergada como tática e estratégia no interior das politica sociais brasileiras". (P. 9-10).

Todas essas discussões dominaram os anos de 1980 e mudaram a rota do debate sobre o tema da assistência social. Antes, ela era estigmatizada, era irrelevante do ponto de vista acadêmico, reforçado por uma prática relegada por seu caráter emergencial e fragmentário.

Desde 1982, as obras de Marilda Vilela Iamamoto, Raul Carvalho, Jose Paulo Netto, Vicente Faleiros, e de muitos outros intelectuais, se disseminaram no interior da profissão. As discussões desaguaram na ampla mobilização social que levou a Constituição de 1988 a reconhecer a assistência social como política pública, compondo o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social.

E, mesmo que a tessitura social desse período, do final do século XX, ás duas primeira década do século XXI, não tenha sido a mesma de Marx e Gramsci, parece que as questões fulcrais do passado se fundam na atualidade de modo cada vez mais imperativo. As exclusões e desigualdades sociais mudaram de face e acirraram-se em questões sociais de trabalho, saúde, educação, cidadania, democracia, dentre outras.

> "Mais do que nunca, no momento presente se põe a nu o descompasso entre as condições mínimas de sobrevivência das classes subalternizadas em relação às camadas que hoje detêm grande parte da riqueza em termos globais".(SIMIONATO:1997. P.12).

3. O SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS

> "Podemos dizer que o Brasil vive um Federalismo Social" (CAMPELO: 2012. P.17).

Nas duas últimas décadas até 2018, o panorama nacional foi marcado pelo fortalecimento de politicas sociais de garantia de direitos e de enfrentamento da situação de pobreza.

E a pedra angular desta nova realidade - que inseriu a pobreza na agenda publica brasileira - foi a Constituição Federal de 1988, onde as políticas sociais passaram a ser reconhecidas como política pública de responsabilidade do Estado.[27]

Nesse momento foi instituído um Sistema de Seguridade Social no País, incorporando princípios da universalidade, da descentralização política, jurídica e administrativa, da participação social e da primazia da responsabilidade do Estado.

> "A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro". (MDS: 2012; p.31).

A Politica de Assistência Social, de uma concepção restrita de benemerência, passou a ser uma política pública não contributiva, afiançando proteção social (básica e especial), e garantindo as seguranças - como a de convivio, de acolhida, social e de renda, de beneficio e pecúnia desvinculados do contrato de trabalho. A assistencia social passou a ser definida no art.1 da LOAS (1993) como:

> "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto

[27] Essa realidade, além das conquistas na política de transferência de renda - com o Programa Bolsa Família, e a materialização, de modo crescente, do direito constitucional de acesso ao Benefício de Prestação Continuada BPC — foi também marcado, a partir de 2005, pelo processo de implementação do SUAS no País e ampliação da organização e dos investimentos na oferta de serviços socioassistenciais (COLIN e PEREIRA :2012 p.)

> integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". (LOAS: 1993; art.1º)

A Politica da Assistência adquiriu o caráter de universalidade numa estrutura de um pacto federativo para co-finaciamento e tripartite para corresponsabilidade das três esferas de Governo.

Sua consolidação nos municípios brasileiros se deu pela implantação e formatação dos órgãos gestores, da legislação e dos instrumentos orçamentários, da implantação dos conselhos de assistência social convênios e parcerias e modos de estruturação de sistemas de informação.

Nos últimos 15 anos, houve um processo efetivo de elaboração de instrumentais, protocolos e instâncias para formular e implementar ações do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, com destaque para a difusão de uma rede de equipamentos públicos com ampla capilaridade nos municípios brasileiros:

> "De acordo com dados do Censo SUAS de 2019, são 8.360 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que atendem famílias em situação vulnerabilidade e realizam o registro das famílias no Cadastro Único; 2.664 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atendem indivíduos e famílias em situação de violência ou com direitos violados; e 28 Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP). São 20.369 as entidades sem fins lucrativos inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social e integrantes da rede socioassistencial, com expertise no atendimento de diferentes tipos de público e na atuação em territórios particularmente vulneráveis". (BICHIR e STUCI, p.6; 2020).

E essa prática foi sendo requalificada com o arcabouço normativo e metodológico criado para regulamentar os artigos da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. São leis, decretos, portarias e resoluções da Comissão Intergestora Tripartite-CIT, e do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, que aprimoram a maneira da gestão do SUAS e a própria operacionalização do Sistema.

Nessa trajetória, ressalta-se um marco importante, que é a Norma Operacional Básica NOB/SUAS (2005). Esta NOB retoma o conteúdo das normas anteriores (1997-1998) e incorpora e aprimora as conquistas gradativamente alcançadas, ate então, dispondo sobre: os níveis da gestão da Politica e do Sistema; responsabilidades dos entes federados; instrumentos da gestão; as competências das instâncias de pactuação e deliberação; e a atualização e aprimoramento do capítulo sobre o cofinanciamento e critérios de partilha - tudo isto na lógica do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

Assim, a NOB/SUAS 2005 estabelece para todo o Território Nacional, os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios inerentes à Política de Assistência Social, e o desempenho dos distintos agentes do Sistema. Essa norma foi determinante para a implantação do SUAS nos mais de cinco mil municípios brasileiros.

Com o passar do tempo, sete anos depois que a NOB/SUAS/2005 entrou em vigor, aflorou a necessidade de aprimorar a gestão do Sistema, inclusive com o fortalecimento do CPF- Conselho, Plano, Fundo. Constatou-se, então, a necessidade de acompanhar as mudanças ocorridas na organicidade da realidade social.

A NOB-SUAS 2005 já não expressa todo o arcabouço legal desenvolvido desde a implantação do SUAS. Com isto foram estabelecidos novos instrumentos indutores de qualidade nos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, com pactuação de responsabilidades e metas.

A NOB/SUAS 2005 passava por um esgotamento do modelo de adesão ao sistema, tornando-se imprescindível incorporar procedimentos que já vinham sendo adotados e os avanços normativos desses sete anos.

Neste período, vários avanços ocorreram, mas destacam-se dois como mais significativos que se estabeleceram no âmbito da Politica de Assistência Social, e que influíram para a revisão da NOB-SUAS 2005 e o surgimento da NOB-SUAS 2012.

O primeiro ocorreu em 2009, com a Resolução CNAS nº 109/2009, que tipifica os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade. Essa tipificação contém descrição das ações; dos usuários; dos objetivos; das provisões; das aquisições dos usuários; das condições e formas de acesso; das unidade; do período de funcionamento; da abrangência; da articulação em rede e do impacto social esperado.

É um fato que teve rebatimentos, inclusive, na instrumentalidade do Serviço Social. E Campelo bem define esta mudança, quando assinala que a tipificação:

> "É um reconhecimento estatal de um padrão de referência com relação às terminologias, nomenclaturas e significados de cada serviço soco assistencial em todo o território nacional, respeitando as diversidades nas atenções. Trata-se do cumprimento de uma deliberação emanada da VI Conferência Nacional de Assistência Social e da determinação da NOBSUAS 2005". (2012; p 58).

O outro avanço foi a Lei n.º 2.435/2011, que trata da organização do SUAS como sistema descentralizado e participativo, integrado pelo entes federativos. Na lei também são incluídos outros avanços, como a classificação entre os objetivos da Assistência Social da Proteção Social, da Vigilância Socioassistencial e da defesa de Direitos; estabelecendo os níveis de proteção social básica e especial; e também a lei dispõe sobre os CRAS e CREAS como unidades de referência da Assistência Social. É interessante destacar o que diz Campelo sobre o assunto:

> A Lei no 12.435/2011 representou um importante marco para a assistência social, incluindo as unidades, serviços e programas do SUAS na legislação nacional. Dentre outras conquistas, autorizou, ainda, a utilização dos recursos do cofinanciamento federal para o pagamento de profissionais das equipes de referência, assunto já regulamentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social -CNAS. (2012,P.24).

Em razão, pois destes fatos, e após amplas discussões entre gestores, trabalhadores e conselheiros, foi elaborado um texto, que deu surgimento à NOB-SUAS 2012. Em seu corpo, a norma prioriza o planejamento como estratégia de qualificação do SUAS, dando um caráter indutor de aprimoramento da gestão por meio do planejamento. São mecanismos dessa indução: Pacto de aprimoramento do SUAS, planos plurianuais de assistência social, Plano de educação permanente e a Vigilância Socioassistencial.

O Pacto de Aprimoramento do SUAS é o destaque nessa reorganização, já que antes o pacto se dava entre o Estado e a União e, neste contexto atual, passa a incluir o município, pois no § 9o do artigo 19, ela institui que a primeira pactuação de prioridades e metas se dará para Estados e DF no exercício de 2015, com vigência para o quadriênio de 2016/2019; e para municípios no exercício de 2013, com vigência para o quadriênio de 2014/2017.

E, igualmente, o artigo 23 da NOB-2012, estabelece que o Pacto de Aprimoramento do SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A periodicidade de elaboração do Pacto será quadrienal, com o acompanhamento e a revisão anual das prioridades e metas estabelecidas. O pacto de aprimoramento e gestão introduziu na agenda política do SUAS uma nova lógica: adesão, planejamento e aprimoramento da gestão, revisão de metas nacionais, regionais, locais. Outra mudança importante é relativa ao nível gestão, pois, conforme Albuquerque,

> "A elaboração do Pacto compreendera a definição de indicadores; definição de níveis de gestão; fixação de prioridade e metas de aprimoramento da gestão, dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais; planejamento para o alcance de metas pactuadas; e adoção de mecanismos de acompanha- mento e avaliação. Nessa nova logica, municípios, estados e DF serão agrupados por níveis de gestão em consonância com o seu respectivo estagio de organização no SUAS. Os níveis de gestão corresponderão à escala de aprimoramento, na qual a base representa os níveis iniciais de implantação do SUAS e o ápice os mais avançados". (2012; p 99).

Estas são apenas algumas das mudanças imprimidas pela NOB-SUAS 2012, instrumento normativo constituído, segundo Albuquerque (2012) "[...] de um intenso processo de construção democrática, republicana e coletiva".

E sãos esses os novos tempos, os novos caminhos abertos ao Serviço Social, a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social. Nessa nova realidade estão trabalhadores sociais inseridos em âmbitos institucionais públicos e privados, executando sua prática em ações como planejamento, consultoria, assessoria, implementação e avaliação de políticas sociais[28].

[28] [28]"Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais". (IAMAMOTO : 2009; p 4).

O Brasil tem 5.564 municípios e se for considerado que todos possuem obrigatoriamente a Politica de Assistência Social, e também que todos os municípios da Federação firmaram o pacto de aprimoramento com o Sistema Único de Assistência Social, constata-se que estas são áreas predominantes de empregabilidade do assistente social que se expandiram e criaram uma Nova Era para o Serviço Social.

De 2016 a 2018, tanto a política de assistência social quanto o Sistema Único de Assistência Social – SUAS foram impactados pelo processo de desmonte das Politicas Sociais, reformas trabalhistas e previdenciárias, crise política e econômica, congelamento dos gastos públicos e outras questões sociais decorrentes de alterações sociodemográficas e no cenário econômico e político. O ápice desse contexto é o do desmonte do orçamento da Politica da Seguridade Social, na qual a assistência social fazia tripé com a saúde e a previdência.

> "O desmonte do SUAS coloca em risco uma rede de mais de 8 mil CRAS e de 2.500 CREAS; o referenciamento de 30 milhões de famílias; a capacidade instalada com mais de 160 mil vagas para proteção em acolhimento institucional; o atendi- mento diário a milhares de pessoas em situação de risco, com direitos violados; fragiliza a gestão do trabalho de uma rede de mais de 600 mil trabalhadoras/es. O desmonte ameaça e penaliza milhões de brasileiras/os que acessam os benefícios socioassistenciais como direito; as mais de 4,5 milhões de beneficiários do BPC e os mais de 13,7 milhões de famílias do PBF; a população excluída da proteção contributiva, da proteção pelo trabalho, desempregados/as, que vivem a insegurança social". (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS, 2018).

O ano de 2019 e os primeiros meses de 2020 consolidaram uma virada ideológica conservadora nas politicas públicas brasileiras com a mudança da Gestão federal.

> "O esvaziamento da agenda do SUAS no âmbito federal traz de volta o risco do paralelismo e da sobreposição de ações, com retorno a práticas voluntaristas e fragmentadas, contrárias às diretrizes constitucionais da assistência social. (BICHIR e STUCI, p.5; 2020).

A isso somam-se o acirramento de preconceitos e intolerâncias, o contexto de vulnerabilidade extrema de pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres e jovens das famílias pobres, população LGBTQ+, povos tradicionais e povos indígenas, sobretudo negros, e o crescimento da imigração para o Brasil, desafiando a defesa e a garantia de direitos.

O avanço conservador ideológico desmantelou o controle social - as organizações coletivas de ajuda mútua promovendo o individualismo e o desmonte da redes solidárias. As corporações passam a controlar os bens sociais da sociedade, o metabolismo social.

Então, nessa linha do tempo, a pandemia do Covid-19 chega à conjuntura brasileira encontrando problemas conjunturais/estruturais na ausência de uma politica econômica efetiva. Também se configura uma desorganização no enfrentamento à crise com intervenções desastrosas sobre as principais questões oriundas da situação de calamidade.

> "Mesmo a regulamentação recente da renda emergencial integra-se somente de modo parcial e limitado às estruturas do SUAS, gerando, inclusive, efeitos de confusão para a população, seja devido à decisão de não compartilhar o bônus político do pagamento do benefício com os gestores locais, seja por desconhecimento da estrutura do SUAS. (BICHIR e STUCI,p.5; 2020)

Não se identifica uma linha de ação definida para continuidade das ações de proteção social e do Sistema Único da Assistência Social com ausência de protocolos e critérios de foco imprecisos.

O SUAS, no entanto, é um sistema estruturado de assistência social que vem desde o inicio dos anos 2000. E, portanto, cabe lembrar que provisões suplementares e provisórias para famílias em situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, como a renda emergencial, estão definidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como benefícios eventuais que deveriam integrar as garantias do SUAS, o que não se verifica no atual regramento (BICHIR e STUCI, 2020).

A pandemia covid-19 e a crise mundial tornam mais evidente a importância das politicas públicas como meio de solução dos problemas sociais. Ao Estado cabe o papel de garantia do bem-estar social da população, especialmente daqueles mais vulneráveis.

A pandemia mundial covid-19 testou todo limite da economia neoliberal e, por outro lado, obrigou o investimento dos governos em planos de contingência e em sistemas de saúde e assistência social acessíveis. Não é uma crise da saúde ou das politicas sociais – é uma crise de modelo econômico.

4. NOVOS TEMPOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Muita coisa mudou desde a Revolução Industrial, até a atual conjuntura de 2020. O Estado é a única instância a qual podemos nos dirigir nesse momento. É o Estado que tem condições de atendimento da população e das corporações. Só o Estado pode dar o suporte á situação da pandemia da covid-19.

> "O enfrentamento da crise atual é uma excelente oportunidade para consolidar e ampliar estruturas de proteção social que vêm instituídas desde a Constituição de 1988, em diferentes áreas, tanto em termos de proteção universal, como o SUS, como na articulação de universalidade e equidade, olhar para os mais vulneráveis, como no caso do SUAS. O grande desafio é construir ampla coalizão de apoio a essas estruturas, para além de esforços conjunturais, consolidando não só a noção direito à proteção social, mas garantindo investimentos para sua manutenção. (BICHIR e STUCI, p.6, 2020).

A profissão de Serviço Social desde seus primórdios tenta romper com o mero assistencialismo, e caminhou para uma atuação em prol da cidadania, da garantia de direitos e do enfrentamento das desigualdades sociais em defesa dos direitos humanos.

Hoje, o grande desafio para esse profissional, está na redefinição de sua prática, numa sociedade que apresenta um novo desenho de gestão social, e numa mutação do protagonismo da sociedade civil na arena política. E também num mundo que propõe um "novo normal"como conjuntura de vida.

A sociedade trará um novo mundo presente na ação do Assistente Social, que estará avançando em direção ao fortalecimento das lutas em defesa e garantia dos direitos sociais e humanos ?

A profissão assistiu à expansão dos processos organizativos de comunidades urbanas e rurais, em processos de educação popular e movimentos sociais; à formação politica de representantes da sociedade civil nos conselhos de politicas públicas.

Também presenciou emergir o chamado terceiro setor, cuja consequência resultou numa maior visibilidade da filantropia empresarial, e das organizações não governamentais na definição da agenda social, com a revalorização das redes de solidariedade e sociabilidade.

E como o assistente social vai lidar com o atomismo e o darwinismo social que se instalou na sociedade e rachou as vigas-mestras da cidadania e da justiça social?

Esse movimento, do avanço conservador para os trabalhadores sociais, está a exigir um profissional competente, qualificado com atitude, persistência, capacidade, conhecimento, habilidade e, acima de tudo, ética.

Tudo isso poderá definir o perfil do profissional de Serviço Social da realidade contemporânea, pós-pandemia, uma vez que a profissão segue firme, em prol da cidadania, da garantia de direitos e do enfrentamento às desigualdades sociais, em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

O exercício profissional se dá em diversos espaços socio-ocupacionais, com conhecimento das demandas da população beneficiária, e do território onde essas famílias vivem e interagem.

O foco dessa prática é assegurar aos menos favorecidos o acesso às politicas de proteção social não contributivas, às políticas sociais de qualidade e às ofertas de serviços e benefícios socioassistenciais, que são essenciais nas situações de vulnerabilidade social. Isto ocorre num momento difícil da pandemia do novo coronavirus/Covid 19, com impactos profundos, tanto na vida das famílias, quanto na organização da sociedade.

Os/as assistente sociais têm importante papel nesse difícil momento de pandemia, pois são maioria nas áreas das politicas públicas de saúde, assistência e previdência social. Nesse exercício profissional, eles/elas executam o seu dever ético de prestar o atendimento à população, em suas necessidades e direitos, na calamidade e emergência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surgirá outro mundo pós-pandemia? Como ser assistente social nesse novo mundo? Certamente, surgirá. E, será preciso avançar em direção ao fortalecimento das lutas em defesa da vida e da garantia dos direitos sociais e humanos fundamentais. E esse novo mundo trará, também, exigências para que os assistentes sociais demonstrem competência técnica, teórica e política, para qualificação e valorização da categoria, bem assim para resgatar a Seguridade Social para o povo brasileiro.

O novo mundo pós-pandemia se fará num movimento dialético. O Conselho Federal de Serviço Social reconhece que é a Politica Publica de Assistência Social um campo de trabalho prioritário da profissão e que se constitui de aproximadamente 1/3 dos campos de atuação dos assistentes sociais.

Nessa realidade, abre-se também, como espaço importante da atuação do assistente social, a participação nos conselhos da área social – campo este por excelência de debate publica sobre a direção das politicas, financiamento, bem como de controle social de sua execução.

Todos esses espaços se abrem numa perspectiva de trabalho em equipes multiprofissionais, cujos conhecimentos e práticas interdisciplinares se tornam imprescindíveis a uma prática transformadora.

Então, o novo mundo coloca para o Serviço Social exigências para que os assistentes sociais e os demais trabalhadores sociais se aliem em competência técnica, teórica e política, para atuarem sobre esse contexto em busca daquilo que Carlos Drummond de Andrade diz em sua poesia:

" [..] a vida é senha de outra vida nova que envelhece antes de romper o novo".

REFERÊNCIAS

[1] ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. Norma Operacional Básica do Sistema Único do Serviço Social. *In*: Revista Gestão Social. Brasília: FONSEAS, 2012.

[2] BICHIR, R. M.; SIMONI Jr, S.; PEREIRA, G. Sistemas Nacionais de Políticas Públicas e seus efeitos na implementação: o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 35 n° 102/2020.

[3] BRASIL. Constituição. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

[4] BRASIL. LOAS Lei Orgânica da Assistência Social. MPAS. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social,1999.

[5] BRASIL. NOB-SUAS Norma Operacional Básica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS. Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Brasília: 2005.

[6] BRASIL. NOB-SUAS Norma Operacional Básica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS. Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Brasília: 2012.

[7] BRASIL. Politica Nacional de Assistência Social- PNAS.Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome,MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social,SNAS. Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Brasília: 2004

[8] CAMPELO, Maria Teresa. Entrevista. *In:* Revista Gestão Social. Brasília : FONSEAS, 2102.

[9] CFESS. Em questão: atribuições privativas do assistente social. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: 2012.

[10] CHIACHIO, Neiri Bruno. Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos: o caso da assistência social. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006

[11] DOSSE, François. História do estruturalismo. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

[12] FALEIROS, Vicente de Paula. A Politica Social no Estado Capitalista, 2.ed. São Paulo: Cortez. 1982.

[13] GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. *In:* Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

[14] _____. A instrumentalidade do serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

[15] _____. A proposito da instrumentalidade do Serviço Social. *In*: Debates Sociais. Rio de Janeiro: n. 63 e 64, CBCISS & ICSW, 2004.

[16] GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Volume 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[17] GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

[18] HEGEL, G. W. F. Ciencia de la Lógica. 2 vol. 6. ed. Tradução de Augusta e Rodolfo

[19] Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993.

[20] IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo,

[21] Cortez/CELATS, 10 ed., 1995.

[22] _____Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

[23] _____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

[24] MACEDO, Myrtes Aguiar. Reconceituação do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1981.

[25] MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

[26] MARX, Karl. Cartas de Marx a J.Weydemeyer. *In:* IANNI, Octavio, Karl Marx: Sociologia, Coleção Grandes Cientistas, Ática Ed.!984

[27] _____. Introdução a Critica da Economia Politica. *In*: GIANNOTTI, Jose Artur. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Ed.,1978.

[28] NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval. LOMBARDI, José Claudinei. SANFELICE, José Luís. (Orgs.) História e história da educação. 2000.

[29] _____.José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 3. ed. Ampliada, 2001.

[30] _____.Razão, ontologia e práxis. *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 44, 1994.

[31] _____. Transformações societárias e Serviço Social. *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

[32] _____. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

[33] PORTELLI. Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

[34] SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. Em: MORAES, Joaquim de. História do Marxismo no Brasil, volume III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

[35] SPOSATI, Aldaíza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

[36] _____.Assistência Social no Brasil: 1983-1990. São Paulo, Cortez, 1995.

[37] _____O Primeiro Ano do SUAS. *In:* Serviço Social e Sociedade n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

[38] STUCHI Carolina G. A; BICHIR, R. M.; Assistência Social e a Pandemia: Contribuições de uma Política Relegada; Jornal Folha de São Paulo.13 abril 2020 Disponível em : https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-assistencia-social-e-a-pandemia-contribuicoes-de-uma-politica-relegada/

[39] UECE. Universidade Estadual do Ceará. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Ceara 2010

[40] UNIRIO. Universidade do Rio de Janeiro. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: 2009.

[41] VERGARA Eva Maria Bitencourt. O significado da Categoria da Mediação no Serviço Social. Seminário Nacional Estado e Politicas Socais no Brasil. Paraná: UNIVESTE, 2014.

[42] YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e Profissionalidade na Intervenção Social. *In:* Revista de Politicas Publicas do Programa de Pós- Graduação em Politicas Publicas da UFMA. São Luís, UFMA, v.6, n.2, 2002.

_____ A Politica Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social. *In:* Cadernos ABONG n. 11, 1995.

_____As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. *In*: Revista Serviço Social e Sociedade n. 77, São Paulo, Cortez Editora, março 2004.

_____Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez Editora, 2007 (6. ed.)

Capítulo 9

Oficinas Socioeducativas na Saúde Mental: Uma intervenção necessária

Alecsonia Pereira Araújo
Williana do Nascimento Menezes
Rafael Nicolau Carvalho
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tânia Ferreira da Silva

Resumo: O presente estudo é um relato de experiência que tem por objetivo contextualizar as oficinas socioeducativas na atenção à saúde mental, voltadas para as pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, com ênfase na atuação do Serviço Social. Para tanto, foi desenvolvido um projeto de intervenção com a realização de quatro oficinas socioeducativas junto aos usuários de um Complexo Psiquiátrico do município de João Pessoa/PB. As oficinas versaram sobre: (1) Drogas e suas implicações para a saúde; (2) Estratégias de manejo da dependência química; (3) Atuação do Serviço Social no âmbito do complexo; (4) Reforma Psiquiátrica e o cuidado em saúde mental. Deste modo, os resultados demonstraram a importância dessas intervenções para conhecer a realidade a qual os usuários estão inseridos, sobretudo, por envolver o transtorno mental associado ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Conclui-se que a realização das oficinas socioeducativas contribuíram para o fortalecimento dos princípios defendidos pela reforma psiquiátrica.

Palavras-chave: Saúde Mental; Oficinas socioeducativas; Serviço Social; Drogas.

1. INTRODUÇÃO

A luta pelo fim dos manicômios travada pela Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) se arrasta há décadas e ainda enfrenta entraves de ordem econômica, política e cultural. A sociedade ainda exclui as pessoas em sofrimento psíquico ao associar sua condição à periculosidade, principalmente, àquelas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Assim como o louco, os usuários de drogas são estigmatizados evidenciando um processo de desqualificação social. (YASUI, 2010).

Vale destacar que o trajeto da loucura sempre foi polêmico e recebeu várias explicações ao longo da história. No século XVII, os "loucos" eram internados ou trancafiados juntos com os pobres, leprosos e marginais excluídos da sociedade. Já no século XIX, as antigas crenças a respeito da loucura dão espaço à Psiquiatria na busca de uma explicação científica para a loucura. O louco passa a ser observado e seus comportamentos/sintomas classificados e avaliados, definindo a prática médico-psiquiátrica levando à ressignificação do espaço hospitalar como lugar de tratamento. Assim, surgem às práticas hospitalares manicomiais e o papel da psiquiatria passa a ter um reconhecimento científico, colocando a loucura como objeto de conhecimento. (ALVES, 2009).

O internamento manicomial foi por muitas décadas a estrutura clássica de tratamento da loucura e posteriormente alvo de denúncias de maus-tratos contra as pessoas com transtorno mental. (VIEIRA, 2006).

Na década de 1960, na Itália, inicia-se o movimento de desinstitucionalização que tem o objetivo de transformar a vida das pessoas com transtorno mental, buscando uma nova forma de enfrentar o transtorno, desmontando a prática manicomial e proporcionando um novo olhar à saúde mental, tendo em vista que o tratamento manicomial tem um viés burguês que isola a pessoa com transtorno mental de suas relações sociais. (NETTO, 2003).

A experiência de Trieste na Itália, desencadeada por Franco Basaglia, foi Revolucionária no campo da Psiquiatria, uma tentativa bem sucedida de resgate da cidadania das pessoas com transtorno mental e da superação do sistema manicomial.

No caso do Brasil a experiência italiana influenciou a busca pelo processo de reforma psiquiátrica, que teve seu marco a partir da década de 1970. A situação de isolamento e exclusão do indivíduo em sofrimento mental levou a criação do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental que, entre suas ações atuava denunciando as violências e os maus tratos cometidos nas instituições psiquiátricas do país. Este processo, foi a base para o desenvolvimento do Movimento Brasileiro pela Reforma Psiquiátrica (MBRP). "O referido processo desenvolveu-se em direção à proposta de uma Reforma Psiquiátrica, com a discussão do Projeto de Lei n° 3.657/1989, de autoria do Deputado Paulo Delgado (PT/MG)". (DUARTE, 2010, p. 185).

Após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional a proposta de Paulo Delgado foi promulgada sob a forma da Lei n° 10.216, que trata da "Proteção e dos direitos de pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental". Não há dúvidas que esta lei é considerada uma conquista em relação aos direitos das pessoas com transtorno mental, porém, ela se diferencia da proposta originária da PL 3.657/89, quando esta não evidencia a questão da extinção dos manicômios (DUARTE, 2010).

Os CAPS surgem dentro do bojo da Reforma Psiquiátrica se configurando enquanto novas práticas em saúde mental, numa tentativa de reverter à lógica manicomial.

Com o aprofundamento da reforma, observa-se a diversificação dos serviços CAPS, atendendo assim diferentes demandas da saúde mental. Nesse sentido, foram criados: o CAPS infantil para atender as crianças e adolescentes com transtornos mentais graves; o CAPS Álcool e drogas, conhecido como CAPS ad, para o atendimento das pessoas com transtornos mentais relativos ao uso abusivo de drogas. A política de saúde mental passa também a redirecionar o cuidado na atenção aos usuários de drogas.

Sabe-se que, historicamente, que o uso de drogas tem se configurado como um dos maiores problemas da sociedade, além de constituir-se enquanto problema de saúde pública. Cabe ainda destacar que o tema vem sendo associado à criminalidade e práticas antissociais e a oferta de tratamentos inspirados em modelos de exclusão, que vem colocando a população usuária em estado de vulnerabilidade social, deixando-a sem muitas perspectivas de vida (PRATTA, 2009).

Até o final do século XIX e início do século XX o cuidado disponibilizado aos usuários de drogas era baseado no modelo biomédico, centrado na exclusão do convívio social.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental com a finalidade de contextualizar as drogas e a dependência química, a Reforma Psiquiátrica em andamento no Brasil, bem como analisar a atuação do Serviço Social no referido Complexo Psiquiátrico, por meio do desenvolvimento do projeto de intervenção.

A motivação por este estudo surgiu a partir das inquietações dos estagiários de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que durante as observações realizadas durante o período de estágio supervisionado I e II no Complexo Psiquiátrico em João Pessoa/PB, levantou-se a necessidade de ofertar um trabalho socioeducativo juntos aos usuários do complexo.

A partir desta experiência foi possível observar a necessidade de intervir com esse grupo de usuários, prestar orientações por meio de um processo educativo e, assim, contribuir com o debate acerca da dependência química, drogas e saúde mental. Esses usuários, em sua maioria, não têm informações sobre dependência química e drogas, sendo perceptível a necessidade de informá-los sobre a temática.

Neste sentido, foi elaborado e executado um Projeto de intervenção intitulado: "DROGAS, SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL: a complexidade do cuidado no CP em João Pessoa/PB", em que foram realizadas oficinas com o intuito de desenvolver uma compreensão acerca da dependência química e das formas para seu enfrentamento; os cuidados em saúde mental; o uso abusivo de álcool e outras drogas e proporcionar a compreensão acerca da Reforma Psiquiátrica, do Serviço Social e sua atuação no CP.

Os participantes do projeto foram os usuários que apresentavam dependência química e que estavam internos no CP no período de realização das oficinas.

Contamos com a participação de profissionais da instituição e também de convidados, bem como dos estagiários de Serviço Social UFPB, supervisores de campo e docentes.

2. METODOLOGIA

As oficinas foram planejadas de modo a proporcionar uma abordagem crítica sobre os temas escolhidos. Deste modo, utilizou-se uma metodologia de trabalho baseada na perspectiva freiriana, que preza pela construção de um conhecimento pautado no saber popular e na realidade de vida das pessoas.

Assim, para Freire (2001) *apud* Schram e Carvalho (2008) toda ação ou proposta educativa deve prezar uma postura libertadora e problematizadora do conhecimento, que favoreça a emancipação das pessoas ao mesmo tempo em que possibilite a construção crítica da autonomia e a consciência crítica.

Consideraram-se também os princípios da RPB, bem como o projeto Ético-político da profissão de Serviço Social como orientadoras da ação.

Após inúmeros encontros com os usuários nas dependências do CP, junto com eles, foi organizada a distribuição das oficinas por temas de modo a atender suas necessidades e anseios.

Assim, as oficinas foram distribuídas da seguinte forma:

1- Primeira oficina: Drogas e suas implicações para a saúde;

2- Segunda oficina: Estratégias de manejo da dependência química;

3- Terceira oficina: Atuação do Serviço Social no âmbito do complexo;

4- Quarta oficina: Reforma Psiquiátrica e o cuidado em saúde mental.

Cada oficina foi pensada a partir de diferentes momentos: acolhimento dos participantes; preenchimento do questionário sociodemográfico; discussão e debate do tema e avaliação da atividade. Cada encontro contou com a participação de um facilitador/moderador que junto com os usuários construísse um debate sobre a temática. Alguns temas foram trabalhados pelos assistentes sociais convidados e estagiários de Serviço Social que participaram e conduziram as atividades.

Houve também a participação de pessoas que tiveram experiências com as drogas e que hoje fazem um trabalho de promoção à saúde e prevenção ao uso abusivo.

Após cada oficina, a equipe de Serviço Social se reunia para fazer a avaliação da atividade, bem como discutir os principais acontecimentos no desenvolvimento da mesma.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contamos com o total de 158 participantes, nas quatro oficinas realizadas. Em relação ao gênero, 88% dos usuários participantes são do sexo masculino e 12% do feminino. No tocante a faixa etária, 43% tinham entre 21 e 30 anos. Predominando, desta forma, os usuários participantes com até 30 anos de idade e prevalecendo o tempo de internação de até um ano, contando com os períodos de reinternações.

No que se refere a avaliação das atividades 44% dos participantes se disponibilizaram a responder o questionário, destes 62% avaliaram as oficinas como ótima, 30% como boa e 8% como regular.

Em relação à análise qualitativa do processo, destacamos as principais considerações extraídas da experiência em cada oficina, vejamos:

3.1. PRIMEIRA OFICINA: DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE

Com o objetivo de promover abertura para o debate sobre o uso de drogas e seus desdobramentos, realizamos a primeira aproximação buscando estabelecer um diálogo com os participantes de forma educativa e esclarecedora dos problemas advindos do uso abusivo de drogas.

Com base nisso, procurou-se estabelecer uma relação de respeito com os usuários participantes, sem discriminá-los e dando-lhes oportunidade de falar e questionar sobre suas dúvidas e anseios. No segundo momento da discussão, um especialista em drogas coordenou uma breve exposição de modo a esclarecer as questões trazidas pelos usuários.

O principal tema discutido foi a proposta da Redução de Danos (RD), o apoio familiar no tratamento e os danos provocados pelos diferentes tipos de drogas.

Na perspectiva de mudanças no paradigma da saúde mental e particularmente da dependência química, o modelo psicossocial traz a possibilidade dinâmica e abrangente na abordagem das drogas trazendo para além do modelo biológico, aspectos culturais, simbólicos e sociais. Esta abordagem promove a percepção do indivíduo em sua totalidade, não o desvinculando do seu contexto social (PRATTA, 2009). Nesta perspectiva destaca-se a estratégia de RD. Fidalgo, Neto e Silveira (2010, p. 7) definem a RD como:

> A redução de danos é uma estratégia de tratamento da dependência química que pode ser definida como um olhar pragmático para a redução dos prejuízos associados ao consumo de substâncias. Seu espectro de ação vai desde a abordagem do dependente que não deseja reduzir seu consumo (ao qual se pode oferecer um uso com menos riscos associados), passando pelas estratégias para lidar com a redução do consumo, até chegar às formas de lidar com a abstinência. Ao longo de todo esse processo, o foco é a autonomia do paciente, que deve ser buscada, respeitada e ampliada, garantindo, assim, o pleno exercício de sua liberdade individual.

Portanto, a RD trata do manejo seguro de uma variedade de comportamentos de alto risco e dos danos associados a eles. Aplicada ao campo da saúde mental, e principalmente com os usuários de drogas, a RD pressupõe um conjunto de medidas de saúde pública voltadas para minimizar consequências adversas do uso da droga. (QUEIROZ, 2001). Em outras palavras, não pressupõe a abstinência total das drogas, mas a possibilidade de dotar os usuários da capacidade de organizar seu uso para evitar danos maiores.

A discussão foi bastante interessante, considerando o debate promovido com os usuários que puderam ter acesso a conhecimentos sobre outras abordagens na condução do tratamento. O debate foi produtivo também para a equipe de profissionais, pois percebemos o desconhecimento sobre a RD, bem como preconceitos sobre este tipo de abordagem.

3.2. SEGUNDA OFICINA: ESTRATÉGIAS DE MANEJO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Com objetivo de aproximar os participantes do debate sobre a dependência química, a segunda oficina possibilitou o encontro dos usuários internos no CP com o moderador que se apresentou como dependente químico em "reabilitação". Os usuários sentiram-se mais à vontade com o moderador do debate, sabendo que o mesmo vivencia as mesmas dificuldades enfrentadas por eles.

Ficou evidente que os usuários buscaram indagar o colaborador sobre os caminhos trilhados na busca do tratamento e sua efetividade. A questão das "recaídas" e as reinternações foram os temas levantados e discutidos. Os usuários puderam expressar a dificuldade de conduzir o tratamento, a falta de apoio da família e também questionar o espaço onde estavam com práticas ainda pautadas num modelo repressor e biomédico.

Sabe-se que durante o cuidado da dependência química são comuns as situações de recaídas, tendo em vista a complexidade que envolve a reabilitação do usuário. As recaídas estão associadas a uma série de fatores que envolvem as relações sociais dos usuários tais como: "falta de apoio familiar, falta de acompanhamento apropriado, envolvimento com antigos amigos usuários, uso de bebidas alcoólicas, necessidade de aprovação social e frustração diante de situações diversas". (RIGOTTO; GOMES, 2002, p. 103).

A avaliação foi bastante positiva considerando o fato dos próprios usuários quererem conhecer outras formas de abordagem, principalmente aquelas que respeitam suas necessidades e limitações. A oficina induziu uma reflexão sobre as práticas profissionais dentro da instituição e a revisão de algumas posturas com relação à abordagem das pessoas usuárias de drogas.

3.3. TERCEIRA OFICINA: ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO COMPLEXO

Com o objetivo de promover abertura para o debate sobre o Serviço Social e sua atuação no CP, foi estabelecida uma discussão com os usuários sobre as atribuições dos assistentes sociais de modo a aproximar os usuários e suas demandas da equipe de Serviço Social. Vale destacar que essa atividade também teve um papel pedagógico tendo em vista a participação dos estagiários, supervisor de campo e do supervisor acadêmico, presentes na oficina.

Os usuários se interessaram bastante pela temática, fizeram muitos questionamentos bem como interagiam na apresentação. No momento da exposição sobre a prática do assistente social, um usuário relatou que seria interessante que todos os profissionais daquele Complexo Psiquiátrico tivessem conduta acolhedora e de respeito com todos os usuários, tendo em vista a denúncia de práticas autoritárias e repressoras.

A fala deste usuário nos remete à lógica manicomial que é excludente e hegemônica, e que torna o espaço hospitalar como verdadeiro "depósito de excluídos e despossuídos". (DUARTE, 2010, p. 186).

Desta feita, não basta criar novos serviços é necessário também "ter um quadro de profissionais imbuídos de uma postura profissional profundamente distinta do modelo anterior" (FURTADO; ONOCKO-CAMPOS, 2005, p. 113). A Reforma deve-se pautar pela superação integral da lógica manicomial, tanto estrutural quanto das práticas nelas existentes.

De acordo com Bisneto (2011),

> No Movimento de Reforma Psiquiátrica, o assistente social não deve ser apenas o profissional do "cuidado" e da "atenção", mas o técnico que pode desenvolver a crítica à sociedade burguesa e à loucura na sua correlação com o capitalismo. O assistente social não deve apenas se munir de técnicas para atuar na Saúde Mental, mas sim desenvolver metodologias, avançando na análise crítica da sociedade nas suas refrações com a loucura, para daí conceber mediações para intervenção no campo psiquiátrico (BISNETO, 2011, p.61).

Deste modo, a capacitação profissional dos assistentes sociais para atuarem na saúde mental se faz urgente e constante. Mesmo diante dos entraves burocráticos e inseridos numa conjuntura de precarização do trabalho, a atuação do Assistente Social na saúde mental é indispensável para a compreensão das refrações da "questão social" neste espaço. (COLOMBO; CRUZ, 2014).

A oficina colocou pontos importantes para repensar a prática profissional no âmbito institucional a partir dos levantamentos evidenciados pelos usuários. Foi um momento produtivo para os assistentes sociais e estagiários que puderam construir uma possibilidade de compreensão sobre os desafios para o Serviço Social frente às requisições do campo da saúde mental e do MBRP.

3.4 QUARTA OFICINA: REFORMA PSIQUIÁTRICA E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

A oficina teve por objetivo ampliar o debate sobre a Reforma Psiquiátrica de modo a favorecer uma compreensão sobre este processo e o impacto na reestruturação da rede de cuidados. Assim, buscou-se contextualizar o processo de reforma, seus objetivos e preceitos, bem como abordar as novas formas de cuidado a partir dos CAPS, e apresentar a estrutura da rede de saúde mental de João Pessoa, bem como os dispositivos de cuidado da dependência química.

O debate, inicialmente, centrou-se na a história da loucura e a origem do modelo manicomial. Os usuários mostraram-se atentos à temática e participaram ativamente fazendo perguntas.

Em segundo momento discutiu-se as estratégias de desinstitucionalização enfocando o Programa de Volta pra Casa (PVC). Este programa faz parte da estratégia de desinstitucionalização e foi instituído pela Lei nº 10.708/2003 que estabelece o auxílio- reabilitação psicossocial para usuários acometidos de transtornos mentais egressos de internações (BRASIL, 2003).

Juntamente com este programa foi criado os Serviços Residências Terapêuticos (SRT), que fazem parte das estratégias de desinstitucionalização, sendo instituída pela Portaria nº. 246/2005, que destina incentivo financeiro para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos e dá outras providências. (BRASIL, 2005).

Os usuários demonstraram desconhecimento sobre estes serviços e programas, mostrando a fragilidade na construção da rede de cuidados bem como na publicização dos serviços, dificultando assim o acesso da população à rede.

No entanto, apesar da diversificação e ampliação da rede, um estudo realizado por Gomes (2013) na cidade de João Pessoa/Pb, revela as várias dificuldades encontradas nos serviços substitutivos (CAPS) as quais provocam críticas relacionadas à efetivação da proposta da Reforma Psiquiátrica,

> A atualização das práticas manicomiais em serviços abertos constitui o maior exemplo de como a Reforma Psiquiátrica pode reproduzir o ideário Reformista, pois embora os loucos sejam "acompanhados" em serviços alternativos e ou substitutivos, muitas vezes, eles revivem a experiência hospitalar. Ou seja, existem muitos serviços territoriais de referência que funcionam como mini-manicômios, reproduzindo o abandono, a impregnação medicamentosa, a ociosidade, a violência contra os direitos humanos e a exclusão social (GOMES, 2013, p. 167).

Deste modo, a luta pela reforma psiquiátrica é um desafio cotidiano em cada serviço de saúde, pois como sinaliza Amarante (2008) a reforma é um processo social complexo que se expressa em múltiplas dimensões: técnico-assistencial; política, epistemológica e sociocultural.

Percebemos um avanço na dimensão técnico-assistencial, com aumento gradativo da rede de atenção psicossocial, que começou institucionalizada pelos CAPS, SRT e PVC e que agora acabam por agregar e criar novas modalidades de serviços, como SAMU, atenção básica, emergências e rede hospitalar de suporte.

A dimensão jurídico-política foi bastante desenvolvida com a discussão em torno da política de saúde mental, que por sua vez se materializou em mecanismos legais como leis que asseguram o cuidado integral às pessoas com transtorno mental ou que fazem uso abusivo de crack, álcool e outras drogas.

No entanto, faltam investimentos na dimensão sociocultural para a construção de uma nova visão em relação à loucura e ao louco de modo que se possa construir uma cultura de acolhimento e de cuidado.

Portanto, avalia-se como extremamente positiva esta atividade por desenvolver tanto nos usuários como nos profissionais, técnicos e estagiários uma visão sobre os preceitos da reforma, a desconstrução de estigmas e principalmente por socializar informações sobre os dispositivos da rede de saúde mental e os direitos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da realização das oficinas socioeducativas foi possível verificar a importância dessas intervenções para conhecer a realidade a qual os usuários estão inseridos, sobretudo, por envolver o transtorno mental associado ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Nesse sentido, os preceitos da Reforma Psiquiátrica no espaço do CP enfrentam muitas dificuldades de efetivação, prevalecendo assim, práticas manicomiais, que necessitam de uma metodologia de atendimento que requer infraestrutura adequada e recursos humanos capacitados ao atendimento das demandas. Por vezes, os profissionais acabam reproduzindo práticas manicomiais que não são condizentes com a garantia dos direitos.

Durante o ciclo de oficinas, o nível de conhecimento dos usuários acerca da Reforma Psiquiátrica, Serviço Social, drogas, dependência química e saúde mental foram avaliados de forma positiva pelos participantes.

Nesse sentido, constata-se a importância e a necessidade de continuidade de trabalhos educativos, tendo em vista que os usuários se mostraram satisfeitos com o desenvolvimento das atividades.

Vale salientar que atividades socioeducativas desenvolvida no âmbito da instituição com os usuários de drogas são raras e/ou inexistentes, conforme relatos dos usuários.

Assim, pode-se concluir que o "modelo manicomial reformado" apresenta inúmeros desafios para realizar um trabalho emancipatório condizente com os princípios da reforma. Portanto, faz-se necessário maior investimento em políticas públicas e particularmente na saúde mental, que garanta efetivamente proteção aos usuários e acesso aos direitos.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, Carmen Silva. O Serviço Social na Rede de Saúde Mental em Campina Grande/PB: Limites e Possibilidades da Prática Profissional à Luz da Reforma Psiquiátrica Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

[2] AMARANTE, Paulo. Saúde Mental, Desinstitucionalização e Novas Estratégias de Cuidado. In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. GIOVANELA, Lígia. (org). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

[3] BISNETO, José Augusto. Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

[4] BRASIL. Lei nº 10.708 de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Lei%2010>> Acesso em 22 de agosto de 2016.

____ Portaria nº 246/2005. Destina incentivo financeiro para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos e dá outras providências. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/saudemental/portarias/Portaria-GM-MS-246-2005>> Acesso em 15 de setembro de 2015.

[5] COLOMBO, Gabriela Pereira. CRUZ, Valéria de Almeida Flores. A prática do serviço social no campo da saúde mental: avanços e desafios. Torres, 2014. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. de 2016.

[6] DUARTE, Marcos José de O. O Campo da Atenção Psicossocial na Política de Saúde Mental e o Serviço Social – Considerações sobre o Ethos do Cuidado. In: FORTI, V e GUERRA, Y(Org.) Serviço Social: Temas, Textos e Contextos– Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen-Juris Editora, 2010.

[7] FIDALGO, Thiago Marques; NETO, Pedro Mário Pan. SILVEIRA, Dartiu Xavier da Silveira. Abordagem da dependência química Caso Complexo 12 - Vila Santo Antônio. Especialização em saúde da família. Universidade Aberta do SUS. 2010.

[8] FURTADO, Juarez Pereira. ONOCKO-CAMPOS, Rosana. A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Ano 8, v. 1, p.109-122, 2005.

[9] GOMES, Anna Luiza Castro. A Reforma Psiquiátrica no contexto do movimento de luta antimanicomial em João Pessoa - PB. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

[10] NETTO, FuadKyrillos. Reforma psiquiátrica e conceito de esclarecimento: reflexões críticas. In: Revista Mental. Ano I, n. 1. Barbacena, dez. 2003, p. 71-82.

[11] PRATTA, Elisângela Maria Machado. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. nº. 2, v. 25, abr - jun 2009, p. 203-211.

[12] QUEIROZ, I.S. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. In: Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 21, n. 4, p. 2-15, Dec. 2001.

[13] RIGOTO, Simone Demore. GOMES, William B. Contextos de abstinência e de recaída na recuperação da dependência química. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 18, nº 1, 2002, p. 95-106.

[14] SCHRAM, S.C; CARVALHO, M. A. B. O Pensar Educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças, Projeto Desenvolvido na Rede Pública Estadual/Núcleo Regional de Educação/Cascavel/PR, 2008.

[15] VIEIRA, Priscila Piazentini. Reflexões sobre a história da loucura de Michel Foucault. Revista Aulas. Nº. 03, dezembro/2006, p. 1-21.

Capítulo 10

A atuação da DEAM como política pública de enfretamento da violência contra mulher em Ilhéus/Bahia

Emanuela Pereira Correia
João José dos Santos
Kátia Oliveira Pinto
Gilayane Ferreira dos Santos
Dartagnan Plínio Souza Santos

Resumo: A Lei nº 11.340/2006, mas conhecida como Lei Maria da Penha , foi o ponto de partida para criação de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulher e marca um grande avanço na luta dos movimentos sociais feministas. Isto, na Constituição Federal ela tipifica a violência como crime em decorrência de gênero, reconhece cinco tipos de violência que a mulher possa vir a sofrer (psicológica, física, sexual, patrimonial e moral) e estabelece a criação de serviços que trabalhando em rede visam contribuir para salvaguardar a mulher em situação de violência.

Dessa forma, a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) faz parte de um conjunto de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra mulher. Dessa forma, esse trabalho pautou-se no uso da metodologia bibliográfica e documental em analisar a atuação do deam como política pública de enfretamento da violência contra mulher no município de Ilhéus, litoral sul da Bahia.

Palavras-Chave: Lei 11.340/2006. Violência contra mulher. DEAM

1. INTRODUÇÃO

Como já é sabido no Brasil e em alguns país houve um tempo em que ser mulher era algo ligado a inferioridade social, dificuldades de assumir posições na sociedade classificadas até então para homens, estas questões foram se reproduzindo na sociedade de forma cultural que até na contemporaneidade ainda ocorre com frequência resquícios desta forma inadmissível de ação humana para com o outro.

A mulher não nasceu apenas para ser mãe, cuidar de filhos, organizar o lar, cozinhar e servir a família como submissa a uma questão arcaica, e a grosso modo "doentia" por parte de quem têm estes paradigmas descritos anteriormente como natural.

Entretanto, as feministas e outras categorias, simpatizantes conhecedoras da necessidade de humanizar e equalizar os direitos entre homens e mulheres implementaram pela primeira vez no Brasil a experiência de institucionalização das demandas em relação às mulheres em situação de violência com início em 1985 através do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Com a articulação das mulheres por garantia de direitos, participação política e social, reconhecimento da violência e a inserção em diversos espaços, que proporcionou às mulheres tornarem-se sujeitos políticos, escrevendo sua própria história e as dos demais atores sociais.

Seguindo , alguns estudiosos da temática em enfocada, a Constituição da República, a legislação brasileira e os acordos internacionais na área de direitos humanos para mulheres assinados pelo país foi a baliza no processo de redemocratização ao instituir e consolidar avanços relevantes no que tange à ampliação de direitos das mulheres.

Outro sim, pode se afirmar que a ação de preparação de uma política para as mulheres teve início na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no ano de 2007, onde foram reafirmados os acordos gerais e os pressupostos, princípios e diretrizes de uma política que se tornou a linha principal das diferentes ações que integram os planos nacionais criados. A Política Nacional para as Mulheres, segundo descrito em Brasil (2011), possui um caráter permanente e orienta-se pelos princípios de igualdade e respeito à diversidade, bem como equidade, autonomia das mulheres enquanto sujeitos sociais.

Como já comentado ao nível de Brasil, ocorreram outros movimentos a nível Internacional que foi importante para o (empoderamento) do enfrentamento da violência a mulher conforme informações da autora Teles (2007):

a) Direitos humanos que surgiu com a promulgação das declarações de direitos no final do século XVIII, através de movimentos sociais e políticos desenvolvidos tanto na América quanto na França, buscando assim, tornar o indivíduo donos de sua própria vida e questionavam o poder absoluto dos monarcas, os quais decidiam sobre as situações relacionadas a cada indivíduo;

b) Declaração Americana de Virgínia em 1776 e a Declaração Francesa de 1789, que buscavam um novo sentido revolucionário à condição do ser humano;

c) Revolução Francesa em 1789 que provocara o rompimento da jovem burguesia com o absolutismo e, com isto, uma nova classe social emergiu através da apropriação do poder político e econômico. No entanto, "conquistado o poder político, a burguesia deixou de considerar a principal característica dos direitos humanos, que era seu aspecto universal;

d) Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, criada pela revolucionária francesa Olympe de Gouges em oposição ao documento criado no qual garantia apenas os direitos dos homens. Com este novo trunfo, iniciou - se diversas mobilizações femininas, que culminaram na defesa da igualdade de direitos das mulheres com os homens, o acesso à educação e o direito ao divórcio.

e) Em 1948, foi aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamação dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, neste mesmo período foi criado mais um documento, o qual recebeu o nome de Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, onde havia a valorização dos princípios de liberdade, igualdade e propriedade como sendo direitos essenciais ao indivíduo;

f) Em 2006 aprovou-se a Lei nº 11.340, conhecida como a Lei "Maria da Penha", este instrumento legal pode ser considerado uma conquista que obriga o poder público a possuir medidas preventivas e de apoio às mulheres em situação de violência doméstica.

Pois bem, estes tratados, convenções e acordos não podem ser apenas figuras fictícias arquivadas e enterradas no esquecimento da história, tem que perpetuar o objetivo de disseminar estas políticas/acordos para toda sociedade, principalmente implementando e popularizando desde a educação

básica para ter-se a oportunidade de formar sujeitos coesos e conscientes da equidade entre sexo, gênero, etnia e classe social, para, assim, iniciar-se uma nova era onde ninguém possa ser classificado ser competente ou não para assumir determinada área profissional apenas por sua condição de gênero.

Embora esta cultura errônea de ter a mulher como subalterna, conforme a autora Oliveira (2012) em sua monografia de graduação nos diz que a história nos mostra que as instituições tendem a produzir e reproduzir valores e ideias que justifiquem os diversos interesses de grupos dominantes. A democracia grega já reforçava a distinção entre os sexos: destinando o espaço público da polis aos homens e a esfera privada do òikos, às mulheres.

A rua, o mercado, a cidade e a política foram definidas, longinquamente, como espaços masculinos. Paralelamente, se estabelece a divisão entre produção e reprodução, cabendo ao homem o papel de provedor que traz recursos provenientes da esfera pública (polis) para o âmbito doméstico (òikos), espaço destinado às mulheres e voltado à reprodução dos membros da família. Os aspectos biológicos são utilizados para reforçarem o maior envolvimento com a reprodução, pois só a mulher é capaz de gerir, parir e amamentar (no próprio peito) os recém-nascidos. Assim, ao longo da história, as mulheres foram ficando responsáveis pela reprodução diária dos indivíduos dentro da família.

Entretanto, a história a cultura, as ações se alteram no tempo e no espaço, as mulheres não aceitam mais esta imposição da cultura arcaica e segregacionista como normas para as suas vidas e ações na contemporaneidade, assim, lutam, protestam e coloca nas agendas de discussões os seus interesses de categoria, de gênero, de profissionalismo, de sexualidade, de tudo que elas acham que devam ser discutidos com equidade entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

Idêntica afirmava Bonacchi (p.205, 1995), explica que "as necessidades" das mulheres demoraram para ser reconhecidas como direitos individuais e, ao contrário, foram definidos como um limite para a capacidade de cidadania, e os "deveres" das mulheres foram utilizados como razão da sua exclusão em favor dos interesses da comunidade familiar e da diferença dessa mulher em relação aos "iguais"- os homens.

Em 1999 Bourdieu já chamava a atenção em seus escritos para esta questão da dominação feminina, ou seja, a divisão entre os sexos que, ao fazer parte da "ordem das coisas", se inscreve na estrutura objetiva e nos esquemas cognitivos do meio social, fazendo com que percebamos como "natural" a dominação masculina. Seguido por Oliveira 2012, complementando que o movimento feminino sufragista quando reivindicava a participação das mulheres na política, queriam que aquele sujeito considerado biologicamente inferior e incapaz, fosse visto como gênero, etnia e classe, saindo do espaço privado.

Todo este contexto levava junto com essas reivindicações a violência sofrida pelas mulheres, do âmbito privado para o âmbito público. A violência física contra mulher é tipificada pelo art. 129 do Código Penal Brasileiro, com redação determinada pela Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, mudando a pena dos agressores, que antes era penas de socialização como, pagar cestas básicas ou prestar serviço à comunidade, realçando a insignificância a que eram levadas as agressões contra mulheres.

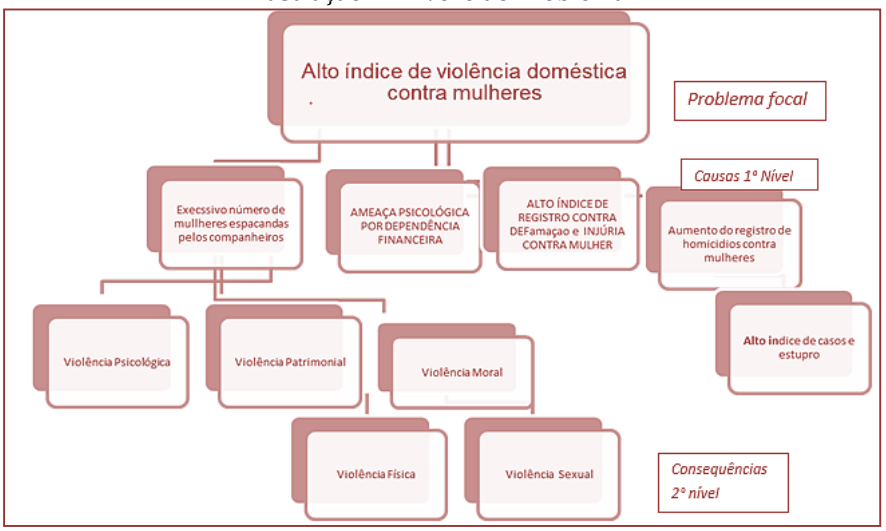
Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral avaliar a atuação DEAM versus a violência doméstica no municipio de Ilhéus. Através da metodologia bibliografica e ánalise documental aborda-se uma avalição da DEAM (Delegacia Especializada em Atendimento à mulher) na cidade de Ilhéus litoral Sul da Bahia, como política pública de enfrentamento da violência contra mulher .

1.1 O PROBLEMA TORNA-SE PÚBLICO

A esfera pública moderna nasce com a burguesia e foi motivada pelo contraste entre a sua enorme importância social e a sua condição de privados de função política. Sendo que a política se tornou uma ferramenta dentro do social. Segundo Arendt (2010), o social coloca a público a manutenção da vida e o Estado tende a ser o regulador da manutenção da família.

Partindo do pensamento de Arendt, é notável na atualidade a atuação do social na função política, ou seja, o Estado regulando atividades, que eram predominantes na esfera do lar. O espaço privado era o espaço da família, era a esfera da casa e aquilo que é comum ao homem. O chefe da família exercia o poder despótico sobre os subordinados (mulher, filhos e escravos). A sobrevivência e a economia pertenciam a esfera privada. A esfera do lar era um lugar em que imperava a violência e a desigualdade.

Ilustração 1: Árvore do Problema



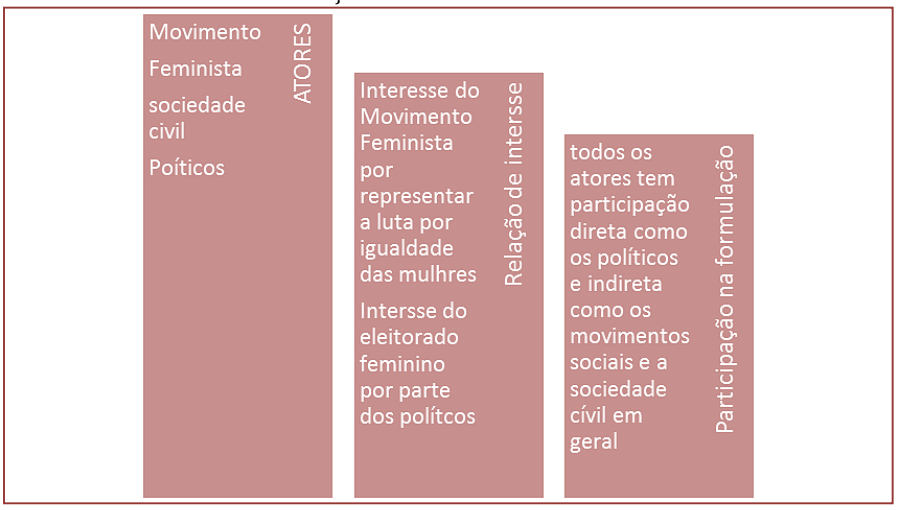
Fonte: Elaborado pelos autores

Arendt (2010), diz que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos utilizado frequentemente à organização doméstica. O uso da violência na esfera do lar era contraria a concepção de vida política, pois ser político era ter a capacidade de convencer pelos argumentos e não pela violência..

O movimento feminista surge como protagonista na luta pelo direito da mulher, principalmente pelo enfrentamento da violência doméstica. O movimento feminista torna-se um movimento significante pois questiona os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, e cobra do Estado um caráter igualitário para todos, questionando o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido, intervindo na intimidade daquilo que é privado e publicizando discussões que eram mantidas em quatro paredes.

Na identificação do problema e no mapeamento dos atores envolvidos com a elaboração dessa política pública, é notório que todos tenham relação com o problema por se tratar de um tema que afeta a esfera do lar e é transferido para espera pública com intervenção estatal.

Ilustração 2: MAPA DE ATORES



Fonte: Elaborado pelos autores

O auto índice de ocorrências de violência doméstica contra mulher, casos de estupros e assassinatos e a publicização dessa violência foram o ponto chave para o fortalecimento dos Movimentos Sociais e para que o enfretamento da violência doméstica entrasse na agenda política e elaboração de política pública.

Com esses autos índices de registro de violência o Estado entra em ação com políticas pública de enfretamento da violência doméstica com o objetivo de inibir a violência contra mulheres e desnaturalizar o machismo.

Ainda assim, o fato de poder responder em liberdade, após o pagamento de fiança, compromete a importância que deveria ser dada às mulheres que denunciam seus companheiros ou maridos, tornando suas histórias como casos corriqueiros como brigas de bar ou de trânsito.

Como está previsto no Art. 129, parágrafo nº 9 do Código Penal Brasileiro, das lesões Corporais (Violência Doméstica):

> Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido a vítima, ou ainda, prevalecendo-se agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. Pena – detenção de 3 (três) meses a 3 (três) anos. Pena com redação, determinada pela Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O que se percebe é que embora exista a legislação conquistada com muito sofrimento e para sua confecção e publicação precisou-se várias mulheres terem derramado sangue, torturadas e assinadas por homens que agiam/agem em nome de uma masculinidade doentia e perversa, estes casos mesmos em andamento em várias instâncias da justiçam, muitas vezes não são consideradas como crime.

Seguindo este raciocínio Bourdieu (1999) diz ainda que mesmo que um indivíduo tenha consciência dos padrões estereotipados, não os abandonará pela simples tomada de consciência destes significados, visto que tais padrões participam do acervo existencial, eles estão incorporados no indivíduo.

Para tanto, será que é preciso o nascimento de uma nova geração com a supressão destes padrões segregacionistas entre sexos, ou será possível, uma implementação de uma educação maciça e conscientizadora da igualdade entre os seres humanos independente de qualquer orientação sexual, cor e classe social?

Ademais, mesmo o tema da igualdade de gênero tenha alcançado notoriedade em período relativamente recente nas discussões sobre Direitos Humanos, nota-se ainda a supremacia do desrespeito de gênero no convívio social. Esta realidade é consequência, principalmente, das ideologias discriminatórias inseridas historicamente nas relações interpessoais. Foucault (1979) afirma que este é um "poder que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder".

Neste sentido, nas palavras de Costa (2009)

> O desenvolvimento de políticas e de práticas de intervenção coordenadas fazem parte de um processo de mudança da intervenção em que se passa de uma acção de protecção individual da vítima para se lidar com a problemática da violência doméstica no seu todo. As parcerias são indicadas como uma abordagem estratégica e como uma prática de intervenção com potencial para gerar mudanças sobre a forma como a violência contra as mulheres é interpretada pelos cidadãos. A finalidade é reduzir a tolerância social face a estas situações implicando mudança no normativo social. (Costa 2009, p. 225).

É neste sentido que vários autores e autoras vem escrevendo e posicionando contra as ações do Estado enquanto agente político que não tomam atitudes enérgicas para minimizar os problemas da Violência a mulher, ou não criam políticas públicas que inibam as ações dos agressões, estes autores/autoras enfrentaram e continuam a enfrentar discordâncias de posições e ações em razão de suas ideologias, um exemplo nítido desta ação foi a pensadora Hannah Arendt, o qual houve um tempo que a sua maneira de escrever foi interpretada como se fosse do lado da masculinidade.

Contudo, hoje, a sua teoria tem sido recrutada como uma fonte poderosa para o movimento político das mulheres, numa perspectiva de autorreflexão articulada por meio das principais questões arendtianas (Jalusic, 2002, p. 108).

Logo, é a atividade humana que compreende a interação entre os homens/mulheres e demanda a iniciativa pessoal de cada um deles que, nesse momento, revelam suas identidades a seus pares. Por isso, a condição humana da ação é a pluralidade: embora todos sejamos humanos e, nesse sentido, os mesmos, ninguém é "exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir" (ARENDT, 1991, p. 16).

As políticas de enfrentamento a violência a mulher demoram um significativo tempo para serem implementadas na sociedade, quem pagou um preço caro foi o público feminino que teve seus sonhos suprimidos e muitas vezes amordaçados pela imposição do sistema do homem/estado que tinha a mulher como o ser humano apenas para reprodução e cuidar das tarefas internas da casa, ou seja, tudo que é público é para o homem exercer e as demandas internas a uma família e residência ficavam a cargo da mulher, conforme posicionamento ideológico desde a Grécia antiga em que

> (...) todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na polis, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – por exemplo, subjugando escravos – e alcançar a liberdade (ARENDT, 1991, p. 40).

A mulher não pode ser vista e analisada apenas como perpetuadora da espécie, a mulher é um ser social, político e detentor de direitos, acima de tudo, é um ser humano que pode e deve exercer todos os cargos inerentes até então aos homens, o público e o privado não pode ser dividido na área do gênero, mas, sim na questão administrativa entre o particular e público, assim, a mulher deve está em evidência por sua competência e não por uma visão estética o qual

> mantidos fora da vista eram os trabalhadores que, com o seu corpo, cuidavam das necessidades físicas da vida, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias, não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era laboriosa, dedicada a funções corporais (ARENDT, 1991, p. 82-83).

. Na visão arendtiano, a esfera privada é entendida como o espaço de satisfação das necessidades e, sendo estas pré-políticas, nesse espaço é admitida a violência, a coerção. Os indivíduos que garantem o funcionamento dessa esfera são as mulheres e os escravos, que trabalham para a satisfação das necessidades vitais do chefe da família, que é o único admitido na esfera pública.

Portanto, estas ações não podem ser admitidas na sociedade do século XXI, onde o feminino e o masculino são detentores dos mesmo direitos, sendo assim, são indivíduos que devem serem respeitados na sua equidade de direitos.

1.2 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A Política pública compreendida como as respostas do Estado às demandas sociais de interesse da coletividade ou ação do Estado implementadas por meio de projetos e ações de governo, voltadas para setores específicos. A política pública de enfretamento da violência contra mulher, é uma ação do Estado destinado a um público específico, na política em questão às mulheres.

A análise de políticas públicas se associa às observações sobre o ciclo da política - o início da observação se dá em descobrir se o problema é mesmo um problema público - diagnosticar o problema, seus antecedentes e as tendências (de agravamento, por exemplo) - definir o objetivo que se busca atingir com a política pública e sua associação com o problema público, a análise impõe a indicação de alternativas e a avaliação se prende aos resultados da política.

Ainda nas palavras do docente Santos (2018) a análise de políticas públicas por se tratar da análise quanto às etapas do ciclo, o processo de definição da agenda compõe a análise do problema (seu diagnóstico) do contexto origem do problema, histórico, contexto social, econômico, político, sociocultural, jurídico, legal da amplitude, quantas e quais pessoas são/serão afetadas/atingidas da intensidade/gravidade do problema (é absoluta ou relativa) da tendência e futuro em relação ao passado do problema (projeções).

> "O que fazer com os números"? É comum a exposição de relatórios com grande quantidade de dados, precisos, estatisticamente sofisticados, porem pobres de analises. Estas se limitam ao que vulgarmente se define como "analise de elevador", restringindo-se a mera constatação das tendências dos dados. A simples constatação dos números permite apenas uma avaliação limitada dos indicadores sociais. Estes podem justamente expressar: proporções de fenômenos sociais e políticos que interferem na dinâmica dos processos sociais;

> as tendências destes fenômenos, principalmente associados com outros processos de natureza político – sociológica (Sibell, 2009, p. 2).

Por outro lado, é preciso saber como se processam e classificam as políticas públicas para tomar a melhor decisão quanto a implementação de determina política, conforme afirmam os autores Rua e Romanini (2013), seguindo este mesmo raciocínio as tipologias de políticas públicas são formas de classificar os atores, estilos e instituições dentro de um processo de políticas públicas.

> Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade ou qualidade de uma variável (SECCHI, 2012, p. 16).

Logo surge a necessidade de verificar as variáveis as quais são impostas pelos governos municipal, estadual e Federal, quanto a política pública que melhor se inseria no enfrentamento da Violência contra a mulher, neste contexto é crucial salientar que com todas as políticas de proteção a mulher em situação de violência ainda existem imensas fragilidades que deixam estas vítimas amordaçadas quando dependem de uma medida protetiva, para garantir sua vida.

Em 1975, foi organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) a I Conferência Internacional da Mulher, acontecida no México. No Brasil em meados da década de 1980, com a redemocratização, o movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como direitos reprodutivos, a sexualidade e o combate à violência contra a mulher. Nesse contexto, o eleitorado feminino ganhou visibilidade perante partidos políticos e seus candidatos que, começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais.

A importância do Movimento feminista para a implementação da política pública de enfrentamento da violência contra mulher, é de fundamental importância na arena política e na colocação do problema violência doméstica na agenda. De acordo Lowi (1964, 1972) são identificadas quatro categorias de políticas públicas: a distributiva, a regulatória, a redistributiva e a constituinte.

Assim, deve-se verificar como se dão os espaços nas arenas propostas por Lowi (1964, 1979), ou seja, cada uma delas em seu espaço e função a POLITICS - POLICY, eis que surgem as suas classificações que irão nortear todo o processo da análise e implementação da política pública, por exemplo:

Política regulatória: "estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados" segundo (SECCHI, 2012, p. 17), se atrelar ao objeto em estudo, percebe-se que se assemelha a uma medida protetiva a mulheres (agredir mulher no Brasil é crime - haja vista, em alguns países esta ação é natural, embora já exista acordos e convenções Internacional proibido este ato).

Política distributiva: diz respeito às decisões tomadas pelo governo "distribuídas" para alguns grupos, não raro deixando de lado o todo, em função da limitação dos recursos, privilegiando, assim, certos grupos sociais ou regiões, pode-se citar como exemplo os créditos financeiros cedidos a mulheres para empreender o seu próprio negócio, contribuindo para o empoderamento da mulher.

Outro exemplo que merece destaque são as emendas parlamentares exclusivas para abrigos de mulheres em situação de violência, é um recurso que está sendo distribuído para contribuir com a redução deste mal que ainda assola o país no século XXI, se a mulher recebe apoio psicológico, econômico e intelectual, terá maiores condições de conquistar sua autonomia e se distanciar do agressor, ou melhor, fazer com que o agressor se distancie da vítima .

Política redistributiva: atinge um maior número de pessoas e podem ser entendidas como políticas sociais "universais", como por exemplo, o sistema tributário, o sistema previdenciário, a reforma agrária . Um exemplo desta política é quando se cobra multas/fianças dos agressores de mulheres, este dinheiro é utilizado para implementar políticas que visem maior segurança a mulher vítima de violência, ou seja, penalizar o agressor financeiramente, em contrapartida ajudar vítimas de que o mesmo contribuiu para este fim.

Políticas constitutivas: lidam com procedimentos, definem competências, regras de disputa política e da elaboração de políticas públicas. "São chamadas *meta-policies*, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas" (SECCHI, 2012).

Um exemplo desta política é a implementação da legislação que obriga os partidos políticos a terem 30% dos seu quadro na chapa eleitoral de mulheres, creio que esta política é modelo nítido de como equiparar os direitos das mulheres aos dos homens, principalmente, quanto a questão " da Rua para os homens, quem pode assumir os cargos públicos e efetuar negócios" enquanto a "Casa para mulheres, restrita a reprodução e os afazeres domésticos".

As políticas distributivas são representadas por uma diversidade de grupos, integrados em coalizões a partir de interesses diversos e diferentes. Nelas, as decisões políticas podem ser disputadas individualmente por cada grupo e refletiriam os resultados das negociações e barganhas políticas desenroladas nos processos decisórios.

Dessa forma, o Estado sofreu pressão por parte dos Movimentos feministas, que tinha como princípios o combate à violência doméstica , a conscientização do mulher e a luta contra o machismo imperante . A lei Maria da Penha promulgada em agosto de 2006, reconheceu a mulher como vítima da violência em decorrência de seu gênero.

No processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulher, o Estado, através da lei Maria da Penha , passa a ser responsável por criminalizar determinados comportamentos no que tange às relações de gênero.

Para que de fato o Estado reconhecesse a mulher como vítima de violência, os movimentos feministas travaram dias luta. As articulações feministas em contribuição com a Lei Maria da Penha, conseguiram um feito único com a promulgação deste instrumento regularizador: permitir que o Estado intervenha em questões até então restritas ao espaço privado, à vida íntima.

Com a sanção da Lei Maria da Penha, foi necessário fazer alterações no código penal. Segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a pena do crime de violência contra a mulher, passa a ser de três meses até três anos de prisão. Além disso, penas alternativas, como pagamento de multas ou cestas básicas, agora ficam proibidas. Com a lei instaurada, cabe ao governo federal, aos estados e municípios salvaguardar os meios para que a denúncia seja feita e também as redes de proteção para esta vítima.

A Lei Maria da Penha em seu artigo 8° propõe a criação de mecanismos que venham dar suporte para que de fato a lei seja efetiva: criação de delegacias especializadas (DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher) com profissionais capacitados neste atendimento. AS DEAM,s como política pública vêm representando um espaço de acolhimento e de prestação de atendimento especializado para as mulheres em situação de violência doméstica.

De acordo com a tipologia das políticas publicas , A politica pública de enfrentamento a violência contra Mulher é considera uma politica emacipatória por ser considerada uma politica direcionada ao empoderamento e autonomia de grupo social vulnerável.

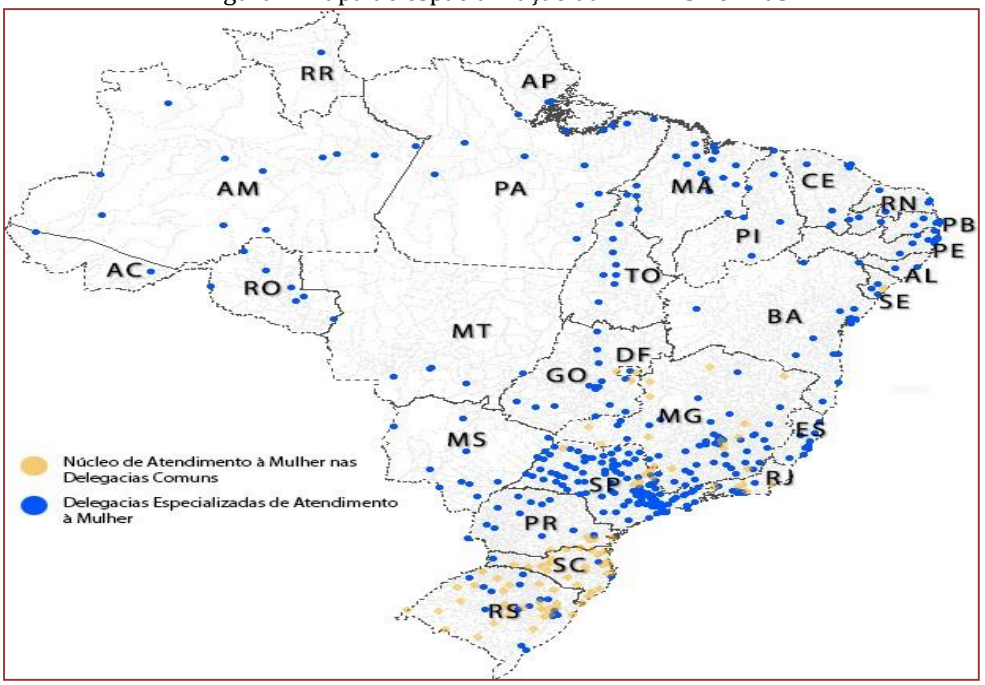
1.3 A ATUAÇÃO DA DEAM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRETAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER EM ILHÉUS /BA

As DEAM's atua como uma política pública incorporada nas políticas de enfretamento da violência doméstica contra mulher. As delegacias especializadas de atendimento à mulher é integrada a rede da polícia civil e são responsáveis por prevenir, apurar, investigar no amparo legal da Lei Maria da Penha, crimes de violência doméstica contra mulher.

Segundo o IPea (2015), a maior concentração das DEAMs e Núcleos de Atendimento à Mulher nas delegacias comuns está na região Sudeste (217), seguida pela região Sul (95), Nordeste (80); Centro-Oeste (67) e Norte (47). O total desses serviços é de 506, sendo 381 Delegacias da Mulher e 125 Núcleos de Atendimento em delegacias comuns. Os municípios que apresentaram os maiores números de delegacias especializadas para atendimento às mulheres foram São Paulo (9 DEAM), Rio de Janeiro (3) e Teresina (3).

F

igura1: Mapa de espacialização da DEAM's no Brasil



Fonte: SPM. Brasília, julho, 2013 Elaboração: Consultoria ONU Mulheres. IPEA(2015)

A violência contra mulher foi um problema que estava relacionado à esfera do lar e se tornou público com a intervenção do Estado através de ações que tem como objetivo inibir a violência doméstica verifica-se que a partir de 2003 houve um crescente número de homicídios contra mulheres que tiveram como autores seus próprios companheiros **.**

Tabela1 : Homicídios de mulheres, por região Brasil. 2003/2013.

UF/ Região	2003	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
NORTE	237	503	112,2	63,8
Bahia	152	421	177,0	73,3
NORDESTE	798	1.546	93,7	49,5
SUDESTE	2.070	1604	-22,5	-13,9
SUL	473	595	25,8	18,5
CENTRO – OESTE	359	514	43,2	62,1
BRASIL	3.937	4.762	21,0	18,4

Fonte: WAISELFISZ, 2016

Dentre as regiões do país, o Estado da Bahia é destaque em homicídios contra mulheres entre o ano de 2003 a 2013 obteve entre 2006 a 2013 o alcance de 73% em relação as outras regiões.

Tabela 2: Registros de ocorrências policiais no Estado da Bahia, ano 2016

Números de registros policiais	Natureza criminal
61.010	Ameaças*
2.738	Estupros**
32.026	Lesão corporal dolosa***
3.057	Tentativas de homicídio
6.309	Homicídios dolosos contra a mulher
18	Feminicídios.

* violência psicológica contra a mulher
** violência sexual*** quando violência é intencional, violência física
Fonte: CDEP 2017

O município de Ilhéus está localizado no Litoral Sul da Bahia e possui uma população estimada, no ano de 2017, de 176.341 habitantes, segundo dados do IBGE (2017), onde, 94.796 pessoas são mulheres, dentro

de suas limitações como cidade interiorana do Estado da Bahia, com problemas de demandas diferentes, como precariedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, habitação, entre outros, apresenta uma rede que visa dar atendimento e "proteção" à mulher.

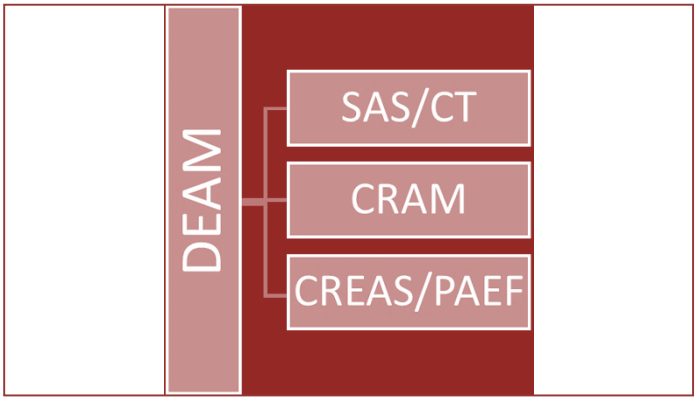
A rede de proteção à mulher no Município de Ilhéus não possui uma malha totalmente especializada, isto porque, para que a rede de proteção seja especializada para combater, prevenir e erradicar crimes desta natureza é necessário que seu atendimento seja específico e exclusivo para mulheres. Como serviços especializados no atendimento à mulher, Ilhéus, apresenta apenas uma DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

A DEAM em Ilhéus está localizada no bairro do malhado , zona norte do município , trabalha juntamente com uma rede de proteção que são instrumentos de responsabilidade da SPM/ BA(Secretaria de Proteção á Mulher), a rede é composta pela prestação de serviço do CREAS/PAEFI – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, através do Núcleo de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos; do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; e do Conselho Tutelar do município em conjunto com a SAS (Secretaria de Assistência Social).

Os serviços de proteção à mulher no Município de Ilhéus trabalham em conjunto, sendo que as articulações se dão através destes serviços especializados e não especializados.

Os serviços especializados são aqueles que estão estruturados para atenderem somente mulheres e seus funcionários "devem" estar treinados para este atendimento. Já os serviços não especializados fazem atendimento à toda população do município e não possuem funcionários treinados para o atendimento de mulheres em situação de violência.

Ilustração 3: Articulações da DEAM com ourtras secretarias para garantia na prestação do atendimento à mulher em Ilhéus.



Fonte:Elaborado pelos autores

No município de Ilhéus, esta união da secretaria de Assistência Social Conselho Tutelar e da rede de proteção à mulher se dá devido ao fato de, por vezes, a mulher em situação de violência ter filhos menores com o agressor. Assim, a DEAM em articulação com o CRAM, CREAS PAEFI, CRAS, Conselho Tutelar, e outros órgaos como Defensoria pública através dos núcleos NAF e NAP e da Faculdade de Ilhéus por meio do atendimento psicológico às mulheres em situação de violência se configura a rede de proteção à mulher em Ilhéus.

1.4 ANÁLISE DESCRITIVA DA ATUAÇÃO DA DEAM VERSUS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ILHÉUS

O objetivo desta análise é buscar entender a oferta de serviços de atendimento à mulher ofertado pelo deam em ilhéus, município do litoral sul da bahia e a demanda por esses serviços por parte da população especifica beneficiária dessa política para tanto utilizaremos como indicadores : registro policial de violência psicológica , violência sexual, violência física, violência moral registrados na deam em Ilhéus .

Tabela 3 : Registros de ocorrências policiais no município de Ilhéus, ano 2016

Números de registros policiais	Natureza criminal
806	Ameaças*
44	Estupros**
497	Lesão corporal dolosa***
18	Tentativas de homicídio
07	Homicídios dolosos contra a mulher

* violência psicológica contra a mulher

** violência sexual

*** quando violência é intencional, violência física Fonte: CDEP 2017

Na tabela acima a CDEP (Coordenação de Documentação e Estatística Policial do Estado da Bahia) fez o levantamento dos registros policiais no Município de Ilhéus, realizados na DEAM e em outras delegacias do munícipio dos registros de ambas delegacias. Observa-se que há 1372 registro de violência doméstica no ano de 2016 , isso após 10 anos de implementação da Lei Maria da Penha e das políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher . Uma demanda relativamente alta para um Município de porte médio.

Tabela 4: Registros de ocorrências policiais pela DEAM no município de Ilhéus, ano 2012 a 2017

REGISTRO	JANEIRO À DEZEMBRO					JANEIRO À ABRIL
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Feminicídio	-	-	-	-	0	0
Homicídio Doloso	0	0	0	0	0	0
Tentativa de Homicídio	0	2	2	8	6	0
Ameaça*	161	658	535	486	657	219
Estupro**	18	67	49	52	31	12
Lesão Corporal Dolosa***	142	402	307	313	373	138
TOTAL	321	1129	893	859	1067	369

*violência psicológica contra a mulher

** violência sexual

*** quando violência é intencional

Fonte: CDEP 2017

A tabela acima deixa claro que as ocorrências em decorrência de ameaça apresentam-se sempre em número bastante relevante aos demais crimes. Mas também, pode-se entender que esta venha ser a porta de entrada para os demais atos de violência, já que a ameaça pode ser compreendida como a forma de violência psicológica, estabelecida no artigo 7° da Lei Maria da Penha . Também é notório que existe um decréscimo nas ocorrências em relação ao ano de 2016 para 2017.

Tabela 5; Registros policiais em delegacias comuns do Município de Ilhéus entre Janeiro a Abril de 2017

	JANEIRO À ABRIL 2017
Feminicídio	1
Homicídio Doloso	1
Tentativa de Homicídio	4
Ameaça*	270
Estupro**	23
Lesão Corporal Dolosa***	181
TOTAL	480

* violência psicológica contra a mulher
** violência sexual
*** quando violência é intencional, violência física
Fonte: CDEP 2017

Mais uma vez, a violência psicológica se destaca como a forma de violência mais atuante na vida de

mulheres que vivem em situação de violência e prestam queixas nas delegacias comuns e não na DEAM. Isso deixa claro falhas na prestação de serviços que compõem a rede de proteção à mulher em situação de violência que abarcam a prestação de informação, visto que a DEAM foi criada para atendar essa demanda de forma especializada .

Os dados obtidos apontam que a violência psicológica foi o tipo de violência mais sofrida por mulheres no município de Ilhéus o que segundo a lei Maria da Penha é a porta de entrada para as demais.

A análise da atuação da DEAM versus a violência doméstica denota a necessidade da implementação dessa política pública no município visto que salienta a importãncias das politicas públicas de enfrenatamento da violência contra mulheres ampliando o acesso do público femino a serviços do Estado formulados pelas três esferas de governo (Federal, estadual e municipal).

A análise geográfica verifica-se que a unidade da DEAM, por sinal única no município , está localizada em uma área que não tem tanto acesso pela população e nem muita divulgação, o que faz com que muitas mulheres vítimas de violência doméstica procure unidades não espelizadas de atendimento a violência doméstica .

Contudo, a atuação de formualção da Politica de enfreantamento por parte do governo Federal vem se expandidndo com a prestação de serviços especializados. Para a especialização dessa política no Município é necessária que o princípio da cidadania , o direito á ter direitos , possa considerar toda diversidade demografica, economica e regional do municicpio de Ilhéus . Contudo , é nótrio que o atendimento especializado para mulheres estão mais abrangentes nas metropoles brasileiras .

Quando analisados a atuação da DEAM em Ilhéus versus violência doméstica , verifica-se que tem um bom alcançe de denúcias pelas beneficiárias do programa , entre as quais destaca-se um alto índice de violência psicológica, o que demostra que o quadro de violência no municipio necessita de intervenção por parte do Estado , através de polítcas públicas.

Para tanto, essa polítca que é nacional e tem viés estadual e municipal tem necessidade de uma avaliação de sua formulação e gestão do atendimento á mulheres no município em que a Delegacia especializada em atendimento à mulher for implantada .

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 11340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, foi um fio condutor pra a formulação de políticas públicas para enfretamento da violência sofrida por mulheres. Um problema que fazia parte da privacidade do lar e tomou proporções públicas com a necessidade de interversões do Estado.

As DEAM's atuam como uma política pública incorporada nas políticas de enfretamento da violência doméstica contra mulher, tem como principal objetivo representar um espaço de acolhimento e de prestação de atendimento especializado para as mulheres em situação de violência doméstica.

Em Ilhéus há apenas uma unidade da DEAM a demanda pelos serviços é relativamente alta em relação ao a demografia do município e cidades circunvizinhas.

Assim, dados sobre violência psicológica, física, sexual indicadores advindos da Deam e Delegacia de polícia comum, mostrou que é necessário reforçar o monitoramento da implementação dessa política no município, afim de garantir informações capazes de avaliar a aplicabilidade dos recursos estatais e a efetividade dessa política pública incorporada em um leque de políticas públicas de enfretamento da violência contra mulher.

REFERÊNCIAS

[1] ARENDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. 403p.

[2] BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina.Trad. Maria Helena Kuhler. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

[3] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Edição de Lívia Céspedes. 44. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

_____. LEI 11.340, de 06 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência

domestica e familiar contra a mulher. VADE MECUM SARAIVA.São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Edição de Lívia Céspedes. 44. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

[4] COSTA, Dália. Privilégios e Direitos: Territórios sem Fronteira na Violência Doméstica? Revista do congresso X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais sociedades desiguais e paradigmas em confronto. p 222-232, 2009.

[5] CRISTIANO , José Guedes da Cunha y Leandro Guedes da Cunha (2009). A lei Maria Da Penha e a violência contra a mulher. No município de Ilhéus, Bahia. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

[6] FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro. Edições Graal Ltda. 1979. SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universid.

[7] GUEDES ,C.J; GUEDES.L.C Cunha (2009). A lei Maria Da Penha e a violência contra a mulher. No município de Ilhéus, Bahia. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

[8] JALUSIC, Vlasta. Between the social and the political: feminism, citizenship and the possibilities of an arendtian perspective in Eastern Europe. The European Journal of Women's Studies, London, 2002, v. 9, n. 2, p. 103-122.

[9] SARACENO, Chiara. A independência construída e a interdependência negada .Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Gabriela (orgs). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da UNESP, 1995, p. 205 – 227.

[10] SANTOS, Ribeiro Carlos. Instrumentos de Avaliação de Políticas Públicas, 2018. Aula ministrada no Curso de Especialização em Planejamento de Cidades na Instituição Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus – Bahia, 2018.

[11] SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

[12] SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

[13] ____. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

[14] SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. Revista Brasileira de Educação, vol. 19, n. 58, jul./set. 2014. Acessado em 26/06/2018.

[15] TELES, M. A. A. Do Silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopodi. São Paulo: União das Mulheres de São Paulo, 2007, p. 143 a 183.

[16] Métodos e Técnicas de Pesquisa de Dados Quantitativos para Avaliação de Políticas Públicas – breves considerações .Prof. Erni J. Seibel1 Professor Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política\s da UFSC e Coordenador do NIPP/Núcleo Interdisciplinar em Políticas Publicas.SC, 2012.

[17] OLIVEIRA, Gleide Pires de. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM ILHÉUS: UM PROBLEMA A SER DISCUTIDO. Monografia de graduação (Licenciatura em História), Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus- Bahia 2012.

[18] IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>. Acesso em: 22/06/2018.

[19] IPEA A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Brasília, 2015. 37p. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5711/1/NT_n13_Intitucionalizacao-politicas-publicas_Diest_2015-mar.pdf ACESSO EM 22/06/2018

Capítulo 11

Assistência à saúde da mulher sob a perspectiva dos familiares: Alguns elementos analíticos

Rafael Nicolau Carvalho
Rafaela Soares de Oliveira
Alecsonia Pereira Araújo
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tânia Ferreira da Silva

Resumo: O presente estudo versa sobre os serviços ofertados pela Unidade de Atenção à Saúde da Mulher (UAM) de um Hospital Universitário em João Pessoa-PB, sob a percepção dos familiares das usuárias. Como metodologia utilizou-se a pesquisa de campo de caráter exploratório, descritiva e de abordagem qualitativa. A amostra foi de 15 familiares que correspondeu a 68% da média mensal dos familiares das usuárias atendidas. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. Os resultados revelaram a importância do serviço prestado pela UAM às usuárias e seus familiares, bem como, os familiares salientaram a urgência de divulgação sistemática do serviço. Conclui-se que, apesar das suas limitações, o serviço realizado pela UAM cumpre um papel específico no que tange ao planejamento familiar à luz dos direitos das mulheres, desse modo devendo ser ampliado e articulado à rede de atenção à saúde.

Palavras-Chave: Planejamento Familiar; Saúde da Mulher; Rede de Atenção à Saúde.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo identificar como os familiares das usuárias percebiam o atendimento oferecido na Unidade de Atenção à Saúde da Mulher (UAM) de um Hospital Universitário (HU) em João Pessoa-PB. O trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS), vinculado ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário realizar uma discussão sobre a construção da política de saúde e a organização dos serviços a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na atenção à saúde da mulher. Para tanto, parte-se da análise da criação de programas específicos como o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a criação da Lei n.º 9.263 que regulamenta o Planejamento Familiar, e, mais recentemente, as redes de atenção à saúde, como um dos meios de concretização dos direitos à saúde e objetivação do acesso e qualidade da atenção à saúde das usuárias atendidas na UAM do HU.

Historicamente, a sociedade constituiu-se pela divisão sexual do trabalho, onde o sexo feminino tornou-se subordinado ao sexo masculino, e os dois ocupavam lugares distintos, o público e o privado. Segundo Fonseca (1999, p.4) [...] "o capitalismo consolidou o trabalho da mulher entre quatro paredes, naturalizando funções como mãe e dona de casa, [...] e tem sido esse o modo de produção [...] na história". Sob essa lógica, no espaço da vida social restringia a mulher ocupar um determinado espaço privado, atribuído pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

Para Fonseca (1999), as relações estabelecidas entre homens e mulheres se configuram por relações de poder, onde cabia ao homem à participação nos espaços públicos e as mulheres o apaziguamento dos conflitos familiares e a maternidade.

Em seus estudos Badinter (1986) *apud* Fonseca (1999) afirma que, o surgimento da família burguesa, impôs ideais à sociedade, onde a mulher exercia a função social de preservar pela manutenção da força de trabalho de seus maridos e o trato maternal com seus filhos/as. Essas atribuições às acompanharam até o chão da fábrica, quando elas precisaram buscar sua subsistência nos espaços de produção.

De acordo com Silva (2014):

> [...] esses fatores foram determinantes para a organização e luta do segmento feminino. As mulheres tinham não só o desejo, mas a necessidade de terem seus direitos reconhecidos pelo Estado e pela sociedade, na qual pudessem ter autonomia para tomar suas próprias decisões sem estarem subordinadas aos homens, participarem da vida política, terem acesso a melhores condições de vida e trabalho, ou seja, um conjunto de fatores essenciais para o seu bem estar e reconhecimento da sua cidadania. (SILVA, 2014, p.31).

Ao passo em que as mulheres avançavam na aquisição de direitos, e a sua inserção no mercado de trabalho, constatou-se uma forte influência do governo americano, para que os países chamados subdesenvolvidos adotassem um método contra a natalidade, desta forma o Brasil poderia receber empréstimos, já que estava vivenciando em 1970 um contexto de crise.

Além dessa campanha de "controle" da natalidade comandada pelos Estados Unidos, surge também a influência da teoria de Malthus, onde a mesma propagava que, seria necessário controlar o ritmo de crescimento populacional para que houvesse o crescimento econômico dos países.

Nessa ocasião, entre 1966 e 1975 surge a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), financiada por entidades internacionais e de interesses nitidamente controlistas com o objetivo de atender a população que estava à procura de métodos contraceptivos, já que não existia uma política pública que ofertasse esses serviços de regulação de fecundação, portanto, instituições como a BENFAM ganharam espaço social. (COELHO, 2000; PEREIRA; ÁVILA, 2016).

No final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 o país atravessa o processo de redemocratização, acompanhado pelas manifestações sociais e sindicais, e também pela Reforma Sanitária. O movimento de mulheres não esteve de fora, as bases para a criação do PAISM estavam inseridas nessa conjuntura.

> [...] As mulheres organizadas reivindicaram, portanto, sua condição de sujeitos de direito, com necessidades que extrapolam o momento da gestação e parto, demandando ações que lhes proporcionassem a melhoria das condições de saúde em todos os ciclos de vida. Ações que contemplassem as particularidades

> dos diferentes grupos populacionais, e as condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, em que estivessem inseridos. (BRASIL, 2011, p.16).

De acordo com Santos (2005), a temática sobre a saúde da mulher prolongou-se nos anos seguintes, o movimento de mulheres permeou espaços acadêmicos e demais movimentos sociais organizados, discutiam-se a respeito do Planejamento Familiar e sobre a necessidade de uma política de âmbito nacional que atendessem de forma integral as mulheres.

Nessa perspectiva, em 1983 é criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde. O mesmo contribuiu para a redefinição da saúde reprodutiva no Brasil, que deixou os antigos modelos com ênfase na gestante, controle da natalidade, para atender a mulher em seus demais ciclos de sua vida. (BRASIL, 2011).

O PAISM seguiu os mesmos princípios do SUS: descentralização, hierarquização, integralidade e a equidade da atenção e as Normas Operacionais Básicas (NOB) editadas nos anos de 1990 propuseram a municipalização das ações e serviços básicos no país, inclusive os serviços de atenção à saúde da mulher por meio da Atenção Básica.

Tratando-se deste marco, o Planejamento Familiar compôs ações em interface com o PAISM, no sentido de garantir democraticamente aos brasileiros a escolha em aumentar ou limitar o número de filhos, a partir de métodos conceptivos ou contraceptivos pelo sistema de saúde público ou privado sob a ótica do direito reprodutivo previsto na constituição.

O Planejamento Familiar em conjunto com o PAISM, caminhou para a efetivação do atendimento sob a perspectiva da integralidade, garantindo aos cidadãos a tomada de decisões conscientes e livre de influências a respeito dos métodos contraceptivos disponíveis.

Nos anos 1990 percebeu-se que este programa sinalizou fragilidades, tais como a sua implantação nos municípios e a fragmentação de ações em saúde para as mulheres, a realidade é que o houve severas mudanças no escopo do Estado neste período, onde o SUS e a implementação de políticas públicas em saúde passaram por incertezas devido as ofensivas do projeto neoliberal em andamento.

No que diz respeito à construção das ações, a assistência à mulher apresentou importantes avanços, principalmente da saúde reprodutiva, no entanto, Santos (2005) afirma,

> [...] Se no primeiro plano diz-se buscar a garantia de atendimento integral, no plano prático ainda se reproduz ações fragmentadas dos programas e campanhas tradicionais, não repercutindo na melhoria do atendimento às mulheres. [...] os programas ainda reproduzem, tal como o sistema de saúde durante toda a nossa história republicana, modelos de assistência à saúde, cujo meio reprodutor é mais autoritário que participativo, mais emergencial que duradouro, mais numérico que qualitativo (SANTOS, 2005, p.7).

Para a ininterrupção com cuidado da saúde da mulher, em 2004 foi elaborado um documento pelo Ministério da Saúde, denominado de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes, o qual reafirmou os princípios e diretrizes do PAISM de 1983, como: descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade de atenção. Este documento passou pela apreciação do Conselho Nacional de Saúde e à Comissão de Saúde da Mulher (CISMU) e ganhou legitimidade por parte de alguns setores da sociedade e pelas instâncias de controle social do SUS. (BRASIL, 2011).

Neste contexto, o incentivo à sistematização e integralização das redes de atenção à saúde nos sistemas municipais e também estaduais de saúde, passou a ter maior ênfase e/ou destaque a partir do final da década de 1990, alcançando sua consolidação normativa por meio da publicação da Portaria GM de nº 4. 279 de dezembro de 2010. Esta portaria estabelece os direcionamentos a fim de controlar a sistematização e organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do SUS. As RAS são denominadas como arranjos organizacionais e/ou organizativos dotados de ações e serviços de saúde de diversas densidades de cunho tecnológico que, uma vez integradas através de sistemas de apoio e suporte de natureza, técnica, logística e de gestão, objetivam assegurar o cuidado integralizado. (BRASIL, 2014).

Dentre as redes implantadas destaca-se a Rede Cegonha que configura ações de saúde da mulher.

O objetivo da Rede Cegonha é o de promover a ampliação e qualificação do acesso às ações de planejamento reprodutivo, inclusive pré-natal, parto, nascimento e puerpério, além do cuidado da criança até os 2 anos de idade. Em se tratando da atenção básica “os planos de ação da Rede Cegonha contemplam

ações voltadas para o planejamento reprodutivo, pré-natal, puerpério e saúde da criança" (BRASIL, 2014, p. 38).

A partir do exposto, pode-se compreender que as ações executadas pela Rede Cegonha na Atenção Básica objetiva qualificar os cuidados oferecidos às mulheres gestantes, bem como também às mulheres em fase de puerpério. Ademais, visa também à efetivação do planejamento reprodutivo e atribuição de atenção e cuidados qualificados para crianças de até dois anos de idade, procurando assim, realizar a ampliação da capacidade de cuidado integralizado às mulheres e de tornar possível o fortalecimento da Atenção Básica.

Atualmente, assistência ao planejamento familiar é ofertada pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas Unidades Mistas, ou seja, pela atenção primária a saúde (MACHADO et al, 2013).

Portanto, a perspectiva que norteia a presente análise articula o enfoque de gênero com o cuidado integral à saúde das mulheres, que as contemple dentro e fora do período maternal. Procurou-se analisar a organização destes serviços no SUS e quais as ações em saúde são desenvolvidas na UAM do HU, *lócus* da pesquisa e sua relação com os demais serviços da rede, situando a importância do planejamento familiar.

2. METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido no período entre junho de 2015 e agosto de 2016, no HU, onde foi possível identificar o interesse/demanda pelo programa de Planejamento Familiar por parte dos familiares dos usuários na UAM. Posteriormente, identificaram-se, ainda de forma empírica, limitações na prestação dos cuidados destinados aos usuários e seus familiares, como insatisfação dos usuários pós-atendimento, as reclamações encontravam-se no âmbito da dúvida acerca do atendimento realizado e a ausência de informações e clareza no processo de divulgação das ações do serviço.

Com isso, a pesquisa teve como proposta identificar como os familiares das usuárias percebiam o atendimento na UAM. Nesse sentido, buscou-se traçar o perfil dos familiares entrevistados; identificar a efetividade do atendimento na UAM; conhecer o grau de satisfação dos familiares dos usuários e analisar quais os procedimentos utilizados pela equipe multidisciplinar para orientar, informar e atender os familiares dos usuários da UAM.

Contudo, no presente artigo discute-se apenas a percepção dos familiares sobre o serviço analisado, apontando para questões relativas ao conhecimento da rede, acesso e qualidade do atendimento.

A pesquisa foi realizada no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB), que é localizado no Campus Universitário I da UFPB, no bairro do Castelo Branco, no município de João Pessoa-PB. O mesmo é um hospital-escola vinculado ao Ministério da Educação e que teve sua fundação na década de 1980.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo de caráter exploratório descritivo e de abordagem qualitativa que buscou analisar os fenômenos sociais, cujo método de investigação não se limitou a um conjunto de regras formais de análise externas ao objeto que se pesquisou e sendo assim, adotamos como nosso método de análise o materialismo-histórico-dialético.

A pesquisa teve como universo os familiares das usuárias atendidas na UAM, no entanto, utilizou-se uma média mensal dos atendimentos para compor a amostra que correspondeu a 15 familiares, em que em sua maioria são do sexo masculino, correspondendo a 67%, enquanto as mulheres corresponderam a 33% dos entrevistados. Em um primeiro momento esta informação nos parece coerente, visto que nosso *lócus* de pesquisa é uma UAM, que tem por foco a questão do planejamento familiar, e assim, nada mais natural que contarmos com o casal nesta atividade. No entanto, a essência do dado é mais reveladora do que sua aparência, haja vista, do ponto de vista da discussão de gênero e das mudanças no perfil das famílias na contemporaneidade.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado à entrevista semiestruturada.

Foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aplicados diretamente junto aos sujeitos da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução Nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 12 de dezembro de 2012. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) do HULW com o parecer de n° 1.626.104.

Os dados quantitativos do estudo foram analisados a partir da estatística descrita e os dados qualitativos foram analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Os participantes foram nomeados de Entrevistados (E) e numerados de 1 a 15, conforme a ordem das entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise do material coletado, procurou-se trabalhar as seguintes categorias temáticas: 1) conhecimento sobre o serviço de saúde; 2) acesso ao serviço de saúde; 3) qualidade dos serviços prestados.

3.1. CONHECIMENTOS SOBRE O SERVIÇO DE SAÚDE

Com relação ao conhecimento sobre a rede de saúde, indagaram-se os/as entrevistados/as sobre como as mulheres, em atendimento na UAM, souberam da existência do serviço. Os depoimentos foram organizados em eixos distintos. Uma parcela significativa dos/as entrevistados/as 33,3% afirmou que o conhecimento se deu na própria maternidade do HULW. Outros 26,6% afirmaram ter tomado conhecimento do serviço por meio de profissionais e servidores do próprio hospital. Já outros 20% afirmaram que ficaram sabendo do serviço por meio de parentes e conhecidos. E, por fim, também 20% dos/as entrevistados/as afirmaram que tomaram conhecimento do serviço por meio de um projeto social.

Fica evidente para os/as entrevistados/as que o conhecimento do serviço analisado se dá pelo contato direto com a maternidade do hospital ou por intermédio de terceiros como parentes, conhecidos ou funcionários da instituição. Este fato pode refletir a pouca articulação dos serviços com a atenção básica ou a falta de conhecimento de profissionais e usuários dos serviços existentes na rede.

De acordo com Mendes (2011), um dos elementos que dificulta a capacidade de atendimentos da rede de atenção básica é a falta de conhecimentos dos usuários sobre o funcionamento e lógica da rede de saúde, fazendo com que consumam os serviços de forma inadequada. Podem-se, também, deduzir que essa questão recai na capacidade de diálogo usuário-profissional, visto que nessa relação deveriam ser construídas atividades de educação que sensibilizassem as usuárias a participar das decisões das equipes, como forma de controle social dos serviços locais de saúde.

3.2. ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE

Sobre a forma de acesso ao serviço, os/as entrevistados/as revelam que 66% das marcações deram-se diretamente no próprio hospital, 13,3% por meio da Estratégia Saúde da Família e 20% por intermédio do Serviço Social. Mostra-se assim, que há uma falha na rede de referência e contrarreferência do sistema de saúde, visto que a maioria dos/as entrevistados/as informou ser advindos de demandas espontâneas, apenas recebendo a orientação da ESF que a instituição prestava serviços de planejamento familiar.

Osis (1998) apontou em seus estudos que a maioria dos profissionais das UBS e das equipes de saúde da família afirmou não estar preparados para atuar no planejamento familiar, tendo em vista que, que as capacitações continuam dando ênfase ao ciclo gravídico-puerperal (pré-natal), enquanto o planejamento familiar fica relegado a um plano secundário na atenção básica.

Ainda sobre o dado de acesso, observou-se marcação de consultas realizadas pelo serviço social, porém, de acordo com os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na da Saúde (CFESS, 2010), a falta de conhecimento das competências dos assistentes sociais tem requisitado historicamente ações que não são atribuições do profissional. É o caso das solicitações de marcações de consultas e exames, uma vez que se trata de uma demanda técnico-administrativa e não uma ação profissional do serviço social.

Sobre os motivos que os levaram a procurar os serviços, 80% dos/as entrevistados/as destacaram o controle da natalidade. Dentre os métodos utilizados por aqueles que procuram controlar a natalidade, destacam-se os seguintes: 33% Laqueadura Tubária; 40% Dispositivo intrauterino (DIU) e 7,0% Vasectomia. Outros 20% buscam métodos para engravidar ou aumentar o número familiar.

Uma possível explicação para a incidência da procura de métodos contraceptivos por mulheres de acordo com Duarte (1998, p.126) é que "a maior parte dos métodos contraceptivos está dirigido para o público feminino", a pouca oferta e informação/publicização de métodos para o público masculino implicam na baixa participação masculina no programa de planejamento familiar, uma vez que este programa continua sendo reproduzido na atenção básica, voltado especialmente para o público feminino.

Vale destacar que, a decisão sobre o método contraceptivo deve ser tomada pelo casal, no entanto, faltam incentivos para a participação dos companheiros das usuárias, para que os mesmos possam participar na

tomada de decisão e se conscientizem da necessidade de dividir com suas companheiras responsabilidades no que tange à qualidade de vida e a saúde reprodutiva do casal.

Desta forma, destacamos a fragilidade em nível de atenção primária, onde as equipes da Estratégia de Saúde da Família, não estão preparadas para atender a população que busca o programa de planejamento familiar, e que reflete negativamente em outros níveis de atenção à saúde.

3.3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os/as entrevistados/as qualificaram o atendimento da UAM como "bom". Porém, no decorrer das entrevistas, e direcionando um olhar mais crítico sobre a análise, identificou-se o grau de insatisfação dos mesmos quanto aos serviços prestados às usuárias que acompanhavam no serviço.

Com o intuito de entender mais sobre a avaliação dos familiares acerca da percepção sobre a qualidade dos serviços prestados na UAM, a pesquisa elencou questões sobre os serviços de saúde, o acesso e a qualidade do atendimento.

O serviço foi conceituado como bom (80%), justificado pelo fato dos familiares entrevistados terem tido acesso ao atendimento ou então agendado consulta com o médico especialista. Já aqueles que classificaram o serviço como excelente (20%) alegam que nunca obtiveram um atendimento igual ou aproximado àquele ofertado pela UAM. Os/as entrevistados/as salientaram que a equipe acolhe as usuárias com cordialidade, respeito e objetiva sanar as dúvidas existentes e nesse sentido a UAM se diferencia dos serviços disponibilizados pela ESF e por outros hospitais.

É notório o não reconhecimento da saúde como um direito resguardado pela Constituição Federal de 1988. Esta questão se expressa nas entrevistas quando os familiares classificam o serviço disponibilizado pela UAM-HULW como "bom" ou "excelente" pelo simples fato de seu ente familiar ser atendida. Apesar de o acesso à saúde ser universal e gratuito, e a qualidade dos serviços prestados ser uma prerrogativa, essa não é a realidade vivenciada pelos/as usuários/as no sistema público de saúde. Ou seja, para a população usuária, o fato de se conseguir acesso a um serviço especializado, ou mesmo conseguir a marcação de consultas ou exames específicos com médicos especialistas, já é um motivo para classificação de excelência do serviço.

Ao justificarem suas respostas, observa-se a emergência de duas categorias: os que justificaram a qualidade do atendimento em virtude do acolhimento e atenção com os usuários, correspondendo a 53,3% dos/as entrevistados/as; e os depoimentos que destacaram as orientações e informações fornecidas, representando 46,6% dos/as entrevistados/as como se observa nos depoimentos,

> Prestatividade com os pacientes e familiares (E4).
>
> Minha esposa sempre foi bem atendida (E5).
>
> Informações adequadas, ele foi ouvido e as dúvidas esclarecidas (E1). Orientações, facilidade para o atendimento e informações ao paciente (E2).

Quando indagados se estavam satisfeitos com os serviços prestados, os depoimentos foram unânimes, 100% dos entrevistados afirmaram que estavam satisfeitos com os serviços da UAM. Isto não quer dizer que os serviços não possam ser ampliados e/ou qualificados. Os familiares das usuárias entendem que o serviço é uma importante estratégia e identificam a necessidade de sua ampliação, para que se possa atender mais pessoas e configurar-se, de fato, enquanto universal.

Pode-se sugerir que a satisfação do usuário é advinda da percepção subjetiva que cada indivíduo possui sobre o cuidado que recebeu. O grau de satisfação ou insatisfação pode estar relacionado à relação que o usuário estabelece com o profissional do cuidado, ou aos aspectos da infraestrutura material dos serviços, como instalações, equipamentos e etc. O processo saúde-doença da usuária também será um dos determinantes para a avaliação negativa ou positiva dos serviços. (SILVA & FORMIGLI, 1994).

Vale destacar, que convidados a justificarem a satisfação, 80% dos/as entrevistados/as são satisfeitos pelo simples fato de terem recebido atendimento, e 20% não souberam responder, conforme os depoimentos,

> Minha esposa foi atendida (E4).
>
> Minha filha foi atendida, achei que seria mais difícil conseguir ser atendida (E8).
>
> Foi atendida e recebeu as explicações que precisava no atendimento (E9).

> Ela conseguiu ser atendida (E14).

Indagados como os serviços ofertados pela UAM poderiam contribuir com a saúde das usuárias e familiares, as respostas foram diversificadas demonstrando as diversas dificuldades enfrentadas por estas famílias. Os depoimentos destacam a questão da qualidade de vida relacionando-a ora como a dificuldade de criar os filhos, por motivos diversos, e ora pelo seu oposto, o desejo de se ter um filho. Como apontam os relatos,

> Melhoria em nossa vida, desejamos mais um filho (E4).
>
> Melhoria na qualidade de vida, ela precisa muito realizar essa laqueadura, ela criou 04 filhos sozinha e não deseja outros filhos pela sua condição financeira. Ela já está satisfeita (E5).

Percebe-se que o planejamento familiar pode se dar tanto no sentido dos métodos contraceptivos como também dos conceptivos. Porém, cabe ressaltar que o planejamento familiar não se resume apenas a regulação da fecundidade e assistência a infertilidade. A Lei nº 9.263/96 propõe ações mais abrangentes, como por exemplo, a disponibilidade (e efetividade) de uma rede de serviços que contemple a mulher, o homem ou o casal sob a perspectiva da integralidade da saúde.

O depoimento do entrevistado 5 (E5) revela o segundo grande motivo de contribuição do UAM: a saúde relacionada à questão financeira. Por motivos diversos há a necessidade de adoção de métodos contraceptivos. São fatores emblemáticos como a falta de condições do casal em criar mais um filho, sejam elas financeiras, emocionais, físicas, dentre outras, ou mesmo a necessidade de a mulher trabalhar para contribuir com o provimento da renda familiar. Vejamos os depoimentos,

> Qualidade de vida e na saúde, além da melhoria financeira, não temos como criar mais um filho (E7).
>
> Melhoria na saúde e financeiramente, ela é nova demais, não trabalha, depende de mim, como vai criar outro filho? (E8).
>
> Minha esposa poderá trabalhar sem se preocupar em engravidar, melhoria financeira e na saúde (E13).

O discurso dominante tende a relacionar a pobreza com o quantitativo de pessoas no núcleo familiar, e nesse sentido, vem sendo empreendida uma ofensiva midiática, há pelo menos quarenta anos, no sentido de trabalhar a redução do número de filhos por famílias.

Segundo Brasil (2010), estudos apontam uma acentuada queda na taxa de fecundidade, no entanto, a situação de pobreza e desigualdade se manteve e, mais que isso, se aprofundou, ou seja, o fato de as famílias terem diminuído o número de filhos, não significou uma melhoria na condição de suas vidas, fato este que desmistifica o discurso hegemônico.

É um equívoco correlacionar melhoria nas condições de vida e diminuição nos índices de desigualdade com o controle de natalidade. E mais, é outro equívoco associar o controle da natalidade como sinônimo de planejamento reprodutivo, estas são duas questões complementares, mas não devem ser confundidas.

Na análise acerca da qualidade dos serviços prestados e do nível de satisfação dos familiares das usuárias identificamos pontos positivos, que salientam o planejamento familiar como uma importante ferramenta, necessária de ser ampliada, aprofundada e qualificada.

Porém, levando em consideração os aspectos deste estudo, as ações prestadas no planejamento familiar da UAM-HULW dão-se de forma fragmentada, com frágil articulação entre a rede.

No decorrer da interpretação podemos perceber através de alguns depoimentos dos familiares entrevistados, a necessidade de aumentar o quadro de funcionários e capacitá-los para melhor viabilização do programa de planejamento familiar, uma vez que o mesmo é constituído por um conjunto de atribuições, desde ações educativas até preventivas.

Por fim, outro ponto de suma importância, é a necessidade dos gestores atentarem para a urgência do aprimoramento dos sistemas de referência e contrarreferência, para que se tenha a adoção de ações articuladas entre as redes de atenção à saúde permitindo a população usufruir de seus direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa foi possível identificar, através do olhar próprio dos familiares das usuárias, como estes serviços estão sendo geridos no HULW e como os mesmos estão organizados na estrutura funcional do SUS e demais níveis de atenção à saúde.

No decorrer das leituras e sínteses para análise dos dados obtidos e posterior elaboração deste estudo, percebeu-se que os meios integrantes para viabilização do programa de Planejamento Familiar em consonância com o PNAISM não estão proporcionado às mulheres o exercício de seu direito sexual e reprodutivo. A perspectiva da integralidade também não vem sendo observada, uma vez que os serviços são prestados de forma fragmentada ou até limitada, ou seja, não estão sendo ofertados segundo as normativas legais.

Outro agravante no que diz respeito ao direito e à promoção a saúde, é a falta de incentivos para a efetiva participação dos homens nas ações do planejamento familiar. Isso é perceptível na dificuldade do caráter educativo, onde poucos profissionais são capacitados para orientações quanto aos serviços.

O Planejamento Familiar não se limita ao controle da natalidade através de métodos conceptivos ou contraceptivos; de igual forma, a busca pelo planejamento familiar não se limita à associação com a melhoria das condições financeiras. O programa de Planejamento Familiar deve ser compreendido em uma perspectiva mais ampla, onde cabe salientar a promoção de ações que atendam tanto o homem quanto para mulher.

Ademais, é preciso considerar que os/as entrevistados/das demonstraram satisfação quanto à prestação dos serviços pela UAM às seus familiares. Os mesmos detalharam apenas a necessidade de se aprimorar o serviço e publicizá-lo, divulgando sua estruturação no quadro mais amplo da rede pública de saúde. O objetivo deste aperfeiçoamento é atingir o maior número de pessoas possíveis, tendo em vista que o planejamento familiar é um eixo estratégico na política de saúde. Portanto, tornou-se necessário olhar com atenção para a avaliação extremamente positiva que usuárias e familiares fizeram em relação ao serviço, devemos considerar o perfil desta população, o cenário de pobreza e de negação dos direitos vivenciados por estas pessoas na busca do cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

[1] BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edição revista e actualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

[2] BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Saúde Integral da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/saude-integral-da-mulher >. Acessado em: 03 de outubro de 2016.

____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)

_____ Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. 2ª edição – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

[3] COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; LUCENA, Maria de Fátima Gomes de; SILVA, Ana Tereza de Medeiros. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. In: Rev. Esc. Enferm. USP, v.34, 1. p.3744, mar. 2000.

[4] CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (Versão Preliminar). Brasília: CFESS, mar, 2010.

[5] DUARTE, Graciana Alves. Perspectiva masculina quanto a métodos contraceptivos. In: Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.14, supl.1, p.125-130, 1998.

[6] FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Mulher, direito e saúde: repensando o nexo coesivo. In: Rev.Saúde e Sociedade. São Paulo, v.8, n.2, p.3-32, dez.1999.

[7] MACHADO, Alice da Silva Torres, et al. Adequação das práticas de distribuição de insumos do planejamento familiar no município de Maceió-Al. In: Caderno de Graduação: Ciências Biológicas e da Saúde, v.1, n.3, p.101-110, 2013.

[8] MENDES, E.V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

[9] OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. In: Cadernos de Saúde Pública: Rio de Janeiro, v.14, supl.1, p.25-32, 1998.

[10] PEREIRA, Antônio Luis Correa; ÁVILA, Maria Antonieta Nunes de. Planejamento Familiar no Brasil: Uma Análise Crítica. 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/10841878-Palavras-chave-politicas-publicas-de-saudeplanejamento-familiar-saude-da-mulher.html>. Acesso em: 19 de setembro 2016.

[11] SANTOS, Joselito: Assistência à Saúde da Mulher no Brasil: aspectos de uma luta social. In: Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas: Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. São Luís, 2005. Disponível: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Joselito_Santos236.pdf >. Acesso em: 07 de setembro de 2016.

[12] SILVA, Jéssica Maria dos Santos. Análise acerca da contribuição do planejamento familiar para a melhoria da saúde reprodutiva das usuárias do hospital universitário Lauro Wanderley (HULW). Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2014. 85 f.

[13] SILVA, Ligia Maria V. FORMIGLI, Vera Lúcia A.. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. Cad. Saúde Pública [online]. 1994, vol.10, n.1, pp. 80-91. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000100009&script=sci_abstract&tlng=pt.

Capítulo 12

Da proteção do trabalho da gestante e da lactante pós reforma trabalhista

Renata Reis de Lima

Resumo: O presente artigo é destinado à ponderação dos direitos inerentes à empregada gestante ou lactante, sob o prisma da recente reforma trabalhista, promovida pela Lei nº 13.467/2017, à luz da não discriminação no mercado de trabalho, vide artigo 7º, XVIII da Constituição Federal de 1988. O direito à não discriminação permite uma condição melhor da mulher no mercado de trabalho, além de uma maior proteção à criança recém-nascida, possibilitando a conciliação entre as responsabilidades do trabalho e da família, e adequando-se às exigências da sociedade moderna. Ante à referida proteção constitucional, propõe-se um estudo sobre a eficácia das normas protéticas da gestante e da lactante pós reforma trabalhista, através de um enfoque alinhado com as tendências legislativas nacionais e internacionais neste campo. Ademais, para uma melhor compreensão do assunto, abordou-se uma evolução história e legislativa do trabalho da mulher, os direitos conquistados, em especial os direitos relacionados à gestante e à lactante. Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário o uso do método dedutivo, através da pesquisa bibliográfica, por meio do estudo da doutrina, artigos e jurisprudências.

Palavras-chave: Empregada gestante; Proteção à maternidade; Estabilidade da gestante.

1. INTRODUÇÃO

A maternidade, seja na época da gestação, seja na época já da amamentação, proporciona uma série de modificações na vida da mulher, fazendo com que ela precise de medidas protetivas trabalhistas que a resguardem, a fim de viabilizar tais períodos com a continuidade do labor. Tais medidas protetivas são exigidas desde os primeiros instantes do período gestacional, com os exames pré-natais, passando pelo nascimento da criança e seu acompanhamento durante os primeiros meses de vida, na amamentação. A proteção à maternidade e à infância alçou, por isso, a qualidade de direito social em todo o mundo, protegido por medidas especiais estabelecidas também na Consolidação das Leis do Trabalho.

O caráter social esperado pelas medidas protetivas à mulher gestante fundamenta-se principalmente no interesse da sociedade à defesa da família, de tal modo que se vem buscando, cada vez mais, a conciliação da maternidade e as solicitações dela decorrentes com as suas ocupações profissionais, não só no Brasil, mas em uma tendência de escala mundial.

Contudo, do mesmo modo em que a lei deve proteger a gestante e a lactante, necessita-se combater e evitar a discriminação contra o trabalho da mulher, principalmente em virtude de atribuição relacionada à maternidade, o que pode ser manifestado através das referidas medidas protetivas.

Insta salientar que, em um primeiro momento, a proteção se destina exclusivamente à figura da mãe, sob o argumento de que o eventual desemprego naquele estágio representaria um golpe muito mais duro para ser suportado do que a maioria das outras hipóteses de desemprego. Afinal, apesar de a maternidade ser o período em que os salários auferidos pela mulher são indispensáveis, é também o período em que se tem uma maior dificuldade para conseguir um novo emprego.

Em um segundo momento, entretanto, a proteção é também destinada à criança, visto que este também é diretamente beneficiado pela possibilidade de gozar da presença constante da mãe durante o período de licença, favorecendo a adaptação no seio familiar e possibilitando os diversos cuidados necessários.

Neste sentido, as legislações no direito pátrio e no direito internacional protegem o instituto da maternidade, e não unicamente a gestante, o nascituro ou o recém-nascido, entendendo-o como um complexo que envolve um anexo de estados temporários, todos merecedores de diferenciada atenção.

Ante exposto, este artigo se propõe a explicitar os direitos inerentes à empregada gestante sob o prisma da recente reforma trabalhista, promovida pela Lei nº 13.467/2017[29], na égide da não discriminação no mercado de trabalho, que é regulamentado no artigo 7º, XVIII da Constituição Federal de 1988[30].

É de suma importância a análise dos direitos trabalhistas das mulheres mães, pois este direito constitucional permite uma condição melhor da mulher no mercado de trabalho e uma maior proteção à criança recém-nascida, além de possibilitar a conciliação entre as responsabilidades do trabalho e da família, adequando-se às exigências da sociedade moderna.

Este artigo está organizado em duas seções. Na primeira, temos uma breve análise da proteção do emprego da gestante, enquanto um direito social, e a discriminação. Na segunda seção, serão analisadas medidas protetivas atuais da maternidade no direito pátrio.

Tal estudo se materializada através do método dedutivo, pesquisa bibliográfica, sendo este proveniente do levantamento de dados da doutrina, artigos e jurisprudência.

2. PROTEÇÃO DO EMPREGO DA GESTANTE E A DISCRIMINAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que "todos são iguais perante a lei", sendo que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (art. 5º, *caput* e I). No que se refere ao mercado de trabalho, mais especificamente, a referida questão de igualdade tem sido discutida como pauta dos direitos humanos, requisito indispensável ao regime democrático.

[29] LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

[30] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Afinal, a referida previsão constitucional da igualdade entre homens e mulheres se aplica a diversos aspectos da relação de emprego, como, por exemplo, em relação ao cumprimento de jornada de trabalho igual, à capacidade para trabalhar e celebrar contrato de trabalho e ao recebimento do mesmo salário para trabalho de igual valor.

Neste mesmo sentido, em seu artigo 7º, XX, a Carta Magna também garante a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei". Sob esta premissa é que a nova CLT foi moldada, especialmente em relação aos artigos 373-A[31], 390-B[32] e 390-C[33].

Tais premissas não são exclusivas do direito interno, mas também se faz presente no Direito do Trabalho Internacional, que disponibiliza de algumas normas internacionais que demonstram preocupação especial com as regras de protetivas no mercado de trabalho à mulher. A título de exemplo, a Convenção n. 111 da OIT[34], ratificada pelo Brasil, proíbe a discriminação no emprego ou profissão[35].

Esta Convenção delimita o campo de incidência dos termos "emprego" e "profissão", aponta hipóteses em que ocorre discriminação em matéria de emprego e profissão, estabelece as obrigações dos Estados-membros e indica atos jurídicos que não serão considerados discriminatórios.

Mais especificamente, ainda segundo a Convenção, não são considerados como discriminatórios os (i) atos de exclusão, distinção ou preferência, pautados em qualificações exigidas para um determinado emprego; (ii) assim como as medidas que afetem uma pessoa suspeita (a suspeita há de ser legítima) de envolvimento ou prática de atividades prejudiciais à segurança do Estado, desde que lhe seja garantido o direito de apelar para uma instância competente, segundo a prática nacional; (iii) além de considerar como não discriminatório as medidas especiais de proteção ou de assistência asseguradas em outros instrumentos normativos (Convenções e Recomendações) da OIT.

Nesse contexto, ante as influências do direito internacional do trabalho, e com o intuito de complementar o sistema de proteção a partir de uma intenção de coibir práticas discriminatórias contra a mulher, uma das recentes alterações refere-se ao art. 373-A da nova CLT.

---

[31] Art. 373A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:
I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;
II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;
III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;
IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;
V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;
VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher."

[32] "Art. 390B. As vagas dos cursos de formação de mão-de-obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos."

[33] "Art. 390C. As empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional da mão-de-obra."

[34] CONVENÇÃO Nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem como tema a "Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão", aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 104, de 25/11/1964 – DOU 30/11/1964 – ratificado em 26/11/1965 e promulgado pelo Decreto nº 62.150, 19/01/1968 – DOU 23/01/1968, atualmente vigente no Brasil, suplementada pela Convenção nº 143 – não ratificada pelo Brasil (Decreto Legislativo nº 86, de 14/12/1989 – DOU 15/12/1989).

[35] Para os fins da Convenção n. 111 da OIT, discriminação significa (art. 1º): "a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidades, ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo país –membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados".

Segundo disposto no referido artigo, constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho as disposições que contenham qualquer previsão contrária ao mesmo, em especial se estabelecerem supressão ou redução dos direitos relativos à proibição de práticas discriminatórias em relação à mulher (vide art. 611-B, XXX, também da nova CLT[36]).

Contudo, em que pese as práticas discriminatórias serem expressamente vedadas nos dispositivos normativos do direito interno e do direito internacional, ainda há diferentes tipos de práticas discriminatórias de cunho social, religiosas e históricas no mercado de trabalho.

Pesquisas apontam que perpetuação destas práticas discriminatórias se deve à permanência de uma ideia de que a contratação de mulheres em idade reprodutiva implicaria em aumento de custos para a empresa, maior nível de ausências ao trabalho, além da pouca disponibilidade para cumprir horas extras ou viajar a trabalho.

Discordando deste tipo de posicionamento, ARAÚJO (2007, p. 81) fundamenta bem ao sustentar que uma legislação dotada de carga maior de tutela para as mulheres não deve ser tratada como correspondendo à retirada de direitos dos trabalhadores em geral. Inversamente, no plano de igualdade de direitos, o autor afirma que somente deve ser destinado a uma carga de proteção quem dela necessita para a efetivação do princípio da igualdade.

Contudo, apesar de concordarem com o posicionamento de ARAÚJO (2007, p. 82), BARROS (2010, p. 22) e BOSSA (1998, p. 76) chamam atenção às tais políticas de 'super-protecionismo' da maternidade no mercado de trabalho. Os referidos doutrinadores sustentam que a proteção em demasia podem ter efeito contrário ao pretendido e acabam por representarem a própria restrição dessas mulheres no mercado de trabalho.

Ainda segundo BARROS (2010, p. 23), os motivos de proteção ao trabalho da mulher são conservadores e, ao em vez de protegê-la, entendem que acabam discriminando-a. O autor defende que a CLT preserva uma série de artigos discriminatórios quanto ao trabalho da mulher, que inclusive não seriam compatíveis com o defendido pelo artigo 5º, inciso I, da Carta Magna[37].

Além desta problemática quanto aos efeitos práticos das referidas normas protetivas, como se não bastasse, a jurisprudência nacional demonstra com regularidade que os empregadores burlam tais normas, por motivos diversos, talvez motivados pela falta de maior fiscalização ou mesmo por desconhecimento das proteções existentes.

Entretanto, defendo ser necessário que se combata o discurso habitual de que a proteção legal das mulheres supostamente ensejaria a preferencia patronal pela contratação de homens, com consequente exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Longe disso, a construção percorrida pela legislação (incluindo a nova CLT) representa a evolução da própria sociedade, que ao reconhecer nas mulheres suas particularidades, oferece-lhes o tratamento correspondente com vistas à construção de uma sociedade cada vez mais justa.

2.1. PROTEÇÃO DO EMPREGO DA GESTANTE COMO UM DIREITO SOCIAL

No âmbito do Direito Internacional, os direitos sociais são definidos principalmente por normativas como a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1948[38], e o Pacto Internacional os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966[39].

---

[36] Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: [...]XXX - as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395, 396 e 400 desta Consolidação. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

[37] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[38] A Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, de dezembro de 1948, trata-se do primeiro documento texto jurídico internacional que apresenta um catálogo completo dos direitos humanos. Ela foi aprovada por 48 países, membros das Nações Unidas, tendo oito abstenções, duas ausências, com a inexistência de votos contrários.

[39] Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Entrada em vigor na ordem internacional: 3 de Janeiro de 1976, em conformidade com o artigo 27.º.

Já no âmbito do direito interno brasileiro, tais direitos foram assegurados desde a Constituição Federal da República Brasileira, de 1988, que consagrou como direitos fundamentais em seu artigo 6º, como também em leis infraconstitucionais, a exemplo da nova Consolidação das Leis Trabalhistas.

Tais normativas, sejam de natureza internacional sejam de natureza interna, expõem direitos que objetivam por garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo de seus direitos, e se realizam por meio da atuação estatal, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais. Talvez por este motivo, as premissas relacionadas aos direitos sociais tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizarem em longo prazo.

Neste contexto, os direitos sociais tomaram corpo após a expansão da ideologia e da reflexão antiliberal (BONAVIDES, 2012, p. 48). Afinal, os direitos sociais passaram por uma espécie de ciclo de baixa normatividade, ou que tiveram eficácia duvidosa, em virtude de sua própria natureza de direito que exigem do Estado determinadas prestações materiais nem sempre resgatáveis por exiguidade, carência ou limitação essencial dos meios e recursos.

Destarte, apesar de atenderem às necessidades individuais do ser humano, tais direitos têm nítido caráter social, pois, uma vez não atendidas às necessidades de cada um, seus efeitos recaem sobre toda a sociedade.

Contudo, em que pese se tratar de uma classe de direito amplamente aceito pelos sujeitos de direito internacional, é perceptível a insatisfação de diversas classes ou ramos de diferentes sociedades nos seus direito sociais, justamente por não terem os seus direitos atendidos, ou mesmo por reivindicarem a inclusão de direitos que julgam ser necessários ao grupo. Entre essas diferentes classes, a classe trabalhadora desempenha papel de suma importância na sociedade e têm direitos constitucionalmente garantidos, presentes expressamente no rol dos direitos sociais.

No Brasil, tais direitos sociais estão disponíveis no artigo 6º da CF/88, onde está elencada também a proteção à maternidade, objeto de estudo deste trabalho.

> "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Essa proteção à maternidade se faz inclusa não só neste artigo da Constituição Federal, mas também nos planos de previdência social que, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a maternidade, especialmente à gestante (art. 201, II CF/88[40]), além de também estar prevista na assistência social que será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social (art. 203, I, CF/88[41]).

Mais especificamente, analisando essa qualidade de direito social da proteção à maternidade, MARTINEZ (2013, p. 683) assegura que a lei protege o instituto da "maternidade", e não unicamente a gestante, o nascituro ou o recém-nascido, entendendo-o como um complexo que envolve um conjunto de estados temporários, todos merecedores de diferenciada atenção. Nesta mesma opinião, NASCIMENTO (2010, p. 898) complementa afirmando que tal classificação ocorre por ser interesse da sociedade a defesa da família, motivo pelo qual a mulher merece especial atenção.

Importante esclarecer ainda que, apesar de estar explícito o direito da maternidade entre os direitos sociais, conforme exposto anteriormente, reflita-se em que medida a proteção à maternidade, por força do disposto do parágrafo 1º do artigo 5º da CF/88, tem condição de ser plenamente e integralmente aplicável. Afinal, como se tratam de direitos a prestações, que envolvem um custo especial, discute-se até que ponto os direitos da maternidade são exigíveis e até que ponto não opera eficácia imediata.

Como resposta, a doutrina majoritária (BARROSO, 2011, p.85) entende que o artigo 5º, parágrafo 1º da CF/88 não deve ser interpretada como uma regra, mas sim como um princípio, que garante a máxima efetividade possível. Para a doutrina, o intérprete constitucional deve ter compromisso principalmente com a efetividade da Constituição.

[40] Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: [...] II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

[41] Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

Esta aplicação imediata é o desejável. Contudo, considero utópico concluir que o Estado Brasileiro, no seu atual estágio de evolução, poderia assegurar o pleno exercício dos direitos da maternidade, entre os direitos sociais, a todas as mães.

Para DIDIER (2012, p. 103), a plena e efetiva realização do ordenamento jurídico no plano social depende inclusive de fatores éticos, econômicos e culturais.

Por fim, é um comportamento juridicamente reprovável caso o Poder Público se abstenha de cumprir, total ou parcialmente, o dever de programar políticas públicas em prol da proteção da maternidade, especialmente no período de gestação e de lactação, expressamente definidas no texto constitucional inclusive como normativas de direitos sociais. Tal desrespeito, seja por parte do Poder Público, seja por parte da sociedade, configuraria o real desprezo e o desrespeito à própria Constituição.

2.2. AS MEDIDAS PROTETIVAS DA MATERNIDADE NO DIREITO PÁTRIO

2.2.1. PERSPECTIVA HISTÓRICA

Antes de abordarmos as medidas protetivas da maternidade atualmente vigentes no direito pátrio, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.467/2017, é imperioso destacar a perspectiva histórica que tais direitos foram introduzidos no nosso país, a fim de melhor contextualização[42].

Em um primeiro momento, não havia normas com tratativas especiais quanto ao trabalho da mulher no plano interno da legislação no Brasil. A evolução revelou o surgimento de disposições de proteção depois de um longo período, as quais geraram restrições que, infelizmente, acarretaram em discriminações quanto ao desempenho profissional da mulher[43].

Em função disso, conforme já salientado anteriormente, ante à pressão da sociedade, cada vez mais leis que cuja finalidade era inviabilizar a discriminação quanto ao sexo, foram sendo abordadas e introduzidas no Brasil, cujo principal intuito era estabelecer a igualdade nas relações de trabalho, fomentando o trabalho da mulher.

À época, a proteção especial apenas passa a se justificar nos aspectos realmente diferenciados e peculiares, notadamente quanto ao estado de gestante e maternidade, que são de responsabilidade da sociedade como um todo, não podendo servir de fatores de discriminação contra a mulher.

Mais especificamente, a Constituição de 1934[44] garantia o repouso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, assegurando a instituição de previdência em favor da maternidade (art. 121, § 1º, *h*[45]) e previa serviços de amparo à maternidade (art. 121, § 3º[46]).

Pouco tempo depois, a Constituição de 1937[47] já tinha dispositivos que asseguravam assistência médica e higiênica à gestante, com previsão de repouso antes e depois do parto, inclusive sem prejuízo do salário (art. 137, *l*[48]).

Já na Constituição de 1946[49], garantia-se o direito da gestante a descanso antes e depois do parto, também sem prejuízo do emprego e do salário (art. 157, inciso X[50]), além de assegurar assistência sanitária,

[42] Imperioso destacar que o intuito neste trabalho é abordar a evolução dos direitos trabalhistas de proteção da maternidade. Não será elencado todos os dispositivos normativos referentes à proteção do trabalho da mulher, que não é objeto de estudo central deste trabalho.
[43] Vide exposição do capítulo 1 deste artigo.
[44] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934).
[45] Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: [...] h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;
[46] [...] § 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.
[47] CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937).
[48] Art. 137 - A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos: [...] i) l) assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta, sem prejuízo do salário, um período de repouso antes e depois do parto;
[49] CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

hospitalar e médica à gestante (art. 157, inciso XIV[51]) e prever previdência em favor da maternidade (art. 157, inciso XVI[52]).

A referida medida protetiva também foi introduzida pela Constituição de 1967[53], que garantia o descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário (art. 158, inciso XI[54]), além de prever a previdência social, visando à proteção da maternidade (art. 158, inciso XVI[55]).

Dois anos depois, a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, estabeleceu a garantia o descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário (art. 165, inciso XI[56]), previa a previdência social, visando à proteção da maternidade (art. 165, inciso XVI[57]).

Oportuno destacar que em 07 de novembro de 1974, promulgou-se a Lei nº 6.136, que transferiu à Previdência Social o ônus da licença-maternidade, impedindo que tal encargo financeiro permanecesse com o empregador, para evitar eventual discriminação da mulher no mercado de trabalho.

Finalmente, já na Constituição Federal de 1988, o art. 7.º, no inciso XVIII, assegura o direito de "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias".

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 10, inciso II, *b*, veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa "da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto".

Posteriormente, a Lei Complementar nº 146/2014 acrescentou o referido dispositivo, ao estabelecer que o direito previsto no art. 10, inciso II, alínea *b*, do ADCT deve ser assegurado, nos casos em que ocorrer o falecimento da trabalhadora gestante, a quem detiver a guarda do seu filho[58].

Finalmente, em 13 de julho de 2017 foi promulgada a Lei nº 13.467, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do qual, entre outras premissas, promoveu algumas alterações no Título III da CLT, que trata das normas especiais de tutela do trabalho, especialmente no que abrange regras de proteção à mulher e seu trabalho (Capítulo III – Da Proteção do Trabalho da Mulher).

Mais especificamente, somente os arts. 374, 375, 376, 378, 379, 380 e 387, todos da CLT, foram revogados expressamente. Os demais dispositivos consolidados concernentes à proteção específica do trabalho da

---

[50] Art. 157 - A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores: [...] X - direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;
[51] [...] XIV - assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;
[52] [...]XVI - previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;
[53] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967.
[54] Art. 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social: [...] XI - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;
[55] [...] XVI - previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e, nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;
[56] Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos têrmos da lei, visem à melhoria de sua condição social: [...] XI - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;
[57] [...]XVI - previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprêgo, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;
[58] Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:
I - fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, "caput" e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;
II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:
a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;
b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. (Vide Lei Complementar nº 146, de 2014)
§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.
§ 2º Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.
§ 3º Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

mulher continuam vigentes, por não serem incompatível com a Constituição de 1988, vide posicionamento consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho·.

No que se refere à proteção à maternidade, no interior do Capítulo III do Título III da Consolidação, quatro dispositivos foram afetados pela Lei da Reforma Trabalhista: a) Revogação do parágrafo único do art. 372 da CLT; b) revogação do art. 384 da CLT; c) nova redação para o conjunto do art. 394-A da CLT[59]; d) inserção de novo §2º no art. 396 da CLT[60].

Ante as recentes alterações, vejamos como estão as normativas referentes à proteção do trabalho das gestantes e das lactantes, nos termos que se seguem.

2.3. AFASTAMENTO DE GESTANTES E LACTANTES DE ATIVIDADES INSALUBRES

Após a promulgação da Lei nº 13.467/2017, entre as várias alterações relacionadas à proteção do trabalho da mulher, especialmente no período da maternidade, a primeira inovação se dá no artigo 394-A[61] que – utilizando-se da disposição anteriormente estabelecida pela Lei nº 13.287/2016[62] – tratou de preconizar sobre o afastamento das atividades insalubres da gestante e da lactante, com efeitos diversos em relação ao grau de insalubridade entre elas[63].

Mais especificamente, diferente do regulamentado pela Lei nº 13.287/2016, a Reforma Trabalhista passou a admitir hipóteses em que a gestante e a lactante não serão afastadas obrigatoriamente. Quando a atividade desenvolvida apresentar grau médio e mínimo de insalubridade para a gestante ou em qualquer grau para a lactante, ocorrerá o afastamento apenas mediante recomendação médica. Somente será obrigatório nos casos de grau máximo de insalubridade.

Nestes casos de afastamento, a empregada tem direito à manutenção de sua remuneração, bem como do valor referente ao adicional de insalubridade.

---

[59] Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:
[...] § 2º O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades.
§ 3º A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

[60] Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um. [...] § 2o Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

[61] O artigo está inserido na seção V do Capítulo de Proteção do Trabalho da Mulher referente à proteção da maternidade.

[62] Essa legislação entrou em vigor na data de sua publicação e, portanto, o dispositivo que determinava o afastamento da empregada gestante ou lactante dos locais e atividades insalubres já deveria ser obedecido por todos os empregadores do país.

[63] "Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação. § 1º [...] § 2o Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. § 3o Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento." (NR)

2.4. ESTABILIDADE

O instituto da "estabilidade" tem previsão legal definida pelo artigo 10, II, alínea "b" do ADCT[64], do qual estabelece a estabilidade de acordo com os seus limites, em que começa com a confirmação do estado de gravidez, e termina cinco meses após o parto, independentemente de o contrato ter sido firmado por tempo determinado ou indeterminado prévio, trabalhado ou indenizado (vide lei 11.812/2013).

A referida estabilidade é classificada como provisória, nos termos da Súmula 244, inciso II, do TST, haja vista que "A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade".

Neste sentido, Sergio Pinto Martins afirma que: "A Constituição assegura o emprego à gestante (art. 7.º, XVIII) e não indenização como costumam pedir, na prática, nas ações trabalhistas. Pedindo a empregada apenas indenização, demonstra o seu interesse em não retornar ao emprego, o que revela que não tem direito à garantia de emprego, sendo improcedente seu pedido"[65].

No entanto, oportuno destacar que, de acordo com a segunda parte do inciso II da mencionada Súmula 244, ultrapassado o período de estabilidade, a empregada gestante só tem direito às verbas referentes ao período de estabilidade.

Ademais, o art. 25, parágrafo único, da Lei Complementar 150/2015[66], prevê que a confirmação do estado de gravidez durante o curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT.

Logo, nos termos do art. 7.º, parágrafo único[67], a empregada doméstica também tem direito à estabilidade prevista no art. 10, inciso II, *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, válido até a promulgação da lei complementar a que se refere o art. 7.º, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Também imperioso mencionar a alteração introduzida no art. 10, inciso II, alínea *b*, do ADCT pela Lei Complementar 146/2014, que dispõe que o direito previsto deve ser assegurado, nos casos em que ocorrer o falecimento da trabalhadora gestante, a quem detiver a guarda do seu filho.

Quanto à expressão "confirmação da gravidez", prevista no art. 10, inciso II, do ADCT, insta salientar que o STF, ao decidir a questão, entendeu ser inconstitucional a referida ressalva previsto em norma coletiva, quanto ao direito da empregada gestante[68].

Portanto, o TST alterou a mencionada Orientação Jurisprudencial 88 da SBDI-I (*DJ* 16.04.2004), excluindo a referida ressalva decorrente de acordo coletivo ou convenção coletiva. Já que a referida previsão, mesmo decorrente de norma coletiva negociada coletivamente, limita o exercício do direito à garantia de emprego da gestante, sem a autorização do art. 10, inciso II, *b*, do ADTC.

Nessa linha de posicionamento, atualmente, a Súmula 244, inciso I, tendo incorporado a nova redação da OJ 88, estabelece que:

> "O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, *b*, do ADCT)".

Portanto, pacificou-se o entendimento de que a responsabilidade do empregador no caso, quanto a essa ciência do estado de gravidez, é objetiva.

Atualmente, a discussão que surge, entretanto, refere-se à ausência de ciência pela própria empregada, quanto a seu estado gestacional, no momento da dispensa sem justa causa.

Há quem entenda que, se nem a empregada sabia da gravidez quando da cessação do vínculo de emprego, não seria justo assegurar-lhe o direito à garantia de emprego, inclusive em respeito à boa-fé objetiva no âmbito da relação de emprego.

---

[64] "Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7.º, I, da Constituição: [...] II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: [...] b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto".
[65] MARTINS, Sergio Pinto. *Comentários à CLT*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 314.
[66] dispõe sobre o *contrato de trabalho doméstico*,
[67] com redação dada pela Emenda Constitucional 72/2013.
[68] (STF, Recurso Extraordinário 234.186-3, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 05.06.2001, *DJU* 31.08.2001).

No entanto, interpretando-se a disposição constitucional, verifica-se que o direito surge a partir da "confirmação" da gravidez, o que deve ser interpretado de forma ampla e benéfica à gestante, por se tratar de norma de proteção, inclusive em conformidade com o princípio do *in dubio pro operario*, já estudado anteriormente. Desse modo, entende-se que a referida confirmação significa a existência da gravidez, ou seja, em termos médicos e científicos, o momento inicial da gestação.

De todo modo, se a empregada encontra-se gestante quando da dispensa sem justa causa, mas só vem a tomar ciência desse seu estado no curso do aviso prévio, trabalhado ou mesmo indenizado (pois este é tempo de serviço), entende-se que a garantia de emprego deve ser reconhecida.

A situação acima não se confunde com o estado gestacional que se iniciou no curso do próprio aviso prévio (indenizado ou trabalhado). Neste caso, embora possa existir controvérsia, por já se ter ciência da data de terminação do contrato, *anteriormente*, entendia-se ausente a referida garantia de emprego, da mesma forma como prevê a Súmula 369, inciso V, quanto ao dirigente sindical[69].

Todavia, na atualidade, o Tribunal Superior do Trabalho, em relevante decisão da SBDI-I, entendeu que mesmo no caso da concepção ocorrida no período do aviso prévio indenizado, verifica-se o direito à estabilidade provisória da gestante.

Confirmando essa tendência, a Lei nº 12.812/2013 acrescentou à CLT o art. 391-A, o qual passa a prever que

> "confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias".

Nestes termos, a Súmula 244, inciso III, do TST, dispõe que: "A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea *b*, do ADCT, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado".

2.5. LICENÇA-GESTANTE E SALÁRIO-MATERNIDADE

Em relação à licença-gestante e ao salário-maternidade, duas medidas protetivas de fundamental importância ao direito protecionista da mãe gestante ou lactante, seguem normativas de como ambas se enquadram, na atualidade, no cenário legislativo brasileiro.

A licença-gestante é prevista no art. 7.º, inciso XVIII, da Constituição Federal de 1988, "sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias".

No período respectivo, assegura-se o chamado salário-maternidade, regulamentado pelos arts. 71 a 73 da Lei 8.213/1991 e Decreto 3.048/1999, arts. 93 a 103.

Mais especificamente, a Convenção 103 da OIT[70] estabelece que o caso em que o empregador deve ficar pessoalmente responsável pelo custo das prestações devidas à mulher gestante que emprega (art. IV, 8[71]). A referida previsão tem por objetivo evitar a discriminação na admissão e no ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Oportuno ressaltar que, apesar do nome, o salário-maternidade apresenta natureza previdenciária. Cabe à empresa pagar o salário-maternidade, efetivando-se compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço (art. 72, § 1.º, da Lei 8.213/1991[72]).

---

[69] TST, 4.ª T., RR 774/2008-013-10-00.8, Rel. Min. Barros Levenhagen, *DEJT* 13.11.2009. Em sentido divergente, cf. TST, 3.ª T., RR 2211/2007-202-04-00.9, Rel. Min. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, *DEJT* 27.11.2009.

[70] CONVENÇÃO Nº 103, que tem como tema "Amparo à maternidade (REVISTA ,1952), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 20, de 30/04/1965 – DOU 19/07/1965, ratificado em 18/06/1965, promulgada pelo Decreto nº 58.820, de 14/07/1966, DOU 19/07/1966, vigente no Brasil.

[71] Artigo IV [...] 8. Em hipótese alguma, deve o empregador ser tido como pessoalmente responsável pelo custo das prestações devidas às mulheres que ele emprega.

[72] Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. (Redação Dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) § 1o Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248

Em relação ao referido benefício, o art. 97 do Regulamento da Previdência Social (RPS) prevê que enquanto mantida a qualidade de segurada, na condição de desempregada, nos casos de demissão antes da gravidez, ou, durante a gestação, nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido, situações em que o benefício deve ser pago diretamente pela Previdência Social[73].

Já no que se refere à licença-maternidade, esta é considerada um instituto tipicamente trabalhista, tal como se nota pelo disposto no art. 7.º, inciso XVIII, da CF/1988 e arts. 392 e 392-A da CLT[74].

Mais especificamente, a empregada que não presta serviço no período de licença-maternidade, mas recebe a respectiva remuneração, ainda que sob a forma do mencionado benefício previdenciário, trata-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho.

Posteriormente, o art. 28 do Decreto 99.684/1990 estabelece ser obrigatório o depósito na conta vinculada do FGTS "também nos casos de interrupção do contrato de trabalho prevista em lei", tais como a "licença à gestante" (inciso IV).

Já o art. 18, § 3.º, da Lei 13.301/2016[75], determina que a licença-maternidade prevista no art. 392 da CLT (ou seja, da empregada gestante) deve ser de 180 dias no caso das mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, assegurado, nesse período, o recebimento de salário-maternidade previsto no art. 71 da Lei 8.213/1991[76] (isto é, o salário-maternidade devido à segurada da Previdência Social).

Ainda em relação à licença a maternidade, o art. 392-A da CLT e o art. 71-A da Lei 8.213/1991 (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) defendem o entendimento de que essa disposição, quando presentes os seus requisitos, deve alcançar a empregada (segurada da Previdência Social) que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, na forma[77].

Por conseguinte, a empregada que for mãe de criança acometida por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* tem direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias (na esfera trabalhista) e ao salário-maternidade de cento e oitenta dias (na esfera previdenciária).

---

da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

[73] Art. 97. O salário-maternidade da segurada empregada será devido pela previdência social enquanto existir relação de emprego, observadas as regras quanto ao pagamento desse benefício pela empresa. Parágrafo único. Durante o período de graça a que se refere o art. 13, a segurada desempregada fará jus ao recebimento do salário-maternidade nos casos de demissão antes da gravidez, ou, durante a gestação, nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido, situações em que o benefício será pago diretamente pela previdência social.

[74] "Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. § 1.º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28.º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. § 2.º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico. § 3.º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo. § 4.º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares".

[75] Art. 18. Fará jus ao benefício de prestação continuada temporário, a que se refere o art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, pelo prazo máximo de três anos, na condição de pessoa com deficiência, a criança vítima de microcefalia em decorrência de sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo Aedes aegypti. [...] § 3o A licença-maternidade prevista no art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, será de cento e oitenta dias no caso das mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo Aedes aegypti, assegurado, nesse período, o recebimento de salário-maternidade previsto no art. 71 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.

[76] Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade. Parágrafo único. A segurada especial e a empregada doméstica podem requerer o salário-maternidade até 90 (noventa) dias após o parto.

[77] Art. 71-A. Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias. § 1o O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social. § 2o Ressalvado o pagamento do salário-maternidade à mãe biológica e o disposto no art. 71-B, não poderá ser concedido o benefício a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que os cônjuges ou companheiros estejam submetidos a Regime Próprio de Previdência Social.

Essa previsão aplica-se, no que couber, à segurada especial, contribuinte individual, facultativa e trabalhadora avulsa (art. 18, § 4.º, da Lei 13.301/2016[78]).

Desse modo, as referidas seguradas do Regime Geral de Previdência, embora não sejam empregadas propriamente, quando forem mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, têm direito ao salário-maternidade de 180 dias.

2.5.1. LICENÇA-MATERNIDADE DA MÃE ADOTIVA

A segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção da criança também possui direito ao salário-maternidade, desde a Lei nº 10.421/2002[79], com aplicação de todas as regras em vigor, pertinentes ao salário-maternidade (Lei 8.213/1991, arts. 72 e 73, com redação determinada pelas Leis 9.876/1999 e 10.710/2003).

Trata-se de benefício previdenciário, a ser pago também pelo INSS, o que impede a discriminação na admissão da mulher (art. 7.º, incisos XX e XXX, da CF/1988), o que concretiza o comando do art. 201, inciso II, da Constituição Federal, no sentido de que a previdência social, nos termos da lei, atenderá a "proteção à maternidade".

Quanto aos filhos havidos por adoção, oportuno destacar o disposto pelo art. 227, § 6.º, da Constituição Federal, que estabelece: "Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação"[80].

Afinal, mesmo sendo a empregada a titular do direito à licença-maternidade, e não a criança propriamente, não se pode negar que esta também é diretamente beneficiada pela possibilidade de gozar da presença constante da mãe durante o período do afastamento, favorecendo a adaptação no seio familiar e possibilitando os diversos cuidados necessários. Logo, a igualdade absoluta entre os filhos, determinada pela Carta Magna, ganhou reforço e prestígio com a extensão da referida licença à mãe adotiva.

Seguem as principais recentes mudanças sobre o tema:

> A Lei 12.010/2009, além de dispor sobre adoção, revogou os §§ 1.º a 3.º do art. 392-A da CLT, que estabeleciam diversidade de períodos de licença, conforme a idade da criança.
>
> O art. 71-A da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Lei 12.873/2013, passou a prever que ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 dias.
>
> O art. 71-B da Lei 8.213/1991, acrescentado pela Lei 12.873/2013, no caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício deve ser pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.
>
> O art. 392-A da CLT, com redação determinada pela mesma Lei 12.873/2013, também passou a prever que à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392[81].

---

[78] [...]§ 4o O disposto no § 3o aplica-se, no que couber, à segurada especial, contribuinte individual, facultativa e trabalhadora avulsa.

[79] "Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392 (redação dada pela Lei 12.873/2013). § 1.º (revogado pela Lei 12.010/2009) § 2.º (revogado pela Lei 12.010/2009) § 3.º (revogado pela Lei 12.010/2009) § 4.º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã (incluído pela Lei 10.421/2002). § 5.º A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada (incluído pela Lei 12.873/2013)".

[80] Cf. ainda a Lei 8.069/1990, art. 20.

[81] Esse dispositivo, por sua vez, prevê o direito da empregada gestante à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

> Como transcrito acima, o § 5.º do art. 392-A, acrescentado pela Lei 12.873/2013, passou a estabelecer que a adoção ou guarda judicial conjunta deve ensejar a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
>
> Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono (art. 392-B da CLT, acrescentado pela Lei 12.873/2013).
>
> Por fim, sendo a licença-maternidade nas hipóteses de adoção ou guarda para fins de adoção concedida "nos termos do art. 392", o afastamento em questão é "sem prejuízo do emprego e do salário", configurando-se hipótese de interrupção do contrato de trabalho[82].

Oportuno destacar que, neste caso, não se tratando de gestante, ou seja, da mãe biológica, não há que falar em gravidez, apresentação de atestado médico, nem em períodos antes e posterior ao parto.

2.5.2. PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE

A Lei 11.770/2008 institui o "Programa Empresa Cidadã", destinado a prorrogar por 60 dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal de 1988.

Nestes termos, conforme o art. 3º do Decreto 7.052/2009, as pessoas jurídicas poderão aderir ao Programa Empresa Cidadã, "mediante requerimento dirigido à Secretaria da Receita Federal do Brasil".

Entende-se que o requerimento deve ser apresentado pela empregada ou pelo empregado, nos prazos legais mencionados, ao empregador que seja pessoa jurídica.

O art. 5.º do mesmo diploma legal, com redação alterada pela Lei 13.257/2016, restringe à "pessoa jurídica tributada com base no lucro real" a possibilidade de deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada e do empregado pago nos dias de prorrogação de sua licença-maternidade, sendo vedada a dedução como despesa operacional.

Presentes tais requisitos, a prorrogação da duração da licença-maternidade deve ser concedida, iniciando-se imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, inciso XVIII, da CF/1988. Desse modo, uma vez concedida a prorrogação, a empregada fará jus aos 120 dias de licença-maternidade, mais a prorrogação de 60 dias, somando 180 dias no total.

O art. 2.º da Lei 11.770/2008, por sua vez, autoriza que a Administração Pública (direta, indireta e fundacional) institua programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1.º da referida Lei.

Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada tem direito à remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS); o empregado tem direito à remuneração integral (art. 3º da Lei 11.770/2008, com redação dada pela Lei 13.257/2016).

Assim sendo, pode-se concluir que o período de prorrogação da licença-maternidade também tem natureza de interrupção do contrato de trabalho, pois, embora ausente à prestação de serviços, a remuneração permanece devida.

2.6. INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO

O intervalo para a mulher poder amamentar o seu filho é previsto na norma do art. 396 da CLT[83], disposição de grande relevância para a saúde e o crescimento saudável da criança, tendo em vista a importância do aleitamento materno nos primeiros meses de vida.

[82] MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 269.

[83] "Art. 396. Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um. §1º. Quando o exigir a saúde do

Nem sempre a empregada consegue deixar seu filho no local de trabalho ou nas proximidades, o que dificulta a observância efetiva da norma em destaque. Na prática, é comum conceder os mencionados descansos especiais ao final da jornada de trabalho, retornando para casa a empregada uma hora antes de seu término normal.

Discute-se, ainda, quanto à consequência da não concessão do intervalo para amamentação. Há entendimento de que o intervalo em estudo não é computado na jornada de trabalho, pois assim não estabelece a lei, tornando-se período não remunerado. Nessa linha, a sua inobservância apenas gera infração administrativa.

A corrente diversa tende a ser majoritária e se revela mais adequada, por imprimir à norma maior eficácia, atingindo o seu verdadeiro objetivo.

Assim, considera-se que o tempo durante o qual a empregada tem direito ao descanso, para amamentar o seu filho, deve ser computado na jornada de trabalho, sendo remunerado, sob pena de prejudicar quem trabalha e a própria criança. Defende-se que o caso revela hipótese de interrupção do contrato de trabalho. Tanto é assim que o art. 396, *caput*, da CLT faz referência aos mencionados descansos especiais "durante a jornada de trabalho".

Portanto, deve-se considerar a ausência de concessão do mencionado intervalo como hora extra, a ser remunerada com o adicional de no mínimo 50%.

2.6.1. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INTERVALO

Após a criança completar seis meses de idade, a empregada perderá o direito ao gozo dos intervalos para amamentação. Ocorre que o §1º do dispositivo permite a prorrogação desse período em razão do estado de saúde do filho, desde que autorizado a critério da autoridade competente. Nesse caso, o atestado de um médico particular não permite a prorrogação, somente sendo possível para avaliação de médico pela Previdência Social[84].

2.6.2. ACORDO INDIVIDUAL SOBRE OS HORÁRIOS DE DESCANSO

O §2º do art. 396 da CLT, acrescentado pela Reforma Trabalhista, prevê a possibilidade de ajuste individual entre empregado e empregador, podendo negociar livremente quanto aos horários de descanso.

Entretanto, é importante ressaltar que o referido acordo individual versará apenas sobre a melhora hora de concessão e ainda, a possibilidade excepcional de ser concedido no início ou no fim da jornada para facilitar a vida da mãe que está amamentado e também, para o empregador mais bem organizar o ambiente de trabalho. Não cabe a supressão ou redução do período de intervalo. Afinal, o empregado não pode transacionar sobre direitos indisponíveis. O intervalo com finalidade de amamentação, além de proteger a vida saudável da criança, é norma de saúde e segurança para a própria empregada. Neste caso, tem-se entendido como inválida qualquer tentativa de acordo individual com a finalidade de alterar a natureza remuneratória da parcela e da duração do descanso para amamentação.

Inclusive, a não concessão do referido intervalo obriga o empregado ao pagamento de adicional de, no mínimo, 50% sobre a hora normal, além de o sindicado da categoria profissional dever atuar na tabela dos interesses de seus representados pelo ajuizado de ações coletivas. Caberá, ainda, a aplicação de multa pela fiscalização do trabalho[85].

filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. § 2º Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador."

[84] MARTINS, Sérgio Pinto. *Comentários à CLT*. 18, ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 358.

[85] A infração praticada pelo empregador será comunicada ao Ministério Público do Trabalho, que poderá celebrar TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – com o infrator ou ajuizar ação civil pública para prevenir novas violações aos direitos da empregada, o que corresponde à tutela inibitória das infrações cometidas.

3. CONCLUSÃO

A proteção às gestantes e às lactantes é de extrema importância para as mulheres do mundo de hoje, que trabalham fora e ainda têm que cuidar dos afazeres domésticos. As medidas protetivas atualmente existentes tem dado muita oportunidade para que as mulheres possam conciliar sua vida profissional com sua vida particular, tentando dessa forma reduzir a discriminação que ainda existe contra a mulher no mercado de trabalho.

Em que pese haver tantos direitos conquistados pela mulher no mercado de trabalho, não se pode deixar de destacar ainda que existe discriminação da mulher, especialmente àquelas que se encontram durante o período de gestação. Embora haja certa discriminação, hoje em dia, a mulher vem conseguindo cada vez mais adentrar no mercado de trabalho, cada vez mais se igualando aos homens no que diz respeito ao salário quanto aos seus serviços, devendo o princípio da igualdade ser sempre respeitado.

Apesar dessas medidas protetivas que são resguardadas às mulheres, a pesquisa de campo possibilitou perceber a grande falta de informação por parte das empregadas nos direitos que lhes são garantidos. Por vezes, as inúmeras medidas que visam reduzir a discriminação não são tão eficazes como poderiam ser, pela possível falta de aplicabilidade dessas normas.

REFERÊNCIAS

[1] ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba. Custos do trabalho dos homens e mulheres na América Latina. In: COSTA, Albertina et al (orgs.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

[2] ARANTES, Delaídes Alves Miranda. O Trabalho Doméstico: Direitos e Deveres. 6ª edição. Goiânia: AB, 2003.

[3] ARAÚJO, Eneida Alves Miranda. Curso de Direito do Trabalho. 6ª edição. São Paulo: LTR, 2010.

[4] BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de novo modelo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

[5] BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

[6] BOSSA, Sônia. Direito do Trabalho da Mulher no contexto social brasileiro e medidas anti-discriminatórias. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

[7] CALIL. Léa Elisa Silingowshi. História do direito do trabalho da mulher. São Paulo: LTr, 2000.

[8] CARRION, Valentin. Comentários à CLT. 39ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

[9] CASSAR. Vólia Bomfim. Direito ao Trabalho. 9ª edição. São Paulo: Método, 2014.

[10] CORTÊZ, Iáris; RODRIGUES, Almira; Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA). Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituinte. Brasília: Letras Livres, 2006.

[11] CORTÊZ, Julpiano Chaves. Direito do Trabalho Aplicado. 2ª edição. São Paulo: LTR, 2014.

[12] DELGADO, Maurício Gondinho. Curso de Direito do Trabalho. 12ª edição. São Paulo: LTR, 2013.

[13] DIDIER JR, Fredie – Org. Constitucionais. 6ª edição. Salvador: Juspodivm, 2012.

[14] GALVÃO, Patrícia. Brasil tem uma das melhores leis de licença-maternidade da AL. Rádio Onu. Maio. 2014. Disponível em: hhtp://agenciapatriciagalvao.org.br/direitos-sexuais-e-reprodutivos/brasil-tem-uma-das-melhores-leis-de-licenca-matenridade-da-al/. Acesso em 14 out. 2015.

[15] HORVATH JR., Miguel. Salário Maternidade. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

[16] MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

[17] MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 18, ed. São Paulo: Atlas, 2014.

[18] Ministério das Relações Exteriores. Relatório Nacional Brasileiro da Convenção sobre a eliminação de todas s formas de discriminação contra a mulher. Brasília: 2002.

[19] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 25ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

[20] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social. Brasília: OIT, 2009.

[21] RUMOSSANO, Mozart Victor. O empregado e o empregador no direito brasileiro. 2º vol. São Paulo: José Konfino, 1954.

[22] SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de Direito do Trabalho Aplicado. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2013.

Capítulo 13

Reflexões sobre a moeda social e seu poder de comercialização em comunidades

Bruno Silvestre Silva de Souza
Marcelo Pereira Souza

Resumo: O ponto de partida deste trabalho deu-se pela compreensão da moeda social como um instrumento de construção econômico-social em comunidades brasileiras, dada a sua repercussão quanto ao aumento da circulação da moeda entre as práticas de compra e venda no país. Concentramo-nos, portanto, nas contribuições da sociologia econômica para refletir sobre o papel econômico e de racionalização da vida social tradicionalmente retratada nos estudos sobre as moedas, para propor um olhar de fortalecimento social em comunidades que aderiram a esse instrumento como ferramenta de barganha. Para conseguir apresentar à temática, buscaremos discorrer como a circulação da moeda social contribui para a (re) configuração de uma economia local, bem como dialogar sobre seu papel na inclusão do indivíduo no processo econômico, discursando, ainda, sobre os reflexos e custo real de sua produção cultural. Não obstante, traremos ao palco das reflexões teóricas, aqui propostas, a simbólica catalogação das 103 moedas existentes e em circulação no Brasil – dados divulgados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – para corroborar com a importância de se notabilizar sobre o fenômeno da moeda social no cenário sociológico contemporâneo. A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho é a revisão de literatura. Para tanto, foram consultadas, obras de autores representantes da sociologia econômica e da economia solidária para justificar a escolha pela temática aqui proposta, bem como embasá-la e discuti-la de acordo com o pensamento social.

Palavras-chave: Moeda Social. Sociologia Econômica. Comunidades.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo começa a sua reflexão sobre a moeda social e seu poder de comercialização nas comunidades na formação histórica abordada o livro O Jogo das Trocas de Fernand Braudel quando reflete sobre o Modo de Produção Capitalista, retomando costumes, processos, mercado, trabalho e sistemas do mundo.

Braudel (2005) transcorre com fenômenos sociais, o conceito de experiência, cita Bourdieu e Foucault, a dimensão do simbólico e sua relação com a formação dos mercados, a existência de relações entre as Classes x Formação histórica descritiva e Subordinação de Trabalho.

Braudel (2005) aparece com uma questão de uma circulação, pelo contrário, tem a vantagem de ser de fácil observação. Pois, a produção é a divisão do trabalho, portanto, obrigatoriamente, a condenação dos homens à troca é um complemento. Quando o autor começa a falar dos Instrumentos de Troca, ele cita o início das trocas monetárias sociais com as Feiras e o ambiente da Classe social, uma vez que a desonestidade burguesa em busca de algo para comprar, criadas que são hábeis "em passar a perna" (dizem os ricos) nos patrões quanto ao preço. Por isso, a criação social de uma moeda social, para estabelecer uma relação comercial de confiança na sua comercialização. Braudel cita que essa atitude deu origem a um crédito social.

Braudel (2005) se situa numa relação com Marx (1985) a separação entre produção e venda quando ele menciona que as feiras urbanas são realizadas geralmente uma ou duas vezes por semana. Para abastecê-las, é necessário que o campo tenha tempo de produzir e reunir os gêneros e possa dispensar uma parte da sua mão-de-obra para venda. Ele cita até a origem do Pescado o tempo para pescar e as vendas nos mercados, as feiras. Uma visão contra o capitalismo que veio depois de Marx onde não se gasta mais do que se tem.

Braudel volta a Marx (1985) quando ele cita que o dinheiro no campo, raramente é capital. À medida que a economia mercantil se espalha e chega até as áreas vizinhas e inferiores, os mercados se ampliam e andam até a fronteira, na área rural e empregada nas compras de terras e através dessas compras visa à promoção social, que aguarda semelhança com Freyre (1987) quando fala sobre a o lado de se promover e conseguir se dar bem na sociedade e conseguir um sucesso.

2. A ILUSÃO ECONÔMICA DO CAPITALISMO

Thompson (2011) que afirmou quer apesar da forte presença do econômico, o simbólico tem sua importância na difusão da cultura de classe e dialoga também com Braudel (2005) que afirma a existência da dimensão do simbólico e sua relação com a formação dos mercados (lado econômico e lado cultural existindo ao mesmo tempo).

Nos seus estudos sobre o Desenvolvimento do Capital Mandel (1968) fez uma Narrativa da Formação da Família, e entre outros aspectos, ele cita a influência da Família Colonial (no período de mesmo nome), outro autor Certeau (1994) volta a esse aspecto quando menciona o "enigma do consumidor-esfinge", quando a fabricação de seus produtos não tem espaço nas organizações colonizadas para os consumidores marcarem sua atividade.

Não se deve surpreender o fato de que Marx (1985) era um leitor atento de Adam Smith, embora dificilmente um celebrante do comércio ou dos comerciantes. Na juventude, Marx admirava pelo menos a teoria geral da espontaneidade em *A teoria dos sentimentos morais,* como analista mais adulto e sóbrio, concentrou-se na descrição por Smith dos males da rotina, divisão do trabalho sem o controle do trabalho pelo trabalhador — estes são os ingredientes essenciais da análise marxista do tempo transformado em produto.

Em contraste, como escreveria mais tarde o historiador marxista Thompson (2011), no capitalismo moderno os empregados "sentem uma distinção entre o tempo do patrão e o seu 'próprio' tempo".

Refraseando essa crítica da rotina, a atividade mecânica não gera um senso de narrativa histórica maior: as micronarrativas na vida de trabalhadores como pareceram a Marx (1985) negligenciáveis na escala maior da História, ou meras acomodações a circunstâncias existentes.

A visão marxista (1985) tradicional da consciência de classe se baseia no processo de trabalho, especificamente em como os trabalhadores se relacionam uns com os outros através do seu trabalho.

Para Singly (2012) a visão moderna da transição do século XIX para o XX o Estado passa a ser substituto econômico do marido, o Estado começou a intervir na família moderna. Hoje, o Estado regula a esfera privda por meio de varios procedimentos. Esse mesmo Estado atua no nível jurídico, no nível institucional, entretanto neste artigo a preocupação é com o nível econômico, com a previdência social, as aposentadorias, o incentivo à poupança, por meio de certas ajudas como os abonos para pai/mãe sozinho, por meio do fisco;

Para Commaile (1991), o objetivo não é pressionar nas escolhas na orientação dos comportamentos, orientando os privados, porém sem nunca se curvar cada vez mais aos efeitos sociais, às situações sociais que decorrem dessas escolhas anteriormente citadas.

Singly (2012: 65) afirma que o Estado passa a ser avalista da individualização, esse pensamento foi substanciado anteriormente por Duckenheim (1950) quando afirmou que o papel do Estado não tem nada de negativo, ele (o Estado) visa manter a indivdualização por completa no seu papel social. O Estado não ocupa um papel tirano e sim aquele que libera o indíviduo da sociedade formalmente organizada. Esse pensamento corrobora a criação das moedas sociais, pois o Estado está liberando o individuo ou a individualização.

2.1. EM PROL DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com o advento crescente do capitalismo nas últimas décadas, a onda de competitividade oriunda do capitalismo tem contribuído para o crescente aumento da desigualdade social, principalmente entre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Apesar da existência de um crescente desenvolvimento econômico em uma dada região, a distribuição de renda, ainda, continua sendo alvo de distribuição desigual perante a sua população, o que por sua vez, recai no desencadeamento das desigualdades sociais. Então, eis que surge uma alternativa para a população que mais sofre com as desigualdades existentes no sistema capitalista: a economia solidária (DAMASCENO; GUEDES; JÚNIOR; SOUZA, 2016).

A economia solidária ou economia social, tem seu nascituro em face das crises empresariais, do desemprego e da exclusão social em que vivemos, sendo ela um projeto econômico que busca a geração de igualdade e oportunidade para todos (MIRANDA, 2008). Para Singer (2002), por proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus participantes, inserindo-os no bojo da cooperação e não da competição, a economia solidária seria uma alternativa propensa para superar o capitalismo.

Na recente economia cunhada, o termo “solidária” fundamenta-se na tese das contradições postas pelo capitalismo que afirma criar oportunidades de desenvolvimento econômico, no entanto, diferentemente da sociedade de mercado, a lógica produtora da economia solidária opõe-se à produção dominante (SINGER,

2002). De certo, desde os idealizadores desse modelo experimental, até o atingimento de seus demais participantes, compreende-se tal processo como uma recolocação econômica que se integra a finalidade social, ao reintegrar aqueles indivíduos pertencentes a circulação monetária à esfera sociocultural (MIRANDA, 2009).

Teria, a criação da economia solidária, como propósito, ir além do objetivo de uma inclusão social por meio de uma “produção maior e mais descentralizada”, a ideia de ajudar os “despossuídos” parte de uma analogia que tende a transmutar a instituição financeira como uma instituição monetária social completa, a partir das apreensões no sistema econômico dominante, no qual, a existência de uma arena de disputas de poder econômico inclina-se a beneficiar uns mais que os outros, gerando, portanto, mais desigualdades (SOARES, 2011).

A economia solidária “em cada região ou país assume diferentes conceitos, de acordo com a realidade estabelecida, além disso, é marcada por formas inéditas de ação pública, nas relações com o Estado e a sociedade civil organizada (MIRANDA, 2008). Por isso, a associação junto a economia solidária ocorre entre aqueles que compartilham dos mesmos valores (SOARES, 2011).

Para tanto, tais façanhas são concretizadas quando as relações de poder que comandam as atividades mercantis são demarcadas, pois, é a partir do enfrentamento desse modelo econômico tradicional que os moldes da economia podem ser reinventados (BLANC, 1998).

Segundo Miranda (2008), quanto a lógica da economia solidária:

> Tem sua origem vem do desemprego e da precarização do trabalho. Surgem daí empreendimentos auto gestionários e cooperativas de trabalhadores complementando o sistema socioeconômico presente, ou até mesmo formando um novo sistema. Como conjunto de atividades para produção e distribuição de riquezas é economia, mas é solidária por ter este objetivo de ter as atividades econômicas como um meio para a realização e consecução de outros ganhos de natureza social, política e cultural (p.3).

Através do emprego da economia solidária é possível elaborar modelos de desenvolvimentos autônomos, diferenciando-se dos modelos tradicionais aplicados no país, ao envolver novas experiências monetárias diferentes daquelas estimuladoras pelos valores sociais individualizados e do forte estímulo da concorrência, tratando-se de "uma forma de reorientar os objetivos do novo desenvolvimento pretendido" (SOARES, 2011). Dessa forma, a economia solidária produz domesticidade, é recíproca nos reforços das trocas sociais, redistribuidora de bens e serviços, e fortalecedora de laços de solidariedade (POLANY, 1980).

> [...] As iniciativas de Economia Solidária são expressões de práticas sociais comuns aos grupos excluídos pela lógica do capital, os quais se organizam localmente, segundo suas condições materiais de subsistência, para lutar pelo desenvolvimento de sua qualidade de vida (MELO, 2004, p. 521).

Tão logo, o capital social pode ser visto como um processo de aprendizado que se dá nas interações informais ou estruturadas durante o processo de interação e de mudança em uma comunidade (MACIEL, 2008). Por meio da economia solidária é possível recuperar o sentido social da economia, enfrentamento a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Por meio desse enfoque, o indivíduo recupera sua supremacia, sua capacidade de realização, repousando na satisfação das suas necessidades solidariamente (FILHO; JÚNIOR, 2003).

2.2. O PODER SOCIAL DA MOEDA

Enquanto que a "economia capitalista" serve para destruir hábitos e imbricar no *modus operandi* do sistema social, em contrapartida, a moeda social democratiza a sociedade pela participação na gestão da moeda por todos os usuários, bem como pela transparência administrativa das responsabilidades partilhadas, o que vêm a permitir o intercâmbio da continuidade das operações financeiras, que por sua vez tende a equacionar as demandas pendentes e as ofertas futuras quando da posse desse dinheiro. Como a moeda serve de meio de troca, a confiança entre os grupos respalda o valor da moeda. Além disso, seu caráter de "serviço público" serve para favorecer a circulação e a produção de mercadorias, contrapondo-se a qualquer especulação de lucro estéril, promovendo, ainda, uma cultura de bem-estar em face do seu papel não "lucrativo" uma vez que o trabalho não-remunerado exaure o proveito oriundo de qualquer tipo de especulação (SOARES, 2011).

Para além de um meio de troca, como fora apontado por Théret (2008), a moeda representa ao mesmo tempo um campo econômico, vista de um ângulo institucionalista como algo desconexo das pessoas; um campo político, enquanto sistemas e regras, que se reveste como uma espécie de canal entre as pessoas e as coisas; e, por fim, um campo simbólico, ao tomar a moeda como um símbolo que permite interações e significados que passam a ser compartilhados pelos indivíduos entre seus variados tipos de relacionamentos no âmbito financeiro.As moedas sociais são modelos circulantes em ambientes locais, restringindo-se, sua atuação, a um determinado território na maioria dos casos (RIGO; FILHO, 2017).

> Assim como qualquer outro "equivalente universal de troca", a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança (SOARES, 2011, p. 56).

Independente do exercício da intermediação financeira, as relações econômicas na comunidade estão baseadas em cooperação e solidariedade no sistema de pagamento (FREIRE, 2007). "Uma diferença importante entre a moeda social e o dinheiro oficial, é que qualquer um pode fazer uso dela na medida em que tenha algo para oferecer, como um produto ou serviço, dentro do espaço onde ela circula, no qual sua aceitação é voluntária (FAUSTINO; LISBOA, 2016). "Elas surgem, na economia solidária, de forma semelhante à criação do uso da moeda como alternativa ao escambo, nas trocas de produção do trabalho desenvolvido em empreendimentos solidários" (MIRANDA, 2008).

Segundo Rigo (2014) a importância da moeda social está presente na economia local de uma região por apresentar condições apropriada para a comunidade, uma vez que reorganiza a economia local pela dinamização e incentivo ao consumo nessas localidades, se tratando de uma moeda aceita única e exclusivamente no ciclo financeiro destas, sem conexão compulsória a moeda do país, "contribui para o estreitamento de laços de amizade, o uso de confiança nas relações comerciais, opera como ajuda mútua entre os integrantes, pretende dificultar o déficit socioeconômico e fomentar a construção de novos empreendimento internos" (DAMASCENO; GUEDES; JÚNIOR; SOUZA, 2016).

Ao implantar o uso de moedas sociais, segundo Rigo e Filho (2017), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento Social estariam vivenciando junto à comunidade uma experiência baseada em laços sociais e relações de confiança, com base em uma analogia constituída no cenário mercadológico de bens e serviços e dos mecanismos de redistribuição quanto ao poder de compra por parte do

indivíduo.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, tem procurado incentivar o surgimento de novos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que são responsáveis pela emissão das moedas sociais, além de unir-se no engajamento pela criação de um marco que regule uma política de finanças solidárias no uso das moedas sociais no âmibito federal, estadual e municipal (NASCIMENTO, 2011).

A necessidade do elemento "confiança", parte menos do objeto em si, isto é, de um papel moeda, e mais da legitimidade do banco comunitário, quiçá dos mecanismos criados pelo banco para desenvolver a comunidade local. A partir da tríplice ação denominada dar-receber-retribuir, o exemplo de sucesso da Moeda Palmas, criada pelo Banco Palmas na década de 90, Rigo e Filho (2017) nos esclarece:

> No que tange ao uso da moeda social, a ideia era sensibilizar os comerciantes a aceitarem a moeda e as pessoas a comprarem no bairro. Nota-se, neste processo, uma clara preocupação com a dimensão de pedagogia política em tais ações, apontando para processos de mudançade cultura política no local enquanto uma dinâmica de aprendizagem lenta e gradual (p. 177).

O caso da moeda Palmas é um dos vários exemplos de sucesso no tocante ao fomento social em comunidades, em questão, tem-se o Conjunto Habitacional Palmeiras na região Sul de Fortaleza-CE, iniciado por 1.500 famílias pobres transferidas, constituída inicialmente sem serviços de infraestrutura básica, tais como saneamento, água tratada, energia elétrica e escola. Por meio de insistências reivindicatórias por parte da comunidade, aos poucos, o Estado vai assumindo suas responsabilidades, mas não o suficiente para desenvolver uma rede de solidariedade entre os moradores (NASCIMENTO, 2011).

Figura 1 – Imagem Moeda Social Palmas

Fonte: Site Banco Palmas, 2018.

Em 1998 surge, na comunidade de Palmeiras, um banco popular de inclusão social, o Banco Palmas, com o propósito de garantir microcréditos para famílias a juros mais baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador, o que geralmente é exigido pelos bancos e que torna o acesso ao crédito ainda mais difícil (NASCIMENTO, 2011). No entanto, para alcançar seus objetivos a baixo custo e de forma sustentável, não esquecendo, ainda, da qualidade de vida dos moradores, vários programas criados pelo Banco Palmas: articulam-se com afinco a rede dos "Prosumidores", isto é, produtores e consumidores, a saber

> Uma escola de capacitação, uma incubadora para mulheres em situação de risco, um laboratório de agricultura urbana, clubes de trocas com moda social, uma moeda própria que circula nos comércios do bairro, sistemas de feiras com os produtores locais e uma loja solidária (NASCIMENTO, 2011, p. 14).

Nota-se que além da dimensão comunitária presente na moeda social, também existe uma dimensão pública, visto que o Estado não é capaz de preencher as lacunas deixadas pela economia de mercado. A moeda social "é uma opção inovadora que deve ser considerada, principalmente quando se acredita no negócio como forma de transformação social com compromisso comunitário" (SEBRAE, 2012). Dessa forma, ao desenvolver o local com a geração de emprego e renda, a construção desse "espaço público" torna-se coletiva e democrática (FRANÇA- FILHO, 2006).

Para Faustino e Lisboa (2016) a experiência com a moeda social permite redescobrir as pessoas ocultas numa relação de troca, pois

> "todos somos prossumidores, ou seja: produtores e consumidores simultaneamente. Portanto, todos temos direito a uma participação no circuito monetário em condições justas e favoráveis ao desenvolvimento humano. O dinheiro deve circular. O dinheiro precisa circular na economia assim como o sangue no corpo, para manter a saúde de todos os sistemas integrados, pois se trata de fluxo (e não de acúmulo). Caso contrário, ele coagulará e gangrenará, com o consequente apodrecimento daquela parte" (p. 6).

Salienta-se, neste sentido, como a moeda social assume uma luta pela desigualdade social, presumindo o seu modo sustentável de circulação local, ao dialogar contextualmente com as manifestações concretas de um problema real enfrentado pelas sociedades contemporâneas a partir do capitalismo (NASCIMENTO, 2011).

Vejamos abaixo o quadro que demonstra uma comparação concisa entre as características da moeda social e as características da moeda nacional:

Quadro 1 – resumo da moeda social e da moeda nacional

Elementos	Moeda Social	Moeda Nacional
Emissão	Descentralizada, coordenada pelos usuários.	Centralizada, coordenada . pelos emitentes (Estado e bancos privados)
Funções	Meio de pagamento, meio de troca, reserva de valor.	Reserva de valor, meio de pagamento, meio de troca.
Usos Econômicos	Facilitar intercâmbios, instrumento do desenvolvimento, instrumento de cooperação.	Reter valor, instrumento para acumulação de capital, instrumento de concorrência.
Usos Sociais	Recentralizar a economia no homem, Estar acessível a todos que precisem, ser instrumento de maior	Centralizar e potencializar poder, ser instrumento de hegemonia dos fins econômicos, ser
	liberdade e exercício de autonomia.	instrumento de exclusão social.
Gestão	Participativa, autônoma, democracia participativa	Delegada, heterônoma, democracia representativa.
Base para Aceitação	Confiança mútua, Continuidade, Utilidade/necessidade	Confiança intermediada pelo Estado, continuidade, valorização via escassez administrativa.
Padrão de Desenvolvimento	Integral em construção contínua. Precisa ser socialmente discutido porque não tem mecanismos autoperpétuos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação integral dos membros.	Economicista e Teleológio, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades.

Fonte: Soares (2011), p. 63.

Apreendemos do quadro acima que as operações realizadas por meio da moeda social são concebidas, distribuídas e geradas pelo próprio usuário. A relação mais transparente e direta nos permite olhar para além do trabalho, pois não se trata de uma finalidade do ato econômico, haja vista que o valor de troca e o valor de uso perdem seu sentido perante o incomensurável no vínculo entre as pessoas (FAUSTINO, LISBOA, 2016). "Além de eficiente ferramenta financeira, é um instrumento de construção de cidadania, que permite redefinir os conceitos de riqueza, solidariedade e responsabilidade social" (NASCIMENTO, 2011).

Apesar dos benefícios oriundos da moeda social, Soares (2011) nos alerta para uma punição em nível de isolamento entre aqueles que adotam a modalidade monetária. Para Soares, tendo em vista o cenário contemporâneo em que vivemos, ao adotar uma moeda diferente da implantada pelo Estado, os adotantes passam por uma espécie de rejeição pelos demais membros da sociedade os quais são não adotantes da moeda. Do ponto de vista do autor, ocorre uma limitação entre a moeda local e a moeda nacional, pois enquanto aquela tem o intercâmbio reduzido, por ser local; esta, por ser nacional, goza das institucionalidades tradicionais fortemente enraizadas, pensamento esse, inclusive, presente nos integrantes da comunidade que não adotam o uso da moeda social.

Apesar de ser considerada relativamente nova no contexto da economia solidária, no Brasil, a moeda social, atualmente é produzida em mais de 104 tipologias nos pequenos e nos grandes centros urbanos, sendo a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, gestor da vida dessas moedas (DAMASCENO; GUEDES; JÚNIOR; SOUZA, 2016**).**

4. CAPITAL SOCIAL COMO A ORIGEM DE DISTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Capital Social é uma perspectiva interdisciplinar que busca compreender os agrupamentos humanos, suas causas, efeitos e consequências na dimensão da mediação digital. Esse processo comunicacional e relacional que constrói relações sociais que, por sua vez, vão integrar laços sociais entre os diversos atores (membros sociais). Essa troca existente de capital social e sua distribuição e, consequente redistribuição é um tipo de Capital Social.

O que vem a ser o Capital Social? constitui-se justamente no conteúdo das trocas sociais, que modelas a estrutura social, algo intangível no tocante a sua concretude, porém muito importante quando se trata das relações sociais, especialmente no objeto desse artigo.

Nesse caso, na perspectiva do artigo estudado acontece os dois tipos de nível de Capital Social descritos por Betolini e Bravo (2004): tanto no 1º nível no tocante ao relacional, normativo e cognitivo quanto ao 2º nível (confiança no ambiente social e institucional).

Entre os principais autores que abordaram sobre o Capital Social e os valores abstratos destacam-se:

Quadro 2 - Conceitos de capital social

FONTE	CONCEITO
Bourdieu (1980, p.2)	"o conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo convívio e pelo reconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, por outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis";
Coleman (1988, p.98)	"o capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade individual, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos comuns: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura";
Putnam (2002, p.177)	"características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas";
Fukuyama (1996, p. 41; 2000, p. 28)	"características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas";
Fukuyama (1996, p. 41; 2000, p. 28)	"uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade"; "um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles";
Nahapiet e Ghoshal (1998, p.243)	"a soma de recursos atuais ou potenciais imersos nas, disponíveis pelas, e derivados das redes de relacionamentos pertencentes a um indivíduo ou unidade social"

Fonte: Melo, Regis & Bellen (2005)

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O tipo de pesquisa realizada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se também materiais disponíveis em meios eletrônicos como a rede mundial de computadores (internet) (Vergara: 2005; p. 46). Desenvolvendo um sistema conceitual sobre a moeda social e a economia solidária. O método a ser utilizado será o dialético, no que se refere a sua primeira lei da passagem da quantidade para a qualidade (Konder: 2004; p. 58). Onde a mudança das coisas não acontece no mesmo ritmo, às vezes passa por ritmos bastante lentos; outras vezes por "saltos" (modificações radicais).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a moeda social tem servido como um instrumento de desenvolvimento social eficiente, por ter se tornado uma mola propulsora do real sentido econômico e social, ao contribuir para o fortalecimento econômico local com a geração de renda, produção colaborativa e poder de consumo.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável de uma comunidade, através da economia solidária, é tomado como uma tecnologia social que instrumentaliza os recursos escassos, para promover trabalho e renda em territórios de alto grau de vulnerabilidade e exclusão social, compreendendo-se, a economia solidária, como uma inovadora alternativa de trabalho e de renda, além de uma resposta a inclusão social (NASCIMENTO, 2011).

Não obstante, urge um novo modelo bancário, os bancos comunitários, despretensiosos quanto ao lucro financeiro e otimistas quanto ao lucro social, acima de tudo, ajudam as comunidades a construírem um muro de proteção para fortalecer o valor da moeda empregada e para materializar uma iniciativa na qual se intenciona recuperar as economias mais empobrecidas e, ao mesmo tempo, desenvolver o local.

> A política pública de economia solidária, num país como o Brasil, enfrenta diversos desafios. Estes provêm, em grande parte, da pobreza do público engajado na construção de uma "outra economia" que se caracteriza pela posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, pela autogestão praticada de acordo com regras democráticas pelos mesmos trabalhadores e pela repartição justa entre os sócios, ao ver da maioria destes, dos ganhos obtidos graças ao trabalho de todos (BANCO PALMAS, 2013, p. 35).

Quiçá, um desses desafios deva-se a dificuldade do acesso ao crédito e financiamento, principalmente as classes menos favorecidas socialmente, tendo em vista as exigências postas pelos bancos aos

"marginalizados" ao tentarem o acesso a uma linha de crédito. No entanto, os bancos comunitários assumem o papel de "agente" de política pública, rompendo com as barreiras do sistema econômico dominante, ao abrir mão de garantias, em defesa do social, garantias essas que não passam de modelos promovedores de desigualdade e desumanidade.

Tratar-se-ia, a economia solidária, de um novo modo de produção, tendo como princípios básicos as prioridades coletivas e/ou associadas do capital, além do direito a liberdade individual. O resultado natural desses princípios repousa na solidariedade e igualdade, uma vez que as aplicações desses princípios unificam os possuidores do capital por igual (SINGER, 2002).

REFERÊNCIAS

[1] BLANC, J. (1998): Les monnaies paralleles: evaluation et enjeux theoriques du phenomene. Revue d'Economie Financière, n. 49, p. 81-102, set. 1998.

[2] BERTOLINI, Sandra e BRAVO, Giácomo. Social Capital, a Multidimensional Concept. 2004. Disponível em <http://www.ex.ac.uk/shipss/politics/research/socialcapital/other/bertolini.pdf> Acesso em 25/03/2018.

[3] BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de la recherche en sciences socieales, v. 31, p. 2-3, 1980.

[4] BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo – Século XV- XVIII – Volume 2: os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

[5] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

[6] COMMAILLE, Jacques. La famille, la fin de la loi? Futuribles, n. 153, p. 79-88, 1991.

[7] DAMASCENO, Celimar Reijane Alves, et al. Análise dos projetos em funcionamento de moeda social como indutora da inclusão social e desenvolvimento local, num contexto da economia solidária. In: V Congresso em Desenvolvimento Social – Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento. 29 de junho a 1 de julho de 2016.

[8] DURKHEIM, Émile. Leçons de sociologie. Paris: PUF, 1950.

[9] FAUSTINO, Andrea Viana; LISBOA, Armando de Melo. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. Princípios da Economia Solidária. Disponível em:< http://www.grapinar.com.br/gaia/social/ecosol/economia_solidaria.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

[10] FILHO, Genauto Carvalho de França; RIGO, Ariádne Scalfoni. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária". Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 1, Artigo 10, Rio de Janeiro, Jan./Mar .2017.

[11] FRANÇA, Filho; SILVA, Júnior. Fato Associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará, 2003.

[12] FRANÇA-FILHO, G.C; LAVILLE, J.L., 2006, "Economia Solidária – uma abordagem internacional", Rio Grande do Sul, Ed. UFRGS.

[13] FREIRE, M. V., "Moedas sociais: contribuições para a sua constituição jurídica", Disponível em: <http://economialegal.wordpress.com/2007/08/24/moedas-sociais-contribuicoes- para-a-suaconstrucao-juridica/ >. Acesso em 19.09.2008.

[14] FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

[15] FUKUYAMA, F. A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

[16] . Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

[17] KONDER, Leandro. O que é dialética. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004

[18] MACIEL, M. L. Capital Social e empreendedorismo local. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=nt33&cod=24 Acessado em: 07 de novembro de 2008.

[19] MANDEL, Ernest. A Formação do Pensamento Econômica de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

[20] MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[21] MELO, H. A. Economia solidária e a reconstituição das alternativas de sobrevivência. Bahia Análise & Dados, v. 14, n. 3, p. 521-534, dez. 2004.

[22] MELO, Paulo Thiago Nunes Bezerra de; REGIS, Helder Pontes; BELLEN, Hans Michael Van. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. 13, p. 136-164, 2015.

[23] MIRANDA, Guacira Quirino. Painel de moedas sociais. 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica. 2008 – UFU.

[24] MOEDA PALMAS. Banco Palmas. Disponível em:< http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/10043>. Acesso em 12 de março de 2018.

[25] NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. Academy of Management Review, v. 23, n. 2, p. 242- 266, 1998.

[26] NASCIMENTO, Arilson Martins do. **Moeda Palma e o Desenvolvimento sustentável do Conjunto Palmeiras através da economia solidária.** 2011, 131 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – CAEN, Fortaleza/CE. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos:** resistindo e inovando. Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013.

[27] PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.;

[28] RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas** / Ariádne Scalfoni Rigo – 2014.

[29] SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2012;

[30] SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **A moeda social e a economia solidária no brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento?** Revista Orbis Latina, vol.1, nº1, janeiro-dezembro de 2011. ISSN 2237-6976.

[31] SEBRAE. **Meios de Pagamentos Digitais.** Brasília: DF, 2012.

[32] SINGER, Paul. (2002): **Introdução à economia solidária**. Fundacao Perseu Abramo: Sao Paulo.

[33] THÉRET, B. **Os três estados da moeda:** abordagem interdisciplinar do fato monetário. Campinas, **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

[34] THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, 1: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

[35] VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Capítulo 14

Memória e história da primeira confecção da cidade de Cianorte: "Cheina Indústria de Confecção de Roupas"

Ronaldo Salvador Vasques
Fabrício de Souza Fortunato
Marcia Regina Paiva de Brito
Thayla Caroline Raimundo Silva

Resumo: Esse artigo é um recorte inicial do projeto de iniciação científica (PIC) da Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte, pelo curso de Moda, e tem como proposta investigar por meio de fonte oral e análise de arquivos pessoais, fotografias, objetos e documentos sobre a primeira confecção de Cianorte "Cheina Indústria de Confecção de Roupas". Contudo, irá pesquisar sobre a história da cidade e as mudanças ocorridas no setor econômico após a geada de 1970, que atingiu as lavouras da região de Cianorte; além de, apresentar a importância de documentar o princípio da atividade da indústria do vestuário na cidade pelas palavras e memórias de quem viveu tal transformação. Desse modo, manter a memória e espólio da cidade de Cianorte, reconhecida como a "Capital do Vestuário".

Palavras-chave: Cheina; Confecção; Cianorte.

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo é realizado pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, mais especificamente, pelo projeto de iniciação científica (PIC) do curso de Bacharel em Moda – Campus Regional de Cianorte. O projeto está em andamento e é orientado pelo Prof. Dr. Ronaldo Salvador Vasques, com a participação da aluna Thayla Caroline R. Silva. E colaboração do Prof. Fabrício de Souza Fortunato e da mestre Bibliotecária Marcia Regina Paiva de Brito.

A indústria da confecção e do têxtil é considerada atualmente como uma das mais importantes nos setores da economia nacional, tanto na geração de empregos, quanto no valor de sua produção. Nesse sentido, esse projeto tem como objetivo pesquisar e identificar como originou o setor da confecção na cidade de Cianorte, além de, analisar e codificar o surgimento da considerada a primeira indústria de confecção do Norte do Paraná "Cheina Indústria de Confecção de Roupas"; E assim, compreender o desenvolvimento futuro na qual a cidade foi submetida, transformando a atividade econômica local e gerando empregos para os moradores de toda a região.

Cianorte foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na qual deu origem ao nome da cidade, Cia (Companhia) e norte (Norte do Paraná), em julho de 1953. Era o início da colonização das regiões Norte e Nordeste do Paraná e a cidade atraiu desbravadores de outros estados, como: São Paulo e Minas Gerais. As pessoas vinham à Cianorte motivados pelas perspectivas de prosperidade, pois, espalhava-se a notícia de que a região era um verdadeiro eldorado de solo roxo e fértil, e que seus moradores teriam sucesso como fazendeiros e agricultores. Dessa forma, a partir da terra roxa e especialmente da cultura do café, que Cianorte se firmou como uma das mais promissoras cidades do Norte do estado (PREFEITURA DE CIANORTE, 2018a).

O deslocamento da base econômica do comércio cianortense teve início após a grande geada que atingiu o estado do Paraná em 1975, onde os fazendeiros perderam praticamente toda a plantação, que na época tratava-se majoritariamente de plantações de café. Com esta baixa na economia cafeeira local, houve então o processo conhecido como *êxodo rural*, onde os trabalhadores rurais abandonam o campo e vão para a cidade em busca de manter o seu sustento.

> A crise da monocultura do café causou forte impacto nessa época a vários municípios paranaenses, dependentes economicamente desse produto. Especialmente para Cianorte, essa crise marcou o advento da industrialização e a vocação do município, forçada pelas necessidades socioeconômicas da população, para a fabricação de um produto que até então pertencia ao domínio doméstico das mulheres (LIMA, 2006, p.209).

Nos primeiros anos após a geada, Cianorte começa a substituir sua atividade econômica, que antes era agricultura e agora, começa se tornar a confecção de roupas. Os agricultores apostam na industrialização e voltam seus investimentos, que antes iam às lavouras para o setor do vestuário, onde foram abertas micro e pequenas empresas de confecção na cidade. Juntamente nesse período, no ano de 1977, Chebli M. Nabhan inaugura a considerada a primeira indústria de confecção de roupas CHEINA.

Chebli M. Nabhan começou a fabricar roupas em Cianorte ao final da década de 70, hoje a região tornou-se um centro nacional de confecções. A evolução desse polo atacadista, garantiu empregos para um grande número de pessoas na cidade e nos municípios vizinhos, o que garantiu à cidade o título de "Capital do Vestuário". Todavia, a geada de 1975, a modernização da indústria local e a família de descendência libanesa, criaram a cultura da confecção em Cianorte.

2. METODOLOGIA

Os métodos de pesquisa do projeto serão feitos por meio de fonte oral, ou seja, entrevistas com os pioneiros. Além de buscar também a visão de modelistas e costureiras que vivenciaram o início e o desenvolvimento do setor de confecção em Cianorte.

A coleta de dados faz-se necessária também em órgãos públicos e associações, como os sindicatos locais e a prefeitura. Utilizar-se à de fontes jornalísticas locais e regionais, materiais bibliográficos disponíveis nos acervos locais e digitais, assim como, fotos e arquivos pessoais.

A pesquisa se inicia com a coleta de dados de publicações, documentos, livros, teses, reportagens, revistas e artigos publicados sobre a cidade e a estabilização do setor têxtil e de confecção, dentro do recorte temporal proposto. Desse modo, o estudo também utilizará em sua pesquisa dados e informações retiradas de plataformas digitais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), dentre outros. Considerando que o estudo propõe no segundo momento entrevistar os pioneiros da cidade de Cianorte, desse modo, a metodologia ficará pautada em fontes orais.

3. O DESENVOLVIMENTO DA CONFECÇÃO EM CIANORTE

A cidade de Cianorte, localizada no Noroeste do Paraná, se destaca no setor da confecção, atingindo altos níveis de qualidade e produção quando comparada ao restante do estado. A atividade econômica gerada pelo setor de confecção é responsável por gerar a principal fonte de renda do município, assim como, estimular o desenvolvimento da cidade que vem evoluindo mais a cada ano.

A história e o desenvolvimento da cidade iniciam-se e ganham força, com a chegada da família Nabhan à Cianorte, que se tornaram de grande importância no avanço tecnológico e industrial do município.

Figura 1 – Chegada da Família Nabhan ao Brasil, em 1940

Fonte: Majolo; Lucon; Vasques (2015, p.3584).

De acordo com os autores Campos e Paula (2008), Lima (2006) e Rocha e Nasser (2005), a chegada dos pais do empresário Chebli Nabhan à Cianorte, deu-se da seguinte forma. Inicialmente – em 1940 – deixaram a região do Vale do Bekaa no Líbano e imigraram para o Brasil; no ano de 1953 chegam ao Norte do Paraná, instalando-se em Cianorte por volta de 1955. Por meio da atividade mascate (vendedores ambulantes, que vão de porta em porta), conseguiram o capital necessário para abrir a primeira loja da família na cidade, o armazém "Secos e Molhados", onde Chebli trabalhou até fundar – em sociedade com seu primo Nabi – a Cheina Indústria de Confecção de Roupas, com apenas sete máquinas de costura.

Figura 2 – Chebli na inauguração da Cheina Confecções em 1975

Fonte: Majolo; Lucon; Vasques, (2015, p.3585).

De acordo com Majolo, Luccon e Vasques (2015, p.3586), mesmo com a compra das máquinas, a população em sua maioria eram antigos agricultores, ou seja, não possuíam a qualificação necessária para trabalhar no setor da confecção. Percebendo a falta de mão-de-obra especializada, Chebli junto à Sra. Marlene, abre uma escola de costura dentro da fábrica, com o intuito de ensinar a profissão de costureira para as mulheres que vinham em busca de emprego.

Outro investimento da família Nabhan em Cianorte, foi a abertura de uma loja na qual se chamava 'A Libanesa' que depois trocou de nome, tornando-se 'A Brasileira'. Com a loja de roupas crescendo, novos integrantes da família foram se associando ao negócio, que inicialmente era dos irmãos Fariz e Tonny Mitre Abou Nabhan, e passou-se a dividir sociedade com o irmão mais jovem Chebli M. A. Nabhan" (MARTINS, 2015, p.46).

> A estratégia comercial promoveu uma intensificação do comércio atacadista em Cianorte, fato que levou à criação da primeira instituição formal do APL, voltada à normatização e controle do sistema de vendas local. Sob a liderança da família pioneira, fundaram, em 1989, a Associação das Indústrias de Confecções e do Vestuário de Cianorte (Asconvest), [...]. Como primeira grande ação, a recém-criada Asconvest, juntamente com o Sindicato das Indústrias do Vestuário (Sinvest) e o Poder Público Municipal, resolveu realizar, em 1990, um grande evento de marketing denominado Expovest (Feira de Exposição do Vestuário). Esta feira tinha como objetivo ampliar a divulgação do pólo, atrair mais guias e intensificar a comercialização dos produtos (VOIDELA BAPTISTA; ALVAREZ, 2007, p.68).

Durante a virada da década de 1990, há um aumento significativo em número de empresas em Cianorte. Entre os anos de 1985 a 1989, havia no município 241 empresas, em 1995 esse número avança para 750 empresas, ultrapassando o triplo da quantidade inicial (LIMA, 2006, p.208).

> O crescimento exponencial da atividade industrial e comercial no município, durante a década de 1990, gerou um problema de escassez de mão-de-obra local. Para superar essa dificuldade, o pioneiro C, utilizando-se de sua habilidade empresarial, lançou mão de uma nova estratégia, a utilização de mão-de-obra das cidades vizinhas. Para isso, estruturou uma escola profissionalizante em Cianorte. Essa estratégia foi estendida a vários municípios vizinhos (Terra Boa, Tapejara, Japurá e Paranavaí), onde o empresário obteve o apoio das prefeituras locais, que doaram terrenos e barracões para a criação de centros de treinamento profissional. Esta iniciativa permitiu ao pioneiro C e a seus familiares consolidarem-se como lideranças

> empresariais na região de Cianorte (VOIDELA BAPTISTA; ALVAREZ, 2007, p.68).

Segundo Rocha e Nasser (2005), com o surgimento do Plano Real em 1994, houve a sobrevalorização da moeda brasileira, que trouxe grandes problemas aos exportadores locais, entre eles, Chebli M. Nabhan. Por conta disso, o empresário decide então mudar de ramo outra vez, e fundou a LAVENORTE – lavanderia industrial – que atende às empresas da região de Cianorte, gerando mil empregos diretos e 500 indiretos, e atua no mercado até hoje.

A microrregião de Cianorte, de acordo com RAIS (2004 apud CAMPOS, PAULA, 2008, p.147), possuía um total de 423 estabelecimentos voltados ao vestuário (representando 11,5% do total do estado do Paraná), os quais, por sua vez, eram responsáveis por 10,6% dos empregos gerados na região. A indústria de confecção gerou nesta época aproximadamente 3,6 mil empregos diretos, além disso, nesse período o município contava com mais de 300 lojas instaladas nos 5 shoppings atacadistas de confecção, estabelecidos na área comercial da Cidade. Nota-se, portanto, a formação de uma rede comercial derivada da atividade industrial local (CAMPOS; PAULA, 2008).

Partindo desses pressupostos, é necessário entendermos a atual posição da indústria de confecção. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o faturamento do setor em questão atingiu até US$ 52,2 bilhões em 2017 e US$ 48,3 bilhões em 2018; o que equivale a um total de 25,2 mil empresas formais em todo o país, capaz de gerar emprego há aproximadamente 8 milhões de trabalhadores, onde, 75% trata-se de mão-de-obra feminina.

Atualmente a indústria têxtil e de confecção representa 16,7% dos empregos e 5,7% do faturamento, contando com mais de 100 escolas, faculdades e universidades de moda. Desta forma, o Brasil é o quarto maior produtor de malharia do mundo e o quarto maior produtor e consumidor do denim (ABIT, 2019).

4. FEIRA DE EXPOSIÇÃO DO VESTUÁRIO (EXPOVEST)

A Feira de Exposição de Vestuário (EXPOVEST), foi criada para disseminar pelo Brasil, os produtos criados pelas Indústrias de Confecção de Cianorte. Foi desenvolvida em 1989, por um grupo de empresários do setor de confecção e apresentou sua primeira edição no próximo ano (1990), no aniversário da cidade. A parceria foi firmada entre os empresários e o Poder Público Municipal, que criaram juntos uma das maiores feiras de vestuário do Sul do País (PREFEITURA DE CIANORTE, 2018b). Tal percepção impulsiona a produção têxtil nacional e aumenta a competitividade entre as indústrias nacionais. O governo passou, então, a incentivar os cursos técnicos têxteis para suprir o mercado novo que estava por vir em meados da década de 1960 (VASQUES, 2018, p. 59). E na Capital do Vestuário não foi diferente, em meados dos anos de 1970 eclode a disseminação da confecção no município e consequentemente pensava já em 1980 e 1990 a ter uma feira própria, a conhecida até hoje, Expovest.

A primeira edição, foi realizada em 1990 embaixo de barracões de lonas, ao lado do ginásio de esportes da cidade, com a participação de 90 expositores, a feira lucrou nesse ano aproximadamente U$2,5 milhões, e atingiu um público de 120 mil pessoas. Com os resultados altamente positivos, a prefeitura juntamente com os empresários locais, começaram a planejar novos rumos para a EXPOVEST. Na segunda edição – 1991, ainda debaixo de lonas, a feira contava com 150 expositores, ou seja, 60 expositores a mais do que no primeiro ano. Os resultados da segunda edição surpreenderam ainda mais, atingindo um lucro de U$4 milhões de dólares, o que fez com que os empresários e a prefeitura junto ao Poder Legislativo Municipal e Estadual, começassem a procurar um espaço próprio para a realização das próximas edições da Feira de Exposição do Vestuário (BORTOLINI; BUCHMANN, 2015, p. 24).

Em 1992, a EXPOVEST começou a ser reconhecida nacionalmente e os expositores atingiram alta qualidade na coleção verão, o evento ainda acontecia sob as lonas, mas com a promessa de um novo local para o próximo ano. O sucesso foi absoluto, tanto a favor do público como para os empresários. Desse modo, a comercialização aumentou para U$5 milhões de dólares, durante a terceira edição da Feira. Em 1993, entregaram 3,2 mil m² de pavilhão para a realização de sua quarta edição. Com o novo espaço físico, a feira pode acomodar 150 estantes em modernas instalações e contabilizou U$6 milhões de dólares (BORTOLINI; BUCHMANN, 2015, p.24).

O evento foi realizado uma vez por ano, no mês de março, para o lançamento das coleções referente a Primavera/Verão, até o ano de 2002. A partir de 2003, atendendo a demanda dos empresários cianortenses, a feira passou a ter duas edições por ano, abrangendo as tendências das estações Outono/Inverno; esta segunda edição anual é realizada em julho próximo a data do aniversário de

Cianorte (PREFEITURA DE CIANORTE, 2018b). Com o sucesso da Feira de Exposição do Vestuário – Primavera/Verão de 2003 e a criação da segunda edição anual – que atingiu as tendências das estações mais frias, o público passou a ter mais opções de compra, pois, o evento estava se moldando de acordo com as necessidades do público; naquele ano a EXPOVEST ganhou um novo espaço de exposição (BORTOLINI; BUCHMANN, 2015, p. 24).

Entre os anos de 2009 e 2010, foi criada a Feira Cianorte Alto Verão, desta vez, com o objetivo de atender as demandas dos clientes. Esta edição é realizada em outubro, para que os clientes reabasteçam suas lojas para o final do ano com os novos lançamentos, o que incrementou as vendas de verão (BORTOLINI; BUCHMANN, 2015; PREFEITURA DE CIANORTE, 2018b).

Conforme Bortolini e Buchmann (2015, p.24), "Em 2015 a Expovest realizou sua 35ª edição Outono/inverno".

Figura 3 – Desfile realizado pela Expovest de 2015

Fonte: Bortolini; Buchmann (2015, p.24).

Segundo a Prefeitura de Cianorte (2018b), atualmente a Feira se caracteriza como a maior feira atacadista de moda à pronta entrega do Brasil. Promovida pela Associação das Indústrias de Confecções e do Vestuário (ASCONVEST) em parceria com o Sindicato das Indústrias do Vestuário (SINVEST), o Poder Público e Centros Atacadistas participantes, onde a Expovest é realizada simultaneamente. "São eles: Asamoda Shopping; Ciavest Shopping; Dallas Personnalité; Master Shopping, Nabhan Cia Fashion e Rua da Moda".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como proposta apresentar fragmentos históricos da considerada a primeira confecção de Cianorte, cidade localizada no Corredor da Moda (Cianorte, Maringá e Londrina). Assim, o texto descreve a história da família Nabhan e, consequentemente, a história da cidade.

O texto relata também sobre a importância do setor de confecção para o desenvolvimento regional. Desse modo, faz-se necessário analisar dados a respeito do crescimento econômico da maior feira atacadista de moda do Brasil – EXPOVEST. Cabe ressaltar, que esse recorte inicial do projeto de iniciação científica (PIC) da Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte, pelo curso de moda, fomenta as fontes basilares para pesquisar e entender a "Cheina Indústria de Confecção de Roupas", considerada a pioneira na atividade da indústria do vestuário na cidade e do seu entorno, desta maneira, o propósito é manter o espólio e a memória local, seja da confecção, bem como, das pessoas que fizeram e fazem parte da conhecida "Capital do Vestuário".

A indústria do vestuário e do têxtil é considerada como uma das mais relevantes nos setores da economia nacional, tanto na geração de empregos, quanto no valor de sua produção. Pesquisar a primeira indústria de confecção do Norte do Paraná, é compreender a sociedade e o desenvolvimento regional que movimentou e ainda movimenta o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade e região, transformando a atividade econômica local da confecção em uma grande geradora de empregos.

REFERÊNCIAS

[1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). Perfil do setor. 2019. Disponível na internet em: https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor. Acesso em: 08 jun. 2020.

[2] VOIDELA BAPTISTA, J. do R.; ALVAREZ, V.M.P. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.113, p. 59-81, 2007. Disponível na internet em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813477. Acesso em: 09 jun. 2020.

[3] BORTOLINI, K.; BUCHMANN, E. A capital paranaense do vestuário. Revista Cianorte, Cianorte, ed. especial, p.3-26, 2015.

[4] CAMPOS, A.C. de; PAULA, N.M. de. Do aglomerado industrial ao APL: uma análise da indústria de confecções de Cianorte (PR). Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.147-176, jan./jun., 2008. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648961/15508. Acesso em: 20 jun. 2020.

[5] LIMA, Â. M. de S. A produção de roupas em Cianorte-PR: interfaces entre a história e a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras. 2006. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_producao_de_roupas_em_cianorte_pr_interfaces_entre_a_historia_e_a_realidade_dos_trabalhadores_e_das_trabalhadoras.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

[6] MAJOLO, M.; LUCON, M.; VASQUES, R. S. Museu Contemporâneo da confecção de Cianorte: considerações sobre a criação de um espaço histórico-cultural para o município. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. Anais eletrônicos [...]. Maringá, PR: UEM, 2015. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1123.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

[7] MARTINS, A.C.S. A nossa diferença é a criatividade!: a configuração do setor industrial de moda em Cianorte/PR. 211 F. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível na internet em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2022/1/Ana_Martins_2015.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020

[8] PREFEITURA DE CIANORTE. História. 2018a. Disponível na internet em: http://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/historia-da-cidade. Acesso em: 12 jun. 2020.

[9] PREFEITURA DE CIANORTE. Moda em Cianorte, 2018b. Disponível na internet em: https://www.cianorte.pr.gov.br/sobre/moda-em-cianorte. Acesso em: 19 jun. 2020.

[10] ROCHA, A.; NASSER, O. Pioneirismo de família árabe gera pólo industrial no Paraná. 2005. Disponível em: https://anba.com.br/pioneirismo-de-familia-arabe-gera-polo-industrial-no-parana. Acesso em: 10 jun. 2020.

[11] VASQUES, Ronaldo Salvador. A indústria têxtil e a moda brasileira nos anos de 1960. 1.ed. – Curitiba, Appris, 2018.

Capítulo 15

A exposição do real no positivismo comteano e no marxismo: Um estudo conceitual

André de Souza Santos
Maria Cristina Gomes Machado

Resumo: O objetivo deste capítulo foi distinguir as concepções de real evidenciadas pelo positivismo comteano e o materialismo de caráter marxista. Para tanto, o estudo se concentrou em aspectos pontuais dos estudos de Auguste Comte (1798-1857) na "Primeira Lição" do Curso de Filosofia Positiva e nos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1890), no "Primeiro Capítulo" da Ideologia Alemã. O texto foi fundamentado na contemporaneidade dos intelectuais, desde o século XIX até então, e a determinância de suas ponderações associadas, de um lado, a industrialização, a promoção da elite burguesa, a manutenção do status quo; e de outro, a formação e conscientização das camadas populares sobre a posição e dignidade humana do sujeito histórico, inserido na sociedade capitalista. Indagou-se: o que de fato é o real para o positivismo e o marxismo? Buscam superar alguma concepção de real estabelecida? Como concebem o homem e sua história perante o real que conceituam? Por fim, ambas vêm ao encontro da sociedade que se industrializava mundialmente, conquanto, o positivismo advogava em favor do aprimoramento das relações existentes entre burguesia e proletário, traduzidas em suas égides, amor ordem e progresso, sem perspectivas de transição de poderes no arranjo socioeconômico. Para o marxismo, a Revolução Operária e a emergência do comunismo é o caminho adequado à equidade e progresso social, ao garantir a participação de todos sobre os lucros produzidos pela massa trabalhadora, bem como a distribuição dos meio de produção destas riquezas.

Palavras-chave: Positivismo. Marxismo. Contradição. Alienação. Totalidade.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo foi distinguir as concepções de *real* evidenciadas pelo *positivismo comteano* e o *materialismo* de caráter *marxista*, utilizando como referência escritos dentro do campo filosófico e das intenções enquanto campo de conhecimento e prática social. Essa proposta se concentrou em aspectos pontuais dos estudos de Auguste Comte (1798-1857) na "Primeira Lição" do *Curso de Filosofia Positiva*[86] e nos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1890), no "Primeiro Capítulo" da *Ideologia Alemã*[87], caso contrário, diante da densidade e profundidade das teorias, corria-se o risco de fugir das características de síntese e objetividade, requisitadas para essa produção.

Ao se pensar superficialmente sobre um suposto *real* seria simples categorizá-lo como o todo visível, palpável, e que, de certa forma, não pode ser nada diferente do *concreto*. Talvez o conceba como um parâmetro para o *irreal*, ao entender que este nada mais é do que uma *abstração* do próprio real, em suma, o que existe é apenas o objeto, passível a reflexões, mas não, transformações, pois *o real se encontra acabado em si*.

No que tange a *concretitude* do que supostamente é o real, usemos como exemplo a obra de ficção *Matrix*[88] e a resposta de *Morpheus* ao protagonista *Neo*, quando questionado sobre o que seria o real: *" – O que é real? Como se define real? Se você se refere ao que pode sentir, cheirar, provar e ver, então real são apenas sinais elétricos interpretados pelo seu cérebro"* (MATRIX, 1999). O real aqui ganha contornos de *concreto pensado*, imaginado e até sonhado, sendo a mente a origem e a explicação para a significação do real. Isso nos leva, inevitavelmente, a *ideia absoluta* de Hegel (1816), em *Ciência da lógica*.

A inversão da *lógica subjetiva absolutista* de Hegel proposta por Marx assinala ao *real materialista* – nos perdoem a redundância aos leitores de Marx, mas é assim que procederemos –, isto é, o que nos assegura unicamente a *manifestação do real* para o homem é a *produção histórica*, a *material*, que ocorre pela organização das forças produtivas e possibilita a elaboração, manutenção ou o fim da existência, *antes da ideia*. Neste enfoque, o *real possível* a cada ser está intrinsecamente vinculado ao seu capital – recursos e meios.

Por outro lado, Comte (1978) estabelece um *real estático* e em acordo as demandas da burguesia ascendente de sua época, em meados do século XIX, preocupada com a organização da classe trabalhadora e a *contradição capital* ao marxismo: *produção coletiva* vs. *apropriação individual*. Diante desses pressupostos tentou-se responder as seguintes indagações: o que de fato é o real para o positivismo e o marxismo? Buscam superar alguma concepção de real estabelecida? Como concebem o homem e sua história perante o real que conceituam?

A relevância do estudo se fundamenta na contemporaneidade do ideário dos intelectuais, difundidos do século XIX até então, e a determinância de suas ponderações e constatações associadas, de um lado, a industrialização, a promoção da elite burguesa, a manutenção do *status quo*; e de outro, a formação e conscientização das camadas populares sobre a posição e dignidade humana do sujeito histórico, inserido na sociedade capitalista.

Metodologicamente, procedeu-se um estudo qualitativo, de natureza descritiva-analítica, que analisou de forma crítica e histórica as teorias desenvolvidas por Comte e Marx, que são os referenciais priorizados para o texto que se segue. A leitura realizada guarda relações com a perspectiva materialista de análise, sem, por isso, expressar-se autoritária ou deterministamente.

Apresentou-se o resultado por meio das seguintes seções: primeiramente, retratou-se o ponto de vista positivista de Comte e suas colocações sobre o real; em outra parte, evidenciou-se o real materialista, proposto por Marx e Engels; posteriormente, diferenciou-se as concepções, ao pensar o real como originário da *ação* do sujeito; finalmente, as considerações finais.

---

[86] O *Curso de filosofia positiva* foi escrito entre 1830 e 1842 para aulas ministradas por Auguste Comte em sua casa, em Paris. Em seis volumes, o sociólogo propôs uma nova organização das ciências e das sociedades modernas.

[87] A *Ideologia alemã* foi escrita Marx e Engels entre 1845 e 1846 apresentam a concepção materialista da história e a dialética como recurso investigativo.

[88] *Matrix* é uma produção cinematográfica estadunidense e australiana dos gêneros ação e ficção científica, dirigida pelas irmãs Lilly e Lana Wachowski e protagonizado por Keanu Reeves (*Neo*) e Laurence Fishburne (*Morpheus*). O filme foi distribuído mundialmente pela Warner Bros. Pictures no ano de 1999.

2. O REAL *POSITIVO* EM AUGUSTE COMTE

A doutrina positivista de Auguste Comte, historicamente, foi socializada nos campos da filosofia, sociologia, política e ciências em geral. Auguste Comte (1798-1857), nascido em Montipellier, na França, trabalhou ativamente na elaboração de proposições para reorganizar as ciências naturais e os Estados Nacionais, por meio de uma filosofia *evolutiva* e *racionalista*. Suas ideias foram disseminadas ao redor do mundo, tendo significativa aceitação no Brasil, país que se reorganizava política, social e economicamente nas últimas décadas do século XIX (SILVA, 2016).

O real ou *etapa final* da *evolução* do conhecimento para Comte tem como premissa a superação da *lei dos três estados*, isto é, nossos saberes, progressivamente, atravessam estágios evolutivos – *teológico* ou *fictício*, *metafísico* ou *abstrato* e *científico* ou *positivo* – e atingem, no último, a forma final, que garante a análise objetiva daquilo que se investiga, prioritariamente, como manifestação científica ausente de misticismo, historicidade e consistente em suas leis irrefutáveis (COMTE, 1978).

Coloquemos os estados em comparação. Mais especificamente, para Comte (1978), no

> [...] estado teológico, o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo (COMTE, 1978, p. 36-37).

O estado positivo para Comte (1978) eliminará o misticismo envolvido nessa perspectiva sobrenatural. As constantes descobertas científicas reduzirão sucessivamente os questionamentos ou especulações a respeito do *real*, que, por conseguinte, *não pode ser nada diferente do que pode ser comprovado*, mediante teste, mensuração, classificação, medição e o trato junto a instrumentos específicos para cada objeto investigado e as associações desses a elementos da mesma natureza (COMTE, 1978).

Dentro do estado *teológico*, Comte (1978) apresenta três fases: o *fetichismo*, *politeísmo* e o *monoteísmo*. Na primeira, atribui-se o controle da vida a "corpos exteriores", analogicamente ao sujeito, sendo a "adoração dos astros", o apogeu desta fase; posteriormente, a ação agora se efetiva por intermédio dos deuses, "seres fictícios", controladores da natureza e dos seres. Na última, o poder e o domínio de si encontram-se, ainda, fora do alcance humano, em uma relação verticalizada, porém, sob a tutela de um só provedor. Um só deus (COMTE, 1978, p. 117-119).

No *metafísico* entende-se que, com o deslocamento do real, não mais atribuído aos seres exteriores ao mundo humano, mas a própria natureza, suas premissas continuam a difundir o desprivilegio sobre a forma mais objetiva de conhecimento. Neste caso, os saberes se emergem mediante a reflexão simples sobre os fenômenos. Explica Comte (1978), que, no

> [...] estado metafísico, que no fundo nada mais é do que simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente (COMTE, 1978, p. 36)

Dessa maneira, a metafísica não pode ser diferente de um novo modelo teológico ou uma tentativa de reafirmação deste – ou, ao menos, da perspectiva e análise teológica –, o que implica, em ambas as concepções, uma tratativa do real externa ao sujeito e o seu concreto. As teorizações e conclusões nascem da reflexão, abstração e sujeição às determinações externas e esses marcos se dão exclusivamente a nível subjetivo. Não existe método e comprovações científicas.

A perspectiva positivista surge, portanto, como questionamento e superação dos estados anteriores, considerados necessários ao progresso de qualquer conhecimento e organização política, mas, insuficientes para dar conta das demandas oriundas das novas configurações econômicas e sociais. Neste bojo, recusa-se a historicidade dos saberes, objetos e propostas, mas sua exclusiva aparência e utilidade. Argumenta Comte (1978), que, no estado positivo,

> [...] o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a

> saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir (COMTE, 1978, p. 36-37).

O estado *positivo* para Comte é o estágio *final* e *verdadeiro* do real, e tem seu ápice junto a *ciência moderna*, por isso, superior a todos os outros estados. A observação e subsequente classificação, mensuração, teste, comprovação, são os parâmetros do real, garantindo que cada fenômeno seja investigado particularmente, sem, no entanto, tratar-se de um "empirismo puro" – ainda que Comte faça referências a Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650). O objeto real existe por si e para si, dentro de uma lógica organizada ou conjunto de leis. Segundo Giannotti (1978), o estado positivo se caracteriza

> [...] pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Cada proposição enunciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. Isso não significa, porém, que Comte defenda um empirismo puro, ou seja, a redução de todo conhecimento à apreensão exclusiva de fatos isolados. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico) e torna-se pesquisa de suas leis, entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis (GIANNOTTI, 1978, p. 19).

É possível considerar que, se o estado positivo comteano é caracterizado pela observação do objeto, expressa que seu real é oriundo do concreto, todavia, interpreta-se o abandono das "causas dos fenômenos" para além dos procedimentos teológicos e metafísicos. Com isso, seu real desconsidera as causas que estão relacionadas a história do *homem real* e seus *produtos*, com exceção apenas aos fenômenos naturais – não produzidos intencionalmente, privilegiando as "leis" que os permitem existir.

3. O REAL MATERIAL EM MARX

Antes de adentrarmos no real para o materialismo marxista, faz-se necessário situarmos a qual compreensão se contrapõe – ou visa superar. As concepções de real para a filosofia alemã, originária do sistema de Hegel, partiam, primeiramente, do pensamento, da ideia (HEGEL, 1816). Era na mente, na consciência, que se geravam os saberes e então se difundiam à sociedade pelos idealistas. Por esse motivo, o início e fim do *real ideal* era essencialmente abstrato.

Para Hegel e seus procedentes, os *jovens hegelianos* ou *neo-hegelianos* (MARX, 2002 p. 14-15), o material não lhe servia como referência à investigação do real, logo, que somente a subjetividade pode produzir o conhecimento que se aplica ao mundo, afinal, a prória natureza, realidade ou substancialmente material são frutos da percepção, da racionalidade humana. Marx e Engels exemplificam, na *Ideologia Alemã* (2002), esta noção da seguinte maneira:

> [...] Outrora, ouve gente que acreditasse que homens podiam afogar-se apenas porque acreditavam na ideia da gravidade. Caso tirassem da cabeça esta ideia – por exemplo, declarando que não passava de uma representação religiosa, supersticiosa – ficariam livres do perigo (MARX; ENGELS, 2002, p. 12).

Esta crítica se direciona deliberadamente aos jovens hegelianos, uma vez que, ao buscarem ressignificar o sistema de Hegel, afirmavam que para a verdadeira mudança do real se deveriam mudar, a princípio, as mentalidades, isto é, as ideias que poderiam estar vinculadas as supertições ou outras menções, reinterpretando o meio. Nas teses sobre Feuerbach, um dos hegelianos, Marx e Engels apresentaram ponderações, especialmente sobre as divisões de mundo e perda da *totalidade* em *A essência do cristianismo*, de Feuerbach (2007), publicado originalmente em 1841.

A luta desses grupos se limitava no combate aos discursos socializados em sua época na Alemanha, antes de tudo, em âmbitos religiosos, mais especificamente no cristianismo, o que Marx e Engels consideravam "esclarecimentos insignificantes", justamente por continuarem a não considerar o *movimento geral* da humanidade e a materialidade como base que qualquer atitude ou discurso[89]. Era simplesmente uma troca de um idealismo por outro. Expressaram os materialistas dialéticos que

[89] Apesar disso, não se pode esquecer a influência Ludwig Feurbach (1804-1872) nas elaborações e desenvolvimentos marxistas, sobretudo, no que tange a *alienação* e a releitura de Hegel.

> [...] para os jovens hegelianos as ideias, representações, conceitos, os produtos da consciência, valem como prisões dos homens, do mesmo modo, para os velhos hegelianos significam os verdadeiros elos da sociedade humana, os jovens hegelianos devem lutar apenas contra estas ilusões da consciência. [...] Os ideólogos jovens hegelianos são, apesar das frases com que pretendem abalar o mundo, os maiores conservadores. Os mais jovens dentre eles encontraram a expressão correta para sua atividade afirmando que lutam apenas contra "frases". Esquecem, contudo, que estas mesmas frases não opõem senão frases e que de modo algum combatem o mundo real lutando contra a "fraseologia" do mundo (MARX; ENGELS, 2002, p. 14-15).

A proposta de Marx foi de uma *inversão* do sistema hegeliano, partindo-se da premissa de que, o real, não pode estar deslocado da *intervenção humana* sobre as estruturas. Apreende-se que, em suma, são as bases materiais é que determinam as possibilidades de ação e lucidez do sujeito, levando-o por esta apreensão, a transformar o meio.

Se não há produção, não há consciência, nem tampouco história. Por conseguinte, a concepção materialista para Marx e Engels é o reconhecimento do sujeito produtor de sua vida o do sistema o qual está inserido, o que o difere, enquanto racional, dos demais seres. Pode-se

> [...] distinguir os homens dos animais pela consciência, religião e tudo mais que se quiser, mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os seus meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2002, p. 17).

Não há, em razão disso, como eliminar a disputa material da história. Esta inclusive, é a própria história. Para Marx e Engels (2002, p. 25), a "[...] produção de ideias, de representações e da consciência, está em princípio, diretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real". Todas as particularidades da realidade, inclusas no modo e característica do pensar, estão relacionadas ao trabalho. Dito isso, não "[...] é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência" (MARX; ENGELS, 2002, p. 26).

As forças produtivas, diante da realidade, criam o *movimento geral*, o que obrigatoriamente impede uma leitura *ahistórica*, *estátic*a, dentre as causas e intencionalidades dos projetos históricos. Não se encontra na especulação ou na "fraseologia" dos jovens hegelianos ou de quaisquer outros. Contrariamente, o real marxista é, impreterivelmente, manifestação histórica das forças produtivas junto as modificações materiais por determinações particulares. É, portanto,

> [...] na vida real, onde termina a especulação, que começa a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que cessa o fraseado oco sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar. Ao mostrar a realidade, a filosofia perde um meio onde pode existir de maneira autônoma. Em seu lugar pode, quando muito, surgir uma síntese dos resultados mais gerais que se pode abstrair do estudo do desenvolvimento histórico humano. Estas abstrações não têm nenhum valor se tomadas por si, separadas da história real [...] (MARX; ENGELS, 2002, p. 27).

Marx e Engels categorizam em suas falas a "história real", que se desvela justamente do fato de, quanto mais se especula, se imagina, se debate, descompromissado da prática material, tanto mais se distancia da única realidade existente, e, quanto mais se toma como pressuposto a materialidade dinâmica e intencional, tanto mais se distância do discursivismo vazio, da demagogia e ascende a realidade, que, transformada em falas, só podem ser críticas e revolucionárias, se privilegiam-se os trabalhadores.

A realidade está, então, estabelecida sobre todas as estruturas que compõem o corpo social, em todas as relações existentes e em todos os elementos que se articulam para esta composição, levando em conta, para isso, a prática existencial humana e a utilização de suas potencialidade, visto que, no capitalismo, todo sujeito pode ser uma força produtiva *privada*, explorada e construtura de real *alienado* e que deve se contentar com os restos. A realidade capitalista e sua mundialização relativizou a importância do homem ao lucro possível gerado.

Em razão disso, o que chama-se de realidade é onde se inserem as forças produtivas, homogeneizadas pela ótica liberal e produtivistas do existir, mas essa, porém,

> [...] só pode ser conhecida na sua totalidade concreta quando se conhece a mesma na dimensão social e histórica, compreendendo a unidade dialética da estrutura e superestrutura, onde o homem é reconhecido como sujeito da práxis. Ignorar, na dialetização base-superestrutura, no movimento de suas relações recíprocas, a atuação do homem como sujeito histórico real no conjunto das relações sociais é tornar a realidade uma abstração (CURY, 1987, p. 38).

O homem determinar o real é o mesmo que dizer, *não existe real sem o homem* e sem o seu "ser histórico". O "fazer" na história não pode se resumir a transformação de objetos e matérias em outros, mas, acima disso, do entendimento do próprio homem enquanto transformador e que faz esse trabalho em seu benefício e coletivo, uma vez que as necessidades do homem são desveladas no conhecimento e reconhecimento de si perante o ofício que cumpre. Contudo, essa conscientização não se dá pela simples ação, mas pela prática política, social e existencial de cada sujeito. Sem isso, só há *alienação*.

É preciso salientar que, no capitalismo, a conversão da natureza e a "realização" em qualquer ocupação, não se orienta pelo suprimento da necessidade do homem e seu coletivo, como foi mencionado, mas sim, das demandas do mercado, o que nos coloca eminentemente diante de uma *contradição* enunciada na introdução deste texto: a *produção coletiva*, por parte da grande massa de trabalhadores, nominalmente, o proletariado; e a apropriação individual dos recursos (valores) gerados nessas produções pelos donos dos *meios de produção*.

4. O REAL POSITIVO E O REAL MATERIAL EM COMTE E MARX: SIMILITUDES, DISTINÇÕES E INTENÇÕES

Nas seções anteriores foram evidenciadas as concepções do real em Comte e Marx, mais notadamente, em suas filosofias. Se esclarece que, devido a profundidade desses pensadores, o estudo sintetizou alguns dos componentes mais básicos das teorias, todavia, acredita-se ter, agora, princípios mínimos para uma aferição igualmente liminar.

Desenvolveu-se nesse momento o que se chama "comparação". Essa prática trata-se

> [...] de uma atividade humana universal cujos procedimentos pressupõem a identificação de características, problemas e desenvolvimentos similares e diferentes, ordenando-as e hierarquizando-as. No segundo sentido, a comparação ancora-se em técnicas de pesquisa e pressupõe não apenas o estabelecimento de semelhanças e diferenças, mas exige ir além adotando a lógica de relacionar relações (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 29).

Com o objetivo de comparar, relacionou-se as teorizações positivistas e materialistas em Comte e Marx e Engels, que inerentes a totalidade histórica, que adiantou-se, vincularam-se as intenções de reorganização social e manutenção da distribuição de classes que se formara no seio da *ascensão burguesa* ou à criação de uma *consciência de classe*, que tinha como parâmetro a priorização material da camada popular, a eliminação da exploração da *força de trabalho* e a *revolução* do Estado.

Ambos se desfazem das *noções de real* ancoradas em *externalidades*, oriundas puramente do misticismo e dotadas da crença de que, a ação humana é vinculada ao não humano. Essas, por fim, não podem ser completamente dominadas pelos homens, dado que o humano não é seu local de *origem*. Comte aponta a *evolução*, perpassando pelos estados teológico e metafísico como superação destes estágios.

Marx e Engels (2002) argumentam sobre a *formação de ideias* dos homens, o equívoco histórico neste processo e a necessidade da libertação. Afirmaram os intelectuais que os

> [...] homens sempre formaram ideias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou deveriam ser. Instituíram as suas relações em função das suas representações de Deus, do homem normal etc. Foram dominados por estes produtos de sua cabeça e curvaram-se diante de suas criaturas, mesmo sendo os criadores. Devemos libertá-los dos sonhos, das ideias, dos dogmas, do imaginário sob cujo jugo ficaram presos. Devem revoltar-se contra o domínio das ideias. Se forem ensinados a substituir essas fantasias por pensamentos que correspondem a essência do homem, afirma um; a ter uma atitude crítica face a elas, afirma outro; a expulsá-las da mente, diz um terceiro, a realidade vigente ruirá (MARX; ENGELS, 2002, p. 11).

Apesar das indicações ao "despertar da consciência" na perspectiva materialista, revelam-se completamente contrárias quando tratam da estruturação e o *quefazer* da realidade para o positivismo, visto que, para Comte, como citado anteriormente neste estudo, a gênese dos fenômenos não interessa à sua observação, esses, concentram sua essência em si, em suas leis e são desconsiderados como históricos.

É assim que nos explica Giannotti (1978, p. 20), ao argumentar que o "[...] conhecimento positivo caracteriza-se pela previsibilidade: "ver para prever" é o lema da ciência positiva". Completa o autor, diante das necessidades materiais dos tempos em que Comte teorizou, que "[...] o estado positivo corresponde à indústria, no sentido de exploração da natureza pelo homem" (GIANNOTTI, 1978, p. 20). Não é difícil realizar uma analogia com os nossos tempos e identificar que o avanço científico sofre as pressões do *mercado da utilidade*.

É desnecessário notabilizar o caráter conservador dessa teoria, que nega a história; os interesses políticos; o homem; o real construído, substituindo-o pelo real eterno instituído, e que concebe o mundo e seus sujeitos como estáticos, passivos e pacíficos. Para o Giannotti (1978), esse espírito positivo

> [...] instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais (GIANNOTTI, 1978, p. 21).

Não existe processo de crítica, questionamentos ou lutas de classes pela "transferência dos poderes" elencados por Comte. Ao contrário, há uma passagem "natural" de poderes dentro da organização "naturalmente" esperada para a sociedade "evoluída", que deve ter como tutores os cientistas para o poder "espiritual" e o material sob os cuidados dos industriais. A intenção de conservar a sociedade e reorganizá-la por meio do positivismo, sem questionar a exploração sofrida pela classe trabalhadora está dada, ao dizer que nada

> [...] mais resta, como indiquei, além de completar a filosofia positiva, introduzindo nela o estudo dos fenômenos sociais e, em seguida, resumi-la num único corpo de doutrina homogênea. Quando este duplo trabalho estiver suficientemente avançado, o triunfo definitivo da filosofia positiva ocorrerá espontaneamente e restabelecerá a ordem na sociedade (COMTE, 1978, p. 68).

Nesse instante de pós *Revolução Francesa*, ampliação mundial da industrialização e tentativa de estabilização burguesa, cientistas e industriários trabalhavam enfaticamente sobre as possibilidades do novo mundo capitalista e sua dinâmica, da ciência moderna e não esperavam passivamente uma "transferência" de poderes, como talvez, se deu a entender. Os poderes, de fato, se dividiam entre monarquias imperiais, reinados, repúblicas, em uma época em que se promovia a discussão dos Estados Nacionais *democráticos*.

Aliás, as teorias produzidas por Comte, eram alicerces para a consolidação de um modelo de Estado, o burguês, arquétipo que se alinhava aos anseios dos donos dos meios de produção, sobretudo industriais, e apresentava "funções", "colocações" e "comportamentos" para cada indivíduo dentro da coletividade, que participaria de coletivização que contribuiria ao sucesso geral, amorosamente, sem influenciar na ordem estabelecida ao progresso capitalista, que, afinal "beneficiaria" a todos.

O *real comteano* está consubstanciado na negação dos motivos pelas quais a natureza é transformada, por quais motivos e por quem, como se não apenas as posições sociais estivessem genuinamente condicionadas, bem como se o trabalho de cada homem não emanasse de sua particular colocação social e perante as possibilidades materiais de sua existência. O positivismo se revelara, portanto, precursor da *ordem* e *progresso*. *Ordem aos trabalhadores e progresso aos burgueses*.

O marxismo, privilegiando a história, aponta que, para se situar e se compreender na realidade em que se habita é preciso liberta-se daquela em que se imagina, da ideia, da fantasia ou de qualquer especificidade que não faça alusão exclusiva a materialidade, a existência material, que é expressa em sua condição de existir. Marx e Engels (2002) alertam que, naturalmente,

> [...] não vamos nos preocupar em esclarecer aos nossos sábios filósofos que o fato de dissolverem na "consciência de si" a filosofia, a teologia, a substância etc., libertando, desta forma, o "homem" da ditadura que nunca o escravizou, de que não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais; que não é possível abolir a escravatura sem a máquina a vapor e a

> *mule-jenny*, nem a servidão sem uma agricultura aperfeiçoiada; que não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem em condições de adquirir comida, bebida, habitação e vestuário na qualidade e quantidade perfeitas. A "libertação" é um fato histórico, não um fato intelectual, e é efetuada por condições históricas, pelo nível da indústria, do comércio e da agricultura (MARX; ENGELS, 2002, p. 29).

Os meios reais assinalados por Marx e Engels, são, além dos recursos a serem convertidos às camadas populares, os próprios instrumentos para essa alteração, com um ponto de problematização que, na sociedade capitalista, uma minoria detém meios de exploração, o que gera no seio do sistema a elevação de novas classes, neste caso, uma que domina, a burguesia, que goza do poder econômico e a outra dominada, o proletariado, que vende sua força *trabalhista*. Argumentam que, no

> [...] desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de circulação que, sob as relações vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) e, em conexão com isto, é produzida uma classe que tem de suportar todo o peso da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, excluída desta, é forçada ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes[...] (MARX, ENGELS, 2002, p. 51).

A diferença consiste em que, Auguste Comte privilegia a história dos fenômenos, isoladamente, negando qualquer outra orientação argumentativa que se desprenda da objetiva observação. Para Marx e Engels (2002), se não há vínculos homem/natureza/trabalho, não há produção de meios de vida, e como consequência, não há história e nem "classes" – que desaparecem na teoria comteana –. Para Marx e Engels, a "[...] história de toda a sociedade até aos nossos dias nada mais é do que a história da luta de classes" (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Essas, em razão disso, não podem ser negligenciadas teoricamente.

Contrariando Comte, a *história real* para o marxismo não é fechada, acabada ou se limita ao estudos das ciências modernas e da indústria que, para o positivista, se encontra em seu estágio mais avançado, ou, final. Se retirada as mãos humanas de todas as obras criadas por gerações e suas heranças materiais, que romperam o tempo até a ascensão industrial, esta, nem ao menos existiria. Por assim dizer, a *história do real é produção histórica dos sujeitos*.

Como a maioria dos homens está condicionada a produzir de acordo com as suas condições materiais, dependente da tecnologia, maquinário, indústria, os quais não é possuidor, e, como subordinado dos possuídores, *aliena* a realização de sua própria atividade, não mais almejando o resultado prático e a concreticitude de seu esforço, trocada pelo salário, em função da rentabilidade do patronato. Nesse sentido, elabora Marx (2013) que

> [...] a propriedade aparece do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos (MARX, 2013, p. 802).

A alienação é uma importante categoria do pensamento marxista que nos auxilia na leitura de nossas condições humanas. Serve, não apenas, na crítica ao que fazemos, mas, ao que vivemos. Usada igualmente na religião, como em Feuerbach (2007), e nos mais frequentes costumes que mantemos, a alienação não nos permite enxergar os fins dos processos, os mais beneficiados e que desejam manter as configurações doutrinárias, sejam elas trabalhistas, religiosas, culturais ou outras. *É um produzir e não consumir; um existir e não viver*. Continuam Marx e Engels (2002) ao afirmarem que esta

> [...] contradição entre as forças produtivas e a forma de troca que, [...] já ocorreu na História várias vezes até os nossos dias, sem, contudo, pôr em perigo sua base, traduziu-se, em cada caso, numa revolução, assumindo ao mesmo tempo diversas formas secundárias, como conflitos, como choques de diferentes classes, como contradição da consciência, como luta ideológica, como luta política etc. De um ponto de vista limitado, pode-se isolar uma destas formas secundárias e considerá-la como a base destas revoluções, o que acontece com toda a facilidade, visto que os indivíduos dos quais partiram as revoluções se iludiram, segundo o seu grau de cultura e a etapa do desenvolvimento histórico, sobre a sua própria atividade. Segundo a nossa concepção, todas as soluções da

> História têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de trocas (MARX; ENGELS, 2002, p. 87).

A distância das teorias aumenta cada vez mais na medida em que, para o marxismo, adverso ao pensamento positivista ou qualquer pensador conservador de sua época, a história da natureza sozinha não pode se explicar por si mesma e nem ao homem, destarte, conhece-se relacionando natureza e homem, isto é, há sempre possibilidade de transformação e o trabalho é o emprego das forças produtivas transformadoras.

Na leitura marxista, para o grande capital, cada indivíduo é uma potencialidade utilizável, mas, só o é, no momento em que deixa a ociosidade e se torna *utensílio* capaz de gerar lucros. Aqui, o homem só é homem como trabalho, e, para isso, "alia-se" ao capitalista. Entretanto, "aliando-se", atua contra si, seguindo a lógica do mercado. Esta é mais uma contradição: *só se consegue sobreviver se aliando ao capital; mas se aliando ao capital, perde-se a qualidade de vida*.

Para Comte, a dinâmica social, base analítica do marxismo, deve ser submissa a ordem, mais precisamente à conservação da sociedade burguesa, a propriedade privada e sua forma de processar as relações. Não há espaços para mudanças hierárquicas ou críticas. Burgueses e proletários devem viver harmonicamente, cada um no cumprimento de seus deveres postos pela "natureza econômica", mantendo relações afetivas e de aprendizagens mútuas. Explica Giannotti (1978) que a

> [...] ideia fundamental da estática é a ordem; a da dinâmica, o progresso. Para Comte, a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal, etc (GIANNOTTI, 1978, p. 23).

A *ordenação* para Comte estava como a *revolução* ao marxismo, totalmente necessária e inquestionável do ponto de vista do desenvolvimento das sociedades e dos sujeitos. Comte acreditava

> [...] também que os proletários (e as mulheres) pudessem abrandar o egoísmo dos capitalistas e que uma ordem moral humanitária poderia abolir todos os conflitos de classe. Os capitalistas deveriam ser moralizados e não eliminados: a propriedade privada deveria ser mantida (GIANNOTTI, 1978, p. 24-25).

"Elementos permanentes" e manutenção da propriedade privada eram pontos críticos e "geradores" para o real em Marx e Engels (2002), segundo, as indústrias, detentoras das totalidades das forças produtivas deveriam ser apropriadas e distribuídas, possibilitando a cada homem encontrar o seu próprio "eu" e "assegurar sua existência" autônoma, reconhecendo-se historicamente. A Revolução Proletária é a chave para a assunção deste estágio. *O ser da história passa a ser o ser histórico* (MARX, ENGELS, 2002).

O real agora é coletivo e construído conscientemente pelos homens, seus consumidores. No entanto, a apropriação

> [...] só pode ser levada a termo mediante uma união que, devido ao caráter do próprio proletariado, é obrigatoriamente universal; só se realizará através de uma revolução que, por um lado, derrubará o poder do modo de produção e de troca anterior, assim como o poder da estrutura social precedente; por outro lado, desenvolverá o caráter universal do proletariado e a energia que lhe é necessária para consumar essa apropriação, e em que, além disso, o proletariado deixa para trás tudo o que ainda lhe restou da sua posição anterior na sociedade. [...] Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos cessa a propriedade privada. Enquanto, na história anterior, uma condição particular aparecia sempre como acidental, agora tornou-se acidental o isolamento dos próprios indivíduos, o próprio ganho privado de cada um deles (MARX, ENGELS, 2002, p. 110).

Enquanto Comte defendia que cada elemento – objetos, instituições, sistemas – da sociedade tinha seu desenvolvimento iniciado e findado em sua particularidade, não devendo ser alvo de modificações, mas, apenas de averiguação para o ordenamento e aprimoramento, especialmente da organização social, o marxismo, por sua vez, propunha a *práxis* grupal, começando com a conscientização de classe, a organização, a apropriação e distribuição dos meios de produção, mudando radicalmente o sistema vigente.

O positivismo comteano nega o homem como criador do real histórico, direcionando a este, apenas o papel de conservador estrutural. O marxismo, afirma o oposto, todavia, esclarece que os "[...] homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado". (MARX, 2000). Por isso, tomar consciência de sua exploração é o primeiro passo que ruma à reelaboração das relações sociais existentes e essa tomada só ocorrerá pelo entendimento de sua prática existencial junto a materialidade histórica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e capacidade de apreensão e leitura da realidade de Auguste Comte, Karl Marx e Friedrich Engels, em seu período, foi fundamental à nossa proposição de evidenciar conceitos e categorias fundamentais à compreensão do modelo de sociedade requerido e o que se esperava dos sujeitos nela presentes, abrangendo a vida, a história, a ciência e o homem, cada qual a sua forma e interesses de classe.

Em busca do objetivo proposto, quer seja, as características teóricas entre o positivismo comteano e o materialismo marxista, para fins de comparação, foram, a princípio, separadas por fins didáticos, para buscar-se conhecer suas singularidades em um momento inicial. Esse procedimento foi imprescindível para que se pudesse encontrar peculiaridades passíveis de comparação e que estivessem dispostas aos grupos para os quais se seguiam.

As confrontações foram amparadas nas questões que nortearam o estudo e que tinham por objetivo esclarecer as perspectivas defendidas pelos autores: o que é o real para o positivismo de Comte e o marxismo? Buscam superar alguma concepção de real estabelecida? Como concebem o homem e sua história, perante o real?

Inicialmente, encontram-se "semelhanças pontuais" entre as concepções de real das teorias, que partiam da análise do concreto, ao desconsiderarem determinâncias externas (sobrenaturais) ao observável, porém, ao longo da investigação interpretou-se que o tangível para Comte (1978) era *estático* e *a-histórico*, ao desconsiderar integralmente os fundamentos de sua existência, portanto, *reacionário*. Para Marx e Engels (2002), a materialidade, com exceção a natureza não explorada, é fruto da produção humana, portanto, histórica unicamente pelo homem.

Comte (1978) almejava a superação dos estados teológico e metafísico, ascendendo a ciência positiva, a racionalização do saber e a sua submissão à observação. Para o marxismo, busca-se igualmente a superação das origens e explicações místicas para o real, todavia, não obstante, credita o observável como determinado pelo homem ativo, o que implica na consideração do material como expressão do real erigido por mãos humanas, não podendo jamais contrariar esta premissa, o que seria a negação da própria existência humana. No mesmo sentido, procura-se igualmente nas teorias de Marx, superar o idealismo e sua dialética.

A concepção comteana de homem perante o real é do sujeito inercio, dócil e servil, que atende prontamente as necessidades estruturais da sociedade conservando-a com seu trabalho ordenado e harmonioso junto aos outros membros do corpo social, em suma, *o homem e sua força de trabalho é uma propriedade do burguês*. No materialismo o sujeito é a própria história, que emana deste, isto é, história, sujeito e força produtiva se imbricam temporalmente no suprimento das necessidades dos indivíduos.

No que diz respeito às intenções, diante das distinções apresentadas pelas vertentes, ambas vêm ao encontro da sociedade que se industrializava mundialmente, conquanto, o positivismo advogava em favor do aprimoramento das relações existentes entre burguesia e proletário, traduzidas em suas égides, *amor ordem e progresso*, sem perspectivas de transição de poderes no arranjo socioeconômico. Para o marxismo, a *Revolução Operária* e a emergência do comunismo é o caminho adequado à equidade e progresso social, ao garantir a participação de todos sobre os lucros produzidos pela massa trabalhadora, bem como a distribuição dos meio de produção destas riquezas.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, J. C. S.; VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil: notas de um balanço crítico. In: SOUZA, R. F.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. P. C. História da escola primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju, SE: Edise, 2015.

[2] COMTE, A. Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

[3] CURY, C. R. J. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, SP: Cortez/Autores Associados, 1987.

[4] FEUERBACH, L. A essência do cristianismo. Tradução e notas de José da Silva Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

[5] GIANNOTTI, J. A. Vida e obra. In: COMTE, A. Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

[6] HEGEL, G. W. F. A ciência da lógica. Tradução de Reinaldo Pedreira Cerqueira da Silva. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/hegel/1812/logica/index.htm>. Acesso em: 20 MAI. 2020.

[7] MARX, K. O Capital: Livro I (O processo de produção do capital). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

[8] MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã, 1º capítulo: seguido das Teses sobre Feuerbach. São Paulo, SP: Centauro, 2002.

Manifesto do partido comunista. São Paulo, SP: Escala, 2007.

[9] SILVA, J. C. "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim": as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

Capítulo 16

O tempo produzido na sociedade moderna

Alexandre de Almeida Martins

Resumo: Este trabalho apresenta um exercício de compreensão do tempo produzido na sociedade moderna e suas representações. Observar o tempo produzido como algo célere no processo civilizatório é contumaz considerar o tempo presente. Evidencia-se através da construção de um tempo social e histórico um poder coercitivo e simbólico. O tempo produzido traz a questão do homem fragmentado e esterilizado em seu cotidiano social. Propõem-se uma sociedade moderna tendo o homem submetido a instrumentos de dominação, como o discurso do progresso e do aparato tecnológico. Considerar o curso das concepções do tempo e do espaço nas singularidades culturais, históricas e sociológicas, verifica-se na dinâmica social rápidas mudanças que concebem paradigmas disciplinadores, alienantes e gera e ou mantém concentração de poder. A crítica do tempo produzido contribui para a percepção do tempo como ferramenta a proporcionar ao homem conhecer o mundo.

Palavras-chave: Tempo produzido. Sociedade moderna. Dominação

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é buscar compreender o tempo produzido, o tempo vivido na sociedade moderna. Entender o tempo produzido como instrumento simbólico disciplinador, organizador e a sua relação com o processo de dominação alienante. A reflexão de um tempo social e histórico na percepção de um poder simbólico e coercitivo, a dominar, fragmentar e submeter o homem, da sociedade moderna, a um ritmo esterilizante quanto às experiências. Permeando uma homogeneidade comportamental e do pensar a critérios favoráveis a dominação. Perseguir o conhecer do signo ideológico, o tempo produzido, e a medida das suas diversas construções advinda das relações sociais. Como esse processo implica a sociedade moderna e impacta a vida do homem nesta inserido. E a respeito do domínio dos signos ideológicos: "As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios." (1) Atendendo uma função determinada e permanente que como mecanismo o signo mantém sua função ideológica. A condução para o conhecimento no devir, como caminho a percorrer a fim de desconstruir as imagens e ilusões no exercício de uma dominação ideológica.

O Tempo. Sua pretensa explicação nos escapa as razões e conceitos que possam sinceramente expressar o que pretendemos saber a respeito, quando somos chamados a responder. O tempo insiste inquietar o homem. Grandes pensadores sinalizaram caminhos que nos permite percorre-los. O tempo será concebido pelo homem a partir das suas construções e representações e até mesmo do seu próprio espaço, ou seja, o homem de cada sociedade terá um entendimento sobre o tempo a partir de suas experiências e suas construções culturais.

Na necessidade de conceituar o tempo deveremos conceber vários aspectos, por exemplo: o tempo histórico, o tempo cronológico, o tempo psicológico e outros. Essa diversificação de aspectos do tempo não delimita seu entendimento.

Agostinho de Hipona, em suas reflexões nos apresenta "dois tempos": o tempo do mundo e o tempo da alma. O tempo do mundo, ele entende como sendo o tempo da finitude, o tempo "mutável". O tempo da alma é o da permanência. O tempo do mundo nos sugere um curso transitório, todo evento tem uma duração (passado, presente e futuro). E, os tempos da alma e do mundo jamais coexistirão. Prossegue Agostinho: "No entanto, dizemos que o tempo é longo ou breve, o que só podemos dizer do passado e do futuro. Chamamos longo, digamos, os cem anos passados, e longo também os cem anos posteriores ao presente; um passado curto para nós; seriam os dez dias anteriores a hoje, e breve futuro, os dez dias seguintes. Mas como pode ser longo ou curto o que não existe?..." (2) Logo, o presente é o tempo que realmente temos, onde realmente vivemos, tendemos pela inclinação a escapar do tempo presente. Pois ele agride, tantas vezes entristece e amedronta o homem, por isso ele, o homem, transita em tempos que não são seus, a dizer o passado e o futuro. Esse desalinhamento em função dessa fuga, o homem abandona o único tempo que lhe pertence – o tempo presente.

A grande questão é que o tempo do mundo não segue um fluxo contínuo, ele vai variar conforme as concepções e representações construídas pelo homem nas suas respectivas diferenças culturais existentes, e suas especificidades de tempo e espaço.

Na exposição metafisica dos conceitos de espaço e tempo, Kant dirá: "O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas [...] O tempo não é um conceito empírico que derive de uma experiência qualquer. Porque a simultaneidade nem a sucessão surgiram na percepção se a representação do tempo não fosse o seu fundamento a priori. [...]" (3) Sem comprometer a inteligível concepção do tempo a priori das sociedades modernas.

O tempo concebido como fenômeno da natureza, o homem que pertence a ela, utiliza e se adapta para fins de harmonizar suas atividades, mesmo limitados pelos fenômenos físicos, recorrem a esse tempo como meio para orientar-se.

O tempo do mundo, este em que os homens vivenciam como organizador e disciplinador, por mais que se pretenda ignorá-lo, ao chegar a este mundo já o encontra estabelecido como símbolo institucionalizado, ele é parte de um processo de construção social. Tempo este que como símbolo de uma instituição social, o homem sucumbe ao seu poder coercitivo.

2. O TEMPO PRODUZIDO

Nada mais apropriado para o exercício do poder do que dominar o ritmo da organização, da atividade e dos "habitus sociais". O tempo que ora revestido de uma subjetividade cumpre a tarefa, como instituição

social, de coerção que interessa ao processo civilizador. Durkheim, diz a respeito da coerção: "É devida simplesmente ao fato de que o indivíduo se encontra em presença de uma força que o domina e diante da qual ele se inclina; mas esta força é natural. [...] desse modo, para fazer com que o indivíduo se submeta a ela de bom grado, não é necessário recorrer a nenhum artificio; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais..." (4)

A capacidade de se desprender desse modelo de tempo orientador e disciplinador, não está contido no indivíduo, pois antes de sua existência a sociedade já se encontra com uma espécie de roteiro e de delimitador do espaço social.

Para o homem a observância do tempo produzido acaba por se tornar uma questão de sobrevivência e adaptação da vida em sociedade, assim refere-se esta filosofia. A civilização impõe uma cadência de maneira impositiva, submetendo os indivíduos, no curso de sua vida, a aprender e a interpretar os símbolos; assim orientam-se em função deles.

Mesmo tendo como referência Max Weber, nas teorias da ação, considerar que o individuo chegue a compreender o vasto mundo meramente por suas experiências, não seria sensato.

Os homens elaboram suas reflexões a partir da sociedade. A origem da consciência do homem não está no próprio homem, está fora dele, encontra-se na sociedade. O tempo produzido é uma instituição social, que mais além poderemos saber sobre um instrumento de dominação. Portanto é um poder simbólico, diz Pierre Bourdieu: "O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem." (5)

Os signos surgem na medida dos conflitos existentes na sociedade, e a classe dominante domina os signos. Têm-se então uma polifonia de sentidos das palavras e das coisas, onde o tempo produzido se inclui. As ideias dominantes nada mais são do que as ideias daqueles que dominam, embora essas ideias não sejam elaboradas por aqueles que de fato dominam. As ideias que estruturam o conhecimento semiológico a critério dos que exercem o poder, onde "classificar o mundo" a partir da sua realidade e interesse confere-lhes um imenso poder.

Os ideólogos são aqueles que elaboram as ideias dominantes a partir das suas próprias realidades, ou melhor, são aqueles que concebem as ideias dominantes através da própria concepção de sua realidade, já que são pertencentes desta classe que domina. Estas razões não implica dizer que os cumplices, os dominados e ou os excluídos por ela, não sejam capazes de construir suas representações. Muito na contramão disso, a sociedade moderna adquire cada vez mais uma capacidade eficaz de produzir "massas de invisíveis"; por vez ao buscar revisitar esta sociedade encontraremos "cacos" e marginalizados com representações próprias dos seus espaços e tempos.

A capacidade de manipular e impor um sentido a rotina cotidiana do homem, além de proporcionar certezas impelidas pelas "pressões sociais", se faz um instrumento de dominação. O tempo produzido viabiliza-se como uma produção da classe dominante e, assume o papel legitimador desse poder.

No enlace "capitalismo e modernidade" não o bastante, se não for primordial, comprometer o olhar no que pode ser chamado de "primeira modernidade pré-industrial".

Não sobressalta a concepção metodológica de uma "história de longa duração", a simples ideia de causa e efeito. Portanto percebe-se um elo "coerente", contudo, distinto na "primeira modernidade", antes o século XIX. Mas a constatação da realidade na produção da vida material, guardando as especificidades de espaço e tempo, "o mundo europeu capitalista" vai sugerir de antemão a marca da economia mercantil na estrutura dessa sociedade. Que acaba por ensejar no que teremos a partir da Revolução Industrial até os dias atuais.

Neste momento, ainda, na "primeira modernidade", podemos dizer que existe uma "grande memória organizadora" permitindo uma identidade individual e de um grupo.

Muito por conta de uma velocidade que encontramos mais tarde nos motores a vapor; a velocidade presente na produção das fábricas, mas também na movimentação do homem a fim de ocupar os espaços, momento este que podemos chamar de "segunda modernidade". A produção da vida material e a relação com a estruturação social, Marx e Engels descrevem: "A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma "força

produtiva" –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a "história da humanidade" deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas."(6)

Enquanto pesar sob a perspectiva do homem na sociedade moderna, em que a "fábrica fordista" é uma espécie de paradigma de produção da vida material, as ações dos homens estarão sujeitas a uma rotina mecânica de obediência que suprime toda a capacidade mental e o contingenciamento de suas ações. E assim sendo, o tempo produzido está para o homem de maneira a controlar suas ações em conformidade aos símbolos impostos, como os ponteiros dos relógios, "a sociedade totalitária da homogeneidade compulsória..." (7).

Dentro de um "panóptico" o homem da sociedade moderna, em submissão a este tempo produzido, acaba por se fracionar em ações predeterminadas. Perdendo o sentido de si mesmo e, o dimensionamento do todo, exercendo suas funções em fragmentos de tempo e em atividade específica – a "especialização"; restando a ele à "ilusão moderna": da crença em uma sociedade boa ao fim da jornada.

O tempo produzido, na "primeira modernidade", tem na rotina a competência de consolidar o espaço e manter a "lógica da homogeneidade". O tempo se caracteriza por se manter flexível a fim de "devorar o espaço"- conquistá-lo; quando para exercer o domínio do espaço se tornava inflexível.

Neste momento o tempo produzido mantém o trabalho preso ao espaço, como o trabalho permanece inseparável do capital, e tão pouco tinha o interesse e condições de se separar. O espaço só é de fato conquistado quando o tempo "controla, uniformiza e simplifica" a sua dinâmica interna. Ao perceber o tempo produzido em sua forma e medida como instrumento de dominação e controle, extraído desta razão, quanto mais espaço conquistado e consequentemente dominado se tem proporcionalmente mais riqueza e poder.

Os questionamentos sobre a civilização europeia no que diz respeito a seus valores tornarem-se universais remetem a questão de como o "conceito de cidadão e da burguesia" está contido e acima de tudo estruturar a modernidade ocidental. Também as origens dos "conhecimentos científicos, da matemática e da mecânica" não tiveram suas fases embrionárias no capitalismo, entretanto podemos constatar que foram largamente desenvolvidas até pelas condições favoráveis que a ocorrência do capitalismo proporcionou. A incontestável estruturação "racional das leis e da administração" que, propiciaram juntamente com a hábil disposição do homem que levaram assumir uma "conduta racional prática".

Baseia-se assim a justificativa do emprego dos valores da civilização europeia como valores universais. Ao acatar essa filosofia podemos verificar as semelhanças na contra posição dessa razão, mas é cabível a grande preocupação na busca e na explicação sobre a origem da própria "racionalidade ocidental". Ou melhor, na expectativa de explicar as bases da racionalidade ocidental verifica ser na influência da história, especificamente da religião e na ética da conduta cotidiana.

Max Weber em seu trabalho, A ética protestante e o espírito do capitalismo, explicita: "a influência de certas ideias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico, ou o ethos de um sistema econômico. Nesse caso, estamos lidando com a conexão do espírito da moderna vida econômica com a ética racional da ascese protestante." (8) O que denota a correlação da "filiação religiosa" as condições facilitadoras para o desenvolvimento da vida econômica. Ou estaria em concordância ao emprego e desenvolvimento da racionalização ocidental, desde a sociedade europeia pré-capitalista.

3. O TEMPO SACRALIZADO

Na Europa medieval pré-capitalista, encontramos uma sociedade feudal firmada em estamentos e de ínfima mobilidade social, onde a Igreja exercia poder central baseado na dominação pela "supremacia da fé". A Igreja ditava os ordenamentos divinos, por ser ela sua legítima representante.

Entretanto essa dominação ideológica permeou toda a estrutura da sociedade feudal europeia; o determinismo divino justificava as ações de dominação, entre várias outras, a organização e o ditar do ritmo cotidiano pela ordenação do divino compelia toda sociedade a um tempo produzido por meio do sagrado.

Com propósito de consolidar sua dominação a Igreja operava o calendário, assim como outros artifícios e marcadores do tempo. Para além dessa concepção, o tempo sacralizado é parte constituinte do cristianismo.

O "advento do Senhor" é o tempo entendido como o da "reconciliação" – onde o homem se reconcilia com Deus. A Igreja ignora o aparecimento do homem com Adão por estar contido no erro e, logo, por Cristo representar a renovação; fato que se deve ao desprezo a ordem cronológica e a reverência pelo tempo da realidade, que por interesses assume a primazia em detrimento do tempo cronológico; caracterizando a articulação do tempo em beneficio da sua própria lógica.

O cunho ideológico na manipulação do ritmo temporal, com a validação atribuída pelo sagrado, estabelece atributos ao tempo. O tempo da vida do Cristo até os dias de hoje, passando por sua crucificação, narra-se o tempo em que o "homem caminha". Tempo este que se baseia no propósito de almejar o transcendente, o paraíso.

E o tempo que anuncia o fim, o prelúdio do fim, o tempo escatológico. O tempo sagrado tinha relevada importância para liturgia cristã, que por sua vez, a liturgia, era parte estruturante do corpo social na Idade Média, pelo papel da Igreja no exercício do seu poder.

O tempo da vida dos santos foi utilizado como uma espécie de balizamento temporal, um calendário festivo, marcadamente pela sucessão dessas vidas. Atribuir a essas vidas valores dignos de santificação pela Igreja, em que muitos desses valores eram operados através da mística religiosa com o objetivo de fomentar o imaginário coletivo a favor da dominação ideológica pela igreja.

A temática do tempo sagrado merece profundidade ao estudá-lo, não cabendo aqui, senão compreendê-lo como um instrumento ideológico para o exercício de dominação, bem como signo estruturante do sistema de crenças do cristianismo. Além de toda a relevância na estruturação do corpo social, na construção das mentalidades, da memória e identidade que por processo inicialmente gerou na sociedade pré-capitalista.

Sob a perspectiva da continuidade temporal, o tempo sacralizado colabora para a construção de uma representação da identidade social e/ou pertencimento de um grupo; ensejada pela dominação do ritmo social através do tempo cristianizado e por uma memória religiosa.

No processo de dominação pelo viés religioso, onde a Igreja criou um campo para seu exercício de poder, o domínio do ritmo social pelo tempo sacralizado, por sua vez não só fundamentou a crença cristã como propiciou uma memória religiosa medieval, pré-capitalista; esse poder impõe um mundo a seu critério e a partir dele submete o pensamento e a classificação dentro da lógica cristã medieval.

Muito embora a Reforma Protestante tenha causado impacto a Igreja, não se pode dizer em perda de domínio. Assinalamos então um processo de releitura na doutrinação cristã por uma conjuntura religiosa-social-econômica perseguida pela aproximação emergencial da modernidade. "O essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual" (9).

A dominação ideológica religiosa, exercida pela igreja, na sociedade medieval pré-capitalista desembarca na formação da memória coletiva que acaba por representar uma identidade e a história dessa sociedade. No curso histórico a memória cristianizada permite, pela organização de pensamentos e ações, a construção das tradições. Que "para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais em relação, em conexão de papéis, em complemento de funções, essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação." (10)

O tempo sacralizado como um poder simbólico agrega atributos religiosos que não só pela dominação ideológica, mas por proporcionar uma sistematização e organização do "pensar e agir" na sociedade medieval pré-capitalista; em que esses atributos perpassam o sistema de crenças cristãs e culmina com a visão de mundo. Como um emaranhado de fios entrelaçados, a história da sociedade pré-capitalista ocidental transcorre pelo tempo em um fluxo bastante complexo que caminha imperceptível, devagar e silencioso, e em outras tantas surge rapidamente, consequentemente e sem esperar. Permite esboçar um roteiro sujeito as constantes reinterpretações, contudo, se considerar as singularidades sociais, culturais e históricas na remonta estrutural da modernidade traz uma emergência que ora anseia pela história em outra pelo rompimento com a "temporalidade do passado".

4. O TEMPO PRODUZIDO E O TRABALHO

A importância da Revolução Industrial como marco de transformação histórica destaca a data de 1760, o que acabaríamos por saber que de fato o que caracterizaria a Revolução estaria reservado para 1780.

A Inglaterra por toda conjuntura política, econômica, social interna e sua colocação externa, se fez o espaço embrionário da Revolução. Por antecedente temporal o processo de acumulação já existia com fôlego.

Com o comprometimento em observar os processos estáveis e de rompimentos das estruturais, especificamente na sociedade europeia ocidental, um pouco menos com a precisão em datações. Dois eixos serão observados e a partir deles como base para reflexões próximas. A primeira, em decorrência da Revolução, foi o crescimento populacional seus impactos e consequências sociais. A segunda foi à comunicação proporcionada pelas construções de ferrovias e estradas, ou melhor, o relevante aumento da velocidade nas comunicações.

Com o aumento no número de pessoas, principalmente nas cidades, efeito fenômeno da industrialização, constata-se uma reorganização social. No que se refere à alta densidade demográfica com relação às implicações no arranjo cotidiano e comportamental dos indivíduos nesta sociedade, além da compulsória obediência, se faz visível à marginalização ou a geração das massas de indivíduos excluídos – "os pobres eram um mercado que não dava lucro..." (11), com referência aos ricos e a classe média.

Quando o homem deixa o "campo ou a cidade pré-industrial", deixa também todos os modus de relação/convivência, ações e tradições, pois suas utilizações não serão mais apropriadas ou uteis agora nas cidades industriais; o que justifica dizer em novas concepções e mentalidades. Mesmo os o indivíduo sem efetiva atividade (ou os excluídos) não estavam isento de serem afetados pela marcação do relógio e ou do apito da fábrica. Então, o homem passa a ser uma parte afetada por um todo da sociedade industrial, ou seja, ele se define em razões de fragmentos e por uma rotina simples e especializada.

Neste momento do desenvolvimento tecnológico e do progresso ainda encontra-se dependente do espaço. "O capitalismo pesado era obcecado por volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis." (12) O que acaba por acarretar na fixação do homem em um determinado espaço, onde a sua imobilidade fazia parte da presente engenharia social, como um panóptico pronto e fiel a ordem, assim dizer, a fabrica fordista caracteriza bem essa ideia relativa à dominação.

Na relação de conformidade com "a situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação, porém certamente – pelo menos em todos os casos normais – à existência de um dos dois. Temos uma associação de dominação na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente." (13)

A consequência da rápida comunicação na sociedade capitalista se defronta com efeito da velocidade no deslocamento e na ocupação dos espaços, tanto de matéria-prima, mercadoria e de pessoas. A certa medida esse evento experimentou nesta sociedade um aparato estruturante, em uma nova "ordem vigente". "A própria ideia de velocidade (e mais ainda a de aceleração), quando se refere à relação entre tempo e espaço, supõe sua variabilidade [...] Quando a distância percorrida numa unidade de tempo passou a depender da tecnologia, de meios artificiais de transporte, todos os limites à velocidade do movimento, existentes ou herdados, poderiam, em princípio, ser transgredidos." (14)

O trabalho, como formador das relações sociais, na sociedade capitalista permite observar a forma de produção industrial bem como a formação de uma estrutura de dominação alienante. O que se observa na mercadoria; ela como objeto resultado da realização do trabalho humano, ora o valor da mercadoria se estabelece pela grandeza do trabalho e, a medida se dá pelo tempo. Ao propor, ainda, que a mercadoria possui dois valores: o valor de troca e o valor de uso. "O conceito dual das formas sociais fundamentais da sociedade capitalista... a natureza e a distinção entre a dimensão de valor das formas (trabalho abstrato, valor, tempo abstrato) e sua dimensão de valor de uso (trabalho concreto, valor, tempo concreto)." (15)

Quando do emprego de máquinas, o tempo para se produzir a mesma mercadoria reduziu-se pela metade, constatando que a produção anterior continua precisando do mesmo tempo de trabalho, onde o trabalho individual representa a metade do trabalho social. "Isso indica que, quando a mercadoria é a forma geral do produto, as ações dos indivíduos constituem uma totalidade alienada que os constrange e subordina." (16)

A lógica capitalista por base na compra da força de trabalho, o capitalista procura extrair o maior benefício possível, e aumentar a jornada de trabalho é uma dessas ações. Ainda nesta lógica cabe ressaltar que essa mercadoria (força de trabalho) se diferencia das outras. Sabendo-se que o trabalhador vende uma boa parte do seu dia, o que aumenta o seu dia de trabalho. Porém, o tempo que lhe resta será empregado a suprir suas necessidades humanas.

O capitalista ampliará seu benefício, em relação a compra dessa mercadoria, com o aumento da jornada de trabalho. Mais além, pode-se propor que, também, o tempo do trabalhador é controlado e de interesse para quem compra a força de trabalho. Sobre tudo, que o tempo das necessidades humanas, o trabalhador acaba por utilizá-lo a manter ou até mesmo ampliar sua capacidade de produzir. Dentro dessa lógica "um capitalista reúne na sua fábrica os operários e cada um executa as diferentes operações que criam a mercadoria, ele dá à cooperação simples um caráter todo especial: ele estabelece a divisão do trabalho e a manufatura." (17)

Essa extrema especialização aliena o trabalhador em si mesmo como, também, o trabalho. A fragmentação do homem em "tempos" onde seu trabalho lhe impõe uma restrição da totalidade em decorrência progressiva e acelerada da especialização, não se trata de exclusividade da economia, mas se propagou em todo segmento da sociedade. "Não há mais ilusão quanto às tendências de nossa indústria moderna; ela vai cada vez mais no sentido dos mecanismos poderosos dos grandes agrupamentos de forças e capitais e, por conseguinte, da extrema divisão do trabalho. Não só no interior das fabricas, as ocupações são separadas e especializadas ad infinitum, como cada manufatura é, ela mesma, uma especialidade que supõe outras." (18)

"O tempo do trabalho social", a qual para o trabalhador custa o seu tempo (o tempo empregado na realização do trabalho – uma hora, um dia, uma semana ou um mês); que ao todo se relacionará intimamente com a sua vida e toda a sua relação em sociedade. E por se tratar de uma relação mediadora, "o tempo do trabalho social" se apresenta como tempo resultante ou mecanismo de dominação para fins do capital.

Advertidamente qualquer dominação não se sustenta por motivações simplesmente materiais ou afetivas ou racionais. Para que a dominação persista, "todas procuram despertar e cultivar a crença em sua "legitimidade..." (19)

Assim como a crença no trabalho, a crença no progresso bem caracteriza a sociedade moderna; na medida em que o progresso representa as ideias que temos em que: "o tempo está do nosso lado e que somos nós que fazemos acontecer." (20)

5. O PRETEXTO DO PROGRESSO, A TECNOLOGIA E A CULTURA DE MASSA

O signo do progresso é trabalhado de forma a produzir a crença em nossa capacidade de agir decisivamente no presente, assim também, a ideia de que o tempo nos é favorável. Essas ideias e crenças persistem a proposito do interesse por parte de quem as propaguem e por aqueles que confirmam essa ideia. Sob o pretexto do progresso a tecnologia submete a sociedade a uma estrutura semiológica. Na sociedade moderna a uma evidente sujeição aos poderes econômicos e tecnológicos.

A disseminação da ideia e da crença no aparato tecnológico para chegar ao progresso e a uma pretensa felicidade, sendo assim, "o culto tecnológico" acaba por inferir na sociedade um caráter totalizante, que inviabiliza as experiências individuais, acarretando um padrão cultural massificado e a perda do "contraditório".

"Esse nivelamento significa que a cultura de massa não é estimulante nem educativa, mas reconfortante e inerte, desencorajando a crítica e incentivando a passividade. Um dos aspectos úteis do conceito crítico da ideologia é o modo como ele se associa as ideias e os produtos culturais ao poder e às relações de poder. Ideologia diz respeito ao exercício de poder simbólico – como as ideias são usadas para ocultar, justificar, ou legitimar os interesses de grupos dominantes." (21)

Através da crítica à sociedade moderna pela homogeneidade da cultura se opõe ao entendimento que a "extrema especialização" implicou para "caos cultural".

A massificação igualitária da cultura pela sociedade moderna leva o indivíduo a se submeter ao capital; os meios de comunicação não se importam em justificar seus feitos como arte, pois já se estabeleceram como negócio. Desta forma a necessária colocação delas como propósito ideológico legitimador de suas produções; mais ainda, se retratam em caráter de "relevância social'.

A respeito da cultura de massa aos efeitos atuais como que "o entretenimento e os elementos da indústria cultural já existiam muito tempo antes dela. Agora, são tirados do alto e nivelados à altura dos tempos atuais. A indústria cultural pode se ufanar de ter levado a cabo com energia e de ter erigido em princípio a transferência muitas vezes desajeitada da arte para esfera do consumo, de ter despido a diversão de suas ingenuidades inoportunas e de ter aperfeiçoado o feitio das mercadorias." (22)

A sociedade capitalista na sua forma de vida está intrinsicamente relacionada com a dinâmica do processo histórico. Que no entendimento ultrapassa os muros da fábrica, dando forma em um processo alienante em si mesma. O que dizer das técnicas atuais é o mesmo a dizer das técnicas como mecanismos de dominação, por aquisição daqueles agrupamentos de grande poder econômico (capitalistas) e consequentemente detentores dos aparatos tecnológicos. Em que os conjuntos de significados justapostos estão à disposição e a pretexto de uma dominação alienante, por parte da classe que domina, também, pelas ideias.

6. A SOCIEDADE MODERNA E O ÓCIO

Na sociedade moderna, o trabalho carrega duas concepções: uma na "idolatria" que se tem a ele, e outra na "competitividade". Essa filosofia acaba por estruturar todo o cotidiano e a mentalidade individual e coletiva da sociedade industrial. E por consequência o não trabalho, de forma empírica, é pensado, a representar pejorativamente, ser fruto da preguiça.

Ao considerar a sociedade industrial sob a perspectiva da produção em massa e do consumo também em massa sugere ao homem, como parte dessa engrenagem, um comportamento obediente a ordem vigente – o homem máquina. De maneira não admitir o lapso de tempo não trabalhado, entendendo como tal, até mesmo o tempo em que o trabalhador utiliza para o descanso, o lazer, ou seja, o tempo das necessidades humanas. Que mesmo esse tempo está relacionado ao condicionamento e ao revigorar da força de trabalho.

O produzir cada vez mais utilizando cada vez menos esforço humano, no menor tempo possível, não está somente entre os muros das fábricas. Inclui além dos avanços tecnológicos, o homem que para tanto imerso nessa lógica sucumbe à mesmice da repetição de produzir e um tempo excessivo empreendido no trabalho. A especialização aumentada exponencialmente se estende da profissão especializada e, ainda, em segmentos e funções para toda a sociedade industrial moderna. O que significa dizer, também, que há uma sequência de conexões entre as especializações; esses princípios, entre outros, constituem a "racionalização" do sistema.

"O cérebro do operário não estava empenhado em coordenar os movimentos das mãos para que se harmonizasse com o da máquina? Depois de algum tempo, o movimento se tornava completamente automático... Então, durante este tempo para onde ia a mente de quem trabalhava? Salvavam-se do tédio aqueles que tinham alguma coisa para pensar: a namorada, a briga com o vizinho. Porém, a distração podia provocar alienantes..." (23) A alienação em si por um ritmo imposto, um tempo produzido, a fim de condicionar e extrair o máximo benefício pela compra da força de trabalho e suas prováveis consequências ao homem da sociedade moderna. Ao cumprir níveis de desenvolvimento, ainda, o trabalho exerce um papel central; o sociólogo Domenico De Masi propõe o conceito do "ócio produtivo"; para que esse conceito do ócio assuma o papel principal "nessa era pós-moderna".

O ócio é o marginal da sociedade moderna. Pela importância dada ao trabalho, o ócio é o contra senso na produção da vida material e um rompimento da ordem vigente. A ênfase sempre aumentada sobre a importância do trabalho é constantemente anunciada pelos interesses daqueles que compram a força de trabalho, ou seja, por aqueles que "comandam o trabalho" de outros. Já para aqueles que vendem sua força de trabalho, muito raramente, se alegram com o seu ritmo de trabalho. "A antiga propensão para a despreocupação e o divertimento foi de certo modo inibida pelo culto da eficiência. O homem moderno acha que qualquer atividade deve ser exercida em prol de outras coisas, nunca da coisa mesma." (24)

A sociedade moderna ao requisitar o trabalho com um alto valor revela aspectos estruturantes; signo manipulado a servir e legitimar a ideologia dominante. Com relação ao "valor" do trabalho apontamentos indicam que já era essa marca virtuosa, um signo manipulado em sua polifonia a critério dos poderes econômicos, na sua "origem pré-industrial".

Pela intrínseca relação do tempo com o trabalho, o encorajamento ao redimensionar o pensamento crítico, possibilita conhecer o tempo produzido. Porém, buscar o conhecimento com o fim no devir, para desprender as amarras das ilusões, das imagens e dos signos dominantes. E para tal o inconsciente e a ideologia possibilitam ao sujeito do conhecimento desvendar as condições sociais, psíquicas e históricas na qual o pensamento acontece. Concluindo na forma que o conhecimento possibilite compreender as causas e não somente os efeitos.

O ócio, como utilização do tempo do "não trabalho", a converter esse tempo ao lazer, diversão e o conhecer contemplativo até então privilégio de poucos. E ainda esses privilegiados, usufruem em ações com quase nenhuma reflexão ampla a respeito da vida e, o buscar conhecer pelo interesse simplesmente do "sucesso"

econômico "A moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa da escravidão." (25) A consagração da crítica às ilusões não está na simples substituição a fim de assumir outros signos ou significados, a critério da ideologia dominante, pretende o conhecimento que liberte a vida quase inconsciente de si mesmo, por um conhecimento na intimidade do pensar e agir.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo produzido se faz instrumento disciplinador, organizador e a fim da obediência individual e coletiva para o processo civilizador. Um signo vencido pela classe dominante que impõe seu significado. Acabando por submeter o homem, da moderna sociedade, a um cumprimento de maneira alienante em si mesmo. Tendo o processo de desenvolvimento de cada sociedade, aos critérios que se universalizaram, estabelecem uma rotina cotidiana produzida que perpassa o indivíduo e, enseja na estruturação da sociedade moderna. Através da consolidação da ideia de tempo na sociedade moderna, os paradigmas do trabalho, tecnologia, progresso e velocidade se revestiram de significados ao dispor das classes dominantes. Seus efeitos variaram, ainda, na concepção permanece cumprindo aos mesmos interesses. Ao trazer à luz a questão do tempo produzido como fenômeno da modernidade, suas implicações, afetos ao homem e a sociedade, interage como facilitador para atingir um conhecer reflexivo que capacita e amplia a "visão de mundo". Sob a perspectiva da "ordem vigente", "a civilização negará ao homem um ritmo próprio". A esse controle sobre o tempo é acrescido ao poder econômico, acarretando uma concentração de poder que se torna irresistível.

A reflexão crítica a respeito do tempo produzido estimula a pretensão de rompimento e a incessante procura por respostas imediatas. Comprometer-se implica em escolhas, afetada até mesmo na ótica da omissão. Os signos trabalhados em suas polifonias com seus significados estabelecidos a critérios das classes dominantes, essa filosofia em si tende a despertar para o conhecimento que desprenda das ilusões dos significados impostos, e que liberte para devir. E, sobretudo que não se pretenda a simples justaposição dos signos e seus significados alienantes.

CITAÇÕES

[1] BAKHITIN, MIKHAIL. Marxismo e filosofia da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 41.

[2] HIPONA, A. Confissões, Livro XI. In: Marçal, Jairo (org.). Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED – PR, 2009. p. 40 – 41.

[3] KANT, I. Crítica da Razão Pura. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Frederique Morujão. p. 90 – 91.

[4] DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. Trad. Maria Isaura Ferreira de Queiroz. p. 106 – 107.

[5] BOURDIEU. P. O poder simbólico. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Trad. Fernando Tomaz. p. 7 – 8.

[6] MARX, K. ; ENGELS, F. Ideologia alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavani Martorano. p. 34.

[7] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien. p. 136.

[8] WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. Trad. Pietro Nassetti. p. 32 – 33.

[9] LE GOFF, J. História e memória. 6. Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. Trad. Irene Ferreira, Bernado Leitão e Suzana Ferreira Borges. p. 424.

[10] CANDAU, J. Memória e identidade. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2016. Trad. Maria Leticia Ferreira. p. 121.

[11] HOBSBAWM, E. J. A era do capital. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016. Trad. Luciano Costa Neto. p. 322.

[12] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien. p. 76.

[13] WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1; 4. ed. Brasília: UnB, 2015. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. p. 33.

[14] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien. p. 17.

[15] POSTONE, M. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. Trad. Amilton reis e Paulo Cézar Castanheira. p. 330 – 331.

[16] CAFIERO, CARLO. Compêndio de o capital. São Paulo: Hunter books, 2014. Trad. Ricardo Rodrigues. p. 61.

[17] DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Eduardo Brandão. p. 1.

[18] WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1; 4. ed. Brasília: UnB, 2015. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. p. 139.

[19] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien. p. 166.

[20] GIDDENS, A ; SUTTON, P, W. Conceitos essenciais da sociologia. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2016. Trad. Claudia Freire. p. 229 – 230.

[21] ADORNO, T, W; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos 1947. Disponível em: http://antivalor.vilabol.uol.com.br, acesso em 22 de abr. 20018.

[22] DE MESI, D. O ócio produtivo. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. Trad. Léa Manzi. p. 12.

[23] (25) – RUSSEL, B. O elogio ao ócio. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. P. 32 – 27.

REFERÊNCIAS

[1] BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro, 2000. Trad. Marcus Penchel.

[2] BAUMAN, Z. Globalização as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Trad. Marcus Penchel.

[3] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro, 2001. Trad. Plínio Dentzien.

[4] BLOCH, M. A sociedade feudal. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016. Trad. Laurent de Saes.

[5] BOURDIEU, P. O poder simbólico. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Trad. Fernando Tomaz.

[6] DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Eduardo Brandão.

[7] ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Trad. Ruy Jungmann.

[8] ELIAS, N. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Trad. Vera Ribeiro.

[9] HIPONA, A. Confissões, Livro XI. In: Marçal, Jairo (org.). Ontologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED – PR, 2009.

[10] HOBSBAWM, E, J. A era das revoluções. 34. ed. Rio de janeiro: Paz & Terra, 2014. Trad. Maria Tereza Teixeira; Marcos Penchel.

[11] HOBSBAWM, E, J. A era do capital. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016. Trad. Luciano Costa Neto.

[12] KANT, I. A crítica pura da razão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Frederique Morujão

[13] LE GOFF, J. Em busca do tempo sagrado: Tiago de Verazze e a lenda dourada. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. Trad. Marcos de Castro.

[14] LE GOFF, J. História e memória. São Paulo: Unicamp, 2012. Trad. Irene Ferreira; Bernado Leitão; Suzana Ferreira Borges.

[15] MARX, K ; ENGELS, F. Ideologia alemã. São Paulo: Boitempo editorial, 2007. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schuneider; Luciano Cavani Martorano.

[16] RUSSEL, B. O elogio ao ócio. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. Trad. Pedro Jorgensen Júnior.

[17] WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2003. Trad. Pietro Nasset.

Capítulo 17

A vontade (Punitivista) popular rumo à celeridade arbitrária do processo penal e ao direito penal do inimigo

José Bruno Martins Leão

Resumo: A ideia de se perceber o infrator das normas penais como um incômodo intolerável para o desenvolvimento social e a manutenção da paz pública não é uma perspectiva sociológica construída recentemente pela opinião pública, uma vez que o pensamento com base no qual a imposição da sanção penal é um mal necessário e autosuficiente em resposta a um mal injusto praticado por um criminoso remonta a épocas em que se formatou as primeiras teorias criminológicas, hoje ultrapassadas, no intuito de se compreender a realidade criminal e apresentar alternativas viáveis à sua resolução. Todavia, a problemática se agrava quando parte da sociedade começa a entoar discursos de natureza extremamente punitivista, negligenciando a existência de outras soluções continuamente estudadas por outras áreas do conhecimento jurídico-social. Todavia, a chama do punitivismo se avoluma e ganha muitos adeptos dentro do corpo social, por mais claro que esteja o fato de que a punição pela punição não colecionou resultado de efetiva prevenção penal, razão pela qual se faz necessária uma análise teórica, mediante revisão bibliográfica, na tentativa de explicitar as consequências advindas da hipotética implementação de medidas jurídico-criminais com viés notoriamente contrário às políticas edificantes de proteção dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Direito. Crime. Solução. Discursos.

1 INTRODUÇÃO

O Direito existe basicamente para resolver problemas de naturezas diversificadas. O Direito Penal, por sua vez, tem uma função bem delimitada, qual seja, a de criar crimes e cominar sanções penais (pena ou medida de segurança). No entanto, nem só de crimes abstratamente positivados vivem as Ciências Criminais. Composta pela Direito Penal, juntamente com a Política Criminal e a Criminologia, as Ciências Criminais pretendem observar a realidade social e criminal como um todo, de modo a perscrutar as verdadeiras origens do problema criminal, apresentar e selecionar as sugestões mais viáveis em consideração ao momento histórico vivido no país. Mas no caso do Brasil, percebe-se que referida área do conhecimento jurídico-científico, ao menos no tocante à sua função técnica, apreciadora e resolutiva, possui uma aliada não muito agradável, que geralmente se dá ao direito de fornecer alguns palpites de segurança pública e estratégias de combate à criminalidade, mas esses em regra são desajustados e incompatíveis com os regramentos constitucional e penal.

Essa figura ilustre pode ser denominada de opinião pública, que, pela expressão de raciocínios jurídicos e sociais compartilhados no âmago de determinados grupos sociais, deixa muito claro quais são os seus fundamentos teóricos e suas respectivas pretensões, visto que comumente se observa pessoas postulando publicamente por sanções penais mais gravosas, maior celeridade dos julgamentos criminais, na tentativa de remodelar o sistema processual e penal a ponto de quase literalmente jogar ao cárcere no instante seguinte daquele em que o cidadão é formalmente tido como suspeito do cometimento de uma infração penal. E para concretizar esse intento, quase todas as alternativas são apresentadas, desde a não observação integral das possibilidades de defesa até a flexibilização da garantia constitucional da presunção de inocência, por exemplo.

A partir desse cenário de discussões, alguns entendimentos doutrinários considerados ultrapassados voltam como fantasmas no imaginário de uma parcela barulhenta da sociedade, muito destemida em angariar sugestões para se enfrentar a criminalidade com contundência, ainda que seja mediante a restrição absurda de direitos e garantias processuais penais, nem que sejam produtos de séculos de construção axiológica. Por essa razão, faz-se necessário tentar delinear o respaldo argumentativo popular, pois talvez a impunidade não seja combatida somente com a aceleração dos procedimentos criminais e com o agravamento das punições previstas nos textos legais. É possível que a pretensa segregação da sociedade entre cidadãos e inimigos do sistema possa culminar em violação de direitos constitucionais. Tudo isso deve ser verificado com o auxílio das teorias criminais, ainda que sejam anacrônicas, pois, nesse caso, ao menos se pode ter uma noção de que determinados discursos realmente são insustentáveis e causam arrepios aos mais básicos princípios do processo penal constitucional.

Dessa forma, ao longo deste artigo, trabalhar-se-á com alguns posicionamentos populares em confronto com a técnica jurídica de cunho garantista, protetora e promotora dos direitos e garantias fundamentais, a fim de se demonstrar que soluções imediatistas podem, com efeito, agravar o caos social e institucional a que inicialmente se propôs combater com o maior dos entusiasmos retribucionistas, ao passo que se demonstra que quanto mais célere for a busca pela imposição de sanções penais, maior é a probabilidade de se incorrer em supressões insanáveis dos direitos constitucionais ocasionadores de nulidades processuais, sendo que, essas sim, causam morosidade no processo penal, na medida em que se exige a prática de todos os atos processuais que não admitem, por óbvio, a possibilidade de convalidação e manutenção parcial de efeitos.

2. A VONTADE (PUNITIVISTA) POPULAR RUMO À CELERIDADE ARBITRÁRIA DO PROCESSO PENAL E AO DIREITO PENAL DO INIMIGO

A vontade popular busca acelerar a aplicação da lei penal àqueles que adotem alguma conduta desviante dos preceitos positivados, no sentido de se tentar impor uma sanção criminal aos infratores da forma mais célere possível, ainda que direitos e garantias fundamentais sejam flagrantemente ignorados, trucidados por um processo penal acentuadamente estigmatizador. Assim, à medida que a população clama por mais "justiça", concretizando-se, não raro, mediante o protagonismo de um Direito Penal, a ser aplicado no decurso da fase processual – e, em alguns casos, na fase extraprocessual, a depender da comoção pública gerada pela natureza da infração praticada -, com pretensão de ser mais ágil na análise de adequação típica e da cominação de sanções penais, mesmo que os direitos inerentes à atividade de defesa também possam ser atropelados ao longo desse mesmo procedimento.

No Brasil, nos últimos anos, mormente em manifestações públicas realizadas nas principais cidades do país e até mesmo nos ambientes de mídias sociais, em que o critério do que seja razoável e legítimo se encontra unicamente na consciência e no teclado de seus usuários, é muito comum a construção de discursos de cunho marcada e superficialmente populista, no bojo dos quais se pugna por penas cada vez mais severas àqueles que afrontam a lei penal e infrinjam bens jurídicos alheios, independentemente da extensão da gravidade desses atos desviantes, ainda que recaiam unicamente sobre a esfera patrimonial da pessoa. E, para tanto, quase tudo se torna possível, desde a imposição de penas crueis, que, por sinal, proibidas tanto em sede constitucional como em tratados internacionais, geralmente incorporados ao ordenamento pátrio com o mesmo patamar hierárquico quando se trata de direitos humanos.

Essa realidade expressa muito bem a não distinção entre a aplicação correta do direito, rumo aos padrões próximos do ideal de justiça, e a prática dos famosos justiçamentos. A população, ou pelo menos uma parte dela, parece acreditar que o Estado somente será eficiente em termos de políticas de segurança pública e direcionamento da jurisdição criminal a partir do momento em que começar a empreender atos contundentes e bárbaros não tão destoantes da crueldade empreendida nos justiçamentos populares, em que alguns membros da sociedade, esquecendo-se das funções constitucionais do Estado em assuntos tais, realizam a "justiça" com as próprias mãos, assim como ocorre em linchamentos públicos, antes mesmo de ser prolatado qualquer pronunciamento judicial, nem se cogitando a possibilidade de se esperar a ocorrência do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória.

Por esses motivos, faz-se necessária a observação de determinados panoramas sociais, na medida em que a vontade popular constantemente volta sua atenção a uma visão da necessidade de se modular as estruturas mestras do direito penal, tornando-o mais rigoroso, robusto, controlador, soberbo, mesmo que não seja essa a ideia compartilhada pela esmagadora maioria das pessoas. Todavia, tal forma de pensar é bastante preocupante, em especial quando se traz à tona o produto de estudos feitos pena Criminologia, nos quais se demonstra que esses pensamentos duros, crueis, já fizeram parte da história criminal, principalmente ao se analisar algumas teorias criminológicas relacionadas à equação construída com base nas diretrizes do punitivismo exacerbado e da realidade que circunda as políticas criminais atentas ao dinamismo tão natural das sociedades, fazendo-se, então, uma distinção entre os próprios cidadãos, de modo a alocar determinadas pessoas na condição de seres humanos cuja existência abala o convívio social, merecendo, pois, sua eliminação do meio comunitário em que se situa.

2.1. O DIREITO PENAL E SEU NARCISISMO CONTEMPORÂNEO

A partir do clamor das multidões, os legisladores adotam determinadas atitudes, não importando, nesse momento, se o fazem porque sentem arder em seus corações a chama da vocação política e a consciência de tamanha responsabilidade social, ou simplesmente por mero temor de ser objeto de indignações públicas e, com isso, correr o sério risco de não ser eleito no pleito eleitoral subsequente. Em verdade, o que se constata é a modulação de discursos e gestos político-institucionais conforme o povo manifesta e propaga esta ou aquela opinião e/ou pretensão; porém, embora a liberdade de manifestação do pensamento por parte da sociedade e atendimento ao clamor público pelos representantes eleitos seja uma característica natural e um efeito inevitável do regime democrático, caso se entenda a democracia segundo o brocardo para o qual a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, deve-se reconhecer que nem todas as opiniões públicas seguem de fato a esteira da lógica e da racionalidade jurídico-penal, uma vez que não é difícil encontrar reivindicações populares que requerem a instituição de prisão de caráter perpétuo, a flexibilização da proibição absoluta da prática de torturas e até mesmo a pena de morte para determinados delitos.

Observa-se, portanto, que o Direito Penal é sempre visto pela sociedade como a única alternativa viável para se modificar os rumos da realidade criminal, jurídica e, por consequência, em certos aspectos, social, conferindo-lhe uma eficácia geralmente inexistente e funcionalidades que causam arrepios nos princípios mais básicos dos direitos humanos. Com efeito, percebe-se a seguinte incoerência: se algum dado relacionado à criminalidade sobe alguns degraus nas estatísticas sociais, a sociedade atribui esse aumento à ineficiência e anacronismo da legislação penal como um todo, sob o argumento de que o estado de coisas jurídico-criminal do momento confere insegurança pública e jurídica; no entanto, para solucionar a referida e hipotética problemática, essa mesma sociedade imediatamente se utiliza do apelo público para que o mesmo Direito Penal vigente seja intensificado, com vistas à repressão mais profunda, no intuito de que "as coisas melhorem".

O que se depreende da situação hipotética acima é que o corpo social, de modo geral, acredita que as mazelas criminais e sociais são resultados oriundos da inépcia do regramento criminal, porém, ao se constatar que a realidade permanece a mesma, ou com pontuais agravos, ele recorre aos legisladores para que mesmo ordenamento penal seja aperfeiçoado, como se esse fosse o meio mais idôneo para se reestruturar a sociedade e fazer cair por terra os elevados índices de delitos praticados no território nacional.

Nesse ínterim, o Direito Penal é elevado à categoria de instrumento social pacificador por excelência, recaindo sobre ele o conjunto das responsabilidades pela recuperação da ordem pública e pela proteção dos bens jurídicos existentes em dado momento histórico. Apesar de as normas penais incriminadoras terem, sim, sua função social de repressão e prevenção, acaba-se, no frigir dos ovos, por se ignorar a finalidade preventiva e superestimar os preceitos criminais ao se pretender insuflar a exigência de crescente repressão nos locais tidos como pontos quentes da criminalidade. Todavia, é cediço o fato de que apenas o Direito Penal é uma tentativa insuficiente a fim de se resolver todas as problemáticas sócio-criminais. E isso se deve a uma falsa noção de completude da conjunta penal positivada. Veja-se:

> Percebe-se pela ideia de falsa completude que a doutrina penal oferta para as soluções dos casos concretos a falência do Direito Penal. O conceito hermético de crime (teoria analítica ou tripartida) tem a difícil missão de solucionar todos os problemas da humanidade, relegando a três fatores (fato típico, antijurídico e culpável) a resolução dos problemas criminais. Em razão disso, o Direito Penal passou a olhar apenas para si (narcisismo) e se esqueceu de um campo imenso de imprevisões que ocorre no mundo empírico, sendo essa preocupação única com seus dogmas uma das razões do seu declínio constante. (GONZAGA, 2018, p. 147)

Das lições do Professor Christiano Gonzaga, nota-se que, fazendo-se uma analogia, se o Direito Penal fosse um agente do Estado, uma pessoa física, seria deveras egocêntrica, pois acreditaria possuir todas as capacidades e habilitações suficientes para realizar sua missão institucional e legal, desprezando, portanto, a emergência de um trabalho cooperativo, de equipe, ainda que se defrontasse rotineiramente com as excrescências decorrentes de sua própria inefetividade funcional. Isso significa que, sim, o Direito Penal, por si só, não é capaz de consubstanciar uma solução categórica e produtiva a todas as questões que se apresentam na realidade criminal, sendo o crime um simples produto de um terreno infértil e tacanhamente cultivado. Criminalizar por criminalizar não pode ser concebido como política criminal coerente. Por isso, de nada adianta os clamores provenientes das ruas e das plataformas digitais quando visam, com exclusividade, tornar a legislação penal mais robusta e, em determinadas circunstâncias, insidiosa, ao não observar as diretrizes humanitárias trazidas pelos direitos fundamentais alastrados no texto constitucional. Assim,

> As falhas do sistema penal não foram consideradas pelo Direito Penal nem pelo Processo Penal, como o erro na persecução penal voltada apenas para as disposições legais infraconstitucionais e sem atenção para a visão hierarquizada da Constituição Federal. O narcisismo e a pretensa visão de completude são tão exacerbados que muitos temas são interpretados de baixo para cima, em total afronta ao texto constitucional (...) (Ibid, p. 147)

Dessa forma, essa percepção equivocada e distorcida de completude do ordenamento penal, como mecanismo onipotente a apresentar as resoluções prementes aos problemas criminais emergentes da realidade social, é compartilhada por muitos cidadãos, ecoando no Poder Legislativo, inclusive, posto que, por identificação dos discursos e de ideais, algumas pessoas acumulam popularidade pelo fato de proferirem discursos destoantes da visão histórica, construtiva e edificante dos direitos humanos, dando a entender que o encarceramento demasiado é a melhor saída, enquanto a ressocialização dos encarcerados é um objetivo utópico e desnecessário, visto que, segundo alegam, a função do Direito Penal é tão somente punir, retirando todos os delinquentes da esfera de interação social pelo maior tempo possível, o que, evidentemente, está na contramão da vertente evolutiva das ciências criminais, em especial no que diz respeito à Criminologia. Constata-se, pois, que

> (...) o Direito Penal deve reconhecer a desnecessidade de emprestar a sua ira punitiva e destroçar relações sociais que não estão necessitando de uma correção grave. Do contrário, estaria sendo utilizado o Direito para ditar as condutas sociais a serem seguidas de forma cega, esquecendo-se de que o correto é a sociedade demonstrar aquilo que é necessário num dado momento

> histórico e a lei assegurar esse tipo de conduta com segurança jurídica. (Ibid., pp. 148-9)

Acerca dessa mentalidade de que o Direito Penal, *de per si*, é o melhor remédio para se combater os males da sociedade, evidenciado especialmente pelas condutas delitivas, a doutrina é certeira:

> (...) A legislação criminal é produzida em maior quantidade do que piadas de mau gosto. Ao invés de procurar solucionar os problemas do cotidiano de forma mais racional, praticando-se ações sociais, ofertas de trabalho, participação política, contribuição das descobertas científicas ou dos conhecimentos históricos adquiridos ao longo dos milênios, reconhecimento das diferentes manifestações culturais, propõe-se, absurdamente, a criminalização de condutas e o aumento de penas ou de medidas coercitivas que são, em verdade, medidas intimidatórias ou simbólicas64 que fazem ressaltar ainda mais a insuficiência do poder punitivo da pena para tentar resolver todos os problemas da vida em sociedade65 e só procuram satisfazer os anseios populares imediatos e que são induzidos artificialmente, trazendo uma nova criminalização que invariavelmente vem acompanhada de prostração. (BACILA, 2015, p. 12)

Nesse contexto, cabe anotar que, tratando-se de normas penais incriminadoras, tal como é comumente concebido o Direito Penal, embora esse não se restrinja a apenas descrever crimes e cominar penas, o que se espera dos dispositivos penais, além de um resultado imediatista de aplicação de sanção criminal àquele que delinque, busca-se um efeito de intimidação social proveniente do conhecimento de que existe um ramo do Direito especializado em punir qualquer pessoa que afronte um bem jurídico tão relevante a ponto de ser penalmente protegido. Ou seja, é a ameaça de pena que, ao menos em tese, seria o instrumento em razão do qual a sociedade decidisse conviver em harmonia, sem ofender a esfera jurídica de outrem, não lhe causando prejuízos, materiais ou imateriais. Esse, portanto, é o efeito social pretendido. Porém, constata-se, face à elevada ocorrência de infrações penais, que a simples existência do referido ramo do direito não bastou por si só. Ante essa realidade, o cidadão busca algo a mais, e, dessa pretensão, diversas são as opiniões político-sociais a respeito da mentalidade punitivista, principalmente quando se depara a morosidade dos procedimentos processuais penais e o alegado clima de impunidade prevalecente no sistema penal brasileiro, com especial atenção aos delitos de colarinho-branco.

2.2. AS VELOCIDADES DO DIREITO PENAL

Evidenciando-se a popularmente conhecida por "cultura da impunidade", a sociedade pugna por mecanismos mais ágeis de combate ao crime, amador ou perpetrado por organizações criminosas, pois, quando a infração penal é conhecida e se instaura a persecução penal, não raramente determinados processos perecem em razão do fenômeno jurídico-penal da prescrição, ocorrendo a extinção da punibilidade, ou seja, passado o lapso temporal dentro do qual o Estado poderia e deveria ter exercido o seu direito de punir o infrator da norma penal, ocorrerá a prescrição, não podendo mais o ente soberano empreender forças na tentativa de impor uma sanção penal àquele que violou as expectativas sociais. Com isso, o que está incutido na mentalidade social é que o Direito Penal precisa ser eficiente na medida em que possa punir os criminosos com celeridade, conferindo mais agilidade ao transcorrer do procedimento criminal.

Entretanto, exigir apenas a característica de celeridade do referido ramo do Direito pode resultar em práticas, no mínimo, questionáveis à luz das garantias processuais penais. Nessa perspectiva, o doutrinador Jesus-Maria Silva Sanches cunhou o conceito lato de Direito Penal em velocidades. Segundo Gonzaga (2018, p. 24), para tal classificação, considerou-se como critério a rapidez com que a processualística penal aplica as penas abstratamente cominadas ao autor da infração penal quando da análise do caso concreto, sendo que, a cada velocidade, tem-se a aplicação mais completa ou não dos direitos e das garantias do processo penal constitucional. Assim, por primeira velocidade, entende-se

> (...) a aplicação de todas as garantias processuais penais para culminar-se com a imposição de penas privativas de liberdade. Para chegar-se à aplicação da pena de restrição da liberdade, é necessário que o acusado faça jus à aplicação de todas as garantias processuais previstas na Constituição Federal, até porque está-se diante da possível perda de sua liberdade, o que deve ser tratado com bastante cuidado. (GONZAGA, op. cit., p. 24)

Pelo conceito apresentado, conclui-se, felizmente, que o Direito Penal brasileiro é marcado pela prevalência da primeira velocidade, posto que prevê em sua Parte Especial, para a maioria dos delitos, penas privativas de liberdade, o que, pela própria natureza da sanção, exige um procedimento criminal mais extenso, mais demorado, ao longo do qual é necessário observar todos os direitos e garantias do processo penal constitucional, sob pena de eivar algum ato processual – quiçá o processo inteiro – de nulidades insanáveis, o que, por conseguinte, exigirá a retomada do último ato jurídico válido com o fito de novamente percorrer o ritual criminal até o momento em que há o encerramento da marcha processual com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Dentre os direitos e garantias do processo penal constitucional, que imprimem verdadeiros princípios de observação obrigatória, podendo-se citar alguns deles, a saber: o princípio da inafastabilidade da jurisdição penal, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (CF, art. 5º, XXXV); o princípio da coisa julgada, impondo que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI); o princípio da proibição de juízes ou tribunais de exceção, visto que há mandamento cristalino no sentido de que não haverá juízo ou tribunal de exceção, considerando-se dessa natureza, grosso modo, o juízo ou tribunal de exceção criado para julgar um determinado fato (CF, art. 5º, XXXVII); há o reconhecimento do júri popular, sendo reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos, e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (CF, art. 5º, XXXVIII); o princípio da legalidade, que dispõe não haver crime sem lei (princípio da reserva legal) anterior (princípio da anterioridade) que o defina, nem pena sem prévia cominação legal (CF, art. 5º, XXXIX); o princípio da irretroativdade da lei penal maléfica ou da retroatividade da lei penal benéfica, uma vez que a lei não retroagirá, salvo para beneficiar o réu (CF, art. 5º, XL); o princípio da não transcendência da pena, em virtude de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido (CF, art. 5º, XLV); o princípio da individualização da pena e suas especificações, de modo que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos (CF, art. 5º, XLVI); o princípio da humanidade, ao estabelecer que não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis (CF, art. 5º, XLVII); se mantido no cárcere durante o transcorrer das fases pré-processual ou processual, e também durante o cumprimento da pena imposta em concreto, é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral (CF, art. 5º, XLIX); o princípio do juiz natural, na medida em que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente (CF, art. 5º, LIII); o princípio do devido processo legal, em que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal (CF, art. 5º, LIV); os princípios da ampla defesa e do contraditório, sendo esses institutos assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, com os meios e recursos inerentes (CF, art. 5º, LV); o princípio da vedação de provas ilícitas, consideradas inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos (CF, art. 5º, LVI); o princípio da presunção de inocência ou de não culpabilidade, muito famoso no âmbito penal por dispor que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (CF, art. 5º, LVII); o princípio da excepcionalidade da prisão, que registra que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei (CF, art. 5º, LXI) etc.

Eis acima apenas algumas das disposições constitucionais previstas no extenso rol de incisos do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil/1988 (CRFB), em que se encontram os direitos individuais e coletivos (Capítulo I), constituindo somente uma fração dos Direitos e Garantias Fundamentais (Título II). Registre-se que, apesar de aparentemente estafante a transcrição literal de alguns dispositivos, fez-se necessária referida técnica dissertativa para se ter uma noção primeira da quantidade de direitos e garantias processuais penais previstas em nível constitucional a ser observadas durante o curso da primeira velocidade do Direito Penal, a mais lenta, porém é aquela que mais garante os enunciados humanitários ao longo do procedimento criminal, evitando-se que arbitrariedades sejam perpetradas em detrimento do direito de defesa e do direito a um processo justo, com observância estrita das normas legais vigentes. A doutrina criminológica corrobora o que foi dito supra:

> O atual sistema penal brasileiro é pautado, na maioria de seus crimes, pelo Direito Penal de Primeira Velocidade, uma vez que a aplicação de penas privativas de liberdade é a forma rotineira de punição das infrações penais. Com isso tem-se uma persecução penal morosa norteada pelos princípios constitucionais penais, como o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório e a presunção de inocência. Para demonstrar o quão lento é o Direito Penal de Primeira Velocidade, veja-se o caso do princípio constitucional da ampla defesa, em que o acusado pode produzir todos os meios de prova permitidos em lei, notadamente a oitiva de testemunhas que residem em outro país, via carta rogatória. Outro exemplo é a exaustiva via recursal que o sistema brasileiro possui, forte no princípio constitucional do devido processo legal e nos recursos inerentes a ele. Tudo isso bem sinaliza a lentidão com que se aplica uma pena privativa de liberdade, na sistemática tradicional do Direito Penal brasileiro, o que é salutar, uma vez que se está colocando em risco o bem jurídico mais importante do ser humano depois da vida, qual seja, a liberdade. (Ibid., pp. 24-5)

Sob a ótica normativa processual e constitucional, desde que se dedique a obedecer a CRFB/88 e as leis infraconstitucionais, essa famigerada demora do processo penal (morosidade) em apresentar a resposta definitiva da jurisdição criminal é perfeitamente justificável, pois está-se num direcionamento garantista, provedor de todos os direitos e garantias fundamentais. Todavia, aos olhos de uma parcela da sociedade, essa demora é injustificada, principalmente por se dedicar a cumprir os "direitos dos bandidos", o que, para essa forma retrógrada e autoritária de se pensar, é algo desnecessário que tão somente se destina à busca por mais impunidade num país cujo povo está exausto da criminalidade crescente. Esse raciocínio grotesco faz de encontro à história evolutiva dos direitos humanos, por meio da qual tanto se lutou por mais direitos com o claro e legítimo intuito de preservar a população ante as investidas parciais e exageradas do Estado na vida privada daquela. Por isso que

> (...) não pode o Poder Judiciário ficar refém desse tipo de pensa-mento, até porque se vive no Estado Democrático de Direito, e as expecta-tivas sociais devem sim ser satisfeitas, mas dentro dos princípios basilares do ordenamento jurídico. Após a correta aplicação principiológica e dogmáti-ca dos direitos e das garantias processuais, de fato deve ser almejado e per-seguido o efetivo cumprimento da sentença condenatória, caso seja nesse sentido. O que não se pode é querer chegar até a sentença condenatória sem obedecer aos trâmites legais. (Ibid., p. 25)

Seguindo-se na caminhada das velocidades do Direito Penal está a segunda velocidade, caracterizada por ser

> (...) um pouco mais rápida do que a anterior, o que se visa é a supressão de certas garantias processuais para chegar-se a uma aplicação de pena criminal de forma mais célere. Em razão de a velocidade anterior ser bem morosa, principalmente em função da larga observância das garantias processuais penais, vislumbrou-se, nessa sistematização, uma imposição mais célere de certas espécies de penas, suprimindo alguns princípios básicos de Direito Processual Penal. Em que pesem as críticas em contrário, esse tipo de velocidade prima pela aplicação imediata de penas, sem a morosidade de um processo lastreado no devido processo legal, gerando uma sensação de punição para a sociedade e ao mesmo tempo de benefício para o acusado. (Ibid., p. 25)

Nessa etapa (segunda velocidade), há um fenômeno que muito incomoda os defensores do garatismo inarredável, uma vez que, seja por qualquer razão alegada, ocorre o suprimento de determinadas garantias processuais penais, o que já se permite concluir que esse aspecto típico causa prejuízo ao infrator da lei penal, pois, ainda que numa análise preliminar – e deveras prematura, reconheça-se –, do violador da lei, embora tenha violado as expectativas sociais e danificado algum bem jurídico alheio, não lhe pode ser retirada a possibilidade de usar ao seu favor toda e qualquer previsão legal humanitária e condicionante da validade do procedimento criminal. Não obstante, essa bizarra supressão de garantias fundamentais ocorre constantemente, visto ser acolhida pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Criminais - JECRIM). Nesse diploma legal, a segunda velocidade do Direito Penal é representada pelos institutos jurídico-criminais despenalizadores da transação penal e da suspensão condicional do processo, uma vez que esses institutos

> (...) permitem, sem maiores rodeios e claramente, a aplicação imediata de certa espécie de pena, qual seja, restritiva de direito. O agente que teve lavrado contra si um termo circunstanciado de ocorrência (TCO) é levado imediatamente para o Juizado Especial Criminal, sendo oferecido na audiência preliminar o benefício da transação penal, nos crimes que a pena máxima abstrata não ultrapassa dois anos. Nessa audiência, o Ministério Público, analisando as condições legais, oferta o benefício da transação penal, alertando que ele tem que aceitar o cumprimento de certa espécie de pena restritiva de direito, incontinenti, abrindo mão de um processo baseado no contraditório, na ampla defesa, no devido processo legal e na presunção de inocência, por exemplo. Caso aceite, o processo penal não prosseguirá, mas ele terá que cumprir uma pena criminal. (Ibid., pp. 26)

Nesta esteira, urge transcrever também o art. 76, da Lei n. 9.099/95, em que o instituto da transação penal encontra confortável guarida, *in verbis*:

> Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
>
> § 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
>
> § 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:
>
> I – ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
>
> II – ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;
>
> III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Há que se fazer uma equalização acerca das percepções práticas trazidas à tona pelo instituto acima aludido. Veja-se, num primeiro momento, que podem ser citados alguns efeitos dos quais o infrator se beneficiará, como ter se livrado de um processo penal longo e estafante, não precisando comparecer a audiências em que se buscará a produção da prova, com oitiva da suposta vítima, de testemunhas (se houver), e, por fim, do acusado. Dessa forma, o agente terá uma resposta do Estado de uma maneira um pouco mais rápida do que a tradicional (primeira velocidade); isso porque tal sistemática é frustrante – não se esquecendo, em hipótese alguma, de que maior frustração foi sentida pela vítima do infrator, por óbvio -, em virtude de o ambiente forense criminal ser um criador de estigmas e rotulações criminais precipitadas; afora o fato de ter de arcar com as despesas de advogado, caso não seja o acusado defendido por um defensor público ou por advogado dativo. No entanto, não se pode olvidar do fato de que o agente, enquanto cidadão, sujeito de direitos, abre mão voluntariamente de algumas garantias estruturais do processo penal, tais como, devido processo legal, ampla defesa, contraditório e, por mais estarrecedor que seja, do princípio da presunção de inocência.

Da leitura do artigo legal acima transcrito, pode-se ver que o representante do Ministério Público, havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, e não sendo o caso de arquivamento, poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta. Nota-se, sem maior esforço interpretativo, que o infrator da lei penal, embora milite a seu favor a indiscutível garantia de presunção de inocência, estará se submetendo a uma situação escabrosa de cumprimento imediato de pena restritiva de direitos ou pagamento de multas – ambas são sanções penais, independentemente da nomenclatura empregada. O cidadão, que eventualmente tenha cometido um delito, que deverá ser uma infração penal de menor potencial ofensivo (art. 61, JECRIM), embora seja presumido inocente até o momento em que uma sentença penal condenatória transitar a seu desfavor, cumprirá penas de forma imediata, aceitando a proposta formulada pelo representante do Ministério Público antes mesmo de ter sido produzida qualquer prova que lhe seja favorável ou não, qualquer que seja a modalidade probatória.

Sob a ótica de proteção e promoção dos direitos humanos, a transação penal, em suma, é uma verdadeira aberração jurídica, construída a partir de equivocada política criminal, em que se almeja o encerramento de apenas um processo, a exclusão de um número de autos dos registros forenses, de um calhamaço de folhas surradas pelo manuseio a menos, quando se trata de processos físicos; trata-se de uma estratégia de aumento de produtividade na prestação jurisdicional, mas não se pode dizer, numa percepção humanista aguerrida, que é uma evolução qualitativa no quesito de políticas de conservação dos direitos fundamentais. É um narcisismo criminal com ilusão de autosuficiência.

No entanto, o resultado obtido com essa celeridade não agrada o anseio social voltado às pretensões punitivistas, uma vez que a sociedade constrói críticas no sentido de ser algo extremamente negativo o fato de o infrator não ser levado ao cárcere, não entendendo, portanto, que, de qualquer forma, haverá o cumprimento de pena, mesmo que de natureza restritivas de direitos. O entendimento social é edificado numa lógica de que somente as penas privativas de direito são necessárias e suficientes para a devida punição daquele que consciente e voluntariamente se desvia dos adequados padrões de comportamento. O ideal, assim, de acordo com uma visão deturpada dos verdadeiros rumos nortes do Direito Penal, seria a agilidade nos julgamentos criminais cumulada com a imposição de penas privativas de liberdade, trancafiando sem misericórdia os que sustentam valores de convivência contrários aos princípios e bens acobertados pelas regras sociais.

Em se tratando de maior celeridade dos julgamentos, tem-se, então, a terceira velocidade do Direito Penal. Segundo a doutrina

> A velocidade mais acelerada da aludida doutrina é a que o acusado terá a supressão de garantias processuais penais com aplicação imediata de pena privativa de liberdade. Pelo que se percebe, houve a conjugação da aplicação de pena privativa de liberdade, do Direito Penal de Primeira Velocidade, com a supressão de garantias processuais penais, pertencente ao Direito Penal de Segunda Velocidade, como se fosse uma espécie mista das duas primeiras. (GONZAGA, op. cit., p. 28)

Essa velocidade do Direito Penal não encontra respaldo na ordem constitucional brasileira, uma vez que se trata da supressão total das garantias processuais penais, culminando-se com penas tão severas quanto as privativas de liberdade (GONZAGA, 2018, p. 28). Seria, basicamente, o encarceramento do infrator sem que esse possa exercer legitimamente os direitos de ampla defesa, contraditório, menos ainda poder se beneficiar do benefício penal da presunção de inocência ou de não culpabilidade até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, o que, por evidência incontestável, é profundamente incompatível com o delineamento garantista da atual ordem constitucional brasileira, sustentáculo dos direitos fundamentais baseado essencialmente no dever de respeito ao supraprincípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).

Não obstante toda a construção doutrinária corroborativa da negação da terceira velocidade do Direito Penal ante os mandamentos constitucionais fundamentais, reconhece-se que essa vertente de punição existe no ordenamento jurídico brasileiro, ainda que em completa afronta à tendência humanista ideal na qual se tenta conduzir o funcionamento do sistema penal pátrio, principalmente por se considerar que

> (...) esse tipo de sistematização é bastante complicado diante da ordem constitucional brasileira, uma vez que se está abrindo mão totalmente de garantias constitucionais legítimas para aplicar-se a pior espécie de pena que é a privativa de liberdade. Ainda que seja clara a violação a toda ideia de Estado Democrático de Direito, tem-se clara aplicação do tipo de Direito Penal de Terceira Velocidade no Brasil. (...) o Regime Disciplinar Diferenciado é notória implementação da pena privativa de liberdade sem a conjugação simultânea e necessária das garantias processuais, haja vista que o preso definitivo ou provisório será colocado numa espécie de pena privativa de liberdade até pior, mediante simples constatação de que existem indícios de que ele integre qualquer espécie de associação criminosa, ainda que não haja o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. A supressão de garantias é notória com aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado com privação, até mais severa, de sua liberdade imediata (...) (Ibid., pp. 28)

Para fins didáticos, cumpre fazer ligeira menção ao regramento essencial do citado regime disciplina diferenciado (RDD), previsto no art. 52, da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, também conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), *in verbis*:

> Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:
>
> I – duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
>
> II – recolhimento em cela individual;
>
> III – visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas;
>
> IV – o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.
>
> § 1º O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
>
> § 2º Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

O famigerado regime disciplinar diferenciado (RDD), portanto, é um exemplo manifestação de um Direito Penal de terceira velocidade, acolhido no regramento jurídico brasileiro, colocando em xeque direitos essenciais, tais como, a ampla defesa, o contraditório, a presunção de inocência e o devido processo legal (*due process of law*), uma vez que, para ser transferido a esse regime mais gravoso de cumprimento de pena, basta que os encarcerados, condenados ou presos provisórios, apresentam alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, ou que haja fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando. Esse alto risco e as fundadas suspeitas são requisitos demasiadamente genéricos, de difícil mensuração e insuficientes para agravar as condições daqueles que estão encarcerados, pois são estabelecidos ainda que não haja produção de provas cabais a fim de se atestar tais qualidades.

A doutrina criminológica é suficientemente enfática nesse sentido:

> Veja-se que a citada Lei de Execução Penal deixa claro que o preso inserido no Regime Disciplinar Diferenciado não terá um devido processo legal, bastando um relatório do Diretor do Presídio ou da Autoridade Administrativa semelhante que entenda cabível esse tipo de grave cumprimento de pena. Nem se diga que o Ministério Público e a Defesa vão manifestar previamente, pois isso não é suficiente, uma vez que não haverá nenhuma produção probatória em contrário que demonstre que o indivíduo pertença a uma organização criminosa. O referido relatório tem força quase que vinculante, como se sabe na prática. (GONZAGA, op. cit., p. 23)

Assim, não é difícil analisar o quão arbitrária é desumana é essa medida de agravação do encarceramento, posto que se desconsidera até mesmo o direito de defesa, instrumento indispensável à manutenção da processualística penal num Estado Democrático de Direito, apesar igualmente não ser motivo de surpresa um entendimento de parte da sociedade que corrobora essas medidas radicais, ignorando-se o aspecto protetivo da legislação criminal traduzido pelo dever humanitário do Estado contemporâneo, prevalecendo, nesses casos, o argumento de que a sociedade precisa de proteção, podendo-se utilizar, para tanto, práticas no mínimo questionáveis sob o ponto de vista dos direitos humanos. Nota-se, pois, que quanto mais célere é o Direito Penal, mais rápida é a resposta jurisdicional do Estado e mais se agrada uma parcela da sociedade que pugna pela intensificação desse viés puramente punitivo, ao passo que gradativamente se distancia das políticas construtivas e históricas de proteção e promoção dos direitos e garantias fundamentais, sejam os positivados no Texto Maior ou em tratados internacionais de igual temática garantista e protetora da dignidade humana.

Isto é, o corpo social, sentindo-se talvez abandonado pelo Estado em questões de segurança pública, sob a alegação da existência de uma legislação criminal tímida e incapaz de lidar com os problemas de criminalidade, pugna pelo fortalecimento do controle estatal no que diz respeito ao agravamento dos mecanismos penais de natureza incriminadora, o que, numa conclusão precipitada e superficial, distante dos estudos criminógenos, seria o suficiente para que se alcançasse a redução da prática de infrações penais num determinado período; tudo isso, obviamente, com vistas a combater o criminoso, que é concebido como um inimigo presente no meio social.

2.3. O ALINHAMENTO DE SETORES DA OPINIÃO PÚBLICA COM O DIREITO PENAL DO INIMIGO

Segundo o magistério de Gonzaga (2018, p. 21), o "Direito Penal do Inimigo", cunhado pelo doutrinador Günther Jakobs, tem por objetivo punir as pessoas que violarem as expectativas sociais e colocarem em risco toda a coletividade. Segundo o autor,

> O inimigo é aquele que não respeita o Estado de Direito, praticando condutas criminosas que ameaçam todos os direitos sociais, como a vida, a segurança pública, a saúde etc. Se assim o for, desrespeitando as leis e a Constituição Federal, o ordenamento jurídico também não deve ser aplicado a ele de forma a tratá-lo igualmente àquele que respeita todos os direitos e as garantias individuais.

Nesse ínterim, faz-se a distinção entre o cidadão e o inimigo. O cidadão é aquela pessoa que segue as regras sociais ritualisticamente; porém, quando as descumpre, ele o faz de maneira eventual, merecendo, pois, a aplicação integral dos direitos e garantias fundamentais no transcorrer do processo penal a que será submetido, de forma a passar igualmente pelo crivo da jurisdição criminal. Já o inimigo é a pessoa que se dedica aos delitos de forma habitual, rompendo bruscamente com o regramento social e afrontando as normas penais de forma tão grave a ponto de, segundo essa vertente teórica, ser-lhe negada a aplicabilidade integral das garantias fundamentais. De acordo com Meliá (2007, p. 33-5 *apud* JÚNIOR, 2012),

> Para Jakobs deve haver dois tipos de direito. Um que é dirigido ao cidadão, que, mesmo violando uma norma recebe a oportunidade de "reestabelecer" a vigência desta norma através de uma pena – mas ainda assim, mesmo sendo punido, é punido como um cidadão – mantendo, pelo Estado, o seu status de pessoa e o papel de cidadão reconhecido pelo Direito. Há porém um outro tipo de Direito, o Direito Penal do Inimigo, que é reservado àqueles indivíduos que pelo seu comportamento, ocupação ou práticas, segundo Jakobs, "se tem afastado, de maneira duradoura, ao menos de modo decidido, do Direito, isto é, que não proporciona a garantia cognitiva mínima necessária a um tratamento como pessoa", devendo serem tratados como inimigos. (sic)

O que interessa consignar é que essa divisão do Direito Penal entre um conjunto de normas destinados a determinado grupo denominado de "cidadãos" e outro arcabouço de normas dirigidas aos ditos "inimigos", muito mais severas do que aquele, atualmente, é uma ideia que se nota com frequência em discursos políticos e manifestação públicas em que parte da sociedade exterioriza o intento de ver os infratores da ordem jurídicas confinados por tempo indeterminado nas masmorras do Estado, denominação essa que, na visão da criminologia crítica, refere-se à realidade prisional presente por todo o país, onde a integridade (física e moral) dos presidiários é subjugada, construindo-se aos poucos mentes revoltadas com o sistema penal, aproximando-os cada vez mais da deliquência habitual como forma de rebelar e enfrentar aqueles que o confinaram em ambientes insalubres, mesmo que esse ódio seja direcionado à figura abstrata de um sistema igualmente cruel e merecedor de represálias perpetradas por intermédio do crime.

E quando se conjuga essa concepção proveniente da sociedade de que os infratores penais devem ser tratados como inimigos a serem combatidos e extirpados da do âmbito de interação social ordinária, e não ressocializados e reintegrados ao convívio comunitário, com a noção de que a forma para se lidar com a impunidade sentida em determinados casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, ou situações criminosas não satisfatoriamente dirimidas no contexto da investigação criminal (fase pré-processual), seja instituir um Direito Penal mais severo, punitivo, segregador e com procedimentos mais céleres, não obstante a supressão de direitos e garantias fundamentais, tem-se, por inevitável, a confluência das ideias estruturais da terceira velocidade do Direito Penal, em que se busca a imposição de penas privativas de

liberdades (as penas mais graves existentes no atual sistema jurídico-penal) mediante a supressão total das garantias processuais penais.

De todo modo, há de se constatar que o pensamento punitivista social se encontra no sentido oposto das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos, pois, nos dias de hoje, a meta do sistema penal é edificar um corpo de normas cuja eficiência se pretende destacar pelo fenômeno da prevenção, e não pela natureza repressiva e punitiva do crescente número de normas penais de teor meramente incriminador, como se criar tipos penais e cominar penais fossem as vias mais adequadas para se resolver os problemas criminais, em especial ao adotar uma posição narcísica de que a incriminação isolada fosse capaz de assegurar a manutenção da ordem pública e a incolumidade dos bens jurídicos mais caros aos olhos dos legisladores, orientados pela diretriz da intervenção mínima.

Portanto, quando a sociedade e a opinião pública se manifestam no sentido de segregar, rotular, discriminar os cidadãos que infrinjam as regras sociais, ou, mais especificamente, as normas penais incriminadoras, e buscam a punição a qualquer custo por meio de um mecanismo processual penal rápido o suficiente para retirá-los o quanto antes do convívio social e severo a ponto de impor as penas mais graves abstratamente previstas no texto legal, todos caminham rumo ao regresso social, à manutenção do fracasso das políticas públicas enquanto estratégias de prevenção primária, e, acima de tudo, dão forma a teorias completamente arbitrárias, destoantes do progresso humanitário, e adornam os discursos contrários aos direitos e garantias fundamentais com uma roupagem de aparente justificativa social, amparada na propalada ineficácia de correção do sistema criminal, o que, não por acaso, tem seu reflexo nas falas animosas nas tribunas das mais variadas casas legislativas, com influência, por conseguinte, em determinadas políticas de Estado, colocando-se à mesa propostas flagrantemente retrógradas e conflitantes com o desenvolvimento do ordenamento jurídico sob o ponto de vista da processualística criminal à luz do dever de respeito aos direitos fundamentais estampados, em essência, na Constituição deste país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, conclui-se que a sociedade, por vezes, não tem a mais acertada compreensão em relação aos problemas criminais e às maneiras adequadas de enfrentá-los, seja no campo criminal, social, político e/ou econômico. Aliás, o simples fato de haver variadas frentes de atuação a partir das quais se pode fazer uma análise mais completa da realidade social, por si só, já causa certa estranheza em muitas pessoas. Existe, assim, entranhada no consciente coletivo, a noção superficial e falha de que os crimes são questões a serem resolvidas somente mediante processos emergenciais de criminalização, o que, por sinal, revela uma seara de cunho estritamente político através dos quais são sugeridas propostas legislativas com a nítida intenção eleitoreira para tentar agradar a multidão de eleitores, gerando o que já se denominou de direito penal simbólico ou emergencial, que, grosso modo, é o direito penal de última hora, acentuadamente imediatista, sem prospecção de contundentes efeitos jurídico-sociais a longo prazo, uma vez que sua criação tem serventia momentânea, dedicando-se tão somente a apaziguar os ânimos da população alarmada e confiante que a punição exacerbada seja o fator preponderante nas políticas estatais tendentes à melhorar os índices oriundos do fenômeno criminal.

Nesse contexto, vem à tona o modelo clássico de reação ao crime denominado também de dissuasório, sendo que

> Por meio dele, ao mal causado pelo crime deve ser retribuído pelo mal da pena. Numa visão hegeliana, a pena deve ser vista como um castigo proporcional ao delito cometido. Não se preocupa com a ressocialização do agente, mas apenas que ele sofra as consequências de uma prisão em virtude da sua conduta criminosa. Nesse modelo, os personagens que participam são o Estado e o próprio delinquente, restando a sociedade e a vítima fora dessa relação (GONZAGA, op. cit., p. 179)

Essa concepção antiquada de combate ao crime é fortalecida pela ideia de que o criminoso é um inimigo, um ser completamente nocivo e irremediavelmente perverso, e que, em vez de ser ressocializado, deve ser punido com maior rigor, excluindo-se de sua defesa alguns direitos e garantias fundamentais, uma vez que se trata de alguém que rompe a ordem jurídica e social com determinada habitualidade em empreitadas delitivas. Com isso, a doutrina do Direito Penal do Inimigo ganha filiados inconscientes, posto que, não raro, muitas pessoas nem têm ideia de que esse raciocínio punitivista encontra guarida numa teoria criminal sistematizada e corretamente repelida pelos operadores do Direito, ao menos pela esmagadora

maioria dos profissionais, por ser incompatível com a ordem jurídica vigente e com os valores constitucionais destinados a todos os cidadãos, sem possibilidade de distinções incriminadoras e arbitrárias.

Deve-se enfatizar que o Direito Penal do Inimigo, identificado geralmente no senso comum referente à criminalidade e seus respectivos estratagemas de enfrentamento, por justificativa de se evitar a prevalência da impunidade, muitas pessoas também pregam a necessidade de se acelerar os ritos processuais, no cristalino intuito de levar os criminosos ao cárcere o quanto antes, ainda que durante esse processo um ou outro direito fundamental seja pisoteado pela máquina estatal especializada em encarcerar. Desse modo, contempla-se a formatação da referida terceira velocidade do Direito Penal, aparentemente aceitável por alguns e muito badalada por outros, pela qual as garantias processuais penais são suprimidas e se tem a imposição de penas privativas de liberdade. Para uma mentalidade marcadamente punitivista, esse é o cenário ideal em que se deve enfrentar os integrantes do poder paralelo, ou seja, deve-se responder ao poder criminoso e desviante com ainda mais fulgor e irracionalidade jurídico-constitucional.

Por fim, registre-se que essa visão segregadora e profundamente punitiva nunca será o melhor caminho para se combater a criminalidade, pois, se tais propostas práticas e teóricas são levantadas pelas pessoas sem conhecimento jurídico-criminal adequado, pode-se até relevar esse raciocínio destoante, visto que, não raras vezes, elas se deixam levar pelo discurso caloroso das multidões, que tem um poder gigantesco de influência e cooptação daqueles que estão abertos a soluções imediatistas de um idealismo juridicamente escabroso. Porém, se tais posicionamentos são suscitados por operadores do Direito, talvez seja recomendável o consumo diário de uma boa dose de criminologia crítica para endireitar os padrões deturpadores do entendimento penal e constitucional nesse momento histórico de propostas legislativas desconcertantes e de destruição da segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

[1] BACILA, Carlos Roberto. Criminologia e estigmas: um estudo sobre os preconceitos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

[2] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

[3] Lei dos juizados especiais cíveis e criminais (1995). Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Brasília: Senado.

[4] GONZAGA, Christiano. Manual de criminologia. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Júnior, Almério Vieira de Carvalho. O direito penal do inimigo. Disponível em:<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-direito-penal-do-inimigo/#_ftnref4>. Acesso em: 03 de março de 2020.

Capítulo 18

Comparação e validação na análise de agrupamento no índice de desenvolvimento humano (IDH) dos estados Brasileiros

Mácio Augusto de Albuquerque
Emanuela Rodrigues do Nascimento

Resumo: Objetivou-se neste trabalho, comparar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os vinte e sete estados brasileiros por meio das técnicas de Análise de Agrupamento, através dos algoritmos de agrupamento dos dados do IDH. Utilizou-se dados do Atlas Brasil 2013 com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010. Para a análise de agrupamento foi utilizado a matriz de Mahalanobins com base nos dados obtidos, bem como a aplicação dos métodos de ligação simples, ligação completa, ligação média e ligação de ward, também foram aplicado o coeficiente de correlação confénetica para medir o grau de ajuste entre as matrizes similares originais e a matriz resultantes da simplificação proporcionada pelo método de agrupamento. No entanto verificou-se que o método que melhor representa os dados é o de ligação completa. Ao agrupar os estados foi levando em conta a semelhança entre as variáveis IDH-R, IDH-L e IDH-S em relação á cada estado, formando grupos semelhantes entre as ligações de diferentes regiões do Brasil.

Palavras chave: Analise de Agrupamento, Estados e Índice de desenvolvimento Humano (IDH)

1. INTRODUÇÃO

O Atlas do desenvolvimento humano do Brasil abrange o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, por ser uma plataforma de consulta os Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros e 27 Unidades da Federação (UF). Apresentando mais 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados retirados dos Censos Demográficos de 2010, além do IDHM. Para assim facilitar estimular análise dos dados e seu manuseio.

Considerando os dados do Atlas 2013 para realizar uma análise de agrupamento com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Análise de agrupamento quando aplicado ao estudo pode gerar grupos de estados com características semelhantes, promovendo uma visão ampla em relação ao estado com IDH semelhantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma unidade de medida que serve para calcular o grau de desenvolvimento nos quesitos saúde, educação e renda.

Surgiu em 1990 com o trabalho de dois economistas, o paquistanês Mahbub Ul Haq e o indiano Amartya com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Onde IDH podendo assumir valores entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 for o IDH de um país mais desenvolvido ele se torna (COSTA, 2019). Assim também se aplica aos estados. Em título de curiosidade, o estado que ocupou o 1° lugar foi o Distrito Federal com IDH de 0.824 segundo os dados do IBGE, 2010.

Análise de Agrupamento conhecida como análise de conglomerados ou cluster análises permite agrupar variáveis em grupos homogêneos com função de grau similares entre os indivíduos, a parte de variáveis predeterminadas. Também permite classificar os estados de modo que cada um deles seja semelhante ao outros do agrupamento de acordo com cada característica escolhida. Desta maneira a homogeneidade entre os objetos do grupo é minimizada e a heterogeneidade entre os demais grupos é maximizada (SOUSA, 2018).

A técnica de análise de Agrupamento é utilizada para encontrar subdivisões significativas dos elementos ou objetos e também corresponde a uma técnica exploratória que busca reconhecer a estrutura de agrupamentos, fornece hipóteses de associações e identificar outliers, ou seja, o objetivo é classificar uma amostra em um número pequeno de grupos respectivamente exclusivos, onde indivíduos dentro de um mesmo cluster (grupo) sejam semelhantes em relação a essas variáveis e indivíduos em clusters diferentes sejam distintos entre si segundo (NASCIMENTO, 2019).

Segundo Braz. J (2019) o método hierárquico seus elementos são colocados em uma distância euclidiana em formato parecido de uma árvore hierárquica, no entanto o método não hierárquico a metodologia mais utilizada é a de K-ésima.

A distância Generalizada como é conhecida a distância de Mahalanobis que foi utilizada como medida de distancia entre os grupos, levando em consideração as correlações entre as variáveis que pode ser invariante em escala e também podendo ter uma distância constantes centrada na média do espaço amostral.

Podemos classifica a análise de agrupamento em dois métodos hierárquico e não hierárquico onde o hierárquico consiste em uma série de sucessivos agrupamentos ou sucessivas divisões dos indivíduos, onde são agregados ou desagregados, que apresenta uma síntese objetiva dos resultados e sendo que cada ramo representa um indivíduo. Já o não hierárquico necessita da informação do número de grupos existentes para iniciar o processo a idéia central é escolher uma partição inicial dos indivíduos e, em seguida, alterar os membros dos grupos para obter-se a melhor partição (NASCIMENTO, 2019).

Outro método importante que podemos ressaltar é o método de ligações (simples, completa, média e de wad). A ligação simples corre entre dois elementos muito parecido entre si, porém a ligação completa é o oposto da ligação simples, já o de ligação média é um método que utiliza as médias aritmética das medidas de dissimilaridade, portanto é um método que trata a distância entre dois conglomerados como a média das distâncias entre todos os pares de elementos que foram formados com os elementos dos dois conglomerados que estão sendo comparado e por fim será utilizado a ligação de ward a formação dos grupos é dado a partir da maximização da homogeneidade entre os grupos ou porém a minimização total da soma de quadrados entre os grupos (COSTA, 2019).

Diante disso decidiu-se compara o IDH entre os 27 estados brasileiros, por meio da técnica de Análise de Agrupamento. Pretendendo-se com esta análise identificar os estados com comportamentos similares em relação ou IDH, além de escrever quais estados são semelhantes, a fim de verificar qual análise melhor representa os dados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 por dois economistas, o paquistanês Mahbub Ul Haq e o indiano Amartya com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em prol dos direitos humanos que se concretizaram após danos causados a milhares pessoas, ambos buscavam uma medida que destaque não só no lado da economia, mas também no lado humano. O Brasil foi um dos últimos países a adquirir esse órgão por volta de 1992, mas foi consolidado em 1998, enfrentou várias dificuldades para implementar as decisões do órgão (LIMA, 2018). Realizando seu calculo do IDH desde 1998 e é pioneiro nesse indicador, onde tornou se referencia na avaliação. O IDH é obtido apartir da média geométrica de três sub-índices: IDH-E (Educação), IDH-L (Longevidade) e IDH-R (Renda) segundo Gomes (2018).

$$IDH = \sqrt[3]{Educação \ \times Longevidade \ \times Renda}$$

Segundo Lima (2019) para o desenvolvimento humano e socioeconômico de cada país ou de cada estado, os sub-índice são:

1. Educação: é medida através do tempo de estudo da população, tendo como base o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola, mostrando aos governantes a importância de aplicar medidas para melhorar cada vez mais a educação do país ou estado. Levando em consideração as taxas de frequência, de conclusão, valores mínimos e máximos escolhidos que variam de 0 e 1 o resultado e divido por 100 utilizado no calculo do IDH padrão.

2. Longevidade: é analisada a taxa de expectativa de vida da população que influencia diretamente na facilidade em acesso a recurso médicos e tratamentos relacionados ao bem-estar e a qualidade de vida, com isso mostram que se a taxa de expectativa de vida dos seus habitantes for alta o país tem um cuida da saúde, ou seja, é considerando o número média de anos de vivido por cada pessoa dos estados, apartir do nascimento ate os padrões de mortalidade que foi observados em cada período e pode ser calculado da seguinte forma:

$$IDH - L = \frac{valor\ abservado - valor\ minimo}{valor\ máximo - valormínimo}$$

3. Renda: analisa a distribuição da renda per capita do país, calculada a partir da renda média de um país ou estado com base no produto interno bruto e dividido com os números de habitantes para assim avaliar o nível de consumo, poder aquisitivo e a taxa de desemprego. Ao considera a rende média para as pessoas que moram em cada estado, sua renda per capta é calculada da seguinte formula:

$$IDH - R = \frac{[ln(renda\ per\ capta\ municipal) - ln(valor\ mínimo\ de\ referencia)]}{[ln(valor\ máximo\ de\ referencia) - ln(valor\ mínimo\ de\ referencia)]}$$

Segundo Dimas (2019) a escala utilizada no IDH varia entre 0,000 (nenhum desenvolvimento humano) até 1,000 (taxa de desenvolvimento alta). Sendo assim o estado que possui a taxa do IDH acima de 0,800 é alto, o que possui a taxa do IDH entre 0,500 e 0,799 tem o índice mediano e os que possui a taxa entre 0 e 0,499 está abaixo da média.

O IDH tem como objetivo criar uma medida sintética e simples com o intuito de medir o desenvolvimento humano por meio de informações disponíveis em diferentes países, desta forma permite a comparação entre as regiões para assim chamar a atenção do governante público para o que realmente pode ser considerado quando avalia o desenvolvimento humano (OTTONELLI, 2013).

2.2 ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

São várias definições que pode ser encontrada na literatura para a técnica de análise de agrupamento é uma técnica que agrupar todos os elementos com características semelhantes em função de um conjunto de variáveis selecionada, também é uma técnica multivariada de grandes aplicações principalmente na análise de cluster segundo Prado (2015), seu objetivo é reunir os elementos de tal maneira que os elementos do mesmo grupo sejam semelhantes uns com os outros elementos de outro grupo, tornando se a máxima homogeneidade dentro dos grupos assim como a maximização da heterogeneidade entre os grupos (TOMAZ, 2017).

A análise de agrupamento agrupar os elementos em classes, inicialmente esse número de classes é desconhecido, podendo gerar grupos não esperados, quando isso ocorre é preciso melhorar o estudo entre os elementos.

O processo de agrupamento começa com a preparação dos elementos e vão até a interpretação dos grupos obtidos. Levando em consideração as medidas das p variáveis em cada um dos n elemento, para transformar uma matriz $n \; x \; p$ de dados em uma matriz $n \; x \; n$ de semelhança, por medida de distância onde são avaliadas a distância entre os pares de elementos para p variáveis, em seguida um algoritmo é selecionado com a finalidade de definir a regra de agrupamento com base nos elementos semelhantes (PRADO, 2015).

Segundo Sousa (2018), pode se aplicar a análise de agrupamento em cinco etapas:

1. A escolha dos critérios das proximidades: defini se os elementos devem ou não ser padronizados se os critérios que serão utilizados na determinação dos grupos.
2. A definição dos números de grupos que pode ser através do conhecimento a priori dos dados, conveniência de análise ou uma definição posterior com base na análise dos dados já realizada.
3. Como a formação dos grupos onde nesta etapa pode definir os algoritmos que serão utilizados na identificação dos grupos, nos métodos hierárquico e não hierárquico.
4. A validação do agrupamento que pode ser garantir se os elementos têm comportamento diferente em diversos grupos, onde nesta etapa é comum supor que qualquer grupo seja da amostra aleatória de alguma sub a população.
5. Interpretação dos grupos formados no final do processo é importante para caracterizar os grupos formados. É recomendado utilizar a estatística descritiva para esta fase da análise.

2.3 MEDIDA DE DISTÂNCIA

As medidas de distância também considerada medidas dissimilaridade dessa maneira quanto maiores os valores, menores será a semelhança entre os elementos. Uma das principais medidas de dissimilaridade é a distância de mahalanobis (SOUSA, 2018).

A distância de mahalanobis se destaca por possuir algumas vantagens em relação a distância euclidiana pois ela considera a variância em qualquer direção diferente, além disso considera a covariância entre os elementos, podendo calcular a correlação entre os dados a partir da matriz de variância-covariância do vetor original, entretanto, o cálculo pode apresentar alguns problemas em caso se os dados tiver um número muito grande de variável (ROSA, 2015).

A maioria dos métodos de análise de agrupamento requer uma medida de similaridade ou dissimilaridade entre os elementos a serem agrupados, normalmente expressos como uma função distância ou métrica.

Seja m um conjunto, uma métrica em m é uma função $d: m \; x \; m \rightarrow \Re$, tal que para quaisquer i, j, z m, tenhamos:

1. d (i, j) = d (j, i) (simétrica);
2. d (i, j) > 0, se i≠ j;
3. d (i, j) = 0, se e somente se, i = j; e
4. d (i, j) ≤ d (i, z) + d (z, j) (desigualdade triangular).

Além disso, é esperado que d (i, j) aumente quando a dissimilaridade entre i e j aumentar.

Para entender melhor o conceito dessa distância é necessário recorrer a várias definições e descrições dos tipos de variáveis, pois será encontrado a correlações entres os elementos.

2.4 DISTÂNCIA DE MAHALANOBIS E AS VANTAGENS

2.4.1 DISTÂNCIA DE MAHALANOBIS

Conforme Albuquerque. (2005), a distância de Mahalanobis, também chamada distância generalizada, foi desenvolvida em 1936, por Prasanta Chandra Mahalanobis, sendo baseada na correlação entre variáveis. Sua escala é invariante, isto é, não depende da escala de medida. Na estatística Multivariada, esta distância é muito rica em informações. É usada em análise de agrupamento e outras técnicas de classificação, como também na distribuição de Hotteling's T2, empregados em testes multivariados. Além disso, a distância Mahalanobis é utilizada para detectar agrupamento, em especial no desenvolvimento de modelos de regressão linear (Chi-Squale plot ou Q-Q plot).

A distância de mahalanobis (D^2) inicialmente calcula a distância entre dois elementos $\boldsymbol{p_i}$ e $\boldsymbol{q_j}$ que pode ser definida como:

$$d(x_i, y_i) = (x_i - y_i)' \cdot \Sigma^{-1} (x_i - y_i).$$

Em seguida quando aplicar a distância organiza se uma matriz de dissimilaridades entre os elementos, nessa matriz com a dissimilaridade será aplicada o método aglomerativo hierárquico de ligações: simples, completa e média para obter uma estrutura de um dendrograma (GOMES, 2019).

2.4.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA DISTÂNCIA MAHALANOBIS

Segundo Cormack (1971), existe duas razões para não se adotar uma distância para aplicação em análise de agrupamento, baseada em uma matriz de covariância em geral:

1. A maioria das inter-relações existentes é, provavelmente, causado pela existência dos grupos que estão sendo buscados;
2. A estrutura de inter-relação dentro dos grupos pode variar consideravelmente de um grupo para outro.

Portanto, utilizando-se a matriz de variâncias e covariâncias, na forma particionada, a adoção da extensão da distância de Mahalanobis para o contexto apresenta as seguintes vantagens:

1. Trata simultaneamente o vetor misto, sem atribuição arbitrária de pesos que combinem distâncias entre contínuas e entre categóricas, a sem a subjetividade não só dos pesos como também das distâncias a serem adotadas para cada um dos grupos;

2. A distância entre parcelas pode ser decomposta em três parcelas que analisadas separadamente, podem esclarecer a forma como os dados afetam as distâncias por meio das contínuas, removido o efeito das categóricas e das contínuas e da presença conjunta de suas inter-relações.

3. As técnicas de agrupamento podem ser aplicadas a cada parcela separadamente, a combinação de parcelas e distância total. Diferenças nos agrupamentos produzidos podem ser, com isso, um auxílio a melhor caracterização dos grupos que estão sendo buscados.

2.5 MÉTODO HIERÁRQUICO

É uma sequência de elementos na qual cada elemento é agrupado a um elemento vizinho na sequência, podendo ser aglomerativa ou divisíveis. A técnica aglomerativa aglomera os grupos gradualmente, e divisível, em que estabelece uma relação de hierarquia entre os elementos e o conjunto de elementos, uma vez agrupado o elemento permanece associado a ele até o final do processo, uma das vantagens de usar essa técnica é que elas não assumem um número prévio de grupos, pois nele podem-se obter partições com números de grupos variados (ARAÚJO, 2013).

Uma característica importante desse método é que os resultados de um elemento anterior são sempre agrupados como os resultados de um elemento posterior, semelhante a uma estrutura de uma árvore (NASCIMENTO, 2019).

Segundo Fávero (2009) para construir o algoritmo do método aglomerativo podemos desenvolver os seguintes passos:

3. Inicia com *N clusters*, uma para cada elemento e calcula a matriz de distância $\boldsymbol{D_{NxN}}$.
4. Buscam na matriz *D* os pares de elementos *i* e *j* com maior semelhança ou menor semelhança

$d_{i\text{-}j}$. Se existir vários grupos com $d_{i\text{-}j}$ iguais, utiliza se primeiro o agrupamento que possui os elementos de menor valor numérico.

5. Combina os clusters *i* e *j* os dois de menor distância para forma clusters *ij* para atualizar a matriz de *D*, desconsiderando a linhas e a colunas correspondente ou clusters *j* para assim adicionar uma nova linha e coluna com a distância nova criada entre os clusters *ij* e os clusters originais.
6. Repetir os passos anteriores *N-1* vezes, observando os clusters criados em cada um dos passos e das distâncias entre eles. Serão agrupados na última iteração do algoritmo, todos os elementos em um único cluster.

2.5.1 ALGORITMOS DE AGRUPAMENTO

Depois de formar os primeiros clusters é preciso definir como a distância entre os clusters será avaliada, utilizando diferentes métodos para a formação dos agrupamentos observando as distâncias que são calculadas entre os grupos já formados e as que faltam ser agrupados.

Foram utilizados os seguintes algoritmos de agrupamento, por serem os mais usados na prática pela facilidade de serem encontrados nos mais diversos programas computacionais, tais como:

a) Método de ligação simples (MLS) ou do Vizinho mais Próximo *(Single Linkage)*

Baseia se na distância mínima entre dois grupos, mas parecido, essa distância entre dois grupos *X* e *Y* pode ser definida como:

$$d(X, Y)= mim\{ d(x, y): i \in X \text{ e } j \in Y\}.$$

As características desse método é definir uma grande quantidade de padrões aglomerativos devido a sua variabilidade, permitindo a ocorrência de problemas quando os grupos são mal detalhado, reuniu também os objetos aos elementos que são mais próximos dos grupos já formados, fazendo com que os elementos intermediários entre os grupos sejam aderido, onde ocorrem um encadeamento entre os elementos, dificultando assim a separação entre os grupos.

De posse da matriz primária de dados X (n x p), o método de ligação simples foi resolvido na seguinte sequência de cálculos:.

1. Com base na matriz de Mahalanobis original foram determinados os valores da função de agrupamento d_{ij}, que foram representados na forma matricial (D_1);

2. Localizou-se o valor mínimo de $d_{ij} > 0$. Os elementos E_i e E_j, correspondentes a este valor, foram reunidos em um mesmo grupo, ficando (n-1) agrupamentos remanescentes;

3. Com base na matriz de distância inicial (D_1), determinou-se a distância entre o novo agrupamento e os demais elementos, por meio da relação:

$$d_{(i,j)\,l} = \min\,(d_{i1}, d_{i2}),\ l = 1, (n-2)$$
$$l \neq i \neq j$$

e construiu-se nova matriz de distância (D_2).

4. Localizou-se em D_2, o menor valor de $d_{ij} > 0$ e, em seguida, agruparam-se os elementos que deram origem a esta nova distância, formando-se novo agrupamento. Neste passo, têm-se (n-2) agrupamentos.

5. Compôs-se nova matriz de distâncias, baseando-se na matriz de distância. Para isto, calculou-se a distância entre agrupamento formado na etapa anterior e os demais, considerando-se um elemento isolado de E como um agrupamento. Retornou-se a seguir a etapa 4.

Os processos foram repetidos até que todas as cidades de E fossem alocados a um só agrupamento.

b) Método da ligação completo (MLC) ou do Vizinho mais Longe *(complete linkage)*

Baseia se na distância entre dois grupos que menos se parecem, ou seja, pode formar pares com elementos de cada grupo, a distância entre dois grupos *X* e *Y* é dado por:

$$d(X, Y) = \text{máx}\{\, d(x, y) : i \in X \text{ e } j \in Y\}.$$

Segundo Gama (1980) e Mardia et al, (1997), dados n elementos e se admitindo conhecidos os n(n-1)/2 valores de uma função de agrupamentos, d_{ij}, i = j = 1, 2.... n, apresentados na forma de uma D que pode ser sintetizado, nas seguintes etapas:

1. Determinou-se, com base na matriz de Mahalanobis, o conjunto de valores de uma função de agrupamento. Estes valores constituem medida de distância estatística (D) que formam a matriz D_1;

1. Decidiu-se o valor mínimo de d_{ij}, sendo, os elementos E_i e E_j reunidos num primeiro grupo. Então se pressupõe que os (n-2) elementos restantes constituíssem cada um, um agrupamento distinto;

2. Com base na matriz D_1, determina-se a distância entre cada um dos (n-2) elementos e o novo agrupamento formado pelos elementos (E_i, E_j). Esta distância é calculada pela relação:

3.

$$d_{(i,\,j)\,l} = \text{máx}\,(d_{i1}, d_{jl}),\ l = 1, (n-2).$$
$$l \neq i \neq j$$

Sendo estas distâncias reunidas numa matriz D_2

4. Determina-se, com base na matriz D_2, o maior valor d_{ij}, agrupando-se os elementos correspondentes, dando origem a um novo agrupamento, e, então obtendo-se (n-2) agrupamentos;

Construiu-se um novo conjunto de valores de distâncias com base na matriz D_2 (interação anterior), entre o novo agrupamento e os demais.

Algumas características desse método que podemos ressaltar é que ele pode leva à grupos compacto e discreto como seus valores de similaridade pequeno, além de não possuir problemas de encadeamento pois elemento só se juntará a um grupo se ele for ligado a todos os elementos desse grupos logo a medida que o grupo cresce tornando mais difícil a união entre os elementos.

c) Método da média da distância (MMD)

É para minimizar a distância média entre todas as observações de um grupo, ou seja, até reunir todos eles em um único grupo *X* e *Y*.

$$d(X, Y) = média\{ d(x, y): i \in X \text{ e } j \in Y\}.$$

O método pode ser resumido nos seguintes passos:

1. Determina-se a matriz de distâncias inicial.
2. Localizam-se os dois elementos que apresentam a menor distância, reunindo em um único grupo.
3. Calcula-se a distância entre os diversos pares de grupos como sendo a média das distâncias entre todos os pares de seus elementos, sendo um elemento de cada um dos grupos.
4. Os dois grupos que apresentam menor distância são reunidos em um único grupo.
5. Se o número de grupos obtidos é igual a um número g ≤ n, o processo termina caso contrário, retorna-se ao passo 3.

Esta fórmula fornece das Médias das distâncias.

$$d^*k_{(i,j)} = \left[\frac{n_i}{n_i+n_j}\right].d_{ki} + \left[\frac{n_j}{n_i+n_j}\right].d_{kj}$$ em que: $d^*k_{(ij)}$, d_{ki} e d_{kj} = distância entre os elementos k a agrupamento ij, k e i, k e j e i e j, respectivamente.

n_i e n_j = número de elementos nos grupamentos i e j, respectivamente.

A diferença entre método de ligação completa e o método de ligação simples é que os algoritmo independente de valores externo com pares mais próximo ou afastado como mostra os métodos de ligações simples e completa, baseado nos elementos dos grupos e atento a cada par de membros externo diminuindo assim a proporção da influência das observações atípicas, tendendo assim a produzir grupos com pouca variação interna.

d) Método de ligação de Ward

O algoritmo de Ward, segundo Orlóci (1978), pode ser resumido nas seguintes etapas:

1. Determina-se a matriz de distâncias e localiza-se os dois agrupamentos para os quais d_{ij} é mínimo;
2. Reúne-se estes agrupamentos, formando um novo agrupamento, e se verifica, se o número de agrupamentos (g) já foi alcançado, senão, segue-se à etapa 3, caso contrário, termina-se a análise;
3. Calcula-se o valor do aumento a ser obtido na soma dos quadrados pela reunião de qualquer dos agrupamentos: I = (1/2), d_{pq}.
4. Determinam-se os dois agrupamentos que apresentam um menor incremento na matriz D, isto é, Min (I_{ij}) e volta-se à etapa 2.

Este método tem como função de agrupamentos a distância Mahalanobis e o critério de agrupamento é dado pelo valor do incremento, que se obtém na soma de quadrados do erro.

Observação:

$d_{pk}^2 = (X_p - X_k)^2$, é a distância entre as médias dos elementos de G_p e G_k sendo G_p e G_k, respectivamente, os grupos p e k, $I_{pk} = \frac{N_p \cdot N_k}{N_p + N_k} \cdot d_{pk}$, em que as reuniões de agrupamentos G_p e G_k será feita se I_{pk} = mínimo.

Admita-se que para o agrupamento $G_p \cup G_k = G_r$, o incremento na soma das médias do erro é dado por:

$I_{tr} = \frac{n_t \cdot n_r}{n_t + n_r} \cdot d_{tr}$, onde $d_{tr}^2 = (\bar{X}_t - \bar{X}_r)^2$, podendo ser escrita por:

$$d_{tr} = \frac{n_p}{n} \cdot d_{tp} + \frac{n_k}{n} \cdot d_{tk} - \frac{n_p \cdot n_k}{n^2} \cdot d_{pk} \quad e \quad d_{tr} = \frac{n_p}{n_r} \cdot d_{tp} + \frac{n_k}{n_r} \cdot d_{tk} - \frac{n_p \cdot n_k}{{n_r}^2} \cdot d_{pk}$$

Substituindo-se cada distância, em função do número de elementos, do agrupamento, obteve-se:

$$I_{tr} = \frac{1}{n_t + n_r} \cdot \left[(n_t + n_p) \cdot I_{tp} + (n_t + n_k) \cdot I_{tk} - n_r \cdot I_{pk} \right]$$

Ou ainda, considerando, tem-se:

$$d_{tr} = \frac{1}{n_t + n_r} \left[(n_t + n_p) . d_{tp} + (n_t + n_k) . d_{tk} - n_t d_{pk} \right]$$

Tem como característica não utiliza uma única medida de aproximação, obter as somas dos quadrados da diagonal principal da matriz de covariância entre os grupos, nesse procedimento pode ser baseado na soma interna do quadrado referente aos elementos completos agrupados, buscando juntar grupos com mesmos números de elementos. (SILVA, 2017).

2.6 MÉTODO NÃO HIERÁRQUICO

Por ser um processo de agrupamento mais dinâmico e interativo o método não hierárquico o número de grupos é especificado antes do processo de agrupamento, o critério mas utilizado por esse método é o de K-means que permite definir o vetor central do cluster para assim inserir o objeto mais próximo a ele, estabelecendo um número prévio de cluster que se quer trabalhar e assim testar essa hipótese a partir dos resultados encontrados. (LIMA, 2009).

O método de K-means pode ser definido nos passos a seguir de acordo com Araújo (2013).

1. A divisão inicial dos n elementos em *K* clusters para serem os centróides.
2. Atribuir todos os elementos ao centróide, mas próximo.
3. Recalcular os centróides para cada K clusters, calcula a média de todos os elementos dos grupos.
4. Repetir os passos 2 e 3 que nenhum centróide mude de lugar.

2.7 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa utilizou os dados do Atlas Brasil 2013 para realiza análise estatística a fim de entender a relação entre as variáveis: IDH, Renda, Longevidade e Educação, aplicada a técnica hierárquica entre os estados brasileiros com a finalidade de comparar os estados em grupos e verificar o comportamento dos mesmos em relação ao IDH.

A população da pesquisa abrange todos os estados brasileiros a fim de compara por meio da formação dos grupos através dos métodos de ligação para averiguar quais as regiões brasileiras com referencia ao IDH. No entanto utilizou se o banco de dados, representado na Tabela 1.

Tabela 1: Dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2013.

Posição	Estados	IDH	Renda	Longevidade	Educação
1 º	Distrito Federal	0.824	0.863	0.873	0.742
2 º	São Paulo	0.783	0.789	0.845	0.719
3 º	Santa Catarina	0.774	0.773	0.860	0.697
4 º	Rio de Janeiro	0.761	0.782	0.835	0.675
5 º	Paraná	0.749	0.757	0.830	0.668
6 º	Rio Grande do Sul	0.746	0.769	0.840	0.642
7 º	Espírito Santo	0.740	0.743	0.835	0.653
8 º	Goiás	0.735	0.742	0.827	0.646
9 º	Minas Gerais	0.731	0.730	0.838	0.638
10 º	Mato Grosso do Sul	0.729	0.740	0.833	0.629
11 º	Mato Grosso	0.725	0.732	0.821	0.635
12 º	Amapá	0.708	0.694	0.813	0.629
13 º	Roraima	0.707	0.695	0.809	0.628
14 º	Tocantins	0.699	0.690	0.793	0.624
15 º	Rondônia	0.690	0.712	0.800	0.577
16 º	Rio Grande do Norte	0.684	0.678	0.792	0.597
17 º	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
18 º	Amazonas	0.674	0.677	0.805	0.561
19 º	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20 º	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
21 º	Acre	0.663	0.671	0.777	0.559
22 º	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
23 º	Paraíba	0.658	0.656	0.783	0.555
24 º	Pará	0.646	0.646	0.789	0.528
24 º	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
26 º	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
27 º	Alagoas	0.631	0.641	0.755	0.520

FONTE: Atlas Brasil 2019

Segundo Albuquerque (2005) ao realizar a analisar de agrupamento utilizou-se o método de dissimilaridade baseado na distância de Mahalanobis (D^2), que é considerada uma das distâncias mais utilizadas, podendo ser calculada de acordo com a expressão a seguir:

$$D^2 = (X_i - X_j)' \, . \, \sum^{-1} (X_i - X_j)$$

onde:

D^2 apresenta característica de ser invariante para qualquer transformação linear não-singular,

X_i será o vetor que pertence a parcela i;

X_j será um vetor que pertence a parcela j;

$\sum^1$ é a inversa da matriz de covariância residual de X;

$(X_i - X_j)'$é o vetor transposto da diferença entre X_i e X_j .

Por serem mais utilizado na prática e por sua facilidade de ser encontrado em alguns programas computacional os algoritmos de agrupamento utilizado foram Método de ligação Simples que é definida pelos dois elementos mais parecidos entre si, o Método de ligação completa que é definida como sendo a distância entre os vetores de médias, o Método de ligação Média trata a distância entre dois conglomerados como a média das distâncias entre todos os pares de elementos que podem ser formados com os elementos dos dois conglomerados que estão sendo comparados e o Método de ligação Ward a formação dos grupos se dá pela maximização da homogeneidade dentro dos grupos ou a minimização total da soma de quadrados dentro dos grupos (Costa 2019).

Para representar os métodos foram utilizados um dendrogramas para cada ligação com o intuito de analisar a associação entre os métodos.

Segundo Bussab et al. (1990), utilizou se a correlação cofenética para medir o grau de ajuste entre as matrizes similares originais e a matriz resultantes da simplificação proporcionada pelo método de agrupamento conforme a expressão:

$$r_{cof} = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^{n} (c_{ij} - \bar{c})(d_{ij} - \bar{d})}{\sqrt{\sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^{n} (c_{ij} - \bar{c})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^{n} (d_{ij} - \bar{d})^2}}$$

em que: C_{ij} é o valor de similaridade entre os indivíduos i e j, onde será obtido a partir da matriz cofenética; S_{ij} é o valor de similaridade entre os indivíduos i e j, onde serão obtidos a partir da matriz de similaridade. Sendo:

$$\bar{c} = \frac{2}{n(n-1)} \sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^{n} c_{ij} \quad \text{e} \quad \bar{d} = \frac{2}{n(n-1)} \sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^{n} d_{ij}$$

Portanto quanto mais próximo de 1 for a correlação menor será a alteração provocada no dendrograma formado pelo agrupamento dos elementos com algum método hierárquico escolhido.

Todos os gráficos e análise foram realizadas com auxílio do software RStudio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados originais foram obtidos a partir da análise realizada a matriz de distância de Mahalanosbis com a aplicação dos métodos de ligação simples, ligação completa, média da distância e de ward, mostrado nos respectivos dendrograma (figura 1 a 4).

Podemos observar uma pequena alteração nos níveis em que todos os elementos são agrupados, ou seja, os elementos que estão dentro de um mesmo grupo podem ser agrupados em outra ordem, quando se mudam os métodos, onde geralmente as estruturas do agrupamento são bastante similares.

Na tabela 1 podemos observa através da distância de mahalanobis que os estados mais similares foram AM, TO, CE, PE, ES, RJ, PR, SC, MT, DF e os mais distantes foram AL, MG, SP.

Ao analisa visualmente os dendogramas obtidos, verificou-se a presença de cinco grupos mostrados em cada figura (1, 2, 3 e 4). O algoritmo de ligação simples mostrou que três dos seus grupos foram unitários (I, III e IV) com os seguintes estados Rondônia (RO), Amazônia (AM) e Mato Grosso do Sul (MS), o de ligação completa com um grupo unitário (I) com o respectivo estado Rondônia (RO), o algoritmo de ligação média com dois grupos unitários (IV e V) com os seguintes estados Rondônia (RO) e Amazônia (AM) e a ligação ward com um grupo unitário (IV) com o respectivo estado Rondônia (RO). Os dendogramas representam aspectos deferentes onde os estados representados nos grupos têm grupos idênticos, no entanto os números de estados obtidos em cada grupo são semelhantes.

O método que melhor representa a solução para esse problema é o de ligação Completa com cinco grupos com deferentes números de estados em cada grupo. Apesar de que a estrutura em geral do agrupamento seja bastante semelhante, observou que a uma alteração irrelevante nos estados agrupados, ou seja, o estado que estão dentro do mesmo grupo podem ser agrupado de outras maneiras quando muda o método.

Tabela 1: Matriz de distância de Mahalanobis aplicada aos dados do IDH dos estados retirado do Atlas Brasil 2013.

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO
AC	43.89																									
AM	23.42	43.89																								
RR	31.57	43.89	31.57																							
PA	43.89	1.28	43.89	43.89																						
A P	31.57	43.89	31.57	2.41	43.89																					
TO	23.42	43.89	3.38	31.57	43.89	31.57																				
MA	43.89	0.51	43.89	43.89	1.28	43.89	43.89																			
PI	31.57	43.89	31.57	2.41	43.89	0.64	31.57	43.89																		
CE	23.42	43.89	3.38	31.57	43.89	31.57	0.70	43.89	31.57																	
RN	43.89	2.17	43.89	43.89	2.17	43.89	43.89	2.1707	43.89	43.89																
PB	31.57	43.89	31.57	9.60	43.89	9.60	31.57	43.89	9.60	31.57	43.89															
PE	23.42	43.89	12.02	31.57	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57														
AL	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89													
SE	31.57	43.89	31.57	9.60	43.89	9.60	31.57	43.89	9.60	31.57	43.89	0.09	31.57	43.89												
BA	31.57	43.89	31.57	0.13	43.89	2.41	31.57	43.89	2.41	31.57	43.89	9.60	31.57	43.89	9.60											
MG	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.13	43.89	43.89	0.04	43.89	43.89										
ES	23.42	43.89	12.02	31.57	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	5.09	43.89	31.57	31.57	43.89									
RJ	23.42	43.89	12.02	31.57	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	0.29	43.89	31.57	31.57	43.89	5.09								
SP	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	0.11	43.89	43.89	0.11	43.89	43.89							
PR	23.42	43.89	12.02	31.57	43.85	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	5.09	43.89	31.57	31.57	43.89	0.18	5.09	43.89						
SC	23.42	43.89	3.38	31.57	43.89	31.57	0.70	43.89	31.57	0.29	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	31.57	43.89	12.02	12.02	43.89	12.02					
RS	43.89	2.17	43.89	43.89	2.17	43.89	43.89	2.17	43.89	43.89	0.34	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89				
MS	31.57	43.89	31.57	9.60	43.89	9.60	31.57	43.89	9.60	31.57	43.89	2.40	31.57	43.89	2.40	9.60	43.89	31.57	31.57	43.89	31.57	31.57	43.89			
MT	23.42	43.89	12.02	31.57	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	5.09	31.57	0.55	43.89	31.57	31.57	43.89	5.094	0.55	43.89	5.09	12.02	43.89	31.57	
GO	43.89	1.28	43.89	43.89	0.361	43.89	43.89	1.28	43.89	43.89	2.17	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	13.12	43.89	43.89	2.17	43.89	43.89	
DF	23.42	43.89	12.02	31.57	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	12.02	43.89	31.57	5.09	43.89	31.57	31.57	43.89	1.33	5.09	43.89	1.33	12.02	43.89	31.57	5.09	43.89

Ao observar verificou que não tem um critério de corte para determinar o dendograma, pois cada dendograma apresentaram estruturas de agrupamentos de estados homogêneos com o intuito de determinar os grupos que serram formados, ou seja, a grande vantagem de obter um dendograma é que ele permite observar graficamente como é necessário dispensar o nível de dissimilaridade para considerar o próximo grupo.

Os resultados dos agrupamentos por cada método estão resumidos em dendrogramas nas figuras (1,2,3 e 4). O método hierárquico de agrupamento escolhido foi o método de ligação completa obtido pela matriz de Distância Mahalanobis, visto que o coeficiente de correlação cofenético mostra uma melhor distinção dos grupos, segundo Figueiredo (2009) é classificado como: r= 0,10 até 0,39 (fraco), r= 0,40 até 0,69 (moderado) e r= 0,70 até 1 (forte), pois quando esse coeficiente for maior do que 0,70 pode-se dizer que o método de agrupamento foi adequado, observem na Tabela 2 os coeficientes de correlação de cofenéticos encontrados em cada método hierárquico. Assim pelo dendrograma do método de ligação completa o seu CCC foi de 0,728 que corresponde a 72,8% de consistência no agrupamento. É importante ressaltar que para todos os métodos aplicados foram obtidos valor auto em relação ao CCC, já o da ligação de Ward foi o de menor valor considerado moderado para o CCC.

Tabela 2: Coeficiente de correlação cofenético obtidos.

Ligações	Correlação
Simples	0.676
Completa	0.728
Média	0.669
Ward	0.474

Em relação a AA, para um resultado mais nítido e, mas eficaz será realizado a análise individual, levando em consideração a média de cada variável que foi obtida, a do IDH-R igual a 0,763, 0 do IDH-L igual á 0,705, IDH-E igual a 0,660.

Avaliando os resultados obtidos, no método de ligação completa formado por 5 grupos de acordo com as cinco regiões do Brasil, foi observado no grupo1 um estado o de Rondônia da região norte com o IDH médio (0,690), IDH-R (0,712), IDH-L (0,800) e o IDH-E (0,577). O grupo2 com dez estados de várias regiões com uma média de IDH (0,724), IDH-R (0,727), IDH-L (0,819) e IDH-E (0,635), o grupo3 possuem nove estados de diversas regiões com um média de IDH (0,696), IDH-R (0,698), IDH-L (0,802) e IDH-E

(0,601). Já o grupo4 possui um media de IDH (0,680), IDH-R (0,672), IDH-L (0,796) e IDH-E (0,590) e tem quatro estados e o grupo5 com apenas três estados com uma media de IDH (0,709), IDH-R (0,713), IDH-L (0,817) e IDH-E (0,612) de duas regiões brasileira como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Grupos formados no Dendograma obtido na Figura 1

Grupos	Estados
1	Rondônia
2	Amazona, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Distrito Federal
3	Acre, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Rio grande do Sul, Goiás
4	Roraima, Amapá, Piauí, Bahia
5	Paraíba, Espírito Santo, Mato grosso do sul

Ao observa que o Brasil é dividido em 5 regiões verificou quando aplicou o método de ligação completa foram criado cinco novos grupos (1,2,3,4 e 5) com estados diferentes, na tabela 3 mostra que esse estados são de diferentes região independente do seu IDH, o grupo 3 representado por nove estados, o que chama a atenção pois nele esta representado por estados considerados com o maior e menor Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano.

Figura 1: Dendrogramas obtido por meio do algoritmo de ligação completa, baseando-se na distância mahalanobi.

Já em relação ao os grupos da ligação simples, percebe-se que em 3 grupos tem estados (Rondônia, Amazônia e Mato grosso do sul) isolado que são: grupo 1 com o estados de Rondônia que já teve seus dado descrito anteriormente, o grupo 3 com o estado da Amazônia com 4.144.597 habitante e seu IDH (0,674), IDH-R (0,677), IDH-L (0,805) e IDH-E (0,561) sua economia baseada no setor primário tendo como destaque as atividades extrativista (animais, minerais e vegetais) e o grupo 4 com o estado de Mato grosso do sul com 2.778.986 com o IDH (0,729), IDH-R (0,740), IDH-L (0,833) e IDH-E (0,629), sua principal atividade econômica ainda é a agropecuária localizado na região central do Brasil. O Grupo 2 é o maior e se comporta com uma mistura de estados de todas as regiões com uma média de IDH (0,687), IDH-R (0,686), IDH-L (0,798) e IDH-E (0,592) e o Grupos 5 é formados por nove estados pertencentes a diferentes regiões do Brasil com uma média de IDH (0,736), IDH-R (0,740), IDH-L (0,825) e IDH-E (0,654), representado na tabela 4.

Tabela 4: Grupos formados no Dendograma obtido na Figura 2.

Grupos	Estados
1	Rondônia
2	Acre, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio grande do Sul, Goiás
3	Amazônia
4	Mato grosso do sul
5	Tocantins, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Distrito Federal

Ao observar a tabela 4 verificou se que as cinco grupos com novas regiões que formaram no grupo 3 e grupo 5 há uma variação de estados independente do IDH e das cincos regiões que o Brasil é dividido pois neles mostram grupos de estados com maior e menor IDH com o método de ligação simples.

Figura 2: Dendrograma obtido por meio do algoritmo de ligação Simples, baseando-se na distância mahalanobis.

Os grupos que se formaram em ligação média também foram 5 grupos ao analisar observou que há dois grupos com nove estados, o grupo 1 com uma média de IDH (0,697), IDH-R (0,699), IDH-L (0,802) e IDH-E (0,604) e o grupo 2 com uma média de IDH (0,725), IDH-R (0,725), IDH-L (0,820) e IDH-E (0,643), o grupo 3 com sete estados de diferentes regiões com uma média de IDH (0,674), IDH-R (0,669), IDH-L (0,721) e IDH-E (0,579). Já o grupo 4 com o estado de Rondônia e grupo 5 com a Amazônia, permanecem isolados como mostra a tabela 5.

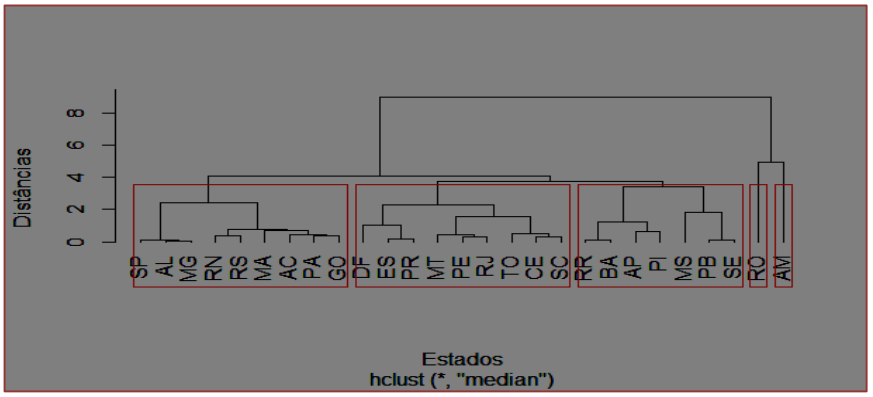
Tabela 5: Grupos formados no Dendograma obtido na Figura 3.

Grupos	Estados
1	Acre, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Rio grande do Sul, Goiás
2	Tocantins, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Distrito Federal
3	Roraima, Amapá, Piauí, Paraíba, Sergipe, Bahia, Mato grosso do sul
4	Rondônia
5	Amazonas

Observou se na tabela 5 que as cinco grupos com novas regiões que formaram no grupo 1,

grupo 2 e grupo 3 há uma variação de estados independente do IDH e das cincos regiões que o Brasil é dividido pois neles mostram grupos de estados com maior e menor IDH com o método de ligação média.

Figura 3: Dendrogramas obtido por meio do algoritmo de ligação média, baseando-se na distância mahalanobis.



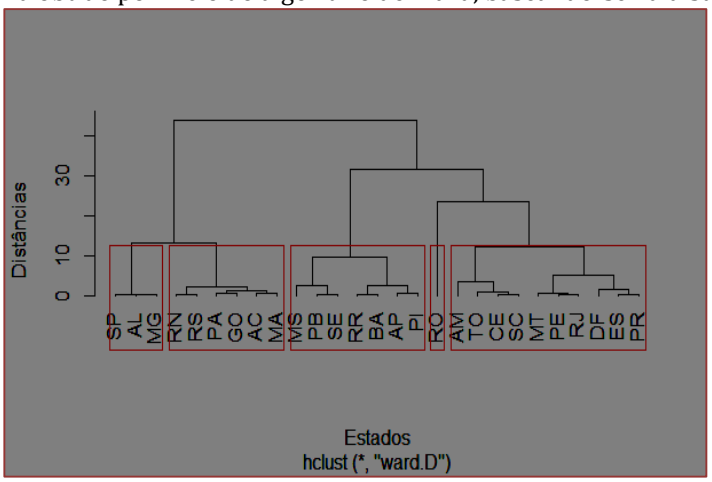
O método de ligação Ward formado com 5 grupos, percebe-se que o grupo 1 apresentou três estado (Alagoas, Minas Gerais, São Paulo) com uma média de IDH (0,715), IDH-R (0,720), IDH-L (0,813) e IDH-E (0,625), o grupo 2 com seis estados: Acre com 881.935 habitantes estimado localizado na região norte do Brasil sua economia é baseado na exploração dos recursos encontrado nas reservas florestais, tem a cultura influenciada pelos indígena que habitam na região, o Pará tem 8.602.865 habitantes aproximado uma economia baseada na oferta de serviço, no comercial e atividades agrícola também localizado na região norte, o Maranhão localizado na região nordeste possui 7.075.181 de habitantes aproximado sua economia principal é baseada na agropecuária, industrial e mineral, o Rio Grande do Norte também pertencente a região nordeste com 3.506.853 habitantes aproximado seu IDH igual a 0,684 considera o maior da região que faz parte tem uma economia baseada no comércio, na industria têxtil na agroindústria, turismo e na extração e processamento de petróleo, o Rio grande do Sul localizado na região sul do Brasil com 11.377.239 habitantes aproximada a principal fonte renda é baseada na agroindústria e na agropecuária e Goiás com 7.018.354 de habitantes aproximada sua principal atividade econômica são a pecuária, agricultura e a agroindústria localizada na região central do Brasil. Esses estados tem uma média de IDH (0,687), IDH-R (0,688), IDH-L (0,797) e IDH-E (0,591). O Grupo 3 com sete estados com uma média de IDH (0,682), IDH-R (0,678), IDH-L (0,797)e IDH-E (0,586), o grupo 4 tem um estado isolado o de Rondônia e o grupo 5 é o maior com uma média de IDH (0,730), IDH-R (0,734), IDH-L (0,823) e IDH-E (0,644) de varias regiões conforme a tabela 6.

Tabela 6: Grupos formados no Dendograma obtido na Figura 4.

Grupos	Estados
1	Alagoas, Minas Gerais, São Paulo
2	Acre, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio grande do Sul, Goiás
3	Roraima, Amapá, Piauí, Paraíba, Sergipe, Bahia, Mato grosso do sul
4	Rondônia
5	Amazona, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Distrito Federal

Na tabela 6 verificou se que as cinco grupos com novas regiões que formaram o grupo 5 com a maior variação de estados observou se que independente do IDH mostrou que o grupos de estados com o método de ligação ward que esse grupo tem estados com IDH auto e baixo.

Figura 4: Dendrograma obtido por meio do algoritmo de Ward, baseando-se na distância mahalanobis.



Perante as analise realizada é importante ressaltar que entres as médias obtidas em cada grupo de estados formado em cada ligação em relação a variáveis que ouve uma oscilação entre elas, pois em alguns grupos a média foi menor. Já outro ponto que podemos ressalta são os grupos unitários onde o estado de Rondônia (RO) com IDH de 0,690 e 1.777.225 habitantes aproximado, localizado na região norte do Brasil, o que apareceu isolado em todos os métodos de ligação.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi proposta a utilização da análise de agrupamento por ser uma ferramenta importante que permiti a classificação dos indivíduos com base na observação de semelhança entre as variáveis que estão sendo utilizadas.

No estudo foi possível avaliar o comportamento de cada estado brasileiro de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponível no Atlas Brasil 2013. Realizou se analise de agrupamento considerando as variáveis IDH-R, IDH-L e IDH-E. Dessa maneira de acordo com os métodos utilizados foram identificados uma quantidade de cinco grupos em cada um dos métodos referente às regiões brasileira.

Uma semelhança entre cada método que pode se observar o estado de Rondônia que se manteve isolado em um grupo de todas as ligações observadas, outro ponto que também foi observado foi os dos estados que independente do seu IDH o estado de São Paulo e Acre permanecerão no mesmo grupo.

AGRADECIMENTO

A Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, pelo auxílio financeiro com uma bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa PIBIC.

REFERÊNCIA

[1] ALBUQUERQUE, M.A.: Estabilidade em análise de agrupamento: Estudo de caso em ciência florestal, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.257-265, 2006.

[2] ARAÚJO, D.S.A.: Análise de Agrupamento com base na teoria das informações: Uma abordagem representativa, UFRN, 2013.

[3] BRAZ, J.: Uso de técnicas de agrupamento e rede neural em sinistros com máquinas agrícolas nas rodovias federais em São Paulo, of Develop., Curitiba, v. 5, n. 12, p. 32204-32216 dec. 2019.

[4] BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, E. S.; ANDRADE, D. Introdução à análise de agrupamentos. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 1990. 105p.

[5] CORMACK, R.M.: Uma revisão da classificação, Jornal da Sociedade Estatística Real. Série A (Geral), Vol. 134, n. 3 (1971), pp. 321-367.

[6] COSTA, G.D.: Análise Multivariada de Países da América do Sul por Meio de Indicadores Socioeconômicos, Uberlândia: UFU, 2019.

[7] DIMAS, M.S.: O paradoxo PIB-IDH no município de Manhuaçu: Um estudo sobre o crescimento econômico e desenvolvimento humano no âmbito microrregional, UNISUAM, Rio de Janeiro, 2019.

[8] FÁVERO, L.P.: BELFIORE, P., SILVA, F.L. e CHAN, B.L.: Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Elsevier, 8a ed., 2009.

[9] FIGUEIREDO, D.B..: JÚNIOR, J.A.S.: Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r), UFPE, Revista Política Hoje, Vol. 18, n. 1, 2009

[10] GAMA. M de P.: Bases de Análise de Agrupamentos ("Cluster Analysis"), Brasília, UnB, 1980, 229f, Dissertação (Mestrado em estatística e Métodos Quantitativos), Universidade de Brasília, 1980.

[11] GOMES, C.A.B.: Desenvolvimento dos Municípios Mineiros: Uma Analise da Lei Robin Hood, Uberlândia: UFU, 2018.

[12] GOMES, D.A.: Análise multivariada para classificação da velocidade do vento no estado do Ceará, Sigma, Alfenas, v.8, n,2, p. 90-97. 2019.

[13] LIMA, F.S.: Sistema Interamericano de Direitos Humanos e os Desafios da Implementação das Decisões da Corte IDH no Brasil: Um Estudo do Caso Damião Ximenes Lopes, Revista DIREITO

[14] UFMS | Campo Grande, MS | v.4 | n.2 | p. 117 - 141 | jul./dez. 2018.

[15] LIMA, J.E.: Análise do Desenvolvimento Socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa, Volume 40, Nº 02, abril - junho, 2009.

[16] MARDIA, A. K. V.: KENT, J. T.: BIBBY, J. M.: Multivariate Analysis, London, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 215p.

[17] NASCIMENTO, J.M.P.: Análise de Agrupamento Aplicado aos Dados de Violência no Brasil. Uberlândia: UFU, 2019.

[18] ORLÓCI, L.: Multivariate analysis in vegetation research, 2ed, The Hague: DR. W. JunK B.V. Publishers, 1978, 415p

[19] OTTONELLI, J.: Desenvolvimento Humano no Nordeste: Um estudo sobre a influência de indicadores sociais no IDH-M (1991 e 2000), Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 12, nº 1, 2013.

[20] PRADO, B.Q.M.: Análise de Agrupamento das Taxas de Incidência de dengue nos Estados Brasileiro, Uberlândia – MG, 2015.

[21] REIS, P.R.C.: Avaliação da Política Nacional de Irrigação: O Método quase experimental de Avaliação de Impacto Aplicado ao Projeto Jaíba. Universidade Federal de Viçosa, v. 14, n. 3, p. 426-440, 2012.

[22] ROSA, R.P.: Classificador de imagens de pulmão utilizando wavelets de Haar Distância Mahalanobis, UFSM, 2015.

[23] SILVA, C.C.C.: Análise de agrupamento aplicado à dado socioeconômico de municípios paraibanos, UEPB, 2017.

[24] SOUSA, L.B.: Análise de Cluster para avaliação da Divergência Genética em Variedade de Mangaba. Uberlândia: UFU, 2018.

[25] TOMAZ F.S.C.: Perfil dos clientes de uma empresa prestadora de serviços de telefonia celular: Aplicação do método de agrupamento de Ward. IFG, Multi-Science Journal, v. 1, n. 7 (2017) 92-95.

Autores

AUTORES

ADEMIR TERRA

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2004). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais - GEPQAM. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Evolução do Pensamento Geográfico, Teoria e Método da Geografia e Análise Territorial atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, Questão Agrária, Campesinato, Território, Movimentos Sociais e Comunidades Tradicionais.

ALECSONIA PEREIRA ARAÚJO

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pertencente ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB. Mestre em Serviço Social pela UFPB (2008); Especialista em Preceptoria no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa (IEP/HSL).

ALEXANDRE DE ALMEIDA MARTINS

Graduado em História pela Universidade Iguaçu RJ Pós graduado em Sociologia pela Universidade Cândido Mendes RJ Professor da Rede Estadual de Ensino /RJ (2008 - 2010).

ANA PAULA ARCHANJO BATARCE

Professora adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS - Campus Aquidauana, do curso de Geografia. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - Rio Claro (2016). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004). Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2014). Pesquisadora visitante 2014-2015 do Departamento de Geografia da "Queen Mary" um dos campus da Universidade de Londres. Suas pesquisas estão voltadas à Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia da população, migração internacional, gênero, produção do espaço regional e meio ambiente.

ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA

Formado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imoveis Rurais - FINON e Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, atualmente estou a frente da Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento Fundiário (CCGEO) do Instituto de Terras do Estado do Amapá - AMAPÁ TERRAS.

ANDRÉ DE SOUZA SANTOS

Graduado em Educação Física e Pedagogia pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (Cornélio Procópio, PR), Especialista em Docência em Ensino Superior, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Câmpus Maringá, PR), Mestre e Doutorando em História e Historiografia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (Maringá, PR) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares – GEPHEIINSE. Atualmente é professor colaborador nos cursos de Pedagogia e Educação Física da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

BRUNO SILVESTRE SILVA DE SOUZA

Professor de Ensino Básico e Tecnológico (IFAL). Administrador, especialista em Administração com ênfase em Marketing e mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social. Pesquisador em Sociologia Econômica e de Consumo.

AUTORES

DANIEL NETO FRANCISCO

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ). Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). Bacharel em Administração Pública (UFF). Tutor do CEDERJ na disciplina de Gestão de Redes de Cooperação.

DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA

Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Mestre em Serviço Social pela UFPB, Especialista em Direitos Humanos (UFPB) e Graduada em Serviço Social (UFPB). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFPB e Coordenadora de Estágio Supervisionado.

DARTAGNAN PLÍNIO SOUZA SANTOS

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). Pós-Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Professor de Direito Processual Civil e Direitos Difusos do Centro de Ensino Superior de Ilhéus - CESUPI (Faculdade de Ilhéus).

EDNA TÂNIA FERREIRA DA SILVA

Possui Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2014); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1997); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1992). Atualmente é professor efetivo adjunto IV da Universidade Federal da Paraíba.

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA

Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, campus São Luís/MA. Foi integrante do Parlamento Jovem Brasileiro-PJB (2017). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2019/2020). Desenvolve pesquisas na microrregião de Codó, no Leste maranhense, sobre Conflitos Socioterritoriais, Comunidades Tradicionais, e Movimentos Sociais. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais - GEPQAM.

EMANUELA PEREIRA CORREIA

Graduada em Ciências Sociais Pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) Pós graduada em Planejamento de Cidades (DCEC/UESC).

EMANUELA RODRIGUES DO NASCIMENTO

Possui ensino-médio-segundo-grau pela Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio José Miguel leão(2008). Aluna de graduação em Estatística da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Estatística.

EUZEMAR FÁTIMA LOPES SIQUEIRA

Professora Efetiva da Secretaria de Estado de Educação, Graduada em Geografia (licenciatura(1993) e Bacharelado(1996). Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011). , atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Humana, Território. Educação com enfoque na Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, ., Políticas Publicas Educacionais e Formação Continuada

AUTORES

FABRÍCIO DE SOUZA FORTUNATO

Professor do Curso de Moda da Universidade Estadual de Maringá no Campus Regional de Cianorte. Responsável pelas disciplinas de Fundamentos do Design aplicados a Moda, Metodologia de Projeto de Produto, Pesquisa e Consumo de Moda e Desenvolvimento de Produto de Moda. Conhecimento nas linhas de Pesquisa de Moda, Desenho de Moda, Desenvolvimento de Produto, Prospecção de tendências, Consumo e comportamento. Graduado em Moda pela UNICESUMAR (2002) e Especialista em Marketing de Moda pela UNIPAR (2007). Possui experiencia na industria de vestuário em Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento de Coleção. Atua como Personal Stylist no mercado de Consultoria de Moda e Imagem.

FATIMA CATUNDA ROCHA MOREIRA

Formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceara (UECE) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É Especialista em Teoria e Prática do Serviço Social e em Tecnologia Educacional. É Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Foi Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social em dois Governos (Ciro Gomes e Cid Gomes) e Presidente da Fundação da Ação Social no Governo Tasso Jereissati. Foi Consultora do Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura, no convenio IICA/DNOCS. É Consultora credenciada da Caixa Econômica Federal, para Trabalho Social na habitação social. É Credenciada no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE-CE para área corporativa e CEO da CONSULTSOCIAL para consultoria, e assessoria em politicas sociais, projetos socioeconômicos e ambientais.

GABRIEL MIRANDA PARANAÍBA BERNARDES

Geógrafo formado pela Universidade Federal de Uberlândia (Licenciatura e Bacharelado). Durante a Graduação Participou do Laboratório de Pedologia e Estudos da Paisagem (LAPEP), no qual realizou pesquisas sobre Recuperação de Áreas Degradadas no Cerrado e a Formação de Arqueoantropossolos na Região do Pantanal do Miranda. Possui experiência no setor privado, atuando como Analista Socioambiental e Educador Ambiental. Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, no qual estuda a Relação Solo-Vegetação na Região da APA Pandeiros no Norte de Minas.

GERSON RIBEIRO DA ROSA

Possui graduação (1999) e Mestrado (2017) em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física. Atualmente é professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, possui experiência em Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ,Educação do Campo e planejamento educacional. Atua na Coordenadoria de Microplanejamento de Estrutura Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, atuando no planejamento da rede de Ensino Público.

GILAYANE FERREIRA DOS SANTOS

Graduada em Letras/Inglês pela Universidade Estadual da Paraíba; Pós graduanda em Libras pela Unina.

ISABEL PAULA SOUZA

Geógrafa formada pela Universidade Federal de Uberlândia (Licenciatura e Bacharelado). Durante a graduação, participei do Laboratório de Geomorfologia e Erosão de Solos (LAGES) e do Laboratório de Pedologia e Estudos da Paisagem Laboratório(LAPEP) no qual realizei pesquisas sobre recuperação de Áreas Degradadas no Cerrado, Geoambientes no Pantanal, Relação do solo e vegetação na Antártica. Meu trabalho de monografia é intitulado "Caracterização e classificação de solos em Cordilheiras do Pantanal da Nhecolândia – MS" e minha dissertação "Relação Solo-Vegetação em Geoambientes de Harmony Point - Antártica Marítima". Atualmente sou doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

AUTORES

JOÃO JOSÉ DOS SANTOS

Licenciado em Ciências Sociais (UESC), Mestrando em educação(DCIE-UESC), Pós graduado em História do Brasil, (DFCH-UESC), Pós graduado em Gestão Municipal (UAB/UESC) e Pós graduado em Planejamento de Cidades, (DCEC/UESC).

JOSÉ BRUNO MARTINS LEÃO

Advogado e colunista jurídico. Graduado em Direito e Filosofia. Especialista em Análise Criminal, Direito Penal e Processual Penal, Docência jurídica e Gestão em Segurança Pública.

KÁTIA OLIVEIRA PINTO

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia -UNEB. Pós - graduada (latu sensu) em Docência do Ensino Superior (Facite-ise). Pós -graduada (latu sensu)em Gestão Escolar (Campos Elíseos). Pós -graduada(latu sensu) em Políticas públicas da Educação Básica.(Facei). Professora do Ensino Fundamental do Município de Ilhéus -Bahia.

LAMOUNIER ERTHAL VILLELA

Pós-doutor em Administração Pública (FGV/EBAPE). Doutor em Economia Aplicada pela Université de la Sorbonne (Paris III). Docente dos Programas de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ) e de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ. Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT).

LUCILEI MARTINS DE OLIVEIRA

Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Programa de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Mestra em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente no Campus VII da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

LUCIMAR FERRAZ DE ANDRADE MACEDO

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ). Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco (UCB). Assistente social da Prefeitura Municipal de Itaguaí; e, integrante do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT).

MÀCIO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE

Possui graduação em Estatística pela Universidade Estadual da Paraíba (1987), graduação em matemática pela Universidade Estadual da Paraíba (1990), mestrado em Biometria e Estatística Aplicada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005) e doutorado em Biometria e Estatística Aplicada. Atualmente é t 40 retide da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Probabilidade e Estatística

MARCELO PEREIRA SOUZA

Educador Profissional. Mestre em Sociologia. Pós-Graduado em Administração Estratégica. Bacharel em Administração de Empresas. Pesquisador atuante no campo da imigração empreendedora, por meio do Grupo de Estudos Processos Identitário e Relações de Poder (UFS/PPGS/GEPPIP).

AUTORES

MÁRCIA REGINA PAIVA DE BRITO

Mestre em Gestão da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2011) e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Bibliotecária chefe do setor de Processamento técnico (PTE) da Biblioteca Central (BCE) na Universidade Estadual de Maringá. Participante do Projeto de Extensão Tecidoteca (desde 2009). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Gerência de Unidades de Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gestão da informação, conhecimento organizacional, tecnologia da informação e comunicação e gestão do conhecimento.

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI

Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, trabalhando nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia (mestrado e doutorado). Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela FCT/UNESP. Mestrado em Geografia pela mesma Instituição. Doutorado em Geografia pela FFLCH/USP e pós-doutorado com ênfase em filosofia do direito, na Universidad de Sevilla.É coordenadora do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (Grupo TERRHA) e coordenadora do Grupo de Trabalho Indígena, da Associação dos Geógrafos Brasileiros-seção Dourados.Atua principalmente nos seguintes temas: relação capital x trabalho no campo; conflitos territoriais, lutas e resistências camponesas e indígenas; Estado; fronteiras.

MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestra em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (Maringá, PR) e Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Campinas, SP). Atualmente é Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado. É líder no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares – GEPHEIINSE, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, participa do Grupo de Estudos Sociedade, História e Educação no Brasil (HISTEDBR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C.

OTÁVIO DO CANTO

Geógrafo. Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias).

RAFAEL NICOLAU CARVALHO

Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pertencente ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Pesquisador do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS). Doutor em Sociologia pela UFPB com período sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL) em Portugal com bolsa concedida pelo CNPq. Professor Visitante na Universidade de Salamanca (USAL/ Espanha)

RAFAELA SOARES DE OLIVEIRA

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2016) e Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS); Experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social na Saúde.

AUTORES

RENATA REIS DE LIMA

Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Direito Agrário na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/FD/UFG); Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015.2); Formada em Inglês no Centro Cultural Brasil Estados Unidos (CCBEU); Possui pós-graduação Latu Sensu em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC); Possui Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Escola Superior de Direito, FACAB; Possui Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Superior de Direito, FACAB; Advogada com OAB/GO 46.032; Professora Universitária do curso de Direito no Centro Universitário UNIARAGUAIA; Professora Universitária do curso de Direito na Faculdade UNICAMPS; Conselheira Editorial da Revista REFLIONS; Coordenadora da pós-graduação em Direito Agrário e Agronegócio no Centro Universitário UNIARAGUAIA; Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre as Águas vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (UFG).

RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1994), Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1990/1992), Mestrado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2000), doutorado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2004), doutorado em Géographie et Aménagement - Université de Toulouse II (Le Mirail) (2004). Pós-doutorado em Geografia - Universidade Federal do Pará (2016). Atualmente é professor Associado IV, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

RONALDO SALVADOR VASQUES

Doutor em Engenharia Têxtil pela Universidade do Minho/Portugal (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Têxtil, com o título revalidado em Doutor em Design (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Design, vinculado à área de concentração Design, Arte e Tecnologia da Escola de Ciências Exatas, Arquitetura e Design da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) Mestre em História- Universidade Estadual de Maringá/PPH/ Maringá-Pr (2011). Especialista em Administração em Marketing - FESP Curitiba (1999). Graduado em Engenharia Têxtil - UEM/CRG (1997). Coordenador e orientador do projeto de extensão TECIDOTECA (acervo de bandeiras têxteis), desde 2009 do departamento de Design e Moda (DDM). Organizador do livro: Indumentária e moda: Caminhos Investigativos(2013) e autor do livro: A Indústria Têxtil e a Moda Brasileira na Década de 1960 (2018). Professor Adjunto no curso de MODA da Universidade Estadual de Maringá (UEM) do Campus Regional de Cianorte - CRC, desde 2004. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq em Moda, História e Têxteis (GEMOTEX), desde 2018.

SEBASTIÃO FERREIRA DE SOUZA

Possui Bacharel/Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1995), Especialização em Gestão Ambiental -UFMT, Especialização de Gestão Educacional ? Universidade Estadual de Mato Grosso- UNEMAT, Mestre em Ciências da Saúde, área de concentração Etnobotânica pela UFMT (2003). Tem experiências em Gestão publica como coordenador da Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (2003 a 2006 e 2016 até o presente) na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso., Coordenação, assessoramento técnico e Pedagógico em projetos de Formação de Professores Indígenas, Coordenação de cursos de Educação Profissional para comunidades indígenas,Organização de material didático especifico para escolas indígenas, Professor em cursos de licenciatura intercultural indígena, Professor de metodologia de Pesquisa Científica em instituições de nível superior.

SHIRLENE CONSUELO ALVES BARBOSA

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Agrícolas (PPGEA/UFRRJ). Graduada pela licenciatura e bacharelado em

AUTORES

Economia Doméstica (UFRRJ). Servidora técnica de nível superior da UFRRJ, cargo de Economista Doméstica, atuando como técnica da Reitoria, na Casa da Agricultura, Sustentabilidade, Território e Educação Popular (CASTE). Integrante do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT).

THAYLA CAROLINE RAIMUNDO SILVA

Cursando Moda (Bacharel), na Universidade Estadual de Maringá - UEM. Com interesse nas áreas: marketing; fotografia; campanha de moda; mídias sociais; Experiencia em desenvolvimento de produto, com ênfase em: modelagem.

VANDERSON VIANA RODRIGUES

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará - UEPA, campus Belém/PA, Pós graduado em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade, pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Rio de Janeiro, Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, campus São Luís/MA. Foi integrante da Diretoria do Centro Acadêmico de Geografia - CAGEO/UEMA (2017.2/2019.1). Ex Bolsista de Iniciação Científica pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2016-2017) e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA (2017-2018 / 2018-2019). Durante os três anos de Iniciação Científica, desenvolveu pesquisas na microrregião sul maranhense, sobre Conflitos Socioterritoriais, Comunidades Tradicionais, e movimentos sociais. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais - GEPQAM. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino da Geografia, Análise Regional e Análise Territorial atuando principalmente nos seguintes temas: Modernização Agrícola, Conflitos agrários, Questão Agrária e Reforma Agrária.

WILLIANA DO NASCIMENTO MENEZES

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Assistente Social efetiva do município de Juarez Távora/PB